



ESS
ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ

PPGSS
UFRJ



FAPERJ
Fundação Coordenação de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

COLEÇÃO
JPN
JOSÉ PAULO NETTO

8
VOLUME

**Políticas Sociais
e Serviço Social:
debates contemporâneos
sobre trabalho
e formação
profissional**

Fernanda Kilduff

Maristela Dal Moro

Laura Barbosa Martins

Priscila Gomes

**POLÍTICAS SOCIAIS e SERVIÇO SOCIAL:
debates contemporâneos sobre trabalho e formação profissional**

Coleção José Paulo Netto – Volume 8

1ª Edição Eletrônica

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Andrade Medronho

Reitor

João Ramos Torres de Mello Neto

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Ana Izabel Moura de Carvalho

Diretora

Guilherme Silva de Almeida

Vice-Diretor

Fátima da Silva Grave Ortiz

Diretora Adjunta de Pós-Graduação

Fernanda Kilduff
Maristela Dal Moro
Laura Barbosa Martins
Priscila Gomes
(Organizadoras)

**POLÍTICAS SOCIAIS e SERVIÇO SOCIAL:
debates contemporâneos sobre trabalho e formação profissional**

Coleção José Paulo Netto – Volume 8

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2024



Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG – Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações

Diagramação: Lurdes Lucena

Capas e selo da Coleção José Paulo Netto por Fábio Marinho.

Imagem original de capa desenvolvida com a ferramenta Adobe Firefly Image 2.

Copyright © by autor, 2024.

P779 – KILDUFF, Fernanda; DAL MORO, Maristela; MARTINS, Laura Barbosa; Gomes, Priscila. (Orgs.)
Políticas Sociais e Serviço Social: debates contemporâneos sobre trabalho e formação profissional. Volume 8.
Uberlândia: Navegando Publicações, 2024.

ISBN: 978-65-6070-065-9



10.29388/978-65-6070-065-9

Vários autores(as)

1. Políticas Sociais 2. Formação Profissional 3. Serviço Social I. Fernanda Kilduff, Maristela Dal Moro, Laura Barbosa Martins, Priscila Gomes II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social

360



Editores

Lurdes Lucena – Esam – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFIM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria Ciavatta – IFF – Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lec University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hauser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Réunion – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colégio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras – Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias – Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordovi Núñez – Instituto de Historia de Cuba v Cuba – Cuba

A coleção José Paulo Netto – professor emérito da Escola de Serviço Social e referência para a Área de Serviço Social – compõe-se de pesquisas desenvolvidas por estudantes e docentes do nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujos resultados foram apresentados na sua maioria na VII Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica – JIPA, realizada entre os dias 28 e 30 de março de 2023 com a realização de conferências, mesas temáticas e apresentação de trabalhos nos diversos GT (grupos de trabalho). A JIPA é um evento consolidado no âmbito do nosso Programa e está na sua sétima edição com o objetivo de combater o isolamento intelectual muito presente na lógica da pós-graduação brasileira, por meio do intercâmbio e do debate das nossas pesquisas.

A coleção é composta também dos resultados das pesquisas originalmente apresentadas em teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em nosso Programa de Pós-Graduação de autoria das/os egressas/os no período de 2021 a 2023.

Deste modo, a partir de uma perspectiva crítica e voltada aos grandes temas contemporâneos que atravessam o Serviço Social e áreas afins, a diversidade das pesquisas existentes no nosso Programa é evidenciada no universo de nove volumes apresentados nesta coleção: 1 - Antirracismo, Lutas de Gênero e LGBTQIAPN+; 2 - Estado, Políticas Públicas e Lutas Sociais; 3 - Reflexões contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos, do Trabalho e da Formação Profissional na ótica dos/as Pós-Graduandos/as; 4 – Capitalismo Contemporâneo: crise e barbarização da vida social; 5 - Estado e Sociedade: análises sobre Desigualdades e Políticas Públicas; 6 – Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social; 7 - Contribuições sobre Raça e Gênero: reflexões contemporâneas; 8 – Políticas Sociais e Serviço Social: debates contemporâneos sobre trabalho e formação profissional; 9 – Capitalismo, Crise e Estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho. Agradecemos à FAPERJ pelo apoio para a concretização desta Coleção. Que esta coleção possa contribuir com as reflexões e análises sobre o nosso tempo e principais questões. Boa leitura!

Fátima Grave Ortiz
Coordenadora do PPGSS/UFRJ

Sumário

Prefácio	9
Silvina Galizia	
Apresentação.....	12
Fernanda Kilduff	
Maristela Dal Moro	
Laura Barbosa Martins	
Priscila Gomes	
O neoconservadorismo e a “nova razão do mundo”	17
Bruna Maria de Sousa do Nascimento	
Rita de Cássia Cavalcante Lima	
Assistência religiosa prisional: uma política social em disputa	28
Ellen Soares	
Verônica Paulino da Cruz	
Crônicas da guerra civil no Rio de Janeiro: o processo de vitimização policial militar.....	44
Adriano Teodoro	
Janete Luzia Leite	
A reestruturação destrutiva das políticas sociais: desvalorização, precarização e expropriação de direitos.....	62
Mariana Flores	
Sara Granemann	
Serviço social e assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: reflexões sobre o debate.....	74
Luiz Carlos de Souza Junior	
Fátima Grave Ortiz	
Panorama sobre processo transexualizador no Brasil: Políticas públicas e Serviço Social...	90
Laura Barbosa Martins	
O Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso no Rio de Janeiro	104
Roberto Santos da Cunha	

As TICs e a reconfiguração do trabalho do/a assistente social: profissional do clique e subordinação à vontade alheia	119
Alejandra Pastorini	
Sandra Lúcia Gonçalves	
LUGAR DE NEGRO: Revisitando e refletindo sobre a Renovação do Serviço Social no Brasil e os movimentos sociais negros	129
Dayana Christina Ramos de Souza Juliano	
Deivi Ferreira da Silva Matos	
Subsídios para a incorporação interseccional na formação em Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez.....	145
Thamires Costa Meirelles dos Santos	
Patrícia Silveira de Farias	
Sobre os/as autores/as	160

Prefácio

Este volume intitulado *Políticas Sociais e Serviço Social: debates contemporâneos sobre trabalho e formação profissional*, forma parte da Coleção José Paulo Netto. Esta coleção é uma iniciativa do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, que teve sua primeira publicação em 2023.

Atualmente, em 2024, o Programa lança a continuação da mesma Coleção com novas produções. Assim como a primeira, esta também se organiza a partir dos resultados de estudos e pesquisas realizadas no âmbito desta pós-graduação, concentrando-se nas produções de estudantes egressos do Programa e seus/suas orientadores/ras, professores/as da casa. Deste modo, os textos refletem o trabalho de estudos e pesquisas realizados no Programa de Pós-graduação da Escola e as reflexões alcançadas.

Uma das principais motivações para dar continuidade à Coleção é a convicção acerca da necessidade de uma produção que alimente a formação e atualização permanente, entendidas como funções primordiais da Universidade.

A Escola se constitui historicamente como um espaço de produção crítica que influencia a formação de graduação e pós-graduação dentro e fora do Serviço Social. Seguindo esta tradição, o conjunto de textos aqui reunidos está baseado em referências teóricas da crítica marxista da economia política. Portanto, este volume se configura como mais um avanço na elaboração teórica e científica e demonstra o aprofundamento da produção no interior da profissão que transcende e influencia outras áreas fora dela.

Não é a intenção aqui realizar uma análise exaustiva das obras esgotando a complexidade do conteúdo. No entanto, ressalto as características dos textos que compõem o livro, suas principais formas de abordagens e temáticas com o fim de estimular a sua leitura.

Um dos pontos fortes desta coletânea está na diversidade das temáticas abordadas, temas de relevância para a reflexão crítica na configuração das políticas sociais na contemporaneidade e para a formação em serviço social, profissão inserida na divisão social do trabalho.

A produção crítica deste livro reúne produções sobre várias áreas temáticas o que nos indica que poderíamos dividir esta seleção de textos em dois grupos.

No primeiro se expõem escritos sobre *políticas sociais*. O texto: *A reestruturação destrutiva das políticas sociais: desvalorização, precarização e expropriação de direitos*, trata de forma muito nítida as transformações destrutivas do serviço público federal desde a crítica da economia política. O capítulo: *Serviço social e Assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: reflexões sobre o debate* segue a linha de reflexões críticas sobre as mudanças nas políticas sociais de educação e a assistência estudantil. O programa de *Atendimento Domiciliar ao Idoso no Rio de Janeiro* aborda a temática do idoso, seu envelhecimento, as políticas vinculadas aos seus cuidados, desde a crítica ao neoconservadorismo nas políticas sociais que levam à atualização da moralidade burguesa. O *neoconservadorismo e a “nova razão do mundo”* centra-se no debate da crise contemporânea do capital e a ofensiva neoliberal e neoconservadora sobre as políticas sociais públicas e o capítulo *Assistência Religiosa prisional: uma política social em disputa* expõe a relação entre punição e política de assistência religiosa no sistema prisional e revela o conservadorismo e moralidade religiosa, particularmente pentecostal, como instrumento necessário para a perpetuação da sociedade burguesa.

No segundo, o livro traz reflexões sobre a *realidade profissional*. Os textos revelam a atual tendência à desprofissionalização vivenciada pelo Serviço Social a partir da incorporação das TIC's (Tecnologias da informação). Por sua vez, a profissão também está presente no debate acerca das relações sócio raciais e de transexualidade nas interfaces com o Serviço Social brasileiro nos três textos que se seguem. No primeiro, *Lugar de Negro: Revisitando e refletindo sobre a Renovação do Serviço Social no Brasil e os movimentos sociais negros*, retomando os fundamentos do serviço social, em especial o processo de renovação na perspectiva denominada de “intenção de ruptura” e as possíveis articulações com o movimento social negro no contexto do capitalismo periférico e dependente do país. No segundo, *Subsídios para a incorporação interseccional na formação em Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez*, denunciando a invisibilidade do racismo sistêmico incorporando o pensamento crítico e interseccional de Lélia Gonzalez sobre a realidade brasileira. O papel do Serviço Social e das políticas públicas está presente também no texto: *Panorama sobre o Processo Transexualizador no Brasil: políticas públicas e Serviço Social*. O capítulo *Crônicas da guerra civil no Rio de Janeiro: o processo de vitimização policial militar* trata a problemática da crise social e política de segurança no Estado e como ela se expressa na vida de um policial e na sua trajetória.

No intuito de desvendar os diversos âmbitos da realidade, textos como os que se apresentam nesta coletânea, evidenciam nitidamente que é necessário pesquisar sob rigor científico. E para isto há que continuar incentivando e desenvolvendo a investigação e a produção de conhecimento em todos os âmbitos da Universidade Pública.

No entanto, sabemos que, por um lado, no interior da luta de interesses de grupos de classe, desde finais do século passado, se observa um constante processo de disputa pelo Fundo Público geral e da Educação, em particular, em favor de setores privatistas, o que faz com que a produção científica pública não seja precisamente uma das prioridades do Estado neoliberal brasileiro. No caminho contrário à ampliação do investimento público na educação universitária, expandem-se as instituições privadas lucrativas sustentadas em parte, com incentivos públicos diretos (do orçamento geral), ou indiretos (a través de programas de acesso ao ensino universitário como ProUni¹, FIES²).

Por outro lado, sabendo que a Universidade pública é um espaço autônomo, contraditório e de disputas sócio-políticas profundas é imprescindível que haja uma contínua pressão por parte da sociedade e da comunidade universitária em favor do aumento do investimento e direcionamento do orçamento público para as universidades, que permitam ampliar tanto as condições materiais (infraestrutura, condições de trabalho, bolsas para pesquisa, ensino e extensão, etc.), quanto as subjetivas (ambientes e incentivos para a produção de debates críticos, trabalho coletivo, etc.), e assim possibilitar o avanço das ciências em geral e especialmente, as humanas e sociais.

Entendemos então, que iniciativas como esta produção devem ser cada vez mais estimuladas para que se transformem em contínuas, mais amplas e permanentes.

¹ O ProUni (MEC, 2004), programa do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior e em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior e renda familiar de até um salário mínimo e meio. As bolsas recebidas pelos estudantes financiam total ou parcialmente o curso.

² O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) financia uma fatia do valor dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino privadas que aderiram ao programa, de acordo com a renda familiar mensal bruta do estudante e do comprometimento dessa renda com o pagamento das mensalidades. Funcionaria como um adiantamento das mensalidades do curso particular por parte do setor público, comprometendo o estudante ao pagamento posterior à finalização do curso.

Para finalizar, ressalto que temos em mãos um conjunto original de produções que refletem criticamente temas referentes às políticas sociais e serviço social na atualidade, uma obra muito oportuna para o debate. Boa leitura!

Silvina Galizia

Apresentação

É com muita alegria que apresentamos ao público a coletânea “Políticas Sociais e Serviço Social: debates contemporâneos sobre trabalho e formação profissional” que reúne um conjunto de capítulos que resultam de pesquisas realizadas, entre os anos 2021 e 2023, por pesquisadoras/es discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ).

Os temas aqui abordados, refletem o denso debate que vem sendo realizado no interior desta Pós-Graduação e sinalizam a profundidade das pesquisas realizadas pelos estudantes de mestrado e doutorado em parceria com os/as professores/as orientadores/as. Estes escritos apontam para a diversidade de temas que são objeto de estudo e expressam os grandes dilemas contemporâneos.

Como ponto de partida, encontram-se textos que deslindam as profundas manifestações da crise do capital expressos na ofensiva ultraneoliberal e neoconservadora e suas particularidades no Brasil. Alguns destes textos, circunscritos aos governos de Temer e Bolsonaro, avançam a análise dos efeitos da crise sanitária provocada pela Pandemia de Covid-19, que aliada à política reacionária adotada pelo governo de extrema direita, traz dramáticas e violentas consequências para a classe trabalhadora aumentando o desemprego, a pobreza e a desigualdade social.

Neste cenário de crise sanitária e da ascensão do projeto da extrema direita, as reflexões realizadas nestes escritos, demonstram que ocorre um avanço de forma acelerada na privatização das políticas sociais e da expropriação do fundo público pelo capital. Como resposta às lutas sociais, o Estado, através de seu braço armado, ao mesmo tempo que vitimiza os próprios policiais, intensifica a violência contra a população pobre e negra e de outros segmentos sociais que assumem uma postura de resistência.

A coletânea também oferece reflexões atualizadas sobre as implicações desta conjuntura para as políticas sociais públicas cuja realidade de desfinanciamento e precarização, radicaliza as expressões da questão social e traz novas configurações para o mundo do trabalho e, portanto, novos desafios ao trabalho profissional da/do assistente social, cada vez mais precarizado e, em alguns casos, efetivado através da intensificação do uso de tecnologias, nas diversas políticas públicas. Esta realidade, longe de ser um fator de desmobilização da categoria profissional, tem se tornado o insumo para amplos debates e reflexões, os quais poderão impulsionar o avanço da visão crítica e alimentar a resistências, sobre o qual esta publicação pretende contribuir.

A coletânea inicia com o capítulo intitulado: *O neoconservadorismo e a “nova razão do mundo”*, de Bruna Maria de Sousa do Nascimento e Rita de Cássia Cavalcante Lima, o qual resulta da pesquisa de mestrado denominada *A nova razão do mundo, a tendência neoconservadora e as políticas sociais*. No texto que se apresenta, as autoras realizam uma aproximação aos fundamentos do liberalismo e do neoliberalismo reconhecendo os traços conservadores dessa racionalidade caracterizada como antidemocrática, gerencialista, e, entre outras determinações, valorizadora do tradicionalismo moral e da família heteropatriarcal. As autoras, entendem que, o liberalismo e o “novo liberalismo”, são processos dinâmicos do capital necessários para a compreensão da transformação neoliberal do Estado. Do mesmo

modo, esta produção teórica, particulariza a reflexão sobre a crise no Brasil, o crescimento do neoconservadorismo com destaque na análise dos governos Temer e Bolsonaro.

Ainda no debate sobre o crescimento do conservadorismo no Brasil, o segundo texto: *Assistência Religiosa prisional: uma política social em disputa*, Ellen Soares e Verônica Paulino da Cruz, examinam o direito à Assistência Religiosa prisional demonstrando que esta política pública do Sistema Penitenciário atende simultaneamente aos indivíduos encarcerados e às instituições religiosas em sua diversidade. Esta produção, debruça-se sobre as origens da prisão como instituição penal que emerge das demandas por ordem na sociedade capitalista, traçando um debate sobre a relação entre Modernidade, punição e religião, particularizando o debate sobre a trajetória da política criminal no Brasil. As autoras, demonstram a existência e consolidação de um projeto de poder estruturado sobre valores cristãos evangélicos, dos grupos neopentecostais e em especial na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como a principal igreja da vertente neopentecostal, que presta assistência religiosa nas penitenciárias de todo o país. Cabe observar que a pesquisa traz como recorte a realidade do estado do Rio de Janeiro, demonstrando que a IURD atua em todos os estabelecimentos prisionais, sendo a única instituição evangélica nessa condição. Finalizam destacando que o fenômeno neopentecostal tem abarcado, além das relações religiosas, as relações econômicas, culturais e políticas.

O terceiro capítulo intitulado: *Crônicas da guerra civil no Rio de Janeiro: o processo de vitimização policial militar*, de autoria de Adriano Teodoro e Janete Luzia Leite, tem como referência a tese de doutorado de Adriano Teodoro, intitulada: *Vitimização Policial: expressão do colapso da sociedade burguesa*, defendida em dezembro de 2023 no PPGSS/UFRJ. Esta pesquisa teve como objeto a vitimização de policiais militares do estado do Rio de Janeiro por ferimentos de armas de fogo e artefatos explosivos entre os anos de 2016 e 2022. Neste texto, o/a autor/a problematizam de forma bastante consistente a problemática da crise social e política de segurança no Estado e como ela se expressa na vida de um policial e na sua trajetória. Explicitam de forma clara os efeitos da violência na vida dos policiais militares e suas famílias. Concluem afirmando que há uma forte semelhança entre estes policiais com o universo que corresponde ao público-alvo: a juventude pobre, a principal vítima da criminalização, seletividade penal e encarceramento em massa.

Os resultados da pesquisa também apontam que, o colapso que se produz pelos intensos confrontos, destruição, e demonstrações de poder dos grupos armados, são fundamentais para acumular votos dos governantes que se utilizam da sensação de insegurança da população. Denominando-os de *jagunços*, àqueles que se mantêm no poder por meio do controle de regiões inteiras em um cenário eleitoral fragilizado, Teodoro e Leite, explicitam a forma como a democracia é regulada por esses governantes e através dos quais exercem uma diversidade de atividades, entre elas citam a formulação, execução e escolha dos gestores da política de segurança.

Adentrando na crítica sobre o projeto de desmonte do serviço público federal, o quarto capítulo, de autoria de Mariana Flores e Sara Granemann, intitulado *A reestruturação destrutiva das políticas sociais: desvalorização, precarização e expropriação de direitos*, apresenta reflexões atualizadas da análise construída para a tese *Parasitas da sociedade? Uma análise sobre a reestruturação destrutiva de parcela do 'serviço público' brasileiro* defendida no PPGSS/UFRJ. As autoras, balizadas pelo conjunto de referências teóricas da crítica marxista da economia política, demonstram que a reestruturação destrutiva caracteriza o perfil de atuação estatal

nas transformações instituídas nas políticas sociais de final da década de 1990 até o tempo presente. Particularizando o estudo sobre os(as) trabalhadores(as) do serviço público federal da Educação Superior, o debate está centrado no entendimento que a reestruturação destrutiva se materializa em restrições orçamentárias, precarização das condições de trabalho e expropriação de direitos, como também na desvalorização e depreciação da fração da classe trabalhadora atuante na política pública de Ensino Superior. Assim, nesta produção teórica, demonstra-se que essas determinações impactam diretamente na luta e na conscientização de classe, pois, para desmontar as políticas sociais, é imprescindível desvalorizar o próprio trabalho e pauperizar os espaços onde se realiza essa força de trabalho.

Considerando o projeto de desmonte da política de ensino superior abordado no texto anterior, ao considerar o processo de desfinanciamento das universidades públicas federais, o quinto capítulo: *Serviço social e Assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: reflexões sobre o debate*, escrito por Luiz Carlos de Souza Júnior e Fátima Grave Ortiz, objetiva refletir sobre as concepções elaboradas no âmbito do Serviço Social acerca da assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. Com esse intuito, o recorte histórico de análise é a primeira década de implementação do Decreto nº 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Os resultados da investigação apontam que, no âmbito do Serviço Social, o debate sobre o PNAES está pautado, principalmente, a partir da discussão entre seletividade x universalidade. O ponto em comum na produção do Serviço Social sobre assistência estudantil é a importância desta política na defesa do direito ao acesso e permanência na Educação Superior, tarefa complexa que exige luta e comprometimento, não só de assistentes sociais, tendo em vista a atual conjuntura marcada pelo retrocesso e mercantilização de direitos sociais.

Laura Barbosa Martins, por sua vez, em seu texto intitulado: *Panorama sobre o Processo Transexualizador no Brasil: políticas públicas e Serviço Social*, se propõe a discutir o tema das políticas públicas destinadas à população de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, e o papel do Serviço Social junto a essa população. Ressalta as profundas dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans e o caminho para conquista de políticas públicas no Brasil, em um período de meados dos anos 1980 até o ano de 2019. As políticas públicas que a população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais e demais identidades e orientações sexuais (LGBTQIA+) conseguiu alcançar ao longo destes anos é fruto da luta desse movimento social. O programa de saúde denominado Processo Transexualizador é parte dessas conquistas, no entanto, chega ao Sistema Único de Saúde (SUS) em um momento que se vivencia o desmonte da saúde pública. O Serviço Social envolve-se neste campo de atuação com o compromisso ético e o histórico de luta em defesa de minorias e da saúde pública e de acesso universal.

Ainda na análise da particularidade dos impactos das contrarreformas nas diversas políticas sociais, a investigação de Roberto Santos da Cunha sintetizada no sétimo capítulo intitulado: *O programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso no Rio de Janeiro*, traz importantes reflexões sobre como o processo de aumento da longevidade humana se configura como um fenômeno mundial sem precedentes, porém, o privilégio do envelhecimento é restrito a determinadas classes sociais, devido às condições de vida precarizadas e acesso desigual aos bens e serviços produzidos pela classe trabalhadora em sociedades fundamentalmente neoliberais. Assim, entre os achados de sua pesquisa, cujo foco é a análise do Programa de Atendimento Domiciliar no estado do Rio de Janeiro (PADI/RJ), o autor afirma que existe

uma escassez de serviços de saúde intermediários entre a alta hospitalar e a moradia, que deveriam ser estruturados conforme sinaliza a Política Nacional de Saúde da População Idosa (PNSPI). O pesquisador comprova também, a existência de transferência de funções e responsabilidades de cuidados para a família, além de custos e gastos, necessários para o provimento e a manutenção do cuidado domiciliar. Dito isso, o capítulo conclui que este programa apresenta uma natureza contraditória, pois, embora fomente a humanização e a desinstitucionalização hospitalar, ele também é instrumento da contrarreforma na saúde para a contenção de gastos e repasse de responsabilidades do Estado para as famílias, obstaculizando a materialização do Projeto de Reforma Sanitária.

As TICs e a reconfiguração do trabalho do/a assistente social: profissional do clique e subordinação à vontade alheia, capítulo de autoria de Alejandra Pastorini e Sandra Lúcia Gonçalves, se propõe a debater acerca do trabalho dos/as assistentes sociais que atuam no âmbito estatal, via políticas sociais. Para as autoras, este trabalho tem passado por profundas reconfigurações para atender às novas demandas e requisições institucionais. Isto vem provocando grandes mudanças nas rotinas e procedimentos dados principalmente pela utilização de novos instrumentos e tecnologias, entre outros. Estas reconfigurações, que de acordo com Pastorini e Gonçalves, devem ser pensadas no contexto das transformações societárias em curso desde a década de 1970, leva tendencialmente a uma desprofissionalização, uma transferência dos saberes além de intensificar a alienação, o que limita a liberdade e a autonomia profissional. Esta reflexão apresentada pelas autoras, permite afirmar que há uma tentativa por parte dos empregadores de transformar os/as assistentes sociais em profissionais do *clique* ou simplesmente em um apêndice das novas tecnologias.

O trabalho intitulado *Lugar de Negro: Revisitando e refletindo sobre a Renovação do Serviço Social no Brasil e os movimentos sociais negros*, de autoria de Dayana Christina Ramos de Souza Juliano e Deivi Ferreira da Silva Matos, faz um importante debate acerca das relações sócio raciais e as interfaces com o Serviço Social brasileiro demonstrando que este tema se mantém como uma pauta importante para compreender as relações sociais e a dinâmica de intervenção profissional no contexto do capitalismo periférico e dependente do país. O objetivo do texto é tecer reflexões acerca das determinações que constituíram o período geopolítico da ditadura empresarial militar, revisitando os chamados Fundamentos do Serviço Social, em especial o processo de renovação na perspectiva denominada de Intenção de Ruptura e as possíveis articulações com o movimento social negro. Os autores concluem que há uma intrínseca relação entre a perspectiva de intenção de ruptura e os movimentos negros. Esta relação, segundo Juliano e Matos, marca e fomenta interpretações que poderão contribuir para a superação da opressão, dominação e exploração de classe. Ressaltam, ainda, que a reflexão que empreendem neste texto, vai no sentido de decifrar as relações que aproximam o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a questão racial, pautada pelos movimentos negros.

Encerrando a coletânea e ainda tratando do tema racial, apresenta-se, no décimo capítulo, a produção de Thamires Costa Meirelles dos Santos e Patrícia Silveira de Farias sob o título: *Subsídios para a incorporação interseccional na formação em Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez*. Nesta pesquisa, as autoras afirmam que, no Brasil, a população negra sempre esteve submetida a uma invisibilidade, apagamento histórico e racismo sistêmico. Por outro lado, como estratégia de enfrentamento e combate à desigualdade, os Movimentos Negros e as contribuições teóricas dos intelectuais, principalmente no momento de revisão crítica da

historiografia sobre as questões de “raça” e “racismo” no cenário nacional, foram fundamentais para criar uma contra narrativa à *História Oficial*. Nessa direção, as pesquisadoras apresentam a trajetória pessoal e acadêmica de Lélia Gonzales e seu papel na construção de um pensamento crítico e interseccional sobre a realidade brasileira, o que a põe em um lugar comumente ocupado por homens brancos. Os resultados da pesquisa demonstram que Lélia Gonzalez foi uma “intelectual orgânica” em função da multiplicidade de lugares que ela ocupou e das interlocuções interdisciplinares com as quais pôde traçar um diagnóstico acerca da realidade brasileira e latino-americana.

Com esta breve apresentação pretendeu-se demonstrar a riqueza das reflexões empreendidas pelas autoras e autores em seus escritos. Espera-se ter fundamentado para as/os leitoras/es a importância deste debate. Desejamos uma excelente leitura e esperamos que o conjunto destas reflexões inspirem novas pesquisas e fortaleçam nossas lutas pela transformação radical da realidade, superando visões ingênuas, imediatistas e simplificadoras do real.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024.

Fernanda Kilduff
Maristela Dal Moro
Laura Barbosa Martins
Priscila Gomes
(Comissão Organizadora).

O neoconservadorismo e a “nova razão do mundo”

Bruna Maria de Sousa do Nascimento
Rita de Cássia Cavalcante Lima

Introdução

Este capítulo parte da dissertação intitulada “A nova razão do mundo, a tendência neoconservadora e as políticas sociais” (Nascimento, 2021) que reconstituiu o que se entende por conservadorismo moderno com a sua “nova razão do mundo”, noção cunhada por Dardot e Laval (2016), em face à crise contemporânea do capital e a sua ofensiva neoliberal e neoconservadora sobre as políticas sociais públicas. Desta dissertação, ficou uma aproximação aos fundamentos do liberalismo, das duas vias de resposta à crise do capital após a Primeira Guerra Mundial – o “novo liberalismo” de John Maynard Keynes (1883-1946) e o neoliberalismo de Friedrich Hayek (1899-1992) – e do neoconservadorismo. A dissertação dialogou com os autores franceses Dardot e Laval (2016), reconhecendo os traços que compõem a racionalidade neoliberal – democrática, gerencialista, dessimbolizadora da política e da soberania popular, valorizadora do tradicionalismo moral e da família heteropatriarcal – e com a autora estadunidense Brown (2019) que, atenta à crise de 2008 nos EUA, sumariou a racionalidade de Hayek que

[...] visa afirmar a liberdade contra o mandato político, os indivíduos contra o coletivo e o desenvolvimento espontâneo contra o projeto racional. Ele busca desreificar a sociedade como nada mais que indivíduos e busca o destronamento da política de modo que o mercado e a moral possam retomar seu lugar puro e de direito. (Brown, 2019, p.126-127).

A referida dissertação, fruto da pesquisa na Área do Serviço Social, veio ao encontro do conteúdo programático da 5ª Edição do Projeto ABEPSS Itinerante, em 2020, intitulado “Ética e Direitos Humanos: elementos para a crítica ao conservadorismo”. Muitas fontes bibliográficas foram acionadas, como Jamerson Murillo Anunciação de Souza, Osmir Dombrowski, Maria Lúcia Barroco, Olegna Guedes, Deivision Faustino, Adrianyce de Sousa, dentre outras; além de material artístico¹³.

Para este artigo, retomaremos o diálogo com Dardot e Laval (2016), considerados autores polêmicos no Serviço Social em face à influência da biopolítica de Michael Foucault (2008). Esse capítulo objetiva, então, retomar a discussão sobre o neoconservadorismo e a defesa de que o neoliberalismo estabeleceu uma “nova razão do mundo” no atual estágio do capitalismo, substratos fundamentais para apreender e lutar contra o crescimento da extrema direita, à crise ambiental global e à precarização do trabalho. Para isso, será recuperada brevemente a crítica de Coutinho (2010) à miséria da razão, da qual o anti-humanismo e o anti-historicismo de Foucault são expressões. Entretanto, também se indica o que escapa a esta análise quando se toma a obra posterior, o “Nascimento da Biopolítica”, para se compreender o fundamento da proposição dessa nova racionalidade.

¹ Um dos resultados da 5ª Edição do Projeto ABEPSS Itinerante foi a organização e a divulgação de material de formação na forma remota. Desta forma, todas as fontes e materiais podem ser acessados no seguinte link: <https://itinerante.abepss.org.br/>

Há algo novo no “Nascimento da Biopolítica”?

Os capítulos que compõem este livro foram aulas escritas entre 1978 e 1979, como resultado de um curso ministrado por Foucault (1926-1984) no Collège de France, entre 10 de janeiro a 4 de abril de 1979. A obra compõe uma ampliação do universo intelectual do filósofo com diálogos com autores e temas até então ausentes em sua obra, impulsionados pela explosão da contestação estudantil, em maio de 1968. Ele propôs um plano de análise ao liberalismo clássico e, particularmente, ao neoliberalismo alemão, francês e ao estadunidense, extraindo o que nomeou de razão governamental, enquanto tipos de racionalidade que orientavam a conduta dos homens. O autor estava interessado em entender a capilaridade do poder até os sujeitos, que passava os constituir como empresários de si mesmo. Para Foucault (2008), o neoliberalismo se conforma como uma racionalidade que instiga cada sujeito a uma máxima *performance* em todas as atividades da vida social, portanto, uma racionalidade que toma a esfera da economia como relevante, mas a atravessa, gerando novas e mais sutis formas de poder sobre sujeitos.

Foucault abre o curso indicando que nos textos anteriores estava atento à arte de governar e que o “Nascimento da Política” abre não somente um novo tema, mas também um novo método. Para enunciar o biopoder, mais atento à economia e correlato ao seu interesse em compreender que mudanças estavam em curso com o neoliberalismo, ele infere os seguintes traços do método usado.

Eu gostaria de fazer precisamente o inverso, isto é, partir dessa prática tal como ela se apresenta, mas ao mesmo tempo tal como ela é refletida e racionalizada, para ver, a partir daí, como pode efetivamente se constituir, um certo número de coisas [...]. Em outras palavras, em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas, gostaria de partir dessas práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas. (Foucault, 2008, p. 5).

A cada capítulo, Foucault enuncia como essa proposta de inversão no método está sendo operada. Porém, a análise crítica dessa intenção não é objeto deste artigo, não indicando nem entusiasmo nem ceticismo. De fato, o “Nascimento da Biopolítica” foi escrito em finais da década de 1970, após a efervescência do movimento estudantil, diferente do lançamento da primeira edição do livro “O estruturalismo e a miséria da razão” de Carlos Nelson Coutinho, em 1972, que incidiu sobre *A arqueologia do saber*.

Essa concepção menos pobre do intelecto poderia motivar confusões, levando a supor que Foucault (...) atribua à historicidade objetiva do real um papel determinante em sua “concepção do mundo”. Isso não ocorre: essas transformações da “epistem” (do intelecto fetichizado) não têm nele a menor relação com a história real, ou mesmo com a história ideal do pensamento, pois são bruscas e inexplicadas reviravoltas que ocorrem no plano “arqueológico” (Coutinho, 1972, p. 160).

Netto sumaria a crítica de Coutinho às matrizes estruturalistas, da qual Foucault é um expoente, ao escrever o posfácio da segunda edição do livro “O estruturalismo e a miséria da razão”. Para Netto, a crítica “incide na autonomização que promovem da epistemologia em relação à ontologia” (Netto *apud* Coutinho, 2010, p. 243),

Para Foucault, o neoliberalismo funda um certo tipo específico de racionalidade e de sujeito, cuja arte de governar começou a ser pensada na metade do século XVIII, cotejando a emergência do liberalismo clássico à crítica de um Estado excessivo que precisaria ser limitado por algo mais universal do que a vontade de um soberano; no caso, a lei. Para o autor, o mercado era revelador de um padrão de verdade a ser investigado, pois guiaria a intervenção do Estado.

Assim, Foucault retoma o método que utilizou na “História da Loucura”, lançado inicialmente em 1961 e que deu origem à compreensão do objeto capturado pelo saber da psiquiatria e do poder resultante que derivou de suas práticas.

Era a mesma questão que eu formulava quando indagava, não se a loucura existe, vou examinar se a história me dá, me remete algo como a loucura; não, ela não me remete algo como a loucura, logo a loucura não existe. Não era esse o raciocínio, não era esse o método, de fato. O método consistia em dizer: suponhamos que a loucura não exista. Qual é, por conseguinte, a história que podemos fazer desses diferentes acontecimentos, dessas diferentes práticas que, aparentemente, só pautam por esse suposto algo que é a loucura? (Foucault, 2008, p. 5).

A obra de Foucault, portanto, incidiu sobre temas relevantes, mas o fez sobre uma operação epistemológica que refutou a ontologia marxista, onde “o princípio básico desse humanismo é a tese da autocriação do homem, a afirmação de que o homem é o produto de sua própria atividade enquanto ser social.” (Netto *apud* Coutinho, 2010, p. 222-223). No “Nascimento da Biopolítica”, ele explora um tema novo em sua obra, fértil para o tempo histórico de sua escrita e para o atual. Que mudança qualitativa no método se deu nesse texto, como dito antes, não é objeto deste trabalho. Porém, a base da postulação de Dardot e Laval (2016) de que o neoliberalismo constituiu uma “nova razão do mundo” está nesse texto de Foucault não explorado pela crítica na área do Serviço Social. Ao nosso ver, estes autores também não estabelecem uma continuidade à obra de Foucault, seja pela sua estatura teórica seja porque vincam a proposição de uma nova racionalidade no neoliberalismo em face às mudanças histórico-sociais concretas.

Muito diferente da coerente crítica de Coutinho (2008) ao anti-historicismo de Foucault que rejeita a história “no plano da gênese real, como também no plano sistemático” (2008, p. 161), Dardot e Laval (2016) a recuperam ao inferir que “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (2016, p.7). Assim, aprofundemos a discussão sobre o conservadorismo moderno e o que, efetivamente, é tratado como “nova razão do mundo” no estágio neoliberal do capitalismo.

Do liberalismo à “nova razão do mundo” e o neoconservadorismo

A “nova razão do mundo” é histórica, mas segundo Marx (1982) “A história não faz nada”, o que há são mulheres e homens que “agem em condições dadas, e por sua ação, tentam abrir um futuro para eles. Cabe a nós permitirmos que um novo sentido do possível abra caminho²”.

² Nota: DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. – 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2016, p.402.

Para decodificarmos sobre o tema de nosso estudo, focamos nesse primeiro momento sobre o liberalismo – que ganha notoriedade no Iluminismo – caracterizado por ser “um mundo de tensões” como retrata Dardot e Laval.

Na perspectiva dos autores, no que tange ao pensamento liberal dominante em meados do século XIX tem-se como dogmas: a propriedade privada, o equilíbrio de mercado, a liberdade de comércio e o direito natural e, acredita-se, na ideia das “virtudes da harmonia natural dos interesses e no livre desabrochar das ações e das faculdades individuais.” (Dardot e Laval, 2016, p.42).

Com o tempo e a não absorção da ideia de empresa moderna, o liberalismo entra em ruínas que vão se penetrando até a primeira guerra mundial e o entreguerras e essa longa crise do liberalismo, que vai dos anos 1880 a 1930, advém também do conflito entre os dois tipos de liberalismo, o liberalismo dos partidários (com a ideia de liberdade individual) e o liberalismo dos reformistas sociais (com a ideia de bem comum). Podemos dizer, por hora, que essa tensão só facilitou a gênese do neoliberalismo³ na primeira metade do século XX.

Mas, adentrando nesse “mundo de tensões”, a crise do liberalismo é uma crise de governabilidade liberal, que justifica a intervenção política no campo econômico e social no capitalismo, de acordo com os estudos de Michel Foucault.

Para Dardot e Laval o liberalismo clássico definitivamente não absorveu

[...] o fenômeno da empresa, sua organização, suas formas jurídicas, a concentração de seus recursos, as novas formas de competição. As novas necessidades de produção e de vendas exigiam uma ‘gestão científica’, que mobilizasse exércitos industriais enquadrados num modelo hierárquico de tipo militar por pessoal qualificado e dedicado (2016, p.40).

A empresa moderna era um fato que a ciência econômica dominante ainda não conseguia entender. Destarte, os liberais se enclausuravam dando ar de conservadores e inábeis de entender a sociedade de seu tempo. O desajustamento dos procedimentos liberais sobre a regulação da condição salarial e o antagonismo com as tentativas de reformas sociais formaram um outro fator de crise desse pensamento.

Um pensador dessa crise da governabilidade liberal que no final do século XIX reage contra o intervencionismo da economia e do social, bem como, do utilitarismo empírico, propondo outra ideia de utilitarismo mais evolucionista e biológico e, sobretudo, sua “lei de evolução”, além de ser contra a intervenção estatal que se resume em apenas acomodar o que já existe e viabilizar, sem criar direitos, os contratos já existentes e a assistência aos pobres é Herbert Spencer.

Pouco lembrado nos estudos de hoje, Spencer é a favor do mandamento cristão: “Se uma pessoa não deseja trabalhar, não deve comer”, indicando que a sociedade tem leis como tudo na natureza (Dardot e Laval, 2016, p.48).

Esse pensamento põe em tela a questão da luta pela sobrevivência entre os pobres deixados à própria sorte, o que caracteriza o quanto esse aforismo é desumano em relação à proteção aos seres humanos. É o seu pensamento que nos Estados Unidos e na Inglaterra trouxe a ideia de troca para a concorrência nas relações sociais e que corresponde, posteriormente, num assunto central no neoliberalismo.

Como as democracias liberais foram postas em pauta com a primeira guerra mundial e as crises econômicas, o Estado foi recorrido como um salvador de recuperação dessa

³ Consideramos o termo neoliberalismo por constituir o protótipo dos projetos anteriores e dos projetos atuais.

problemática, o que contraria a ideia do *laissez-faire* (livre mercado), mas com a conotação de somente conformar o que já existe.

No fim do século XIX, nos Estados Unidos, o significado dos termos *liberalism* e *liberal* sofreram uma mutação para assinalar uma doutrina que abdicava o *laissez-faire* e objetivava reformar o capitalismo. É assim que o “novo liberalismo” advém da verificação de que os dogmas liberais não assentaram novos contornos para intervenção do governo.

Uma figura que destaca a requisição desse nome o “novo neoliberalismo” foi o John Maynard Keynes, defensor do Estado de Bem-estar social, que definia o que era agenda e não agenda sobre a intervenção política. Para ele, o Estado devia ser regulador e redistribuidor do “socialismo liberal”.

Este “novo liberalismo”, por assim dizer, é uma opção mediante ao socialismo coletivista e marxista, assim sendo, os liberais novos rejeitam a luta de classes e concordam com um “socialismo liberal”, ou seja, social-democrata. Em seguida, entendemos que esse “novo liberalismo” é o avesso do neoliberalismo, que é contra o Estado interventor keynesiano (Dardot e Laval, 2016, p.57).

Como assegura Polanyi,

Para que a sociedade inteira se organize de acordo com a ficção da mercadoria, para que se constitua como uma grande máquina de produção e troca, a intervenção do Estado é indispensável, não apenas no plano legislativo, para fixar o direito de propriedade e contrato, mas também no plano administrativo, para instaurar nas relações sociais regras múltiplas necessárias ao funcionamento do mercado concorrencial e fazer com que sejam respeitadas. (*apud* Laval e Dardot, 2016, p. 63-64).

Destarte, o plano era salvaguardar a sociedade capitalista, “o fim do capitalismo”, mas logo depois veio os totalitarismos depois da Primeira Grande Guerra e o neoliberalismo como projeto social global.

Diferente do “novo liberalismo” de Keynes, o neoliberalismo – cujo primeiro laboratório de suas políticas foi o Chile – teve que reabilitar a intervenção pública com a lógica do mercado centralizada na concorrência, e esse cruzamento é importantíssimo para compreender do que se trata o neoliberalismo, que tem os resquícios da ideia de Spencer na segunda metade do século XIX.

O Estado na ordem neoliberal é o espelho de uma empresa. Ele constrói o mercado e é constituído pelo mercado, é uma máquina empreendedora que deve, como os atores privados da “governança”, dirigir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores (Dardot e Laval, 2016, p.378).

Nessa linha de raciocínio, podemos dizer, segundo os autores, que o neoliberalismo é uma racionalidade gerencial dominante onde leis e normas são apenas instrumentos que estão na órbita de uma crise financeira e uma crise de governabilidade neoliberal, com a locação de novas normas.

Como apontam os pensadores: “*No entanto, a racionalidade neoliberal pode articular-se a ideologias estranhas à pura lógica mercantil sem deixar de ser a racionalidade dominante*” (2016, p.388). Aqui faremos uma breve pausa para incluir o quanto o neoconservadorismo⁴ como uma racionalidade vai atuar nos campos da política, da normativa e também da economia e da cultura nos tempos atuais.

⁴ Nesse trabalho consideramos o termo neoconservadorismo como o que explica o projeto de conservadorismo ideológico na atualidade.

Como nos ensina Laval em sua Conferência no Brasil (2018), o Estado neoliberal capitalista, passa a ser transformado num Estado que tem como forma e função a generalização de um tipo de funcionamento onde a concorrência é cada vez mais implementada no espírito da empresa difundindo em instrumento da ordem social, cujos indivíduos adotam uma nova subjetividade capitalista, como empreendedores de si mesmos. (Foucault, 2010).

Em relação à democracia, o neoliberalismo não é democrático, nem formalmente, portanto, chamamos de ademocrático, pois produz uma polarização crescente entre as classes, cujos direitos sociais têm importância secundária, meramente formal, favorecendo a classe burguesa. Tal projeto possui uma racionalidade global, que submerge todas as extensões da existência humana.

Para a pesquisadora Wendy Brown (2019), a privatização econômica neoliberal subverte profundamente a democracia. Ela gera e legitima a desigualdade, a exclusão, a apropriação privada dos comuns, a plutocracia e um imaginário democrático profundamente esmaecido. Prontamente, a outra forma de privatização, por meio da familiarização e da cristianização realizada pela extensão da “esfera pessoal e protegida”, subverte a democracia por meio de valores morais antidemocráticos⁵.

Os autores Dardot e Laval nos lembram, lucidamente, que o neoliberalismo não é herdeiro natural do liberalismo, não possui uma “harmonia natural social” de Spencer, mas trata-se de como fazer do mercado “o princípio do governo dos homens como o governo de si” que é “*o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade*”, prevalecendo assim a lógica de que tudo se concentra sob a concorrência e o empreendedorismo (2016, p.34).

Nessa análise as palavras-chave da expansão do neoliberalismo no mundo são: competitividade e concorrência, que vai muito longe da esfera mercantil e financeira, para além do mercado, produzindo uma subjetividade contábil e financeira entre os indivíduos, um “capital humano”, ou seja, a subjetivação capitalista.

Portanto, para os intelectuais, a crise que abrangemos hoje é “uma crise global do neoliberalismo como modo de governar as sociedades”, ou seja, uma crise global de governabilidade neoliberal, modo de governo fundamentado na “generalização do mercado e da concorrência” (Brown, 2019, p.27).

Nesse plano, o Estado aprofunda o seu vínculo aos interesses do capital, não absorvendo os direitos dos trabalhadores, mas favorecendo os interesses da classe burguesa, como verificamos no Brasil, sobretudo, mais recentemente, após o governo de Dilma Rousseff e a eleição que se seguiu no país, com o crescimento do neoconservadorismo nas classes mais favorecidas.

Recuperando a apropriação de Brown, sobre os valores tradicionais, estes “são politizados, transformados em tática e comercializados”. A moralidade “*causa um curto-circuito na tradição e, ademais, é desatrelada da autoridade natural que Hayek imaginava para ela com seu avanço por meio de discursos e instrumentos libertários.*” (Brown, 2019, p.144-145).

Como assinala a autora, quando versamos sobre o neoconservadorismo, percebemos que a maioria dos estudiosos tem tratado dos compromissos da direita com a política do neoliberalismo e com valores como se fossem separados.

⁵ Ver BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. – São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p.141.

Na pesquisa de Brown, o intitulado “padrinho do neoconservadorismo” é Irving Kristol, que tratou a política com valores morais como componente aos mercados livres, o que alude “na promoção de valores tradicionais nas famílias, escolas e espaços cívicos, na corroboração de uma influência religiosa e no cultivo do patriotismo”. Nesse espectro, “a política neoconservadora aborda a necessidade de um Estado forte para promover o interesse nacional.” (2019, p.111).

Mas para a estudiosa, essas duas racionalidades neoliberalismo e neoconservadorismo juntas produzem forças de desdemocratização e esse fenômeno é importante para entender a união entre essas categorias nos tempos atuais.

Nos estudos de Brown (2019), William E. Connolly trata sobre o raio-x entre o cristianismo evangélico de hoje e a cultura capitalista, questões tão atuais para verificarmos no âmbito do Brasil, pois há um crescimento da direita com um discurso moral e evangélico que impregna a nossa sociedade.

Enfim, os pensadores atravessam o debate da importância da família não só para a moral, mas também para a política. Para os neoliberais, a família não era somente uma rede de proteção, mas “*um reservatório de disciplina e uma estrutura de autoridade.*” (Brown, 2019, p. 114).

Voltando ao raciocínio, podemos destacar outro pensador importante sobre o neoliberalismo que foi Friedrich Hayek, um dos intelectuais neoliberais adeptos a um Estado forte. Foi ele quem criticou o social, a sociedade e social-democracia, cujo maior erro “jaz em sua tentativa de substituir uma ordem espontânea evoluída historicamente, suportada pela tradição e instalada no costume, por projetos racionais mestres para a sociedade” (Brown, 2019, p.131).

Na ótica de Hayek, a relação entre mercado e moral “*estão enraizados em uma ontologia comum de ordens espontaneamente evoluídas carregadas pela tradição*”, a tradição permite uma sociedade livre, e é extraída do padrão de mercado, assim ele busca cultivar as convenções e os costumes do intercâmbio humano e é a religião que reúne e imprime a tradição (Brown, 2019, p.118).

Para a intelectual, Hayek sustenta “desreificar a sociedade como nada mais que indivíduos e busca o destronamento da política de modo que o mercado e a moral possam retomar seu lugar puro e de direito”. Porém, de acordo com Brown, essa moralidade que o Estado dita é o totalitarismo. “O Estado só pode assegurar os pré-requisitos da vida moral: liberdade, propriedade, regras universais de justiça e deferência política à tradição.” (2019, p.126-127).

Importante no pensamento de Hayek, no âmbito do neoliberalismo e a reformatação do tradicionalismo como liberdade é o conceito de expansão da “esfera pessoal protegida”, que deve ser alargada de conteúdo e seu domínio. Para Brown, “A defesa da ‘esfera pessoal protegida’, assim expandida, é o meio pelo qual a tradição e a liberdade repelem seus inimigos – o político e o social, o racional e o planejado, o igualitário e o estatista” (2019, p.128-129).

Só para ratificar, o

[...] neoliberalismo combate essa apreensão equivocada por meio da afirmação da ordem enraizada na tradição e na liberdade; ele trava essa briga por meio de um *ethos* e de uma prática desregulatória de longo alcance e por meio da demonização dos esquemas de justiça estatal, do fortalecimento da tradição contra tais esquemas e da oposição à própria ideia de soberania popular. (Brown, 2019, p.132).

Destarte, o neoliberalismo não afeta somente a área econômica, mas todas as esferas da vida social, exige dos indivíduos que sejam competitivos, empreendedores de si mesmos, como “capital humano”, se autovalorizando em tudo o que se faz, como destaca Laval (2018).

Na perspectiva do autor, o neoliberalismo não é um retorno a Adam Smith, na verdade teve uma refundamentação já na década de 1930, decorrendo em etapas e possuindo outras aplicações e estilos se tornando um plano político, jurídico e institucional.

Com esse embasamento ponderamos agora, sob um grande recorte, a realidade brasileira nessa nova fase neoliberal do capitalismo. De fato, os acontecimentos em âmbito nacional recentes têm intrigado vários autores a decifrar a “onda conservadora⁶” que o país está passando.

No Brasil, o conservadorismo parte, inicialmente do próprio governo federal, pela aliança do Partido dos Trabalhadores (PT) como os domínios mais conservadores da política como Sarney, Renan Calheiros, Maluf, Collor, Michel Temer, entre outros. Além disso, verificamos que tivemos um Congresso Nacional em 2014 mais conservador da história da República nacional, bem como, o maior reacionarismo burguês do Brasil.

Com o respaldo dos estudos de Felipe Demier, podemos dizer que vivemos uma “democracia blindada brasileira” para uso exclusivo do capital, que constitui a “gestão burguesa da luta de classes”. Burguesia essa que agora não usa máscaras (2016, p.12-11).

Para o autor, “O conservadorismo vem, portanto, há algum tempo, se sedimentando no tecido social brasileiro, e hoje não rareiam suas manifestações epidérmicas. Em várias instâncias de nossa sociabilidade burguesa periférica, a hegemonia conservadora é visível”. Fruto desse processo e do avanço do neoliberalismo, na política, na economia, nas expressões artísticas, na educação, nas ciências, na saúde, nos esportes, nas relações afetivas e domésticas, por fim, no ramerrão da vida cotidiana, predominam no país, práticas e visões de mundo profundamente neoconservadoras (Demier; Hoeveler, 2016, p.23).

Como indica Demier, as Jornadas de Junho, de 2013, foram importantes para o quadro nacional, despertaram a força da luta dos jovens e da população em geral que foram às ruas protestar contra o aumento das tarifas de ônibus, como também, por saúde e educação de qualidade. As elites brasileiras consideram esse feito como uma ameaça à ordem do capital e houve grande reação da extrema direita em uma sociedade cada vez mais polarizada.

A “democracia blindada” conduzida pelo governo petista de Dilma Rousseff reagiu às jornadas de junho e teve na base, o surgimento da “onda conservadora” que emerge depois com o golpe de 2016 e no contrarreformismo com foco na classe trabalhadora⁷.

Dessa maneira, Demier relata

As jornadas de junho de 2013 foram, de certa forma, uma expressão dessa nova situação. O alto custo de vida, o caos nos serviços públicos, e nos transportes em [...] particular, tornaram a vida praticamente insuportável para a maior parte da população, que iniciou vertiginosamente uma ruptura com o petismo no poder. Diante disso, até mesmo a capacidade do PT de domesticar os movimentos sociais e aplicar os ajustes tornou-se menor, diminuindo, por conseguinte, sua serventia política ao capital. Esse novo contexto fez renascer das cinzas a então

⁶ Termo utilizado num artigo de Guilherme Boulos. Ver DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil / Álvaro Bianchi... [et al.] – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 10.

⁷ Demier, F. 1980 – Depois do golpe; a dialética da *democracia blindada* no Brasil. – 1. Ed. – Rio de Janeiro, 2017, p.81.

Oposição de Direita, com destaque para sua direção tucana, o que pôde ser percebido já nos resultados do segundo turno de 2014. (2017, p.84).

Após a derrubada do governo Dilma em 2016, a direita mais conservadora e reacionária sai às ruas demudando o panorama político do Brasil com o crescimento do chamado ódio de classe. Como afirma Boulos, “Quem teve força política para capitanear o discurso da mudança não foi a esquerda, mas a direita”⁸.

Conforme exposição de Demier,

Por meio de todos os poderes do Estado, os direitos democráticos são atacados, evidenciando uma amálgama entre uma plataforma economicamente neoliberal, politicamente reacionária, e profundamente conservadora no âmbito comportamental⁹.

Destacamos assim sobre essa racionalidade neoconservadora de nova face que caminha junto com a racionalidade neoliberal, pois ela vai além do campo comportamental. Avaliamos, então, que essa intersecção que tem face global é o ponto chave para entendermos o contexto social brasileiro nesse momento.

Desse modo, concordamos com Demier em relação a sua análise sobre a democracia brasileira, quando diz: “esta é uma democracia sem dentes, sem olhos, sem paladar, sem nada, isto é, um mero simulacro, cuja única e derradeira missão histórica é cortar direitos e aplicar um brutal ajuste fiscal que penaliza os setores subalternos, sugando-lhes até a última gota de sangue” (2017, p. 105) e isso tem a ver com o sistema no qual estamos submersos.

Na crise do capital, “um dos reconhecidos componentes da crise do capitalismo, em curso desde o início da década de 1970 do século XX e agravada nos dias de hoje, é o de um profundo mal-estar do Estado democrático de direito, diga-se da democracia burguesa.” (Demier, 2017, p.9).

Como instrui Demier:

As democracias a partir da década de 1980, por nós chamadas de “democracias blindadas”, evidenciaram uma arquitetura bastante diferente. Dotadas de um caráter “hegemônico” – isto é, combinando de forma equilibrada elementos de consenso e coerção –, tais democracias apresentam estruturas de funcionamento hermeticamente fechadas às pressões populares, preservando seus núcleos institucionais decisórios como espaços exclusivos dos interesses da classe dominante (2017, p.33).

O autor responde que reservadas dos direitos e com expansão de políticas sociais compensatórias (2017, p.33), as democracias oferecem outra forma de trato da “questão social” por parte do Estado capitalista, onde a cobertura midiática ajuda na “blindagem” das democracias de hoje, que são “alicerces centrais das democracias blindadas”.

⁸ Demier, F. A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p.30.

⁹ DEMIER, Felipe, 1980 - Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual. Demier, F. 1980 – Depois do golpe; a dialética da *democracia blindada* no Brasil. – 1. Ed. – Rio de Janeiro, 2017, p.99.

Considerações finais

Para finalizar, o estudo objetivou recuperar inicialmente o diálogo com Dardot e Laval (2016) em face à influência da biopolítica de Michael Foucault (2008), a discussão sobre o neoconservadorismo e a defesa de que o neoliberalismo estabeleceu uma “nova razão do mundo” no atual estágio do capitalismo, substratos fundamentais para apreender e lutar contra o crescimento da extrema direita, à crise ambiental global e à precarização do trabalho.

Do mesmo modo, entendemos que o liberalismo e o “novo liberalismo” são processos dinâmicos do capital para compreendermos do que se trata a transformação do Estado neoliberal, ou como Laval chama hoje de “novo neoliberalismo” como uma nova etapa desse projeto, a “nova razão do mundo”.

Igualmente, podemos dizer que esse projeto caminha com o neoconservadorismo no mundo e, mormente, no Brasil como percebemos hoje. País que vivencia questões graves na política, na economia, na cultura e nas subjetividades.

Lembremos do governo PT, do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, do golpe de 2016 com Michel Temer e do governo de ultradireita de Jair Messias Bolsonaro em 2019 no país, tempos de retrocessos e crise do capital, sobretudo, na área da educação e da saúde no momento de pandemia da Covid-19 e a crise ambiental e sanitária instaurada no país.

Mas, de acordo com os estudiosos, mesmo diante desses reveses, as possíveis saídas são a garantia de uma democracia como valor universal e da luta dos movimentos sociais pelos direitos humanos rumo à nova ordem social socialista.

Referências

- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor Universal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Posfácio de José Paulo Netto. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMIER, Felipe. **Depois do golpe; a dialética da *democracia blindada* no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DEMIER, Felipe, **Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual** / Felipe Demier. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil** / Álvaro Bianchi... [et al.]. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LAVAL, Christian. Conferência. **A nova razão do mundo. Do neoliberalismo ao comum**. **Tv Boitempo**, 2018.

MARX, Karl. **OEuvres III**. Paris, Gallimard, 1982, Coleção La Pléiade.

NASCIMENTO, Bruna Maria de Sousa do. **A “nova razão do mundo”**: a tendência neoconservadora e as políticas sociais. 2021, 96 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

Assistência religiosa prisional: uma política social em disputa

Ellen Soares
Verônica Paulino da Cruz

Introdução

A inserção social da pessoa egressa do sistema prisional envolve um debate de altos custos materiais e simbólicos¹¹. Nessa direção, é preciso considerar a cooperação de diversas instituições da sociedade, incluindo as religiosas, na política penitenciária. A participação social na execução da política criminal, balizada pelo paradigma da ressocialização, historicamente se situa nos marcos democráticos da década de 1980. Esse modelo, à luz do conceito de reintegração social, permite a abertura da cadeia à sociedade por meio de várias instituições, ajustando a instituição prisional aos preceitos dos Direitos Humanos. Assim, a Assistência Religiosa Prisional, ao figurar como um dos pilares da recuperação penal, se constitui como uma política pública social executada dentro do Sistema Penitenciário brasileiro.

Desde a reforma penal da década de 1980, marcada pela Lei de Execução Penal – LEP², o Sistema Penitenciário brasileiro propugna pela recuperação penal das pessoas condenadas pela justiça criminal. O modelo ressocializador, orientado pelo conceito de reintegração social, admite que projetos profissionais, educacionais, culturais e religiosos sejam ofertados dentro das prisões. Nesse contexto, a Assistência Religiosa Prisional figura entre os pilares da recuperação penal como um tipo de educação aplicada dentro do cárcere. À vista disso, o Estado democrático brasileiro propõe que as pessoas encarceradas, após o cumprimento da pena, possam retornar à vida em sociedade.

Nesse sentido, a Lei Penal dispõe como elementos ressocializadores: a Assistência Religiosa Prisional com o amparo emocional na fé (art. 24); a Classificação para orientar a individualização no cumprimento da pena privativa de liberdade (arts. 5, 8); a Assistência Social para o amparo e preparo ao retorno à liberdade (arts. 22, 23); a Assistência Educacional para a formação, inclusive profissionalizante (arts. 17, 18, 19, 20, 21); e a Regulamentação do Trabalho Prisional para inserção laboral intramuros (art. 28) (BRASIL LEP, 1984).

A Assistência Religiosa Prisional, como política pública social do Sistema Penitenciário, se apresenta entre o direito da pessoa encarcerada (ao exercício de sua fé) e o direito de participação política da sociedade civil (inclusive das instituições religiosas) na política criminal brasileira. Em outras palavras, o direito à Assistência Religiosa Prisional atende simultaneamente aos indivíduos encarcerados e às instituições religiosas em sua diversidade. Dessa forma, a Assistência Religiosa Prisional reivindica também o direito de participação social democrática das diversas instituições religiosas na política pública social do Sistema Penitenciário. Assim, a perspectiva da reintegração social presente na Lei de Execução Penal e na Constituição de 1988 exige identificar alternativas para a inserção social da pessoa encarcerada, para além da criminalidade (BRASIL, 1988).

¹ Referência nas “Economias das trocas simbólicas” de Pierre Bourdieu. Ver Bourdieu, Pierre. 1930-2002. A economia das trocas simbólicas: introdução, organização e seleção. São Paulo: Perspectiva, 2007

² LEP, Lei de Execução Penal, N° 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 20 de maio de 2019.

Embora a intenção do Estado democrático brasileiro de legislar sobre a recuperação penal esteja homologada à defesa dos Direitos Humanos, é fundamental manter a diversidade religiosa na política de Assistência Religiosa Prisional, atendendo com equidade a diferentes credos. Nesse sentido, as instituições religiosas (em sua diversidade) devem ser observadas no Sistema Penitenciário como atores sociais e políticos potentes, capazes de empreender um trabalho transformador na política criminal. Sem perder de vista que os agentes religiosos, por vezes, figuram como única referência de suporte material, emocional e familiar para pessoas encarceradas, também é necessário notar a Assistência Religiosa Prisional como geradora de uma sociabilidade no ambiente prisional, para além de uma política social.

Punição e modernidade

A história humana é marcada por diversos fenômenos violentos, sejam por sacrifícios religiosos ou pelo mero desejo de poder. O castigo ao corpo está presente em nossa memória desde as mais remotas civilizações. Contudo, seu significado se modifica para se acomodar a cada sociedade ou a seus diferentes contextos. Nas modernas sociedades industriais europeias, o castigo público ao corpo cede lugar à punição institucional privada, acompanhando as mudanças culturais, políticas e econômicas de seu tempo. Em outras palavras, surgem os estabelecimentos prisionais em substituição aos castigos públicos executados pelas sociedades medievais. A secularização do crime é parte do processo de modernização que apostava na racionalidade para a punição, prescindindo da relação moral e religiosa (Santos, 2018).

Como instituição penal, a prisão emerge das demandas por ordem das modernas sociedades burguesas, refletindo seu anseio por segurança. Sendo uma instituição própria das sociedades capitalistas, manifesta a punição individual no âmbito privado de um estabelecimento prisional. Em consonância com o conjunto de direitos relacionados às propriedades individuais, a prisão, em substituição aos castigos corporais públicos, abrange as propriedades do indivíduo sobre si, sobre seus bens e sobre suas escolhas. Ou seja, é consonante com os ideais das revoluções burguesas – francesa e inglesa – expressando suas lutas e conquistas por direitos relacionados à condição humana, isto é, respeitando os Direitos Humanos.

Punição, democracia e participação social

Segundo a criminologia crítica, a influência dogmática cristã ocidental reflete nas concepções de punição, crime e criminalidade ao longo do tempo. Nessa perspectiva, as noções de culpa e culpabilidade, cuja fundamentação se dá pela Igreja e pelo Estado, são alicerçadas na subjetividade e na prática da pena. De um lado, estão os bons, não puníveis; do outro, os maus, puníveis (Batista, 2011). Nesse sentido, a punição penal dos sujeitos infratores da ordem manifesta respostas às sociedades capitalistas. Estabelece, assim, uma relação de oposição entre os que têm o poder de criminalizar e os que estão sujeitos a serem criminalizados, “de modos visíveis e invisíveis” (Baratta *apud* Batista, 2011, p. 91).

Nessa direção, as democracias modernas reconhecem a necessidade de uma política criminal para dar conta de disciplinar os indivíduos. O enfrentamento da questão criminal se articula ao momento em que “o capital precisou de um projeto de assujeitamento coletivo, de corpo e alma” (Batista, 2012, p. 19). Nesse contexto, os crimes contra a propriedade

suscitaram a necessidade de proteger os meios de produção, conferindo maior vigilância para a circulação de mercadorias (Foucault, 2014). Então, nas sociedades capitalistas, ditas civilizadas, a noção de trabalho se transforma acomodando o trabalho assalariado, a fim de estabelecer uma economia apoiada no modo de produção e estilo de vida social, cultural e político capitalista.

E, uma vez que “cada forma de produção gera suas próprias relações jurídicas, a sua própria forma de governo, etc.” (Marx, 2008, p. 146), os Estados modernos, sendo também Estados de direito, tornam-se essenciais para o desenvolvimento da nova ordem social, consolidando o estilo de vida ditado pela economia capitalista. À vista disso, é importante notar que o espírito do capitalismo não se relaciona apenas com astúcia e ganância por lucros exorbitantes, mas também contempla um modo de vida (Weber, 2013). Nesse sentido, é preciso observar que o assentamento da democracia, como fórmula política de governo (Bobbio, 1988) das modernas sociedades capitalistas, faz parte de um contexto cultural que se convencionou chamar de modernidade.

Com limite na igualdade formal, sendo todos iguais em deveres e direitos perante a lei, a democracia é a fórmula política para o governo de todos, na qual se forma uma rede de instituições interconectadas (Bobbio, 1988). Nessa direção, as democracias modernas têm como pressuposto a defesa de direitos individuais e garantias fundamentais, abarcando os Direitos Humanos. Nesse contexto de consolidação do trabalho livre assalariado do modo de produção capitalista, se condensa no Estado a responsabilidade sobre as demandas por segurança e ordem da sociedade. Importante salientar, nesse contexto, a influência cristã protestante, mais afeta ao mundo do trabalho livre do que o bloco católico. Os protestantes, como atores políticos que operam na dimensão simbólica das sociedades modernas com seu movimento religioso revolucionário, passam, também, a reivindicar sua participação política. Através de sua organização política, colocam suas verdades para as sociedades modernas, indicando o trabalho livre como modo de inserção social em um grupo de status social.

O modo de vida moderno, aquele que traduz o estilo de vida capitalista forjado na ética do trabalho livre, vai além da necessidade de obter lucros, mas de afirmar um estilo de vida terreno materialmente próspero (Weber, 2013). Nessa direção, a relação do espírito capitalista, em sua particular forma de trabalho, se articula com a ética protestante. Ainda que a Igreja Católica tenha reconhecido e conferido aos juros caráter genuíno, visto na absorção do dogma canônico da “*usura pravitata*” (Weber, 2013, p. 89-92), é possível visualizar melhor a aceitação do trabalho livre e dos ganhos capitalistas entre os protestantes do que no bloco católico.

O projeto Brasil: modernidade, religião e punição

O processo de modernização brasileiro é bastante controverso. A partir do governo imperial, diversos investimentos objetivando a construção de um projeto de modernização foram realizados no país. Nesse período, o estilo de vida no Brasil configurava-se como um arremedo mal engendrado entre as influências culturais europeias e o modo de produção escravagista, assentado na via católica. É possível notar, ao mesmo tempo, a complacência da hierarquia católica com a escravização e sua modulação das condutas morais, dando corpo à política criminal no país. Assim, o governo brasileiro adotou normativas legais para a construção de um país independente, influenciado pelos moldes iluministas europeus e pela hierarquia católica no país.

Segundo Castro (2007), o Império instituiu uma política criminal, visando à criação de um Sistema Penitenciário para vigilância e controle nos moldes panópticos³. Desse modo, estabeleceu-se um sistema para disciplinar e castigar a mão de obra escravizada, diferente dos países europeus, onde havia uma classe trabalhadora constituída e consciente. À época, de uma população massivamente escravizada, o Estado brasileiro instituiu regras formais segundo a lógica da elite imperial. A influência religiosa católica pode ser observada na Constituição de 1824, que indicava a liberdade religiosa com base na religião oficial do Estado, ou seja, a católica (Castro, 2007). Nesse cenário, profundamente marcado pela marginalização e criminalização de cultos e outras expressões de religiões de matrizes africanas, cabia à Igreja Católica a regulação dos registros civis de nascimento, casamento e morte, denotando a hierarquia racial do homem branco e a conservação dos traços da escravização.

Certamente, as transformações no mundo do trabalho ditaram as demandas por ordem e segurança nas sociedades modernas, preconizando novas formas de punição. Contudo, precisamos atentar para o contexto específico brasileiro, em que a manutenção dos grandes latifúndios e da propriedade de pessoas escravizadas produziu impactos grotescos em nossa cultura até os dias atuais. Dessa forma, é preciso atentar para o atravessamento da religião na punição moldada em nosso país. O Sistema Penitenciário, como local privado para punição, expressa também o exercício do poder simbólico nas práticas penais e na legislação da justiça criminal moderna. Relaciona-se ao exercício legítimo da violência simbólica na política criminal, com respaldo cultural, político e religioso das diversas instituições da sociedade brasileira, além de responder às demandas de ordem e segurança das sociedades capitalistas.

A trajetória da política criminal no Brasil

Na perspectiva da criminologia, a compreensão da instituição prisional parte das suas relações sociais, considerando seus elementos culturais, políticos, econômicos e religiosos. Vera Malaguti Batista, segundo as concepções de Massimo Pavarini e Dario Melossi, argumenta que a necessidade de ordem da sociedade se relaciona com sua formação econômica e social, indicando que a compreensão da questão criminal requer a apreensão do contexto que a insere (Batista, 2012). Nessa direção, a autora reconhece as práticas criminológicas como um produto histórico, ou seja, como produto de uma época ajustado às práticas, aos costumes e aos discursos de seu tempo. Tais concepções nos orientam a iluminar, nas bases de sustentação da política criminal brasileira, a formação social do Brasil.

A peculiaridade da economia brasileira, sustentada pelo modo de produção escravagista, destoava das modulações estrangeiras, expondo o paradoxo da modernização brasileira. Nos países dominantes, o capitalismo industrial pressionava pela substituição da mão de obra escravizada pelo trabalho assalariado, segundo a lógica capitalista. Mas no Brasil, “os escravistas tinham argumento a favor do cativo; para eles, a escravidão era benéfica ao negro, que seria civilizado e conheceria o Cristianismo” (Castro, 2007, p. 393). Importante ressaltar que, historicamente, as camadas populares brasileiras foram sempre alijadas dos processos de tomada de decisão e de participação política democrática, como bem adverte

³ O Modelo Panóptico de Jeremy Bentham que Foucault descreve como uma forma de arquitetura que permite um tipo de poder do espírito sobre o espírito (Foucault, 2013, p. 88).

Coutinho (2000)⁴, Fernandes (2000)⁵ e Ianni (1993)⁶. À vista disso, situamos a constituição do Sistema Penitenciário brasileiro entre as disputas de poder do governo imperial, sem descartar os interesses e a participação social da instituição religiosa. Por vezes, observamos a moral cristã católica influenciando a política criminal, destacando a criminalização de outras práticas religiosas. Logo, a constituição do Sistema Penitenciário brasileiro se posiciona entre as disputas de poder do governo imperial.

Na virada para o século XX, na etapa mais acentuada da modernização brasileira, quando o processo de industrialização insere o Brasil na periferia da economia capitalista, a vida social no país também se altera. Nesse contexto de profundas mudanças nos centros de influência do mundo, com o declínio das nações europeias e a ascensão dos Estados Unidos, há também de se observar o fenômeno religioso que emerge. A Reforma Protestante estadunidense, de onde nasce o pentecostalismo, expressa um protestantismo mais afeto às mudanças no Novo Mundo. Em outras palavras, o movimento religioso e político pentecostal ocorre mais afinado às expressões e pulsões humanas das camadas mais populares e periféricas do mundo. A exemplo da Reforma Protestante iniciada por Martin Lutero e João Calvino, nos séculos XVII e XVIII, o movimento pentecostal promove rupturas e fragmentações no pensamento religioso. Altera normas de condutas e forja novas verdades no mundo ocidental, sobretudo nas culturas do Novo Mundo – América do Norte e, posteriormente, América Latina, sendo o Brasil o país de maior expressão (Mariano, 2004).

Nessa nova configuração geopolítica, os Estados Unidos emergem como uma potência econômica e ascende como um polo de prestígio e intervenção na cultura ocidental, principalmente em países periféricos, como no do Brasil. O pentecostalismo, movimento religioso cristão protestante, com base no livro dos Atos dos Apóstolos do Novo Testamento da Bíblia cristã, radicaliza a tradição protestante enfatizando o batismo pelo Espírito Santo, caracterizado pela fala de “línguas estranhas” – um tipo de língua sem identificação de significação semântica (Mariano, 1999). Em certa medida, apresenta-se como um movimento revolucionário ao pensamento protestante tradicional, tendo em vista que realiza um chamamento de inúmeras pessoas à igreja, na perspectiva da busca pela santidade, no início do século XX.

Nessa interconexão cultural, encontramos diversos investimentos para estabelecer uma nova política criminal no Brasil, objetivando concretizar um modelo de recuperação penal. Na primeira década de 1900, diversas ações dos governos brasileiros buscaram incorporar novas estratégias às penas. De acordo com o arquivo do DESIPE⁷, nesse período foram desenvolvidas estratégias para criar e moldar um aparato de gestão penitenciária e medidas ao mercado de trabalho dentro do sistema criminal. Órgãos como a Inspeção Geral das Prisões (1922) e o Conselho Penitenciário (1924) demonstram a nítida intenção de criar uma estrutura para administrar as penitenciárias no país. Na década de 1930, alinhada às reformas do Estado, implementou-se a fiscalização do Sistema Penitenciário, ato inédito até então: “a partir de 1930, criava-se uma nova meta visando à reformulação da legislação brasileira, agrupando todas as normas do regime penitenciário em um código único, para vigorar em todo o território nacional” (Silva; Santos, 2000).

⁴ Carlos Nelson Coutinho, “Notas sobre cidadania e modernidade”.

⁵ Florestan Fernandes, “A integração do negro na sociedade de classes”.

⁶ Octavio Ianni, “O colapso do populismo no Brasil”.

⁷ DESIPE – Antigo órgão da Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, substituído em 2023 pela Secretaria de Administração Penitenciária-SEAP/RJ.

Na virada da década de 1970 para 1980, as lutas pela redemocratização requisitaram do Estado respostas democráticas significativas, culminando na reforma penal de 1984 e na Constituição Federal de 1988. As transformações sociais, políticas, culturais e econômicas no Brasil de certa forma influenciadas pelo contexto da globalização, evidenciaram a necessidade de uma revisão também na legislação penal. Nessa direção, a Reforma Penal da década de 1980, marcada pela promulgação da Lei de Execução Penal (LEP) e pela Constituição de 1988, afirma a “dignidade da pessoa humana, preconizando a integridade física e moral do indivíduo no ambiente prisional”. À luz do conceito de reintegração social, as reformas do Estado brasileiro recepcionam o paradigma da ressocialização, admitindo a abertura da cadeia à sociedade civil, no rol dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, o modelo ressocializador acolhe a Assistência Religiosa Prisional e o “exercício da fé” como um tipo de educação, aprendida durante o cumprimento da pena de prisão, que promove a reintegração social das pessoas encarceradas à vida extramuros. Segundo Teresinha Teixeira de Araújo⁸ e Elizabeth Rodrigues Félix⁹ (2019), a Assistência Religiosa está inserida no rol de outras “assistências”, a saber: material, saúde, jurídica, educacional e social, a serem prestadas pelo Estado aos presos e egressos dos sistemas prisionais, em nível nacional (Araújo, 2016; Araújo; Félix, 2019). Seu caráter normativo no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro foi observado pelas autoras, tendo início na publicação da Portaria nº 754 DESIPE/DG de 27 de junho de 1996, substituída pela Portaria nº 005 da SEAP em 2004.

Nessa perspectiva, a Assistência Religiosa como política social prisional se relaciona tanto ao direito social da pessoa encarcerada, como ao direito de participação social das diversas instituições religiosas como participação democrática na política pública. Normatizada pela LEP e reconhecida no artigo quinto da Constituição de 1988, a Assistência Religiosa diz respeito ao compromisso com o direito ao exercício da fé, “assegurada nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva” (BRASIL, CFRB, 1988). Como direito social, a Assistência Religiosa representa uma das conquistas na luta por direitos de cidadania. Nesse sentido, acolhemos a política social de Assistência Religiosa como fruto das lutas e conquistas históricas no âmbito da proteção social e dos Direitos Humanos. E, recuperando a noção de cidadania, segundo Carlos Nelson Coutinho, é possível apreender o caráter histórico da política social de Assistência Religiosa Prisional, entendendo-a como um direito social que, ao lado dos direitos civis e políticos, influencia diretamente o conceito de cidadania.

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (Coutinho, 2000, p. 50).

O ideal ressocializador, apesar do seu *modus operandi* impregnado de arbitrariedades herdadas das formas de gestão pretéritas da punição penal, como destacado por Silva e Santos

⁸ Teresinha Teixeira Araújo, assistente social da Divisão de Planejamento e Intercâmbio Setorial da Coordenação de Serviço Social, na Subsecretaria de Tratamento Penitenciário na SEAP/RJ. Atualmente, responsável pela articulação, credenciamento e atendimento das demandas da Assistência Religiosa na instituição em dezembro de 2016.

⁹ Elizabeth Rodrigues Félix, assistente social diretora da Diretoria da Divisão de Planejamento e Intercâmbio Setorial da Coordenação de Serviço Social, na Subsecretaria de Tratamento Penitenciário na SEAP/RJ em dezembro de 2016.

(2000)¹⁰, postula pela proteção social e defesa dos Direitos Humanos, elementares em construções democráticas, na década de 1980. A afirmação do direito da pessoa encarcerada ao exercício de sua fé, sem dúvida, revela a intenção do Estado brasileiro em legislar a favor da participação social democrática e dos Direitos Humanos. Assim, a LEP dispõe no seu art. 24: “A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se lhes a participação dos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa” (Brasil, LEP, 1984).

Importa também ressaltar que o contexto pós-II Guerra Mundial contribuiu para fomentar bases para a Assistência Religiosa no Sistema Penitenciário brasileiro. Findada a guerra, é possível notar um movimento de atualização do cristianismo paralelo ao plano de recuperação do capitalismo mundial. No Brasil, e em toda a América Latina, a renovação carismática católica ganha relevo pautada na Teologia da Libertação, com marcos no Concílio Vaticano II, em 1965, e na Conferência Episcopal de Medellín, Colômbia, em 1968. Contexto que também houve uma expansão protestante para a América Latina, com maior impacto no Brasil (Mariano, 2004). O evangelismo de massa, segundo Ricardo Mariano, eclode com o movimento de expansão pentecostal norte americano para países da América Latina, África e Ásia a partir da década de 1950. “*O pentecostalismo assume proporções continentais, dando ênfase ao dom da cura divina como propulsor das campanhas evangelistas pós-II Guerra Mundial*” (Mariano, 2004, p. 31). E, através do uso do rádio e da TV, inova em sua comunicação proselitista.

Então, nas costuras da sociedade global, considerando as mudanças culturais, políticas e econômicas pós-II Guerra Mundial, é possível observar um movimento de atualização do cristianismo no Brasil e em toda a América Latina. Ao mesmo tempo em que observamos o movimento de recuperação do capitalismo mundial, notamos também atores políticos religiosos (sejam católicos ou protestantes) reivindicando sua participação nos processos de tomada de decisão social. À vista disso, que fixamos a política social de Assistência Religiosa Prisional garantindo tanto o direito da pessoa encarcerada ao exercício de sua fé, quanto o direito de participação social das instituições religiosas de diferentes crenças na política pública penitenciária.

Certamente, não podemos deixar de iluminar as mudanças no campo simbólico da recuperação penal no Brasil, uma vez que tais mudanças se articulam entre as dimensões política e religiosa no Sistema Penitenciário. E, considerar a expansão evangélica, partindo do movimento pentecostal e seu desdobramento neopentecostal, em articulação com a política social penitenciária.

Assistência Religiosa Prisional no Rio de Janeiro

Refletir sobre a política social de Assistência Religiosa Prisional no Rio de Janeiro requer, antes, observar o Sistema Penitenciário estadual em suas interações com suas comunidades e territórios, suas heranças culturais e suas expressões religiosas. Nessa direção, evidenciamos o neopentecostalismo como um fenômeno social orgânico da cultura carioca. Especialmente conhecedor do território, das mazelas e da linguagem da periferia do Rio de Janeiro, esse fenômeno (religioso e político) surge na zona norte da cidade, marcado pela criação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) na década de 1970. Assim, afirmamos

¹⁰ Normélia Maria da Silva; Adnei Alves dos Santos, 2000. Divisão de Classificação do DESIPE/RJ. Descreveram diversos instrumentos normativos institucionais e legais, assim como atravessamentos políticos nos diferentes contextos desde as primeiras prisões, no período colonial até final do século XX.

o surgimento das igrejas neopentecostais como um fenômeno social autóctone¹¹ do Rio de Janeiro (Oro, 1992), para então abordar as alternativas de inserção social de pessoas encarceradas na perspectiva das políticas públicas sociais.

Com lideranças locais fortes e pouca inclinação à tolerância e ao ecumenismo, o fenômeno neopentecostal se opõe às religiões afro-brasileiras; estimula a expressão emocional; utiliza muito da comunicação de massa; enfatiza rituais de cura e exorcismo; e se estrutura empresarialmente, adotando estratégias de marketing no mercado religioso para venda de bens simbólicos aos fiéis (Oro *apud* Mariano, 2004, p. 35). Essas características sintetizam a tipologia neopentecostal brasileira, elaborada por Ricardo Mariano na década de 1990, diferenciando-se do homônimo neopentecostal norte-americano. Ainda que a expressão neopentecostal tenha surgido nos Estados Unidos, designando uma dissidência no movimento pentecostal das igrejas protestantes, no Brasil, “o prefixo ‘neo’ mostra-se apropriado tanto para designá-las [igrejas] por remeter à sua formação recente quanto pelo caráter inovador do neopentecostalismo” (Mariano, 2004, p. 33).

Nessa perspectiva, o termo se apresenta para justificar determinados grupos da terceira onda pentecostal brasileira, revelando características muito distintas tanto do pentecostalismo surgido no Brasil no início do século XX quanto do neopentecostalismo norte-americano da década de 1970.

Embora recente entre nós, o termo neopentecostal foi cunhado há vários anos nos EUA. Lá, na década de 70, ele designou as dissidências pentecostais das igrejas protestantes, movimento que posteriormente foi nomeado de carismático. Como deixou há muito de ser empregado nas tipologias norte-americanas, não confunde nem atrapalha nossa tarefa de classificação (Mariano, 2004, p. 33).

Nessa direção, o termo é consagrado entre os pesquisadores para indicar um tipo específico de pentecostalismo que se inicia com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em 1977, demarcando seu corte histórico-institucional com a corrente pentecostal. A tipologia neopentecostal de Ricardo Mariano situa o fenômeno na terceira onda pentecostal brasileira. Para tanto, o autor parte da concepção das três ondas pentecostais elaborada por Paul Freston na década de 1990, que diferencia, a partir da década de 1970, as igrejas evangélicas surgidas no Brasil. Segundo Mariano (2004), as igrejas neopentecostais se estruturam como empresas, adotando arrojadas estratégias de marketing, com algumas delas tendo fins lucrativos, resultando na ruptura com o sectarismo e ascetismo pentecostal tradicional. Desse modo, o neopentecostalismo apresenta características completamente novas, através de uma ética comportamental de afirmação do mundo material, tornando essencial sua diferenciação marcada pelo uso do prefixo “neo”.

Para Paul Freston, a novidade da terceira onda pentecostal no Brasil [o neopentecostalismo] ocorre com a criação das igrejas: Universal do Reino de Deus em 1977 e Internacional da Graça de Deus em 1980. Inicialmente, os cunhados - o bispo Edir Macedo e o missionário R. R. Soares - oriundos da Igreja de Nova Vida fundaram a IURD com base na Teologia da Prosperidade. Após um atrito entre eles, seguiram seus projetos separados, marcando a posterior criação da Igreja da Graça. De acordo com Freston (1993), esse tipo

¹¹ Fenômeno autóctone por ser originário da região onde surge e se manifesta, no caso neopentecostal no Rio de Janeiro, tendo como expressão primeira, a Igreja Universal do Reino de Deus – IURD. Segundo Mariano (2004), o padre e professor da PUC-RJ, Jesus Hortal, em 1994 observou o surgimento da IURD como fenômeno autóctone do Rio de Janeiro. Fundada em 09 de julho de 1977 a IURD inicia suas atividades nas dependências de uma antiga funerária no bairro da Abolição, zona norte da cidade. A sua frente Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares e Roberto Lopes - dissidentes do pentecostalismo apregoado pela Igreja Nova Vida, criada em 1967 (Mariano, 2004).

de pentecostalismo surge em um contexto no Rio de Janeiro marcado pela decadência econômica, pelo populismo político e pela máfia do jogo do bicho, sendo facilmente adaptável à cultura urbana que acompanha o surto de crescimento da década de 1980.

Ressaltamos o neopentecostalismo ocupando cada vez mais espaços fora dos templos e na política partidária. Como um fenômeno social vinculado ao pensamento cristão evangélico pentecostal, cuja origem remonta aos movimentos avivalistas norte-americanos do início do século XX, e no caso da IURD, o produto institucional mais famoso do pentecostalismo da terceira onda, é importante salientar também que a igreja tem seu próprio partido político (Freston, 2006). Nessa direção, a organização empresarial neopentecostal avança sobre as mídias de massa, em particular a televisão, com o “televangelismo” (Mariano, 2004). E coloca em prática seu evangelismo globalizado, com programação diária nos canais de TV aberta, aqueles mais acessados pelas classes mais vulneráveis.

À vista disso, a década de 1990 revela a consolidação de um potente ator político e religioso: a Igreja Neopentecostal. Ao mesmo tempo, há o notável encolhimento das políticas sociais frente às políticas econômicas do receituário neoliberal, período sinalizado por Elaine Behring (2003) como de Contrarreforma do Estado. Nesse contexto, importa ainda observar os impactos do capitalismo especulativo, banalizando a condição humana e as configurações culturais de supervalorização do imediato e do efêmero, próprias da “condição pós-moderna” – termo que tomamos de David Harvey (2006). Nessa direção, o poder do discurso em defesa do “cidadão de bem” tem nítida influência na política criminal brasileira, imprimindo um forte apelo à repressão violenta e maior endurecimento da lei penal. Então, as transformações culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil, motivadas pelo fenômeno da globalização, são fundamentais para compreender o Sistema Penitenciário e, notadamente, a política social de Assistência Religiosa no Rio de Janeiro.

Na primeira década dos anos 2000 no Brasil, marcada pela ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003, notamos novas mudanças na política criminal. Destaca-se a criação das Secretarias de Administração Penitenciária – SEAPs em substituição ao Departamento do Sistema Penitenciário – DESIPE. As SEAPs são orientadas pela Lei de Execuções Penais (LEP) em consonância com o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária, elaborado a cada quatro anos (Barros; Barros; Santos, 2021). Elas emergem interligadas à Política de Segurança Pública e são orientadas pelo Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária, sendo o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN o órgão responsável pela fiscalização da política criminal elaborada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Nesse mesmo período, observamos a expansão denominacional evangélica na prestação da Assistência Religiosa nas prisões.

Dados levantados pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) e pela Coordenação de Serviço Social-SEAP/RJ em 2012 apresentam um crescimento da prestação de Assistência Religiosa Prisional entre as igrejas evangélicas. Na primeira década dos anos 2000, O Mapa da Diversidade Religiosa no Sistema Penitenciário¹² do ISER demonstra a concentração de instituições evangélicas na prestação da Assistência Religiosa nas prisões do Rio de Janeiro. Segundo a pesquisa, é possível notar que as igrejas evangélicas correspondiam a 79% das instituições religiosas atuantes, enquanto as instituições católicas, tradicionalmente

¹² O Mapa da Diversidade Religiosa foi extraído a partir do gráfico “Instituições Religiosas por orientação, 2012”, elaborado na pesquisa realizada pelo ISER em parceria com a Divisão de Planejamento e Intercâmbio Setorial da SEAP/RJ. Mapa da Diversidade Religiosa, 2012. Fonte: ISER/ Coordenação de Serviço Social / SEAP. Categorias Religiosas do Censo IBGE 2010. Material coletado em 2016 para pesquisa “De volta para ‘casa’: os caminhos para reintegração social do egresso do sistema penitenciário”, para trabalho de conclusão de curso. Ellen Soares Santos, 2018.

influentes na política criminal, representavam 8%. Esses dados reiteram a expansão denominacional evangélica dentro do Sistema Penitenciário, pressionando a influência da hegemonia católica na política criminal.

Embora o termo "evangélico" seja acolhido de modo bastante generalista no Brasil, abrangendo igrejas protestantes tradicionais, pentecostais e neopentecostais, é possível perceber que, atualmente, as igrejas evangélicas em suas variadas denominações arrebanham um número cada vez maior de seguidores com a proposta de transformação de vida através da conversão dos "criminosos em servos de Deus" (Julião, 2009). De modo genérico, a chamada Igreja Evangélica está relacionada à Igreja Protestante, sendo seccionada em duas vertentes: "*Denominações históricas – resultado direto da reforma protestante, destacando-se nesta vertente os luteranos, anglicanos, presbiterianos, metodistas e batistas; e as denominações pentecostais – originárias do movimento do início do século XX*" (Ferreira, 2012, p. 28). As igrejas pentecostais se diferenciam das igrejas protestantes históricas à medida que baseiam sua crença na presença do Espírito Santo na vida do cristão, cujos sinais são evidenciados pelos dons de falar línguas estranhas (glossolalia), curas, milagres, visões etc.

Contudo, considerando que nenhum grupo pode ser tomado exclusivamente pela perspectiva da homogeneidade, destacamos na denominação pentecostal a presença do grupo neopentecostal, tomando por base as peculiaridades que lhes são conferidas. Tomamos o fenômeno neopentecostal em sua exacerbação da existência de uma guerra cosmológica entre Deus e o Diabo pelo domínio da humanidade. Importa ainda ressaltar que os grupos neopentecostais se diferenciam não apenas por demonstrarem um corte histórico-institucional com a tradição pentecostal ou por sua acomodação social menos sectária, através da liberação dos estereótipos¹³ de crença, mas por romper com o núcleo teológico clássico¹⁴. Tais grupos fundamentam-se na ênfase concedida à libertação dos demônios, na pregação da Teologia da Prosperidade, na liberalização de usos e costumes estereotipados da santificação, assim como se estruturam empresarialmente (Mariano, 2004, p. 36).

Assim, considerando o modo generalista que abarca o termo evangélico, não é possível ignorar a ascensão do grupo neopentecostal na política de Execução Penal. À vista disso, torna-se essencial investigar os discursos presentes na agenda política, assim como destacar as ações isoladas de cada grupo e instituição religiosa na política criminal brasileira. Como é o caso da construção de templos pela IURD no Complexo Penitenciário de Gericinó, no Rio de Janeiro. Michel Foucault, ao demonstrar a participação de grupos paraestatais e religiosos na origem das polícias modernas inglesa e francesa, chama atenção para o interesse de grupos religiosos em desconcentrar poder e dele participar. Além disso, o autor ainda nos adverte sobre as demandas das sociedades em pautar uma política criminal coextensiva à sociedade. Em seus termos, "*estabelecer uma nova economia do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhados demais entre instâncias que se opõem.*" (Foucault, 2014, p. 80).

A Assistência Religiosa Prisional massiva das igrejas evangélicas no cárcere, ocupando espaço importante, pode tornar invisível a influência e poder de determinados

¹³ Estereótipo segundo Goffman, implica reconhecer o estigma social em suas interações com os processos de construção de significados. Goffman pensa o conceito estigma na perspectiva social, considerando que estigma é uma relação entre atributo e estereótipo, tido pela sociedade como um atributo profundamente depreciativo. (Goffman, 2008).

¹⁴ O termo clássico será utilizado para fazer referência às primeiras igrejas pentecostais surgidas no início do século XX, sob influência de missionários estrangeiros. Pautadas na ênfase no poder do espírito santo caracterizado pela fala de línguas estranhas, sendo elas as igrejas: Assembleia de Deus e Congregação Cristã do Brasil. Para a classificação das igrejas pentecostais e neopentecostais ver "Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil". Ricardo Mariano, 2004.

grupos na direção da política pública criminal no país. Relacionado ao crescimento da Assistência Religiosa na SEAP/RJ, a pesquisa¹⁵ do ISER e da Coordenação de Serviço Social/SEAP-RJ revela que o número de instituições evangélicas praticamente dobrou entre 2000 e 2012, passando de 65 instituições em 2000 para 122 instituições em 2012. O que reforça a necessidade da diferenciação entre as igrejas evangélicas na prestação da Assistência Religiosa Prisional, uma vez que as instituições mais ricas podem concentrar mais influência e poder.

Segundo pesquisa¹⁶, realizada em 2015 e 2016 na Divisão de Planejamento e Intercâmbio Setorial, a estabilização da curva de crescimento do credenciamento das igrejas evangélicas, verificada entre 2010 e 2015, não se relaciona com a redução do interesse das instituições evangélicas, mas sim com o perfil doutrinário das instituições que se interessam em desempenhar a Assistência Religiosa na SEAP/RJ. Isto é, a estabilização da curva do credenciamento tem mais a ver com a introdução do critério de vagas por orientação religiosa. Nesse sentido, a Resolução¹⁷ N° 8 do CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se apresenta na direção de aumentar a diversidade religiosa no Sistema Penitenciário, a fim de viabilizar o direito de exercer a liberdade religiosa à pessoa encarcerada.

Sem perder de vista a dificuldade de acessar dados do universo prisional, esbarrando na desinformação proposital que os muros altos das prisões escondem, investigar a participação dos grupos neopentecostais, em particular da Igreja Universal, na política pública social de Assistência Religiosa Prisional no Rio de Janeiro se torna imprescindível em nosso tempo. Uma vez que é possível ver a retórica religiosa cristã evangélica (neopentecostal) se afinar ao discurso dos movimentos de defesa da Lei e da Ordem em defesa do “cidadão de bem”. À medida que propagam a perspectiva da guerra contra o mal, enfatizando o dualismo do combate (entre Deus e o Diabo), estão a inculcar na sociedade a necessidade de os indivíduos tomarem um partido. O fenômeno neopentecostal, em suas interações sociais, produz efeitos concretos nas subjetividades individuais que passam a acolher supostas verdades sobre a insegurança, aceitando o discurso da guerra.

Considerações finais

As interações entre religião e política são tão evidentes que não cabe mais negligenciar os impactos herdados do dito popular “política, religião e futebol não se discute”. O processo de expansão evangélica, seriamente descrito na sociologia da religião brasileira por Paul Freston e Ricardo Mariano na década de 1990, contempla também a articulação das igrejas evangélicas, igrejas pentecostais e neopentecostais na política partidária. Dessa forma, nota-

¹⁵ A pesquisa que resultou no Mapa da Diversidade Religiosa, 2012 foi observada através da pesquisa documental, realizada entre 2015 e 2016 na SEAP/RJ no Departamento Assistência Religiosa da Coordenação de Serviço Social, como parte da metodologia usada para monografia de “De volta para casa – os caminhos para reintegração social do egresso do sistema penitenciário, 2018.

¹⁶ A pesquisa foi realizada durante a experiência de estágio, culminando no trabalho de conclusão de curso para graduação em Serviço Social. No período foi possível acompanhar o processo de credenciamento anual de agentes religiosos nos anos de 2015 e 2016 na SEAP/RJ. O acompanhamento do processo de credenciamento religioso na SEAP/RJ revelou crescente cadastramento de agentes religiosos até 2013, apontando uma tímida redução nos credenciamentos de 2014 e 2015, com base em um fator limitador estabelecido pelo respeito à diversidade religiosa, normatizado pela Resolução N° 8 de 2011 do Conselho Nacional Política Criminal e Penitenciária - CNPCP (Santos, 2017, p. 84).

¹⁷ A Resolução N° 8, de 09 de novembro de 2012, normatiza a Assistência Religiosa nas unidades prisionais com base na diversidade religiosa. Disponível em: <http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/diversidades/normativos-2/resolucao-cnpc-no-8-09-de-novembro-de-2011.pdf>

se o pentecostalismo (fenômeno religioso e político) elaborando uma religiosidade voltada às massas e levando alento aos desvalidos e desprezados da sociedade brasileira, mesclando experiência metafísica e sensibilidade às pulsões humanas. Nada mais alentador para uma população urbana forjada a partir do saldo da escravização.

Desse modo, o fenômeno pentecostal e seu desdobramento neopentecostal, no transcorrer do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, se movimentam em articulação política. Isto é, estão inseridos nas mediações do desenvolvimento capitalista de uma economia periférica, afinados ao estilo de vida e às concepções culturais e políticas de nosso tempo.

A bem da verdade, o Sistema Penitenciário brasileiro está muito longe de demonstrar algum tipo de sucesso. Em constante processo de transformação e ainda não esgotado, ele exige uma urgente atualização e uma nova interpretação na perspectiva da recuperação penal. É essencial considerar a inserção social das pessoas encarceradas em diferentes grupos sociais e nas instituições religiosas em sua diversidade, e não apenas das igrejas evangélicas. Assim, é vital compreender os discursos em voga na agenda política e na opinião pública brasileira, entendendo os projetos de poder em disputa e seus modelos de sociedade. Não apenas suas proposições para a política criminal e penitenciária, mas principalmente o horizonte da política pública nacional.

Decerto, alguns grupos evangélicos têm avançado em articulação política nos diferentes segmentos da sociedade, religiosos e não religiosos, sob o discurso da defesa do cidadão de bem. O tripé "Deus, Família, Igreja" permanece como mote dos discursos neoconservadores e, paradoxalmente, alcança pessoas entre os públicos afetados por discursos de ódio. Nesse sentido, torna-se imprescindível avançar na produção de conhecimento sobre o proselitismo político de certos grupos pentecostais e neopentecostais, grupos religiosos que vêm empreendendo no Brasil e em outros países periféricos da América Latina, África e Ásia.

Portanto, ressaltamos a urgência de explorar cada vez mais, como hipótese de pesquisa, a existência de um projeto de poder estruturado sobre valores cristãos evangélicos nos grupos neopentecostais e, em especial, na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Atualmente, a IURD, a mais ilustre e principal igreja da vertente neopentecostal, presta Assistência Religiosa nas penitenciárias de todo o país. No estado do Rio de Janeiro, a Universal atua em todos os estabelecimentos prisionais, sendo a única instituição evangélica nessa condição. Em 2017, a igreja deu início ao seu projeto de inauguração de templos prisionais no complexo penitenciário de Gericinó, antigo Complexo de Bangu, na Zona Oeste da capital fluminense. Na ocasião, autorizada pelo governo estadual, a IURD iniciou, com seus próprios recursos financeiros, a construção de dois templos ecumênicos em Gericinó.

Importa ainda ressaltar que a Igreja Universal, criada no subúrbio carioca, inaugura um tipo de religiosidade totalmente nova no Brasil. É fundamental notar que o fenômeno neopentecostal tem abarcado, além das relações religiosas, também as relações econômicas, culturais e políticas. Como bem destacou Paul Freston, ao mesmo tempo em que a vertente evangélica cria um mercado de bens evangélicos, ela também constitui um eleitorado igualmente evangélico. Em outras palavras, um fenômeno social cuja envergadura adentra as diversas esferas da vida e as diferentes instituições sociais.

Observando o Sistema Penitenciário no Rio de Janeiro, na primeira década dos anos 2000, o número de igrejas evangélicas credenciadas para prestar Assistência Religiosa na SEAP/RJ saltou de 65 instituições em 2000 para 122 instituições em 2012, um aumento de

100% (ISER; TTP SEAP/RJ, 2015). No mesmo período, o IBGE aponta o adensamento da conversão evangélica no país. De acordo com o Censo 2010, em 2000 os evangélicos eram 26,2 milhões, passando para 42,3 milhões em 2010, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (Brasil, 2012). Embora o Censo 2010 não apresente distinção entre os evangélicos neopentecostais, é possível relacionar o crescimento evangélico no país aos investimentos de grupos neopentecostais difusores e produtores culturais.

A IURD, por exemplo, com seus meios de comunicação de massa sofisticados, utiliza plataformas digitais, canais de TV (aberta e fechada) e outros meios de produção e difusão cultural. Ela alcança públicos que não estariam dentro dos seus templos e cria consenso sobre a direção política do país, sob os valores que deseja imprimir. Sua produção jornalística, cinematográfica, novelística e outras fazem uso qualificado de estratégias de marketing para influenciar a sociedade. Utiliza-se de uma produção musical impecável, produzindo acordes emocionais perfeitos às mensagens que deseja passar. Nota-se uma conexão não tão sutil com os discursos em defesa da lei e da ordem, sob valores sagrados que sustentam a defesa do “cidadão de bem”, reforçando a criminalização da população periférica, pobre e negra.

Assim, há de se observar que, na atualidade, a defesa dos direitos humanos incide em reconhecer que o conjunto dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, bem como o compromisso com a democracia, responde às demandas da sociedade global. E consentir os limites e as carências do Sistema Penitenciário, administrador da punição penal, cuja pena privativa de liberdade é privilegiada. Dessa forma, destaca-se na vanguarda da política criminal brasileira a Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional, afirmando a articulação entre a Execução Penal e as redes de organizações da sociedade civil. Além da orientação técnica conjunta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), que dispõe sobre a integração dos Escritórios Sociais entre políticas públicas.

Contudo, tais perspectivas colidem na agenda e opinião pública com projetos privatistas de grupos religiosos de maior capital simbólico e financeiro. É incontestável, do ponto de vista social, que a participação das instituições religiosas de diferentes credos materializa uma contundente rede de apoio ao indivíduo no cárcere. Através da Assistência Religiosa na prisão, é possível criar novos vínculos sociais e afetivos, diferentes daqueles construídos na criminalidade, que vão além dos muros da prisão. Todavia, importa também observar que a política social da Assistência Religiosa Prisional é um tipo de capital simbólico, frequentemente relacionado ao status de honra, que alimenta recursos de poder institucionalizado na ação religiosa no Sistema Penitenciário. Assim, do ponto de vista da articulação política, a prestação da Assistência Religiosa se traduz como um objeto de disputa de poder entre grupos religiosos, situada no campo simbólico entre as dimensões religiosas e políticas.

Referências

ARAÚJO, Teresinha Teixeira de. **Religião e prisão: desafios para intervenção do serviço social na coordenação de assistência religiosa no sistema penitenciário do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

ARAÚJO, Teresinha Teixeira de.; FÉLIX, Elizabeth Rodrigues. Assistência religiosa nas prisões do estado do Rio de Janeiro: direito ou disputa. 2019. Brasília. **Anais[...]. In:** CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XVI – CBAS, Tema: “40

anos da “Virada” do Serviço Social”, 30 out. a 30 nov. 2019. Brasília, p. 1 – 11, 2019.
Disponível em:
<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1186/1164>. Acesso em: 24 maio 2024.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. In: BATISTA, Vera Malaguti. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BARROS, Carolyne Reis; BARROS, Vanessa Andrade de; SANTOS, Thays C. Costa (orgs.). **Cárcere e direitos humanos: reflexões sobre o sistema de justiça criminal**. [Livro eletrônico]. 1. ed. Belo Horizonte: Instituto DH, p. 1 – 346, 2021. Disponível em: <https://institutodh.org/wp-content/uploads/2022/01/carcere-dh-2021-lq.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BARROS, Carolyne Reis; BARROS, Vanessa Andrade de; SANTOS, Thays C. Costa. In: SANTOS, Ellen Soares. **De volta para “casa”**: os caminhos para reintegração social do egresso do sistema penitenciário. Belo Horizonte, 2021, p. 182 – 265.

BEHRING, Elaine Rossetti. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, v. 24, n. 73, mar. 2003.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**: introdução, organização e seleção (1930-2002). Tradução: Sergio Miceli; Silvia de Almeida Prado; Sonia Miceli; Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

CASTRO, Flavia Lages de. Brasil colônia. In: CASTRO, Flavia Lages de. **História do direito geral e Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 299 – 319.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FERREIRA, Ítalo do Couto. **Pentecostalismo e ressocialização**: um estudo exploratório sobre afiliação religiosa e reintegração social à luz dos processos civilizadores. 2012. Monografia (Especialização em Segurança e Cidadania) - Centro de Estudos em Segurança e Cidadania, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Eduardo Jardim Morais; Roberto Cabral de Melo Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalheite. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FRESTON, Paul. **Religião e política, sim; igreja e estado, não: os evangélicos e a participação política**. Viçosa: Ultimato, 2006.
- FRESTON, Paul. Protestantes e a política no Brasil: da constituinte ao *impeachment*. 1993. 307 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1993. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/69813>. Acesso em 26 jan. 2022.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. (reimpressão). Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução: Adail Ubiraja Sobral; Maria Stela Gonçalves. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- HORTAL, Jesus. **Um caso singular de pentecostalismo autônomo: a Igreja Universal do Reino de Deus**. 1994, Recife. **Anais [...]. In: CONGRESSO INTERNACIONAL: “As novas religiões – missões e missionários”**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. 2009. 450 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/8383/1/Tese%20Elionaldo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da igreja universal. **Estudos Avançados**, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a10v1852.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- MARX, Karl. **Para uma crítica da economia política**. Tradução e introdução: Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ORO, Ari Pedro. “Podem passar a sacolinha”: um estudo sobre as representações do dinheiro no pentecostalismo autônomo brasileiro atual. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [s. l.], v. 53, n. 210, p. 301 – 323, 1992.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: Mário Moraes. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

Referências documentais

Arquivo da Divisão de Classificação do DESIPE

SANTOS, Adnei Alves dos. **Resumo histórico do sistema penitenciário e a implantação das atuais comissões técnicas de classificação**. CTCs, 2000.

SILVA, Normélia Maria da; SANTOS, Adnei Alves dos. **A Cidade do Rio de Janeiro e um resumo histórico de suas prisões**. 2000.

Acervo da Coordenação de Serviço Social – SEAP/RJ.

BRASIL. Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Relatório Anual de 2015**. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Coordenação de Serviço Social. Programa de Assistência Religiosa. Rio de Janeiro, dez. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP/RJ). **Princípios e fundamentos do trabalho de assistência religiosa na SEAP/RJ**. Subsecretaria de Tratamento Penitenciário. Coordenação de Serviço Social. Divisão de Planejamento e Intercâmbio Setorial. Departamento de Assistência Religiosa, ago. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP/RJ). **Apresentação de resultado do credenciamento de 2015**. Programa de Assistência Religiosa SEAP/RJ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Coordenação de Serviço Social. Rio de Janeiro, 08 dez. 2015.

Crônicas da guerra civil no Rio de Janeiro: o processo de vitimização policial militar

Adriano Teodoro
Janete Luzia Leite

Introdução

O presente capítulo tem por objetivo expor alguns resultados da pesquisa realizada para a Tese de Doutorado¹ que teve como objeto a vitimização² de policiais militares do estado do Rio de Janeiro por ferimentos de armas de fogo e artefatos explosivos entre os anos de 2016 e 2022. A partir desse universo, realizamos entrevistas³ com policiais militares feridos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, área que concentra os maiores índices de violência. Foram realizadas 30 entrevistas utilizando um roteiro dividido em oito blocos: identificação, origem social, a vida na PMERJ, vitimização, saúde, administração, assistência e pós-vitimização.

As entrevistas materializam um esforço de trabalho de campo para demonstrar como a relação entre crise social e política de segurança se expressa na vida de um policial e na sua trajetória. Complementam o nosso estudo dados decorrentes da articulação entre as informações estatísticas do Núcleo de Atendimento ao Policial Militar Ferido (NAPMF)⁴, dos institutos de pesquisas e mídia impressa, como elementos que desenham o cenário e a conjuntura em que ocorre a vitimização policial.

O trabalho como assistente social nos propicia perceber mudanças e permanências na realidade social tanto a partir das demandas que “batem à porta” do Serviço Social quanto por meio da observação atenta da instituição em suas políticas e dos serviços que são planejados, geridos e/ou operacionalizados por esta categoria profissional. Com efeito, ao adentrarmos os muros da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) – uma instituição que faz parte da história e do processo de formação social brasileiro –, percebemos um fluxo institucional, não formalizado, no qual alguns policiais percorrem hospitais, policlínicas, unidades de reabilitação e assistência social. Em comum entre os policiais que acessam esses diferentes serviços, o fato de terem sido feridos por armas de fogo, artefatos explosivos ou sofrido outros tipos de acidentes graves durante o trabalho.

Neste contexto, notamos os impactos da violência de diversas formas. Ela está presente no choro dos órfãos e na dor das mães que perderam seus filhos precocemente. São cenas que se repetem incessantemente durante funerais embalados pelo som melancólico do toque de silêncio⁵. A violência também é observada nas sequelas físicas e emocionais

¹ Tese intitulada *Vitimização Policial: expressão do colapso da sociedade burguesa*, defendida em dezembro de 2023. PPGSS/UFRJ.

² Segundo Kosovski (2013), o termo vítima, em seu sentido denotativo, deriva de *vincere* (vencer) ou de *vincire* – a corda usada para amarrar os animais que são sacrificados aos deuses. Em seu sentido penal, se refere àquele que sofre a ação – o sujeito ativo, agente. Desse modo, a vítima é sinônimo do ofendido, lesado ou sujeito passivo.

³ Submetido ao Comitê de Ética da UFRJ – aprovado sob o Parecer nº 5.899.769, em 16/02/2023 – e ao Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos da Secretaria de Estado de Polícia Militar – aprovado sob o Ofício SEPM/CAES nº 574, em 08/12/2022.

⁴ Entre os anos de 2016 e 2022 o NAPMF atendeu 1.302 policiais militares. Sobre o trabalho do NAPMF, ver Teodoro *et al.*, 2017.

⁵ O toque de silêncio entoado por um corneteiro faz parte das honras fúnebres prestadas ao policial militar morto em serviço.

decorrentes de uma guerra cujos combatentes, em sua grande maioria, tentaram fugir de um destino trágico compartilhado por uma enorme parcela da juventude pobre carioca.

A análise desse processo nos faz perceber que há mais semelhanças do que diferenças entre estes policiais e o universo que corresponde ao público-alvo historicamente preferencial das ações na área da segurança pública: a **juventude pobre**, que será a força motriz dos processos de criminalização, seletividade penal e encarceramento em massa. Ou seja, aspectos culturais, origem social, símbolos e comportamentos que, ao mesmo tempo em que demarcam uma identidade, colocam em risco aqueles que buscam estabilidade e mobilidade social por meio do ingresso na Polícia Militar. A opção dos policiais por permanecerem morando nos lugares em que residiram por toda a vida, frequentar espaços de lazer populares e utilizar objetos de consumo e desejo que já almejavam antes de serem policiais – os chamados “kits polícia”, compostos por cordões de ouro, relógios, dentre outros – se tornam fatores risco.

Com isso, percebemos um fio condutor que pode ser compreendido como uma lógica que perpassa os processos de criminalização da juventude pobre e da vitimização de policiais militares como operadores do processo de contenção de uma sociedade que se organiza em torno de uma força destrutiva – a lógica tautológica de produzir valor em mais-valor. Na Polícia Militar estamos em contato com o outro lado da moeda. Outra totalidade dentro da totalidade. A sociabilidade oriunda do modo de produção capitalista hodierno faz uso da mesma matéria-prima para compor o amálgama de vidas que, ao mesmo tempo em que são descartáveis, lhe dão sustentabilidade. O discurso ideológico da guerra necessita da figura do “inimigo” e do “herói” disposto a combater-lo, abrindo mão – se necessário for – da sua própria vida.

A Polícia Militar pode ser entendida como a porta de saída de um futuro para segmentos pauperizados que buscam a estabilidade em tempos sombrios através do serviço público. No entanto, a sonhada ascensão social não os exime de terem o mesmo final nada feliz, mediado pelo uso de armas de fogo e suas sequelas, daqueles que têm a mesma origem social.

Desse modo, já como policiais, assistentes sociais policiais militares – mais um quadro técnico que encorpa esse pequeno exército –, lidamos com o refugio do lado da ordem. Encarcerados – por infrações disciplinares ou criminais –, deficientes físicos, adoecidos mentalmente e veteranos de guerra. Nesse sentido, rumamos contra o maniqueísmo do senso comum – que de certo modo se reproduz em determinados espaços acadêmicos – buscando contribuir com a produção de um conhecimento sobre a complexidade do real em tempos de crise. A aproximação de uma particularidade dentro da totalidade.

A decisão de estudar a vitimização policial, em especial a de policiais feridos por armas de fogo e artefatos explosivos, se insere no esforço de elucidação de uma face do movimento do capital que – além de promover a criminalização da pobreza, o encarceramento, o extermínio de jovens, o racismo – mói aqueles que realizam o seu “trabalho sujo”.

A Guerra Civil Carioca

Segundo Hobsbawn (2002), há uma questão sobre o entendimento das guerras, sobretudo devido ao uso do termo “guerra”. Ele utiliza como exemplo as chamadas “guerra contra máfia” e “guerra às drogas”, referências da “disposição de forças organizadas contra várias atividades nacionais e internacionais vistas como antissociais” (*Op. cit.*, n.p.). O autor assim distingue as ações supra elencadas daquelas de uma força armada em uma guerra regular:

[...] uma força – vamos chamá-la de “soldados” – é dirigida contra outras forças armadas com o objetivo de derrotá-las. A outra – vamos chamá-la de “polícia” – deve manter ou restabelecer o grau de lei e ordem públicas dentro de uma entidade política existente, tipicamente um Estado. A vitória, fato que não necessariamente possui uma conotação moral, é o objetivo de uma força; trazer à Justiça violadores da lei, fato que possui uma conotação moral, é o objetivo da outra. Tal distinção, entretanto, é mais fácil de traçar em teoria do que na prática (Hobsbawn, 2002, n.p.).

O historiador britânico utiliza um conflito próximo a ele a fim de exemplificar que o novo século se inicia desafiador, com complexidades nas relações entre guerras e paz. Com efeito, Hobsbawn (2002, n.p., grifo nosso), ao analisar as operações realizadas na Irlanda do Norte durante 30 anos por forças policiais locais e pelo Exército Nacional contra o Exército Republicano Irlandês, assevera: “podemos concluir que era uma guerra, mas **uma guerra sistematicamente gerida como uma operação policial**, de modo a minimizar as baixas e o estilhaçamento da vida na Província”.

Jimenez & Turizo (2011) inserem nesse cenário de mudanças contemporâneas o fenômeno da militarização das polícias e a policização das Forças Armadas. Segundo os autores, a divisão constitucional não tem ocorrido, na prática, em alguns países, como Estados Unidos, Chile, Colômbia, México e Brasil – isso devido a fatores internos de administração da ordem pública, da organização militar da polícia desde suas origens e a mudanças no conceito de segurança e soberania dos Estados. A militarização das polícias compreende questões que vão da organização institucional até as formas de operação e uso de armamentos, ao passo que a policização das Forças Armadas diz respeito ao desempenho de funções, sobretudo pelo Exército, que se aproximam de funções e tarefas próprias da Polícia – relacionadas ao controle e ao reestabelecimento da ordem pública interna em um contato direto com a população civil.

É nesse contexto que ocorre a mudança na forma de se pensar os conflitos armados. “A doutrina de segurança e militar ocidental está sendo rapidamente repensada de maneiras que obscurecem dramaticamente a separação jurídica e operacional entre policiamento, inteligência, guerra e paz; e entre operações locais, nacionais e globais” (Graham, 2016, p.28).

Nessa esteira, Souza (2008) sugere que há algum tempo várias ideias e conceitos vêm sendo lançados a fim de compreender um mundo crescentemente complexo que passa por mudanças, e no qual conceitos como “guerra”, “guerra civil”, “regime autoritário” e outros tantos carecem de revisão, atualização, adaptação e flexibilização. Assim, o autor ressalta: “o que fica patente é que há um número expressivo de fenômenos ainda em busca de uma teorização adequada” (Souza, 2008, p. 20), enfatizando a necessidade de expansão da compreensão conceitual de “guerra civil”.

Enzensberger (1995) argumenta ser a guerra civil, além de uma antiga tradição, a forma primitiva de todos os conflitos coletivos. Assim, a guerra declarada entre nações e travadas contra um Estado inimigo seria uma forma tardia com uma série de requisitos como: “a existência de uma casta profissional de guerreiros, a formação de exércitos fixos e a distinção entre militar e civil.

Desse modo, a guerra civil torna-se a exceção à regra, uma forma irregular de conflito. A utilização da língua alemã como referência pode auxiliar na expansão da compreensão sobre a guerra civil, pois a expressão equivalente a “guerra civil” – *bürgerkrieg* – contém a palavra cidadão (Souza, 2008). Outrossim, Souza (2008, p. 31) acrescenta:

Peter Waldmann, por exemplo, mesmo fazendo a ressalva de que a participação de grandes massas populares não é um componente imprescindível de uma guerra civil, aludiu ao risco de se esquecer que se trata, em uma guerra civil, de “cidadão contra cidadão” (“*Bürger gegen Bürger*”) – observação essa feita na esteira de uma sugestão para que se vejam fenômenos interpretáveis como guerra civil mesmo onde não há um grupo claramente definido e programaticamente orientado buscando derrubar um governo e almejando tomar o poder do Estado (Waldmann, 1997:1986). A fonte de inspiração precípua de Waldmann e também de outros analistas são os vários, intermináveis e aparentemente “caóticos” conflitos de fundo étnico e econômico no “Terceiro Mundo”, com seus *warlords* e suas “economias de violência”.

Souza (*op. cit.*), questiona os conflitos de grande magnitude e repercussão associados, de forma imediata, ao mundo da criminalidade ordinária – prisões e territórios controlados por traficantes do varejo⁶ – que ocorrem em grandes cidades e metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. A sua resposta é que, neste caso, seria necessário dar um passo à frente e visualizar essa questão como algo próximo ou aparentado a uma guerra civil ou um tipo dentro dessa categoria – uma “guerra civil molecular” (Souza, 2008, p.31).

Enzensberger (1995) define da seguinte maneira a “guerra civil molecular”:

Lancemos um olhar sobre o mapa-múndi. Podemos localizar as guerras em regiões longínquas, principalmente no Terceiro Mundo. Falamos de subdesenvolvimento, anacronismo, fundamentalismo. Parece-nos que a incompreensível luta transcorre a grande distância. Mas isso é engano. Há muito que a guerra civil penetrou nas metrópoles. Suas metástases pertencem ao cotidiano das grandes cidades, não só de Lima e Johannesburg, de Bombaim e Rio de Janeiro, mas de Paris e Berlim, Detroit e Birmingham, Milão e Hamburgo. Dela não participam apenas terroristas e agentes secretos, mafiosos e *skinheads*, traficantes de drogas e esquadrões da morte, neonazistas e justiceiros, mas também cidadãos discretos que à noite se transformam em *hooligans*, incendiários, chacinadores e *serial killers* (Enzensberger, 1995, p.15).

As situações de conflitos expostas até o momento, bem como as diferentes nomenclaturas utilizadas para descrever fenômenos contemporâneos decorrentes de um único objeto – a guerra –, possuem como fio condutor conflitos armados não-convencionais em um contexto de “economia em estado terminal – que será vivida como uma espécie de guerra sem guerra” (Menegat, 2019, p. 172-173).

Seguindo a indicação de Batista (1998) acerca da análise das marcas da guerra na política criminal carioca, observamos os **conflitos urbanos conduzidos como políticas de**

⁶ Assim como territórios controlados por milicianos.

segurança belicista, ou, conforme Menegat (2021), a condução de uma política de segurança pública em tempos de guerra.

A utilização dos espaços urbanos pelos combatentes tem sido uma característica das guerras contemporâneas. Em outras palavras, um atributo dos conflitos modernos é a **urbanização da guerra**, tendo a cidade como principal palco desses confrontos armados. Serviços essenciais, como saúde e educação, são paralisados; as Forças Armadas são empregadas para combater civis; as forças de segurança usam táticas e armamentos de guerra; terrenos conflagrados só são acessíveis por meio de veículos blindados. No meio do confronto, as baixas da população – os “danos colaterais” – expressam a tendência das guerras no século XX. Conforme analisa Porto (2022, p. 96): “Combater em áreas urbanas é umas das formas mais perigosas de guerra em termos de danos civis – desde morte e ferimentos, até seu impacto em casas, infraestrutura, meios de subsistência e educação”. Essa citação sintetiza a guerra travada na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo nas regiões mais pobres. Além das mortes e ferimentos de inocentes, moradias são alvo de projéteis capazes de transpassar barreiras; muitas sequer são de alvenaria e não oferecem resistências às armas – cada vez mais potentes e letais. As ruas estreitas, quase sempre demarcadas por barricadas destinadas a dificultar o acesso de forças de segurança e grupos rivais, por vezes impedem o deslocamento de moradores. Disparos de armas de fogo de todos os lados, inclusive do céu, por aeronaves, sob o argumento da promoção da segurança das forças policiais organizadas em pequenos exércitos em um contexto de perda do monopólio da violência, ou **na perda do monopólio tradicional da força armada pelo Estado territorial** (Hobsbawn, 2002).

Cabe ressaltar que, no caso do Rio de Janeiro, esses confrontos armados ocorrem permeados por peculiaridades características de uma cidade que é a expressão do colapso da sociedade burguesa. Bandos armados são compostos por jovens em busca de pertencimento e acesso a bens e produtos que, como “sujeitos monetários sem dinheiro”⁷ (Kurz, 2008), dificilmente conseguirão. Menegat (2019, p. 176) é elucidativo sobre esse contexto:

Com o colapso geral da crise da dívida externa, nos anos 1980 – juntamente com uma das maiores recessões da história –, o desemprego aumentou a índices pesados para um país sem legislação de proteção social. Foi na esteira destes acontecimentos que mudou também o padrão do comércio de drogas ilícitas. Esta atividade encontrou uma massa de jovens disponíveis para um trabalho tão ruim quanto qualquer outro que lhes seria oferecido se a economia se recuperasse. Mas não era o caso. Esta foi uma década perdida, assim como a seguinte.

Nesse mesmo enredo, parte da juventude pobre que busca escapar do processo de seletividade penal e extermínio, procura alternativas de sobrevivência, sendo o ingresso na Polícia Militar a maior possibilidade de acesso ao serviço público. Todavia, na execução de uma política criminal com derramamento de sangue (Batista, 1998) muitos terão o mesmo “final infeliz” dos jovens enredados nas tramas da questão criminal: tombarão nos conflitos de uma guerra civil, havendo apenas uma inversão de papéis nesse roteiro macabro.

Assim, multiplicam-se os atores e os grupos em confronto à medida que o Estado demonstra paulatinamente a sua incapacidade de manter o monopólio da violência e prover

⁷ Segundo Kurz (2008, n.p.) a fórmula “sujeitos monetários sem dinheiro” refere-se: “(...) ao dilema das pessoas terem, nos últimos 200 anos, interiorizado as formas capitalistas a ponto de considerá-las como condições de existência quase naturais e a-históricas. Isto vale também para os pobres e para os desempregados. (...) Mesmo nos centros capitalistas há cada vez mais ‘sujeitos monetários sem dinheiro’, os quais foram sumariamente esquecidos nos últimos anos pelos impulsos simulados da conjuntura do déficit. As reações às evidências regionais de colapso não têm sido até hoje emancipatórias, mas sim bárbaras.”

serviços e políticas públicas, ao passo que a crise do sistema corrói a sua base de sustentação. A guerra civil carioca se desenvolve entre facções erigidas em torno do comércio varejista de drogas estimulado por uma política proibicionista.

Nesse bojo, as milícias, originadas no seio do Estado, tem se expandido vertiginosamente e ganhado relevo nessa dinâmica criminal exercida através de investidas de guerra, rapina e pilhagem, sugando, sucateando e subvertendo a promoção de serviços em regiões cada vez maiores. Esse bando heterogêneo desde os seus primórdios possui estreita associação com a política no sentido de estabelecer conexões e eleger candidatos a cargos legislativos, mantendo e estreitando relações de poder.

As forças de segurança com a participação constante das Forças Armadas tornam-se um mosaico cada vez mais complexo de ser decifrado, haja vista que se organizam e atuam de maneiras tão diferentes que torna comum a ideia de que existem várias polícias dentro da polícia. Contudo, no cotidiano beligerante da capital carioca e da Região Metropolitana do estado evidenciam-se as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP), os batalhões de guerra e as unidades especiais, com destaque para o Batalhão de Operações Especiais (BOPE).

Sobre a rotina de confrontos no Rio de Janeiro, ainda que não haja uma perspectiva de tomada de poder – por via armada por meio de um grupo insurgente –, mudança de regime político, ou afins pelos combatentes, pode-se afirmar que é um cotidiano de guerra civil. Um cotidiano de operações que, por questões administrativas e políticas da organização do Estado brasileiro, são consideradas como operações policiais desempenhadas no bojo de uma política de segurança pública. Todavia, é uma política de segurança pública em tempos de guerra (Menegat, 2021). Dentro dos limites da capital e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, territórios fogem do domínio do Estado, grupos armados entrincheirados fazem com que o acesso das forças de segurança só ocorra quando há uma organização de infantaria pesada. É comum observar essa rotina de conflitos que são travados em “salas de estar, escolas e supermercados” (Graham, 2016) tanto nessas operações policiais quanto na movimentação, ataques, emboscadas etc., executadas por grupos organizados em formas de infantaria leve. É nessa dinâmica da guerra civil carioca que vai ocorrer a vitimização policial no Rio de Janeiro.

A vitimização policial militar no Rio de Janeiro

O processo de vitimização policial ocorre em meio a um cenário mais amplo de beligerância e decadência social. Segundo o Instituto Igarapé (2023), o continente americano abriga 13% da população mundial, porém concentra 37% dos homicídios globais. A América Latina e o Caribe concentram menos de 8% da população mundial e respondem por 28% dos homicídios. Cinco países juntos somam 38% dos homicídios no mundo: Brasil, Nigéria, Índia, México e África do Sul. Dentre as 30 cidades com as maiores taxas de homicídios no mundo, cinco são brasileiras. Com 47.398 mortes violentas intencionais, em 2022, e uma taxa de 23,3 por 100 mil habitantes, o Brasil foi o país com o maior número absoluto de mortes no mundo – uma liderança que não é uma novidade. Enquanto no mundo a média de assassinatos cometidos por armas de fogo foi de 41%, no Brasil essa média foi de 76,5%.

Cabe ressaltar que apesar desses números exorbitantes, o país recentemente passou por um intenso processo de flexibilização do acesso a armas de fogo e munições. No Brasil, em 2022, 783.385 pessoas se encontravam registradas como Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC) – um número sete vezes maior comparado com os dados referentes a 2018 –, um legado do bolsonarismo. Em 2022, foram vendidas no Brasil 420,5

milhões de munições (FBSB, 2023). No Rio de Janeiro, em 2021, houve 66.969 novos registros de armas de fogo no Sistema Nacional de Armas da Polícia Federal (SINARM/PF).

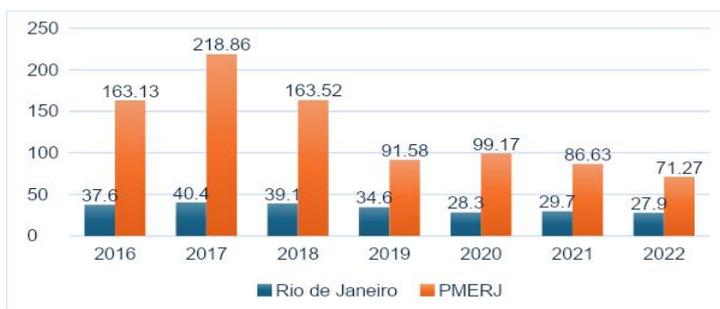
Em 2022, a letalidade policial no Brasil representou um total de 6.429 pessoas mortas. O Rio de Janeiro foi o terceiro estado com maior registro de mortes, com uma taxa de 8,3 – atrás somente do Amapá (16,6) e da Bahia (10,4).

O espraiamento da violência armada pelo país e a perda do Rio de Janeiro do título de capital da violência não indica, de forma alguma, uma melhora no seu cenário de degradação social. A ligeira “paz armada” nas paragens cariocas promovida temporariamente pelo advento das UPP serviu para espalhar e/ou requalificar a violência para cidades na Região Metropolitana e no interior do estado. A análise da taxa de mortes violentas intencionais nos municípios com uma população superior a 100 mil habitantes, mostra que seis municípios do estado do Rio de Janeiro estão entre as 50 cidades mais violentas do Brasil: **Itaguaí (61,6), Queimados (61,2), Angra dos Reis (55,5), Macaé (46,7), Duque de Caxias (44,3), Belford Roxo (41,8)** (FBSP, 2023). A análise da vitimização policial, sobretudo por armas de fogo e artefatos explosivos, pode colaborar para aprofundar o conhecimento sobre a expansão da violência no estado. Nesse sentido, avaliar de que modo essa violência, sobretudo a armada, incide sobre o efetivo policial militar nos possibilita conhecer a amplitude do fenômeno da vitimização policial.

Os dados que serão apresentados nesta seção se referem a policiais militares mortos e feridos entre os anos de 2016 e 2022 por armas de fogo e artefatos explosivos. Nesse lastro de tempo, **1.839** policiais militares da ativa foram feridos por armas de fogo e artefatos explosivos e **403** policiais militares foram mortos por armas de fogo. Não encontramos registro de mortes em consequência de artefatos explosivos.

Para tal fim, efetuamos a comparação da taxa de vitimização policial expressa nas mortes por PAF entre os anos de 2016 e 2022 com as taxas de mortes violentas intencionais da população do estado do Rio de Janeiro ocorridas no mesmo período. Utilizamos os dados sobre morte violenta intencional do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e cruzamos com as informações de policiais mortos por PAF levantadas em nossa pesquisa. A magnitude do risco de representar o braço armado do Estado em uma conjuntura de guerra civil está expressa no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Comparação entre a taxa de policiais militares⁸ mortos por armas de fogo e a taxa de mortes violentas intencionais⁹ da população do estado do Rio de Janeiro, por 100 mil habitantes, 2016-2022



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PM/1, PMERJ e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

⁸ Taxa calculada com base no número de policiais mortos e a média do efetivo de policiais militares no ano de referência. Tal média foi calculada a partir do número de vidas cobertas pelo seguro da PMERJ.

⁹ A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (FBSP, 2023).

No Brasil, no período compreendido entre 2011 e 2022, **os anos de 2016 e 2017 foram os mais violentos, registrando respectivamente 61.597 e 64.078 mortes** (FBSP, 2023). Esse período vai coincidir com o registro de picos de mortes e ferimentos de policiais militares por armas de fogo e artefatos explosivos, conforme pode ser observado no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Distribuição dos policiais militares mortos e feridos por armas de fogo e artefatos explosivos, Rio de Janeiro, 2016-2022

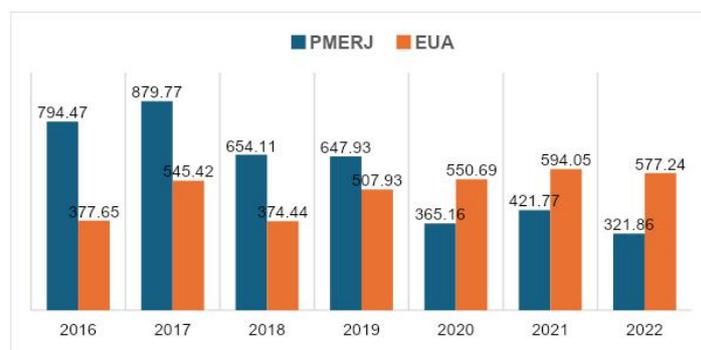


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da PM/1, PMERJ.

A comparação entre a taxa de policiais militares feridos por armas de fogo e artefatos explosivos na PMERJ e a taxa de policiais feridos por armas de fogo nos Estados Unidos expressa a magnitude desse tipo de vitimização na PMERJ (Cf. Gráfico 3 infra).

Somente com o advento da pandemia de COVID-19 houve uma inversão na prevalência da taxa de policiais feridos. Cabe ressaltar que a flutuação do número de policiais nos Estados Unidos é muito superior em relação a PMERJ. No período compreendido na pesquisa observamos uma flutuação no efetivo da PMERJ, tendo como parâmetro a média em cada ano, o pico do efetivo foi de 47.201 policiais militares em 2016. Ou seja, o pico de policiais coincidiu com a necessidade de transmitir a sensação de segurança para a realização do último grande evento no Rio de Janeiro: os Jogos Olímpicos. O menor número registrado foi de 43.496 policiais militares, em 2022, portanto uma variação de **8,5%** no total do efetivo. Nos Estados Unidos, o pico de policiais foi registrado em 2018 – 604.629 policiais –, ao passo que o menor número foi em 2021 – 394.406 policiais. Uma variação de **53,3%**.

Gráfico 3 – Comparação entre a Taxa de policiais militares feridos por armas de fogo e artefatos explosivos na PMERJ e a Taxa de policiais feridos por armas de fogo no Estados Unidos, por 100 mil habitantes, 2016-2022¹⁰



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da PM/1, PMERJ e do FBI (2023).

¹⁰ O gráfico foi elaborado com dados referentes aos policiais militares feridos na folga e em serviço. Essa opção não inviabiliza a comparação com os dados de policiais feridos nos EUA, pois a metodologia adotada pelo FBI também considera como ferimento no “cumprimento do dever” (*line of duty*) os casos ocorridos na folga.

Tanto a relação entre a flexibilização do acesso a armas de fogo e a vitimização policial, bem como a comparação entre diferentes realidades expressas nos dados sobre esse tipo vitimização no Rio de Janeiro e nos Estados Unidos, foram analisadas com base em uma conjuntura política peculiar sob vários aspectos. Nessa esteira, para a análise do processo de vitimização policial, é importante que nesse cenário sejam observados fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, apreciados em seu contexto histórico, correlacionados com o movimento do capital e com os desdobramentos da sua crise.

Impactos da vitimização

Foram realizadas 30 entrevistas com policiais militares feridos por armas de fogo ou artefatos explosivos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, atendidos pelo NAPMF entre os anos de 2016 e 2022. Ao efetuarmos o recorte de entrevistados que foram reformados devido ao processo de vitimização, encontramos um cenário que tem um impacto significativo sobre o fluxo de pessoal da instituição, conforme podemos observar na fala do Entrevistado 9 ao refletir sobre as suas expectativas antes de entrar na Polícia Militar e o que ele vivenciou. O militar disse ter encontrado o que esperava, e durante muito tempo aquilo foi o que ele gostava de fazer. A conclusão é de que tudo o que vivenciou foi inútil: *“se eu tivesse que voltar lá atrás, eu jamais faria esse concurso. Por que? Não dá dinheiro! (...) Fiquei aleijado. Ganho muito melhor que [muito] aposentado, sim. Mas é pouco, perto do que eu passei, perto do que eu passo”* (Entrevistado 9, 17 nov. 2022).

Um argumento utilizado pela Comissão de Análise da Vitimização da PMERJ por algum tempo para promover a sensibilização pública sobre a vitimização policial, foi o seu custo para o Estado, pois a previsão dentro de um cenário de normalidade é que um policial trabalhe no serviço ativo por pelo menos 30 anos. A interrupção da carreira transforma os salários em aposentadorias ou pensões.

Contudo, mesmo em um cenário protagonizado pelo desmonte de direitos, para uma sociedade movida por uma economia política da barbárie (Menegat, 2023), este é um custo suportável, haja vista a necessidade de contenção do desmoroamento social. O Estado precisa continuar atraindo aqueles que são supérfluos para a lógica de valorização do capital, como os insetos são atraídos pela luz, para adensar as escoras que lhe dão um mínimo de sustentação. O Entrevistado 9 destacou o benefício que recebe devido a sua reforma, e sua narrativa nos dá a nítida ideia do custo humano. Mesmo 4 anos após o incidente que lhe reformou devido a sequelas físicas permanentes, ele não consegue dormir sem o uso de medicamentos. *“Mas é pouco, perto do que eu passei, perto do que eu passo (...). Se eu não tomar o remédio, eu não durmo. Se eu não tomar um negócio, eu não durmo.”* (Entrevistado 9, 17 nov. 2022). Cada noite é um processo de reflexão sobre a carreira, os erros e acertos, sobretudo os erros, o que poderia ter feito de diferente na ocorrência em que foi vitimado e um colega morreu. O policial vivencia um eterno julgamento:

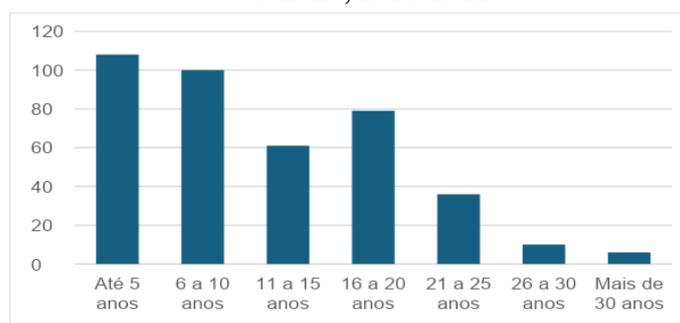
Tu deita, aí vem um milhão de coisas na cabeça, vem ocorrência que tu fez lá atrás, cara que tu pegou. Então, essas coisas ficam... volta tudo, os erros que tu teve em ocorrência, o que tu podia ter feito, o que não podia ter feito... se tu não tivesse feito aquilo, o que que teria acontecido... as vezes que tu passou batido, era pra tu ter se atrasado, já aconteceu comigo, dei sorte... (Entrevistado 9, 17 nov. 2022).

Esse acúmulo de assombros relatados pelo Entrevistado 9 ocorreu durante 23 anos de serviço. Todavia, essa relação entre a dinâmica criminal carioca e a atividade policial militar

pode indicar que o pesadelo pode vir antes. A análise do tempo de carreira dos entrevistados que foram reformados demonstra que isto ocorreu com menos de 10 anos de carreira em 68%.

Essa tendência pode ser confirmada ao analisarmos o tempo de carreira dos policiais mortos entre 2016 e 2022 por armas de fogo. Nesse período¹¹, 52% dos policiais que foram a óbito tinham até 10 anos de serviço, 35% entre 11 e 20 anos, 11% entre 21 e 30 anos e 2% dos policiais tinham mais de 30 anos de carreira. Ao desagregarmos as informações referentes ao tempo de corporação dos policiais que foram a óbito devido a ferimentos provocados por armas de fogo entre 2016 e 2022, verificamos que a maior parte deles foi vitimada fatalmente com até 5 anos de carreira, conforme pode ser observado no Gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 – Distribuição dos policiais mortos por ferimentos de armas de fogo, por tempo de carreira, 2016-2022



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da PM/1, PMERJ.

A série histórica do tempo de carreira com os dados desagregados – policiais mortos entre 2016 e 2022 – está associada a outra tendência exposta anteriormente que guarda relação com o cenário agravado de crise em 2016 e 2017. Nesse período, houve o maior número de vitimização de policiais mais jovens e com menor tempo de carreira. Os dados demonstram que o risco estará presente durante toda a carreira do policial militar.

Ao analisarmos o processo de vitimização policial tendo como parâmetro a idade e o grau hierárquico, verificamos que a vitimização impacta a base institucional da PMERJ composta por soldados e cabos, ou seja, os primeiros degraus da carreira policial militar. Também é possível avaliar que quando a estrutura institucional voltar a “girar” com o ingresso periódico de novos recrutas – o último concurso foi realizado em 2014 –, a tendência é de que a vitimização policial, sobretudo em serviço, volte a impactar os estratos mais jovens, conforme observamos nos momentos mais agudos da crise social que vivenciamos. A informação de que a maior parte dos policiais teve a sua trajetória profissional interrompida com menos de 10 anos de trabalho demonstra que para estes não foi possível amedidar os fatores que contribuem para a melhora da composição salarial. Ou seja, o aumento percentual da Gratificação de Habilitação Profissional (GHP) por meio da realização dos cursos oferecidos internamente para a progressão de carreira e o adicional de tempo de serviço representado nos triênios – benefício extinto pelo atual governador Cláudio Castro.

Desse modo, mesmo os benefícios decorrentes do chamado “ato de serviço”, um “atrativo” para o exercício dessa profissão de risco, são insuficientes nos casos em que o

¹¹ A informação sobre a data de praça de três policiais não estava disponível. Com isso, esses dados são baseados em 400 casos de policiais mortos entre 2016 e 2022.

policial é considerado incapaz para a atividade policial militar. Exemplo disso é o caso do Entrevistado 25. Ele foi reformado com ato de serviço, sem poder prover e fazendo jus ao auxílio invalidez previsto na Lei nº 279 (Rio de Janeiro, 1979). Durante a pesquisa, ao analisarmos a renda familiar per capita, verificamos que a família de 30% dos entrevistados possui um rendimento mensal inferior à média divulgada pelo IBGE (2023). No decorrer do acompanhamento social realizado pela equipe do NAPMF, observamos que esse valor é insuficiente para a manutenção da subsistência do entrevistado. Ele ficou paraplégico devido a um PAF no crânio, e nos relatou ter ficado com aproximadamente 50% da sua renda comprometida em razão do endividamento ocorrido após ter sido vitimado quando trabalhava na folga na Operação Segurança Presente para complementar a sua renda. O seu caso é apenas um exemplo dos impactos socioeconômicos da vitimização sobre as famílias destes policiais que são gravemente feridos, sobretudo no início da sua carreira.

A atuação policial no Rio de Janeiro cobre um vasto espectro de conflitos relacionados a uma sociedade situada numa escalada de militarização do seu cotidiano. Na atual conjuntura política e econômica – a de crise permanente e um colapso total no horizonte, uma sociedade que desmorona e demanda por repressão em proporções colossais – a corporação policial é elevada ao patamar de instituição fundamental como pilar de sustentação societária. Ademais, capitaneada por uma política de segurança belicista, esta instituição contribui sobremaneira para o processo de reprodução de uma forma social que agoniza devido a crescente incapacidade de produção de valor baseado na exploração do trabalho vivo, haja vista o papel da segurança na reprodução do capital – veja-se a importância da guerra para o capitalismo.

Com isso, é importante observar os danos causados pelos “destroços sociais” do conteúdo do capitalismo total – livre de amarras e concorrência que não cabe mais na forma idealizada em Estado Democrático de Direito Liberal – aos policiais militares por meio da vitimização. A demanda de manutenção da ordem, que através dos ajustes das lentes da crítica pode ser entendida como controle social para a reprodução do capital, ocorre diante da luta pela reprodução social de milhões de pessoas que lidam com uma realidade na qual elas são descartáveis para o processo de produção organizado nos moldes capitalistas.

Nessas circunstâncias, o Serviço Social é convocado a atuar junto àqueles que têm as suas carreiras interrompidas pela vitimização como composição do conjunto de profissões que atuam como atividade-meio, e por consequência, apoia a realização da atividade-fim da PMERJ. No início da sua atuação profissional, a maior parte destes novos oficiais foi compelida a intervir sobre uma demanda que acaba subjugando as demais no seu cotidiano. Isso ocorreu tanto pela complexidade das novas situações decorrentes da vitimização policial que se apresentaram a esses profissionais, bem como pela crescente exigência institucional de intervenção sobre este fenômeno à medida que a segurança passou a ser um objeto de barganha política. O entendimento de que o atendimento do Serviço Social é direcionado aos refugos de uma guerra urbana, parte da compreensão de que esse estado de guerra, que se torna permanente, integra uma lógica destrutiva que norteia o processo de reprodução do capital e tende a se agravar sob a égide de uma crise estrutural.

Decifra-me ou te devoro: o colapso no horizonte

Em outubro de 2023, o Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, pouco tempo após ser reeleito com um discurso de equilíbrio fiscal do Estado, projetou um cenário de caos para o estado caso o Governo Federal não renegociasse os termos do Regime de

Recuperação Fiscal. Isso ocorre após ter recebido uma quantia bilionária da concessão da CEDAE para a iniciativa privada (Andreazza, 2023). Nesse sentido, cabe refletirmos como uma nova “crise fiscal” impactará a política de segurança pública que se organiza para tempos de guerra. Se em 2016 e 2017, o cenário encontrado foi de sucateamento das condições humanas e materiais, atualmente – ao menos no que diz respeito às condições materiais – a polícia se encontra com uma melhor estrutura – viaturas novas, algumas parcialmente blindadas, armamentos, munições e equipamentos de proteção individual (PMERJ, 2023).

O enfrentamento a um novo súbito aumento dos indicadores criminais talvez não reflita diretamente nos números da vitimização policial. Isso dependerá, entre outros fatores, de quão rápido esse acirramento da crise refletirá nas condições materiais das polícias cariocas, na capacidade financeira do Estado em continuar complementando o policiamento com a contratação de policiais na folga¹², e na capacidade de treinamento dos novos policiais para o enfrentamento de batalhas de uma guerra civil. Se isso não impactar substantivamente no processo de vitimização policial – pelo menos em serviço –, provavelmente incidirá nos índices de letalidade policial, que podem alcançar patamares inéditos. Todavia, isso também dependerá do nível de organização e enraizamento da estrutura criminal carioca.

Em 2016 e 2017 havia um panorama de conflito entre os principais grupos armados, em suas diversas configurações, pela expansão e estabelecimento de domínios territoriais. Esse continua, porém há mudanças na sua configuração, na articulação entre os atores, e tudo indica que há potencial para uma dose superior de violência caso os conflitos se intensifiquem.

A hipótese de que a “Guerras às Drogas” por si só não é mais capaz de resumir as operações das forças de segurança em áreas controladas pelo crime se justifica pelo controle territorial de bandos que se aproveitam das incursões para se estabelecerem, explorarem e auferirem o máximo lucro possível. A ideia de rapina pode ser a chave de leitura mais adequada para a análise dessa expressão do processo de decadência social. O enfraquecimento de uma quadrilha, em meio a incapacidade do Estado de manutenção e controle territorial, beneficia o estabelecimento de outro grupo que rapidamente se organiza e aumenta a sua área de influência.

Nesse bojo, traficantes e milicianos se uniram em um modelo, há pouco tempo improvável, que se espalhou pelos bairros do Rio de Janeiro: a União 5.3 – referência à sigla das milícias 5M e ao Terceiro Comando Puro (Manso, 2020). Enquanto isso, o Comando Vermelho demonstra capacidade de resistência e capilarização. Inimigo em comum dos bandos armados citados acima e do Estado, com a sua presença em prisões, favelas e bairros pobres de praticamente todo país, esta facção resiste às investidas rivais e aumenta a sua atuação em cidades da Região Metropolitana e do interior do estado do Rio de Janeiro.

Esse conflito mudou radicalmente o cenário do Rio de Janeiro. A “cidade partida” de Zuenir Ventura (1994) não existe mais. O desprezo pela vida não fica mais restrito a algumas áreas violentas. São regiões inteiras demarcadas pela pobreza e beligerância. A clássica divisão territorial delineada pela fronteira entre as favelas de Parada de Lucas e Vigário Geral foi engolida pelo avanço dos “traficantes de Jesus” e sucumbiu mediante a construção do “Complexo de Israel”. O chamado “narcopentecostalismo” (Alessi, 2021) do TCP dominou comunidades tradicionalmente controladas pelo CV – como Vigário Geral e Cidade Alta – e espalhou símbolos – a bandeira de Israel e a Estrela de Davi – por toda a

¹² A contratação de “mão de obra-temporária”, por meio do RAS e PROEIS, representa um aditivo de aproximadamente 50% em comparação com a mão de obra ordinária empregada por dia (Belo, 2021).

comunidade. Símbolos de uma ostentação visíveis a quilômetros de distância. O “Bonde de Jesus” mantém o controle do seu território com um potente arsenal bélico.

No mais, o que permanece dessa leitura da realidade do Rio de Janeiro demarcada entre Zona Sul e Zona Norte, morro e asfalto, é o constante movimento das “ondas negras” compostas por jovens periféricos que a cada dia de sol e calor – diante da incapacidade da sua contenção pelo Estado policial – rompem as barreiras visíveis, atravessando os túneis e se apropriando momentaneamente da área considerada nobre da cidade, reforçando o medo negro do que resta da decadente classe média branca e adensando a sua adesão a barbárie (Batista, 2003; 2012).

Alves (2023) destaca que tem se apresentado uma nova dinâmica – de níveis e tipos diferenciados – entre as milícias e a estrutura do Estado. Uma expressão dessa nova interação é o estabelecimento de alvos prioritários entre a composição civil da estrutura miliciana. Nesse sentido, os civis se tornam o exemplo de uma resposta do Estado, da ação policial no combate às milícias, mas as estruturas se preservam e os governantes capitalizam votos a partir daí. Entretanto, o que a ação miliciana demonstrou foi uma estrutura muito mais ampla e consolidada do que se tinha conhecimento.

Isso revela que apesar do espetáculo do colapso proporcionado pelos intensos confrontos, destruição e demonstrações de poder dos grupos armados, os governantes continuam acumulando votos em cima da sensação de insegurança da população. No processo de colapso social da sociedade burguesa, a democracia em sua periferia é regulada por jagunços que se mantêm no poder por meio do controle de regiões inteiras que condicionam um processo eleitoral fragilizado. Uma vez no poder, regulam e exercem influência em uma gama de atividades, a exemplo da formulação, execução e escolha dos gestores da política de segurança.

Breves notas (in)conclusivas de um cotidiano conflagrado

À primeira vista, é comum imaginar que o processo de vitimização policial seja um fenômeno mais frequente nas ações consideradas mais perigosas como as incursões em regiões dominadas por quadrilhas que se valem de arsenais bélicos para o exercício do poder. Todavia, em nossa pesquisa verificamos que a maior incidência de ferimentos em serviço ocasionados por armas de fogo ou artefatos explosivos é no momento que é realizada a atividade mais básica do policiamento ostensivo: o patrulhamento. Esse é o sinal claro de que não é mais possível o estabelecimento da ordem somente com a presença de um representante do Estado – aquele que deveria deter o monopólio da força.

O desemprego estrutural – outro fenômeno que dá materialidade ao processo de decadência de uma sociedade que se organizou em torno da compra e venda de trabalho assalariado – coloca a Polícia Militar como um pórtico da estabilidade para segmentos de uma classe subalterna que busca a ambicionada mobilidade social. À medida em que o desemprego se torna mais volumoso, aumenta a procura por um caminho que pode vir a ser um beco sem saída. A história da Polícia Militar demonstra que esta, em sua origem, não era uma instituição cobiçada, sendo necessário o recrutamento forçado para a composição dos seus quadros. Atualmente esse recrutamento não é forçado; no entanto, considerando as condições sócio conjunturais, a Polícia Militar é uma opção de acesso a uma massa que almeja integrar os circuitos de valorização do capital como sujeitos monetários. Soma-se a isso um processo ideológico que glamouriza esse trabalho de contenção de escoras de uma sociedade que desmorona. A chave de virada para a mudança da imagem da Polícia Militar talvez resida

quando há uma modificação na concepção do inimigo, ainda no período da Ditadura Militar. Quando se constrói uma nova imagem do inimigo interno – esse deixa de ser a classe média branca de esquerda – demonizado por uma cruzada moral materializada na Guerra às Drogas, há a necessidade de um herói vocacionado. A adesão subjetiva à barbárie (Batista, 2012) possivelmente é um elemento que contribui nesse processo de construção do sujeito vocacionado para se tornar um herói de guerra.

Esse processo de seleção em massa que promove uma formação insuficiente e inadequada, em um contexto de acirramento da crise social, impacta principalmente os jovens policiais. O ingresso na instituição pode resultar em uma mobilidade social, entretanto, ela estará condicionada a diversos fatores, incluindo uma boa dose de sorte. Isso porque, uma vez dentro dos quadros da Corporação, o sujeito estará muito mais exposto ao risco de morrer ou a ferimentos graves ocasionados por armas de fogo. No caso de uma interrupção precoce da carreira devido a um ferimento grave, a mudança na condição socioeconômica do policial militar ainda pode ocorrer, mas para pior.

A mobilidade social do policial militar, sobretudo do “praça” em início de carreira, ocorrerá às custas do sacrifício de longas horas de trabalho nas atividades extras. Caso o policial consiga trabalhar as 120 horas mensais permitidas nos programas de complementação de efetivo, a depender do seu grau hierárquico, ele praticamente dobra a sua renda. Todavia, serão horas trabalhadas durante a folga que não reverterão em garantias trabalhistas, benefícios previdenciários ou em salários indiretos por meio de serviços. Aqui, a observação de Nilo Batista (1990) cabe perfeitamente: “punidos e mal pagos”.

O atual estágio do colapso na periferia do capitalismo necessita de um Estado de Exceção para manter a “economia em estado terminal” (Menegat, 2019). Apesar da centralidade da Polícia Militar nessa dinâmica contraditória, os seus membros não se livraram totalmente do processo de regressão social materializado na perda de direitos. Em dezembro de 2021, o governo estadual decretou o fim dos triênios para os militares estaduais que ingressam nas instituições a partir de 2022. Os quase 120.000 candidatos inscritos no atual concurso para 2.000 vagas na Polícia Militar, após o processo de formação, não encontrarão as mesmas condições salariais daqueles que já se encontram nas fileiras da Corporação, isto é, não terão as mesmas possibilidades de mobilidade social. O corte desse benefício no final da carreira do policial militar representará uma perda de 60% da composição salarial, em comparação com os vencimentos atuais. Cabe ressaltar que a perda desse direito ironicamente ocorreu com a promulgação de uma lei que visa dispor sobre o sistema de proteção social dos militares do estado do Rio de Janeiro.

Buscamos em nossa pesquisa analisar a origem social desse policial militar ferido, a fim de verificarmos a proximidade entre esses agentes públicos representantes do braço armado do Estado e aqueles que são alvo do controle social. Também correlacionamos os elementos que guardam relação com a origem social com fatores que podem expressar uma mobilidade social, sendo um dado importante de análise o local de moradia. Observamos na história pregressa dos entrevistados que o ingresso na Polícia Militar possibilitou que estes saíssem de comunidades que convivem com altos índices de insegurança alimentar como, por exemplo, o Complexo do Alemão – comunidade onde pelo 75% das famílias com crianças vivem em insegurança alimentar (Rodrigues, 2023). Contudo, essa mobilidade social é limitada, sobretudo pelas características da cidade do Rio de Janeiro que – ainda que demonstre vivamente sinais claros de degradação – possui espaços que são extremamente impactados pelo processo de especulação imobiliária. Além disso, o processo de gentrificação também condicionará essa mobilidade, fazendo com esses policiais continuem residindo em

regiões periféricas com altos índices de violência que incidem sobre o processo de vitimização policial, conforme observamos nas ocorrências nos períodos de folga e no trajeto para o trabalho.

Esse processo só foi amenizado – ao menos no que diz respeito à morte de jovens policiais – por meio de estratégias utilizadas em campos de batalha, como a adoção de táticas socorristas de guerra e do incremento bélico das instituições policiais que atuam em meio a uma guerra civil. Nesse bojo, “os famigerados números” dão indícios do que seria uma melhora no cenário do Rio de Janeiro por meio de uma queda dos índices de violência letal. Entretanto, essa queda dos números pode ser entendida como o resultado de uma gestão baseada no medo que capitaliza grupos que se aproveitam do terror para auferir ganhos políticos e econômicos.

Caso se confirme a previsão catastrófica de uma nova “crise do Estado”, é possível que a “gestão imediata da barbárie” (Menegat, 2023) permaneça a cargo desses atores que possuem um *modus operandi* apropriado para a produção de cadáveres sem impacto nos números da violência. Os resultados dessa “gestão do crime” são, mais uma vez, parte das boas novas de um governo de extrema direita. Conforme apontam Muniz & Cechetto (2022, p. 182): “no Rio de Janeiro, desenvolveu-se tecnologias sociais do matar e do deixar morrer que se mostraram úteis à economia política itinerante em rede do crime. Os desaparecimentos forçados são uma delas e costumam ser subnotificados quando produzidos pelas governanças criminais”.

Apesar da queda do número de policiais militares mortos, os ferimentos graves permanecem, e são uma das faces “palpáveis da guerra civil”. A manutenção do conflito nos becos das favelas, onde os confrontos ocorrem a poucos metros de distância com armas potencialmente letais, continuam provocando resultados devastadores. Desse modo, as sequelas físicas e mentais permanecem dando concretude à guerra civil carioca e gerando impactos diversos, como nas relações familiares em que um filho não reconhece o pai e sente medo dele, em razão dos ferimentos ocasionados por disparo de arma de fogo no rosto (Maia, 2022).

Ainda há uma série de cruzamentos possíveis das informações coletadas na pesquisa, em suas diferentes fontes. Em razão do farto material coletado nas entrevistas, também não foi possível esgotar todas as implicações do processo de vitimização policiais sobre as famílias, os feridos e os profissionais que lidam com as consequências dessa dinâmica de colapso no curto espaço deste texto.

O que expusemos até esse momento são prospecções a partir da “palavra dos mortos”, conforme lição do criminólogo argentino Eugenio Zaffaroni (2013), e certamente a partir do trabalho como assistente social na PMERJ seremos capazes de observar os “sinais do tempo” a partir do atendimento àqueles que são o refugio da ordem. Nesse sentido, o trabalho do assistente social expresso na sistematização da sua prática revelou um compromisso com o usuário e com a busca de conhecimento sobre essas pessoas que buscam o atendimento do Serviço Social. Afinal, como ressaltou a criminóloga Vera Malaguti Batista (ICC, 2017), é necessário envolver esse policial – brutalizado pela lógica institucional e pela expectativa social – no processo de mudança que resulte em uma política criminal sem derramamento de sangue.

Este texto procurou, em breve pinceladas, fornecer uma crônica da guerra civil no Rio de Janeiro. Ele foi construído sob os limites de quem atua e vivencia as consequências da própria realidade estudada. A leitura dessa conjuntura por meio das lentes da crítica do valor permite a versão daqueles que representam um Estado que sucumbe em meio ao

processo de colapso. Nesse cenário, analisamos a violência a partir de um determinado mirante, no qual estabelecemos o recorte das vítimas dessa dinâmica. Com isso, não objetivamos efetuar o cálculo do sofrimento destes que tombaram nesse complexo cenário de conflitos em comparação com outros tipos de vítimas. Apesar de não enfatizarmos, não nos passou despercebido que a grande massa de vítimas dessa guerra são os chamados “sujeitos matáveis” (Batista, 2022). O objetivo deste trabalho foi jogar luz em um elemento do colapso, tendo como entendimento que esse processo só é reversível a partir de mudanças estruturais na organização da vida social.

Referências

- ALVES, José Cláudio Souza. Programa Faixa Livre, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LLz6HEu19yo>. Acesso em: 24 out. 2023.
- ANDREAZZA, Carlos. Inviável Cláudio Castro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2023.
- BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. **Discursos Seditiosos: crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 77-94, 1998.
- BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). **Loïc Wacquant e a Questão Penal no Capitalismo Neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Criminologia em tempos de crise**. Agenciamentos contemporâneos, 7 out. 2022. Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ZPuAw5Sg7U&t=2644s>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma análise histórica**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BELO, Livio Castro. **A gestão de recursos humanos na SEPM: um estudo de caso**. 2021. Dissertação (Mestrado profissional em Administração Pública). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2021.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Guerra Civil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. Crime Data Explorer. **Law Enforcement Officers Killed and Assaulted Annual Reports**. [S.I.]: FBI, 2023. Disponível em: <https://cde.ucr.cjis.gov/LATEST/webapp/#/pages/downloads#leokaDownloads>. Acesso em: 20 out. 2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
- GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HOBBSAWM, Eric. A epidemia da guerra. **Folha de São Paulo**, São Paulo 14 abr. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1404200204.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 13 set. 2023.

INSTITUTO CARIOCA DE CRIMINOLOGIA. **Seminário Política Criminal sem derramamento de sangue**: uma reflexão sobre as políticas de segurança no Brasil contemporâneo, Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Homicide monitor**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2023. Disponível em: <https://homicide.igarape.org.br/>. Acesso em: 02 out. 2023.

JÍMENEZ, William Guillermo; TURIZO, Juan Pablo. Militarización de la Policía y Policización de las Fuerzas Militares. Revisión del fenómeno a nivel internacional y nacional. **Revista Logos Ciencia & Tecnología**. Bogotá, v.3, n.1, p. 112-126, jun./dez. 2011.

KOSOVSKI, Esther. Fundamentos da vitimologia. **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, n. 42, jun. 2007. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/fundamentos-da-vitimologia>. Acesso em: 07 maio 2018.

KURZ, Robert. Entrevista com Robert Kurz. **Revista Carta Capital**. São Paulo, mai. 2008. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz291.htm>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MAIA, Adriane Batista Pires. Faces marcadas pela violência: repercussões sobre a vida e o trabalho de policiais militares do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022. **Tese (Doutorado em Saúde Pública)**. Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

MENEGAT, Marildo. A crítica do valor bate à sua porta. *In*: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (org.). **Até o último homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEGAT, Marildo. Noites brancas: o exército como regulador imediato da gestão da barbárie. **Geografares**. Vitória, p. 170-181, jan./jun. 2019.

MENEGAT, Marildo. Estados dissolutivos da guerra civil: entre rapina e autodestruição. **Critical Military Studies**. [S.I.], 24 mai. 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23337486.2023.2205748>. Acesso em: 24 maio 2023.

MUNIZ, Jacqueline; CECCHETTO; Fatima. Governando com o crime. **Anuário de Segurança Pública Especial 2022**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Polícia Militar recebe 218 viaturas operacionais para ampliar o patrulhamento nas ruas**, Rio de Janeiro, 08 nov. 2023. Disponível em: <https://sepm.rj.gov.br/2023/11/policia-militar-recebe-218-viaturas-operacionais-para-ampliar-o-patrulhamento-nas-ruas/>. Acesso em: 09 nov. 2023.

PORTO, Gabriela Hühne. **A relação entre Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional de Direitos Humanos**: o papel dos Direitos Humanos na proteção de indivíduos em conflitos armados urbanos. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 279 de 26 de novembro de 1979**. Dispõe sobre a remuneração dos militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RODRIGUES, Thayná. Pelo menos 75% das famílias com crianças vivem insegurança alimentar no Complexo do Alemão, revela pesquisa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 out. 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TEODORO, Adriano; AGUIAR, Erika A. de S.; SANTOS, N. S. dos. Atendendo na guerra: uma experiência de trabalho do Serviço Social com policiais vitimados. *In*: CUNHA, Lauren Almeida; SOUZA, Lilian Angélica da Silva (orgs.). **Caminhos do Serviço Social**: valorizando saberes, conhecendo práticas. Rio de Janeiro: GRAMA, 2017.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão Criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

A reestruturação destrutiva das políticas sociais: desvalorização, precarização e expropriação de direitos

Mariana Flores
Sara Granemann

Introdução

O ambiente árido de valorização e condições de trabalho para execução do que almejamos desenvolver como trabalhadoras na política pública de educação superior, somados à campanha depreciativa de nossa atuação, formam para nós a motivação da investigação a ser aqui exposta. Um resumo atualizado da análise construída para a tese *Parasitas da sociedade? Uma análise sobre a reestruturação destrutiva de parcela do “serviço público” brasileiro* (Flores, 2021).

Nela cunhamos a hipótese de que parcela do serviço público brasileiro, vinculada às políticas sociais, é objeto de um projeto de sucateamento interessado pelo Estado. Materializado em restrições orçamentárias, precarização das condições de trabalho e expropriação de direitos, desvalorização e depreciação da fração da classe trabalhadora atuante nesse campo. Determinações que impactam diretamente na luta e na conscientização de classe, pois para desmontar as políticas sociais é imprescindível - como em todos os espaços do modo de produção capitalista - desvalorizar o próprio trabalho, a força de trabalho e pauperizar os espaços de sua realização.

Designamos esse processo como uma *reestruturação destrutiva* marcada por quatro eixos centrais: pela ampliação de privatizações clássicas e não clássicas¹ (Granemann, 2011); por diretrizes indicadas por organismos internacionais²; pela precarização dos direitos da classe trabalhadora e; ideologicamente, pela depreciação das(os) trabalhadoras(es) empregadas(os) pelo Estado (Flores, 2021).

Com a apresentação de dados estatísticos e orçamentários, de instrumentos jurídicos-políticos e de reportagens midiáticas, buscamos demonstrar que a reestruturação destrutiva caracteriza o perfil de atuação estatal nas transformações instituídas nas políticas sociais de final da década de 1990 até o tempo presente. Foram destacadas as diferentes formas adotadas pelos diversos governantes no período para execução do que, para nós, representa um projeto. Todavia, o conteúdo, ou melhor, os objetivos que nortearam suas ações foram os mesmos.

Balizamos os debates promovidos na tese em um conjunto de referências teóricas da crítica marxista da economia política que nos auxiliaram em todo o percurso investigativo e expositivo. Nosso objeto de análise foram as(os) trabalhadoras(es) atuantes na política pública de educação superior, em especial as(os) técnicas(os)-administrativos em educação. Fração da classe trabalhadora que no primeiro semestre de 2024 promoveu uma greve de quatro meses de duração e que também evoluiu a categoria docente e discente. O movimento

¹ Explica Sara Granemann (2011, p. 54, grifos da autora): “[...] as políticas sociais no Brasil, com a transferência do fundo público para diferentes modelos de instituições privadas, constituem formas de privatização mais difíceis – inclusive do ponto de vista ideológico – de serem desveladas. A elas chamei-as ‘privatizações não clássicas’ porque não se realizam pelo mecanismo da venda típica, mas envolvem também no plano dos argumentos uma afirmação de que tais mecanismos operam como mais e não menos Estado!”.

² Importantes formuladores e incentivadores do projeto de reconfiguração dos Estados capitalistas dependentes.

apresentou como principais reivindicações: reestruturação das carreiras; recomposição salarial; revogação de todas as normas que prejudicam a educação federal aprovadas nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) e; recomposição do orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes.

No desdobramento do argumento central da tese, importa-nos notar esta particularidade da luta de classes em que a força de trabalho luta por suas condições de vida e trabalho e pela preservação da própria política social, mecanismo da realização de direitos da classe trabalhadora. Ademais, expressa um movimento a impedir a completa realização do processo de reestruturação destrutiva da política social de educação federal.

O processo de reestruturação destrutiva

O projeto estatal para transformação do perfil de política social conquistado na Constituição Federal de 1988 está inserido no contexto mais amplo de reconfiguração dos Estados, de modo a recompor o poder burguês, iniciado em resposta à crise do sistema capitalista, definido por Ernest Mandel (1982) como um período de capitalismo maduro e decadente.

Essa reformulação tem como diretrizes o gerenciamento do fundo público com a finalidade de ampliar as formas de lucratividade do capital, expresso na adoção de medidas de ajuste fiscal *para os trabalhadores* e na priorização, especialmente em países de capitalismo dependente, ao pagamento da dívida pública. Além do estabelecimento de medidas para a contenção das mobilizações e conquistas da classe trabalhadora.

É nesse contexto que as funções estatais se ampliam e que o fundo público³ assume atuação fundamental na promoção das condições de produção e reprodução do capital. Para as políticas sociais - que do ponto de vista da classe trabalhadora, exercem um papel de salário indireto, dito de outro modo, retornam parte do que foi punçado do seu tempo de trabalho necessário na forma de impostos para composição do fundo público - o efeito é o inverso. Com o intuito à redução do investimento estatal e à ampliação da lucratividade capitalista, transmutam-se em políticas descentralizadas, focalizadas, privatizadas (Behring, 2003), financeirizadas e monetarizadas (Granemann, 2007).

O desinvestimento do Estado, no que diz respeito às políticas sociais, se manifesta de diferentes formas, por intermédio: do orçamento público; do método de gestão e organização do trabalho na administração pública e; das formas de contratação e valorização da força de trabalho empregada pelo Estado. Cumpre-nos ressaltar que as políticas só se materializam se existirem trabalhadoras(es) que exerçam as funções de planejamento, execução e avaliação. Desse modo, as transformações instituídas no serviço público brasileiro desde o final da década de 1990 impactam os programas e projetos implementados, as condições e organizações institucionais, assim como os direitos da fração da classe trabalhadora empregada pelo Estado, direta ou indiretamente.

Reorganizar carreiras, restringir direitos e terceirizar a força de trabalho são medidas indicadas por organismos internacionais, como modelo para incitar maior eficácia e eficiência

³ Elaine Behring (2022) nos ensina que o fundo público é o conjunto de recursos que o Estado mobiliza para o desempenho das suas funções. Formado por taxas, impostos e contribuições que representam “[...] um mix de mais-valia (trabalho excedente) e trabalho necessário apropriado pelo Estado a partir da sua capacidade extrativa de parte dos juros, lucros, renda da terra e salários, a ser repartido majoritariamente em favor dos segmentos hegemônicos.” (Behring, 2022, p. 99).

no serviço público, implementadas por todos os governantes brasileiros desde a contrarreforma administrativa de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

No campo da política social de educação superior, a desvalorização das(os) trabalhadoras(es) e a precarização institucional são processos vivenciados há décadas. Aprofundados no contexto atual por contingenciamentos orçamentários⁴, por campanhas depreciativas⁵ da força de trabalho atuantes no serviço público, por diminuição de contratações e por normativas estatais que expropriam direitos⁶ da fração da classe trabalhadora empregada pelo Estado, com o objetivo de subsidiar privatizações e terceirizações. Esses são determinantes do processo de reestruturação destrutiva para as políticas sociais.

A base do projeto

Entendemos a contrarreforma administrativa do Estado proposta e em parte implementada por FHC como o material guia para a implementação dos instrumentos jurídicos-políticos e dos métodos gerenciais do trabalho, instituídos por todos os governantes brasileiros posteriores, a respeitar suas particularidades.

Capitaneada por Bresser Pereira, ex-ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), pode ser analisada em documentos oficiais publicados no período, tais como o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e os Cadernos MARE. Propôs uma reorganização para o serviço público brasileiro e uma nova política para gestão do trabalho. Suas diretrizes foram assim apresentadas pelos seus idealizadores: a implementação da gestão gerencial; a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados; o controle dos processos com base no gerenciamento dos resultados e; a restrição dos gastos orçamentários (Brasil, 1997).

Com o objetivo de reduzir a destinação de recursos do fundo público, buscou imputar aos trabalhadores a responsabilidade de desempenhar suas funções com excelência em um contexto de extrema escassez. Nesse sentido, exigiu-se a construção de um novo perfil de força de trabalho, como aquela altamente qualificada, em constante capacitação, proativa, inovadora, compromissada, com capacidade de iniciativa, com facilidade de adaptação às mudanças, apta a executar atribuições mais genéricas e a executar uma gestão eficaz e eficiente de recursos (Brasil, 1998). Esta, limitada a uma parcela do serviço público. A fração da classe trabalhadora inserida nas políticas sociais, definidas por Bresser Pereira como “serviços não exclusivos⁷ do Estado”, seria submetida a privatização e terceirização.

A privatização, um dos determinantes centrais desse processo, ocorreu de forma “clássica” ou “não clássica”, tanto na gestão quanto na execução (Granemann, 2011). Identifica-se neste contexto o crescimento das Parcerias Público-Privadas e da atuação

⁴ O estudo de Márcia Moura (2019) revela que o contingenciamento orçamentário para as Instituições Federais de Ensino é realizado de forma permanente deste 2012 como uma política. Em 2019, 19,5% de toda restrição do executivo federal ocorreu em dotações orçamentárias ao Ministério da Educação.

⁵ Os discursos polêmicos, preconceituosos e ofensivos de Paulo Guedes (ex-Ministro da Economia no governo de Jair Messias Bolsonaro) a força de trabalho empregada pelo Estado - por ele designados como parasitas - e de Abraham Weintraub, ex-Ministro da Educação - que denominou os professores de zebras gordas -, são expressões de um projeto que tem como objetivo depreciar o serviço público para transformá-lo.

⁶ Como explica Ivanete Boschetti (2023, p. 88) a “[...] destruição de direitos sociais constitui avassalador processo de expropriação social que reconfigura a participação do Estado social na socialização dos custos da reprodução da força de trabalho e de não trabalhadores/as, agindo de forma mais contundente para garantir a acumulação de capital”.

⁷ O projeto da “reforma” administrativa em FHC dividiu o serviço público em quatro setores: núcleo estratégico; das atividades exclusivas do Estado; das atividades não exclusivas ou não competitivas e; da atuação das empresas ou da produção de bens e serviços.

das organizações não governamentais - dentre diversas outras nomenclaturas. Como explicou Elaine Behring, no campo das políticas sociais, significou um processo em que o: “[...] Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor. Reforça-se a *governance* por meio da transição de um tipo rígido e ineficiente de administração pública para a administração gerencial, flexível e eficiente” (Behring, 2003, p.178, grifos da autora).

Corrosão interna

Nossa hipótese é de que a parcela do serviço público brasileiro, aquela diretamente relacionada às políticas sociais, passa por um processo de reestruturação destrutiva, seja pela via de sua corrosão interna, seja pela sua exponencial precarização. Esta que, estabelecida nas medidas instituídas por Temer e Bolsonaro, leva a incapacidade de operacionalização das políticas sociais tal como conhecemos no tempo presente.

Em que pese, definimos como corrosão interna por serem adotadas transformações nas instituições estatais - em sua lógica de organização e gestão do trabalho - sem alteração da forma como são apresentadas. Dito de outro modo, privatizar as instituições públicas com a transferência da sua gestão para instituições privadas, mas com nomenclatura diferenciadas. Tais como: empresa pública de direito privado, fundações e organizações sociais. Além da instituição de métodos da gestão do trabalho diretamente vinculadas ao caráter privatista, calcado na produtividade e lucratividade. Os governos petistas (Lula de 2003 a 2011 e Dilma de 2011 a 2016) atuaram contraditoriamente com essa roupagem.

É preciso destacar uma inflexão no investimento do Estado na força de trabalho atuante no serviço público nestes períodos, por intermédio da retomada dos concursos e dos ajustes remuneratórios. Todavia, se analisarmos o movimento das contratações via concurso público (Regime Jurídico Único) no poder executivo federal, veremos que durante os governos do Partido dos Trabalhadores, apesar do crescimento dos concursos, o quantitativo de trabalhadores em 2014 não se aproximava ao número em exercício de 1998 (Escola Nacional de Administração Pública, 2015).

Nas universidades é inquestionável o avanço das políticas inclusivas — pela defesa da diversidade e da democratização do acesso à educação — e da expansão e interiorização das IFES. De modo paralelo, esses governos financiaram e estimularam a mercantilização do ensino superior. Lula e Dilma não romperam com os pilares do neoliberalismo e continuaram a privatizar instituições públicas de forma “não clássica” (Granemann, 2011), em sua gestão e na lógica do trabalho. Nas universidades, exemplifica-se pelo crescimento das fundações estatais e pelo repasse da gestão de seus hospitais à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

A transferência da gestão gerou consequências também na composição da força de trabalho nas IFES. Com a “privatização não clássica” de seus hospitais, os trabalhadores estatutários foram aos poucos substituídos pelos contratados via EBSERH. O estudo de Stella Senes (2018) revelou que, em 2013, 96,5% da força de trabalho nesses espaços era composta por trabalhadoras(es) RJU e 3,5% contratos via CLT — dos 40 (quarenta) de um total de 50 (cinquenta) hospitais universitários que tinham aderido a EBSERH no período do seu estudo. Quatro anos depois, em 2017, eram 45,2% RJU e 54,8% CLT. Como afirmou Gênesis Pereira (2019, p. 159): “[...] o PT avançou nos vínculos estatutários, mas não combateu efetivamente a terceirização, ao contrário, a ampliou no interior do Estado”.

No que diz respeito à gestão do trabalho, Lula e Dilma promoveram a continuidade do método que prioriza as diretrizes de uma ótica de trabalho que traz centralidade ao desempenho das(os) trabalhadoras(es), independente das condições ofertadas a elas(es). Nos moldes da proposta de Bresser Pereira, de flexibilização, precarização e intensificação do trabalho.

Lula instituiu uma nova Política de Desenvolvimento de Pessoal (PDP) para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional pelo Decreto 5.707/2006. O conteúdo do seu artigo primeiro já demarcava a permanência do método gerencial por estabelecer: o modelo de gestão por competências como método da gestão do trabalho; a capacitação como instrumento central da política e; a racionalização dos gastos como diretriz.

Preconiza-se a lógica da eficácia e eficiência no serviço público, por intermédio da gestão por resultados. Dito de outro modo, pelo quantitativo numérico de pessoas atendidas, independente das condições de trabalho para o pleno exercício das funções das(os) trabalhadoras(es) empregadas(os) pelo Estado. Ademais, ressignificam-se a expropriação dos direitos e a desresponsabilização do Estado, a partir da responsabilização do trabalhador, que deve promover maiores resultados com aridez de recursos. A individualização da responsabilização sobre o desempenho gera adoecimento, sobrecarga e desvalorização. Essas são as consequências imediatas às(aos) trabalhadoras(es) empregadas(os) pelo Estado.

Ultraneoliberalismo e as intervenções destrutivas

O contexto vivenciado na política pública de educação superior entre 2016 e 2022 indica a sua incapacidade de operacionalização⁸, tal como é atualmente executada e foi conquistadas pela luta de classes. Reúne uma série de medidas que aprofundam o subfinanciamento crônico das IFES - expressão do processo de ajuste fiscal permanente sinalizado por Elaine Behring (2022) - e precarizam os direitos conquistados pela classe trabalhadora. Dentre elas destacamos a Emenda Constitucional (EC) 95/2016 instituída por Michel Temer e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020 apresentada por Jair Messias Bolsonaro.

Um projeto à sua desconstrução, implementado há décadas que, no ensino superior, pode ser caracterizado:

- a) pela concepção da educação como uma atividade não exclusiva do Estado; b) pelo ampliado processo de mercantilização e financeirização desta política pública; c) pelo crescimento de instituições não universitárias, ou seja, desobrigadas a articular ensino, pesquisa e extensão; d) pelo aligeiramento da formação profissional; e) pelas restrições orçamentárias às IFES; f) pela expansão da transferência (de forma direta e indireta) do fundo público às instituições privadas de ensino; g) pela privatização da gestão das políticas sociais e; h) pelo aprofundamento da precarização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores (Flores, 2021, p.247).

⁸ A reportagem publicada recentemente na Folha de São Paulo em 27 de maio de 2024 revela as condições de precariedade da maior universidade pública do país e internacionalmente reconhecida como uma das melhores do Brasil. Em reunião realizada no dia 24 de maio de 2024 os membros do Conselho Universitário da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), declararam a condição da instituição como “insustentável”. Denunciaram a falta de investimento do governo federal que, desde 2013, reduziu drasticamente o seu orçamento, o que faz com que a universidade acumule déficits milionários. A reunião resultou em um documento oficial, uma Carta Aberta, em que os conselheiros questionam o Ministério da Educação sobre qual o projeto que o governo tinha para a UFRJ (Lucca, 2024).

A Emenda Constitucional 95/2016, aprovada no governo de Michel Temer, é um determinante crucial. Com ela ficaram congelados por vinte anos os recursos orçamentários às políticas sociais e à força de trabalho empregada pelo Estado brasileiro, ou seja, ao limitar o orçamento ao valor investido no ano anterior e reajustá-lo pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Suas consequências são sentidas por todas as universidades públicas, como, por exemplo, pelos cortes nos orçamentos anuais e pela permanente política de contingenciamento. Impactam no orçamento institucional, assim como no recurso destinado ao pagamento da força de trabalho.

Na tabela abaixo, dos dados extraídos da Plataforma Siga Brasil, disponibilizada pelo Senado Federal, evidenciamos esse movimento do orçamento total das IFES⁹, do vinculado ao investimento, à manutenção e desenvolvimento institucionais e ao pagamento da força de trabalho.

Tabela 1: Orçamento (Pago IPCA¹⁰) do Ministério da Educação/Ensino Superior por GND¹¹ (2016-2022)

ANO	TOTAL MEC ANUAL/FUNÇÕES SELECIONADAS	GND INVESTIMENTOS	GND OUTRAS DESPESAS CORRENTES	GND PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
2016	R\$ 53.224.744.450,24	R\$ 1.018.802.487,89	R\$ 14.667.726.638,56	R\$ 37.533.280.453,54
2017	R\$ 54.343.720.336,61	R\$ 784.079.423,26	R\$ 12.470.364.305,84	R\$ 41.089.276.607,50
2018	R\$ 51.418.678.019,69	R\$ 588.822.547,15	R\$ 12.121.302.531,34	R\$ 38.695.691.137,58
2019	R\$ 50.958.262.705,42	R\$ 249.141.415,99	R\$ 11.662.878.115,89	R\$ 39.046.243.173,55
2020	R\$ 48.733.907.271,62	R\$ 299.301.778,88	R\$ 9.432.123.300,74	R\$ 39.002.482.192,01
2021	R\$ 45.558.381.855,68	R\$ 173.577.879,51	R\$ 8.297.110.119,08	R\$ 37.087.693.857,09
2022	R\$ 43.323.134.293,93	R\$ 356.091.792,36	R\$ 8.776.408.497,23	R\$ 34.190.634.004,34

Fonte: Brasil, [2024b]. Siga Brasil. Elaboração própria.

Tendo em vista que as regras estabelecidas na EC 95/2016 só passaram a valer para a política de educação no ano de 2017, os dados referentes a 2016 foram aqui expostos com fito comparativo. O que justifica o único ano de crescimento na série histórica do orçamento total do MEC/Ensino Superior ter sido o de 2017. Em todos os outros o recurso diminuiu.

⁹ Com o objetivo de abarcar todas as IFES, o que inclui os Hospitais Universitários - para aquelas que o possuem em sua estrutura -, optamos por selecionar dos dados referentes ao Ministério da Educação as seguintes subfunções: Educação Superior e Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

¹⁰ Todos os valores foram deflacionados pelo IPCA referente a 31 de maio de 2024.

¹¹ O orçamento público é dividido em seis Grupos de Natureza de Despesa (GND): 1 - Pessoal e Encargos Sociais; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes; 4 - Investimentos; 5 - Inversões Financeiras e; 6 - Amortização da Dívida. O orçamento das IFES engloba essencialmente os GND 1, 3 e 4. Estão no GND de investimento as despesas com a compra de equipamentos e os gastos com os bens patrimoniais. As de Outras Despesas Correntes dizem respeito: a compra de materiais de consumo; ao pagamento de serviços como água, luz, telefonia e de empresas contratadas para as ações de limpeza, segurança e manutenção nas quais atuam as(os) trabalhadoras(es) terceirizadas(os) - e; a bolsas e auxílios aos estudantes. Nas de Pessoal e Encargos Sociais estão os recursos com “[...] vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência” (Brasil, 2020, p. 46).

Das diferenças mais significativas, no orçamento de investimento das IFES evidencia-se um decréscimo de 65,05% em 2022 em relação ao que foi investido em 2016. Para as ações de manutenção/execução da política de educação superior a diminuição em 2022 foi de 40,17 % tendo como referência o ano de 2016.

A redução de recursos no GND de orçamento de pessoal é mais difícil de ser concretizada pois suas regras são mais rígidas, tendo em vista as legislações específicas das carreiras das(os) trabalhadoras(es) que compõem essa força de trabalho. Assim como pela incidência da luta da força de trabalho organizada atuante nesses espaços. No entanto, o montante destinado ao pagamento das(os) trabalhadoras(es) nas IFES em 2022 é inferior ao recurso do fundo público direcionado em 2016. O que nos permite questionar a argumentação proferida por Lula e seus ministros na greve nacional da educação de que o orçamento de pessoal só tem crescido. Afirmar esta que foi utilizada para justificar o reajuste zero em 2024 apresentado no momento de negociação com as categorias.

Buscamos demonstrar na tese que os impactos orçamentários nas políticas sociais são acompanhados por medidas jurídico-políticas estatais que para a classe trabalhadora resultam em processos de expropriação de direitos. Não faltam exemplos de intervenções adotadas desde 2016 nos governos brasileiros ultraneoliberais (Cislighi, 2020).

A consolidação de uma força de trabalho adequada ao desempenho das funções institucionais é fundamental para a materialização de uma política social. Na direção oposta a essa necessidade, tanto Temer, como Bolsonaro, realizaram uma significativa restrição dos concursos e dos ajustes remuneratórios no período.

Michel Temer, por exemplo, no Decreto 9.262/2018, impediu a realização de concursos em um total de 47.775 (quarenta e sete mil e setecentos e setenta e cinco) vagas – das referentes ao nível fundamental completo, 84,49% compunham a força de trabalho das IFES. No governo Bolsonaro, com o Decreto 9.739/2019, ampliou as regras para o pedido de autorização dos concursos públicos. Passou a exigir das instituições justificativa para o preenchimento de uma vaga de trabalhador(a) por Regime Jurídico Único (RJU) e demonstrativo de que essas necessidades não poderiam ser respondidas pela contratação de trabalhadoras(es) terceirizadas(os). No Decreto 10.185/2019, Bolsonaro vedou a abertura de concursos para 20 (vinte) mil cargos do Ministério da Educação, além de impedir o provimento de vagas, extinguir cargos efetivos vagos (14.227) e os que vierem a vagar (13.384) da administração pública federal. Ademais, pela Lei Complementar 173/2020 restringiu os concursos, as contratações, as alterações nas carreiras e os reajustes salariais até 2021. O estudo de Dayson Almeida e Paulo Roberto Bijos (2019, p. 18) revelou que em 2019, o investimento com “alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração” foi nulo.

Bolsonaro também instituiu uma nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNPD (Decreto 9.991/2019), pelas mesmas diretrizes implementadas em Fernando Henrique Cardoso e em Lula, dentre elas:

[...] a responsabilização individual dos trabalhadores quanto ao desempenho e desenvolvimento das instituições estatais; a capacitação como ferramenta à adaptação e ao adestramento dos trabalhadores, por intermédio de competências gerenciais; a racionalização/restrrição dos cargos; a redução dos custos com essa força de trabalho e com as instituições estatais; o congelamento salarial e; no limite, a manutenção dos direitos já garantidos. Os instrumentos jurídico-políticos utilizados por Bolsonaro, conservam a lógica do enquadramento dos trabalhadores empregados pelo Estado aos valores competitivos e meritocráticos/individualistas (Flores, 2021, p. 276).

Nessa mesma lógica e embalados pelos avanços da modalidade de trabalho remoto no contexto da pandemia, Bolsonaro e Paulo Guedes investiram na regulamentação do teletrabalho no serviço público pelo Decreto 11.072/2022. A justificativa foi amplamente divulgada pelo ex-ministro da Economia: a redução de custos. O Plano de Gestão e Desempenho, no entanto, vai muito além da possibilidade do trabalho remoto. Altera a forma de organização e avaliação do trabalho, com foco na gestão por resultados.

Outra contrarreforma conduzida por Michel Temer e aprovada/implementada por Bolsonaro foi a da previdência. A restrição dos direitos ocorreu aqui também pela expropriação dos salários, aposentadorias e pensões. Com a Emenda Constitucional (EC) 103/2019 toda a classe trabalhadora foi duramente atingida. Para a fração da classe trabalhadora empregada pelo Estado, as novas regras da previdência incidiram

[...] duramente os servidores civis federais do Regime Próprio (RPPS). Primeiro com a elevação da contribuição previdenciária, que na margem, para maiores remunerações, chega a 22% do salário. Depois com regras de transição que, em alguns casos, amplia em 10 vezes o tempo faltante para se aposentar. Finalmente, com o rebaixamento dos benefícios dos que ingressaram entre 2004 e 2013 no serviço público. Somando-se tudo, as perdas na aposentadoria futura irão variar entre 10% e 50% (Cardoso *et al.*, 2019, p.27).

Além dessas medidas, Jair Messias Bolsonaro propôs mudanças ao serviço público que, ao nosso ver, visa concretizar determinantes presentes no projeto de Fernando Henrique Cardoso, capitaneado por Bresser Pereira, mas que não foram alcançados. Os elementos que configuram o processo de reestruturação destrutiva da educação superior pública podem ser demasiadamente aprofundados caso parte, ou a totalidade, do projeto de “transformação” do serviço público apresentado por Bolsonaro alcance aprovação. A Proposta de Emenda Constitucional 32/2020, entrega o que Bolsonaro já prometia na sua campanha de governo: acabar com a estabilidade - em suas palavras regalias - e restringir/privatizar os serviços públicos. Discurso nada inovador, mas que em tempos conservadores e neofascistas assumem novas roupagens.

Dos elementos centrais da proposta original encaminhada por Bolsonaro, no dia 03 (três) de setembro de 2020, é possível destacar similitudes e discontinuidades em relação à contrarreforma administrativa de FHC. As alterações constitucionais indicadas na PEC 32/2020 alcançam importantes direitos conquistados pela fração da classe trabalhadora inserida nesses espaços e fortalecem a gestão do trabalho a partir da aplicação dos métodos de gestão por competência e por resultado. O que chamam de “reforma” é uma contrarreforma que caminha para a transformação/destruição das carreiras relacionadas ao Regime Jurídico Único.

Em primeiro lugar porque propõe extinguir o próprio Regime Jurídico Único e estabelecer 5 (cinco) tipos de vínculos à força de trabalho empregada pelo Estado, exposto na criação do artigo 39-A da Constituição Federal de 1988. São eles: vínculo de experiência; vínculo por prazo determinado; vínculo por prazo indeterminado; cargos típicos de Estado; cargos de liderança e assessoramento.

A proposta de criação de novos vínculos no serviço público, a despeito da diversidade já existente, remonta a uma estratégia recorrente adotada pelo capital e seu Estado para dividir os trabalhadores (por direitos, contratos e gestão do trabalho diferentes). Busca-se estabelecer uma cisão entre aqueles imprescindíveis ao Estado — a eles são

garantidos ampliados direitos (nesse caso os “cargos típicos do Estado”) — e os outros. Incide sobre a capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores. Iniciativa também promovida na contrarreforma administrativa de Fernando Henrique Cardoso que objetivava a todos os trabalhadores que não compusessem as carreiras exclusivas do Estado, serem “[...] administrados com base em regras vigentes para o setor privado, não se constituindo em funcionários públicos” (Brasil, 1997, p. 12).

Pelo conteúdo apresentado na PEC 32/2020, com a criação do artigo 37-A da Constituição Federal, projeta-se que a terceirização da força de trabalho alcance outro patamar. Alicerçada pela contrarreforma trabalhista e a lei da terceirização, aprovadas no governo de Michel Temer, que permitiram a universalização da possibilidade de terceirização dos cargos no serviço público. Em sua proposta, a PEC 32/2020 estabelece as organizações sociais como o principal instrumento da gestão pública.

Além da terceirização, a aplicabilidade dos métodos gerenciais do trabalho prevista na PEC 32/2020 expressa outro determinante de continuidade com o projeto de contrarreforma administrativa de FHC. As políticas de racionalização de cargos, de reorganização das carreiras, de enxugamento dos custos com a força de trabalho estatutária foram todas defendidas por Bolsonaro. O intuito é a construção de carreiras mais enxutas, para melhor transitar os trabalhadores e impactar diretamente na sua capacidade de mobilização.

Do ponto de vista da força de trabalho atuante nas IFES, com a proposta de acabar com o Regime Jurídico Único, esta fração da classe trabalhadora se transformará em um conjunto de cargos extintos. A extinção pode gerar restrições na intervenção e na autonomia profissional, além de trazer dificuldades a negociações futuras em relação ao aumento salarial ou ao reconhecimento de direitos.

A atuação em uma equipe diversa, composta por diferentes vínculos, contratos de trabalho, com diferentes salários e direitos, tende a promover (além do que já estabelece com os atualmente existentes) impactos na organização e condução do trabalho. Ademais, a proposta abre a possibilidade de nomeação de chefias fruto de escolhas individuais e relações políticas, e não pelo conhecimento técnico e pela composição do quadro de pessoal estatutário. O que pode acrescentar danos às relações de trabalho e à sua execução.

A PEC apresentada por Bolsonaro expõe também diferenças ao projeto de contrarreforma administrativa de FHC. O governo autocrático e neofascista de Jair Messias Bolsonaro propõe alterações que ultrapassam o universo dos direitos das(os) trabalhadoras(es) e conduz a uma centralização do poder presidencial. Nela, o presidente ficaria autorizado, com a alteração do artigo 84 da Constituição Federal: a criar ou extinguir ministérios, órgãos, autarquias e fundações; transformar cargos vagos; alterar e reorganizar os cargos e as atribuições do poder executivo federal. Para a universidade isso significaria alterações em suas atribuições, em sua estrutura, em sua força de trabalho e, até mesmo, a possibilidade de extinção institucional.

A contrarreforma administrativa apresentada por Bolsonaro em 2020¹², além de nos auxiliar na comprovação de nossa hipótese, demonstra desrespeitar as conquistas instituídas na Constituição Federal para materialização das políticas sociais via serviço público, os direitos das(os) trabalhadoras(es) empregadas(os) pelo Estado e a própria democracia, ao ampliar a centralização de poder ao presidente. Por atingir os direitos das(os)

¹² É importante ressaltar: a proposta apresentada só não logrou aprovação devido a intensa luta das(os) trabalhadoras(es).

trabalhadoras(es) empregadas(os) pelo Estado, englobar transformações organizacionais e redefinir os poderes do Estado, destacamos que essa “reforma” proposta por Bolsonaro demonstra ser para além de uma “reforma” administrativa, mas uma “reforma” do Estado.

Considerações finais

O movimento grevista organizado no primeiro semestre de 2024 fez ecoar, no contexto de aprofundamento do processo de reestruturação destrutiva das políticas sociais, a afirmação “É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”. Palavras que Caetano Veloso brilhantemente escolheu traduzir o momento tão cruel da história da classe trabalhadora brasileira, o da ditadura empresarial militar.

Após a vitória nas urnas em 2022 de uma condução autocrática e neofascista entre os anos 2019 e 2022, o perfil ultraneoliberal da atuação do Estado não demonstra ter sido ultrapassado com as intervenções conduzidas por Lula. A medida de ajuste fiscal para as(os) trabalhadoras(es) com regulamentação prevista para duas décadas não foi derrotada, mas substituída. O arcabouço fiscal recentemente aprovado representa uma continuidade da política de austeridade que mantém implicações negativas ao financiamento das políticas sociais. O projeto de contrarreforma administrativa proposto por Bolsonaro não foi subjugado. No primeiro ano do mandato, Lula já atendia a demandas sobre a retomada das discussões do projeto no Senado Federal. Recentemente confirmou essa intenção (Cruz, 2024).

Ademais, na greve das(os) trabalhadoras(os) da política pública de educação superior, Lula proferiu diversas manifestações de que aquele movimento não seria legítimo e necessário. À despeito das reivindicações que revelam décadas de desvalorização e precarização da política e das(os) trabalhadoras(es).

O estudo aqui resumidamente apresentado tratou das determinações centrais trabalhadas nos quatro eixos de fundamentação do processo de reestruturação destrutiva durante o período de 1998 a 2020. Os três anos posteriores trazem à tona novos elementos para serem investigados, mas que para nós atualizam a hipótese construída. A luta pelas políticas sociais representa hoje não somente a disputa pelo fundo público, a defesa dos direitos sociais e do trabalho, mas a busca pela garantia da sua não destruição. Um movimento urgente e necessário.

Referências

FLORES, Mariana. **Parasitas da sociedade? Uma análise sobre a reestruturação destrutiva de parcela do “serviço público” brasileiro**. Rio de Janeiro, 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2022.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos, superexploração e desigualdade de classe, gênero e raça no Brasil recente. In: SOUSA, A.A.S; OLIVEIRA, A.C.O; SOUZA, G.

Duras vidas Severinas: realidade brasileira e Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Uma nova política de recursos humanos. **Caderno 11**. Brasília: MARE, 1997.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Regime Jurídico Único Consolidado (Lei n. 8.112, de 11/12/90). **Caderno 14**. Brasília: MARE, 1998.

BRASIL. Ministério da Economia. **Manual Técnico do Orçamento**. Brasília (DF), 2020. 14 versão. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2020>. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Painel Estatístico de Pessoal**. Brasília, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acao-a-informacao/servidores/servidores-publicos/painel-estatistico-de-pessoal>. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Siga Brasil**, Painel Especialista. Brasília, 2024b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 30 maio 2024.

CISLAGHI, Juliana. Parte III: O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos. **Esquerda Online**, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/>. Acesso em: 20 out. 2020.

GRANEMANN, Sara. Fundações Estatais: projeto de estado do capital. In: BRAVO, Maria Inês; MENEZES, Juliana. **Saúde na atualidade:** por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: UERJ, set. 2011.

LUCCA, Bruno. UFRJ diz estar 'respirando por aparelhos' e pede socorro ao governo; alunos anunciam greve. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mai. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/05/ufrj-diz-estar-respirando-por-aparelhos-e-pede-socorro-ao-governo-alunos-anunciam-greve.shtml#:~:text=Em%20raz%C3%A3o%20da%20situa%C3%A7%C3%A3o%20cr%C3%ADtica,da%20pol%C3%ADtica%20de%20austeridade%20fiscal>. Acesso em: 28 maio 2024.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MOURA, Márcia. Análise de Gastos e Contingenciamento. **Estudo Técnico**, Brasília, v. 2, n. 26, maio, 2019. Câmara de Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamentodauniaio/estudos/2019/EstudoTcnicon26.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

PEREIRA, Gênesis. **Fundo Público e crise do capital:** expropriação e flexibilização dos direitos dos servidores públicos. Rio de Janeiro, 2019. 223 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

SENES, Stella Maria. **A EBSEH e a “modernização da gestão” nos Hospitais Universitários Federais: “privatização não-clássica”?** 166 f. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

Serviço social e assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: reflexões sobre o debate

Luiz Carlos de Souza Junior
Fátima Grave Ortiz

Introdução

O presente capítulo objetiva refletir sobre as concepções acerca da assistência estudantil nas universidades federais brasileiras, elaboradas no âmbito do Serviço Social. Para tanto, definimos como recorte histórico de análise a primeira década de implementação do Decreto Presidencial n.º 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Além disso, entendemos que a análise sobre o tema da assistência estudantil deve considerar o processo de reforma universitária a partir dos anos 2000, promovida pela expansão das universidades federais e suas novas demandas, estabelecidas pelo Decreto Presidencial n.º 6.096/2007, que instituiu o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Sobre esse processo de expansão, concordamos com Nascimento e Nicolau (2018) no entendimento de que este gerou uma realidade social nas universidades federais que demandou uma força de trabalho especializada de assistentes sociais (como parte de uma equipe interdisciplinar), para atender os estudantes nas diferentes problemáticas sociais presentes nesse cenário de ampliação do acesso e da permanência.

Os últimos anos permitem registrar uma ampliação da demanda pela inserção e atuação dos assistentes sociais no âmbito educacional, especialmente nas Instituições Federais de Educação (IFEs), sendo este profissional requisitado a atuar, sobretudo, junto aos estudantes, desenvolvendo suas competências e atribuições, mediadas pela política de assistência estudantil, no sentido de assegurar as condições indispensáveis à permanência na educação. (Nascimento; Nicolau, 2018, p. 198).

Ainda que situemos um contexto histórico, sociopolítico e econômico, é fundamental considerarmos que a assistência estudantil nas universidades federais brasileiras é construída por meio de disputas entre diferentes compreensões e concepções. Justificando a análise no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que essa mesma conjuntura também representou uma ampliação de um importante espaço sócio-ocupacional para a categoria profissional na Política de Educação.

Dentre os argumentos que circulam nos discursos construídos no decurso da história da assistência ao estudante universitário é possível identificar-se alguns pares de oposição, tais como: gasto x investimento, concessão (favor) x direito, universalidade x seletividade, recursos mínimos (necessidades básicas) x integralidade etc. (Dutra; Santos, 2017, p. 161-162).

De acordo com Nascimento (2018), o Serviço Social pode ser considerado um sujeito político que participa do processo de expansão da assistência estudantil (no bojo da já citada reforma universitária) e atua tanto na sua formulação, quanto na sua gestão e operacionalização. Contudo, a autora considera que essa ampliação de atuação não é

equivalente ao avanço teórico-metodológico e uma das lacunas nesse sentido se dá na abordagem da profissão sobre o tema, relacionando-a com uma insuficiência de aprofundamento sobre os nexos inerentes à histórica questão educacional brasileira.

Nessa perspectiva, nos debruçamos sobre a produção bibliográfica do Serviço Social nessa área para compreendermos os posicionamentos recorrentes nessas diferentes concepções de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras, bem como os nexos teóricos utilizados para esses embasamentos.

Araújo (2015) considera que as ações de assistência estudantil desenvolvidas na atualidade nada mais são do que uma resposta às demandas dos discentes, nos limites postos pela sociabilidade capitalista. Para ela, a universidade recria, dentro da sua própria realidade, as contradições inerentes a essa lógica de modelo societário pautado na desigualdade. Esse entendimento implica também na apreensão das particularidades do real, no que tange ao estudo sobre as políticas sociais nesse contexto.

Nesse sentido, entendemos que a reflexão sobre esse campo de trabalho se torna imperiosa, ainda mais ao buscarmos compreender quais são as concepções sobre assistência estudantil que estão sendo debatidas no âmbito do Serviço Social. A política de educação superior, através da assistência estudantil, demonstra que, assim como as demais políticas sociais postas a partir do ideário neoliberal, baseia-se na lógica de concessão de auxílios compensatórios e focalizados, o que não representa uma garantia efetiva de política pública. Através da assimilação de demandas históricas de movimentos sociais ligados à educação, as políticas institucionais de assistência estudantil utilizam a lógica de uma suposta transferência de renda para apassivamento das classes subalternas¹.

Como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social é requisitado em diversos espaços institucionais. Dentre esses espaços, é possível destacar as instituições de ensino, nas quais o assistente social se insere, sobretudo, em torno das respostas às requisições de ampliação das condições de acesso e permanência dos estudantes nos diferentes níveis e modalidades de educação. Nesse sentido, e sem perder de vista as várias possibilidades de atuação no âmbito dessa política, a inserção profissional, ao longo das últimas décadas, tem se dado visando responder às variadas expressões da questão social que, manifestas no espaço da educação, tem se configurado como entraves à permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes. (Nascimento; Nicolau, 2018, p. 207).

Nascimento e Nicolau (2018) consideram que esse movimento de ampliação do acesso, somado também a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012)², implicou em uma transformação na realidade das instituições federais de ensino superior (IFESs), que passaram a conceber uma maior diversidade em seu corpo discente, marcada, principalmente, por situações de vulnerabilidade³ nas condições socioeconômicas.

¹ Para Iasi (2012), o capital em sua forma madura (parasitária) pressupõe a exigência de um grau crescente de cooptação do proletariado para manutenção do seu domínio, tendo em vista a intensificação da exploração dos trabalhadores. Ou seja, trata-se de uma forma da burguesia brasileira dinamizar suas contradições e, assim, garantir legitimação para os seus ajustes que apontam para o desmonte do Estado e das políticas públicas. Para que as reformas e ajustes do Estado, aliadas aos interesses essenciais da acumulação capitalista, ocorram, é preciso uma condição política de desarme da classe trabalhadora, viabilizada pela ampliação das esferas de consenso.

² Atualizada pela Lei n.º 14.723, de 13 de novembro de 2023, que altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

³ De acordo com Giúdice, Loreto e Azevedo (2014), o critério de vulnerabilidade social é utilizado em diversos programas a fim de se obter uma análise acerca das condições de pobreza e exclusão social. Os autores identificaram a utilização do termo em diferentes contextos, mas, ao relacionarem ao debate sobre assistência estudantil, perceberam que este passa a

Isto é, a efetiva operacionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em instituições federais de ensino demandou a formação de equipes técnico-profissionais, para além dos seus corpos docentes, nas quais se encontram os assistentes sociais. Fato que, para Nascimento e Nicolau (2018), demonstra que a educação não pode ser pensada de maneira isolada e que, por conseguinte, também é impactada pelos rebatimentos da sociabilidade capitalista. O assistente social, por ser um profissional que atua nas diversas expressões da questão social, tende a desempenhar, portanto, um papel significativo no âmbito da educação e do PNAES, em particular, validando a relevância da nossa análise.

Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): regulamentação da assistência estudantil enquanto um programa de governo

Como já mencionado, é fundamental situarmos o PNAES a partir dos efeitos do processo de reformulação das universidades federais através do Decreto Presidencial n.º 6.096/07, que instituiu o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Dentre os objetivos do REUNI, cabe destacar: aumentar o número de discentes nas universidades federais (o que gerou o aumento na quantidade de alunos para cada professor); diversificar as modalidades dos cursos de graduação; incentivar a criação de um novo sistema de títulos (como, por exemplo, os bacharelados interdisciplinares); elevar a taxa de conclusão e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino.

Em suma, trata-se de uma expansão de acesso à educação superior significativa, que, se por um lado, expressa a defesa histórica dos segmentos da classe trabalhadora pela democratização; por outro, carrega em si as contradições inerentes ao modelo societário posto, tendo em vista que a ênfase dada à pauta da democratização dos últimos anos exige a implementação de ações voltadas à garantia da permanência dos estudantes na universidade.

Nesse mesmo período histórico, é também aprovado o Plano Nacional de Assistência Estudantil, instituído pelo Ministério da Educação através da Portaria Normativa n.º 39, de 12 de dezembro de 2007. Uma atualização do plano elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace) e encaminhado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2001, que dentre algumas de suas solicitações, aponta a necessidade de delimitação de verbas específicas para assistência estudantil na matriz orçamentária anual do MEC.

Assim, a questão da permanência dos estudantes obtém cada vez mais espaço nos debates postos nas lutas travadas pelo movimento estudantil e de profissionais da área através de suas entidades representativas, como, por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace). Logo, ainda que apontemos suas contradições, não podemos desconsiderar que o aprofundamento e ganhos acerca das ações de acesso e permanência nas universidades federais são, também, resultados de conquistas árduas de tais entidades e movimentos sociais.

Em 2010, ainda no Governo Lula, é publicado o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com os seguintes objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na

ser utilizado numa perspectiva de apreensão de fatores que deixam indivíduos e/ou suas famílias mais ou menos expostos aos riscos socioeconômicos.

permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Baseado nesses objetivos, o decreto do PNAES estabelece que o mesmo deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes⁴ mediante ações de assistência estudantil desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Segundo Silvas e Lima (2012), ao buscar minimizar as desigualdades socioeconômicas, o PNAES representa uma política educacional mais inclusiva. Para as autoras, no âmbito da educação superior, a assistência estudantil visa propiciar condições de superação dos obstáculos ao bom desempenho acadêmico. Contudo, consideramos que a assistência estudantil pode e deve ir além dessa concepção, tendo em vista que se apresenta enquanto possibilidade concreta para o desenvolvimento de uma formação em sentido pleno, que desenvolva o pensamento crítico.

Dessa forma, a educação é valorizada a partir da possibilidade de mobilidade social dos discentes, porém, esta não deve ser pensada de uma maneira autônoma, assim como o próprio PNAES, que possui determinada conjuntura histórica, social, política, econômica e institucional. Ou seja, a universidade ocupa um lugar de destaque no que tange à disputa de diferentes projetos para o desenvolvimento nacional.

Entretanto, embora o PNAES promova o desenvolvimento de uma perspectiva mais inclusiva na área da educação superior, é importante considerar seu caráter ambíguo. O qual, de acordo com Silvas e Lima (2012), evidencia sua contradição ao ser um programa inclusivo em certos aspectos e seletivo em outros, já que sua própria essência não se baseia na universalidade.

Lima (2018) traz algumas críticas ao PNAES ao considerar que ele carrega algumas insuficiências, desde questões conceituais até a sua dimensão operativa. As instituições lidam cotidianamente com o dilema entre a disponibilidade de recursos e as demandas apresentadas.

Numa visão macro, o PNAES é tido como mais um mecanismo de alívio da pobreza, justificando a lógica de atendimento para aqueles tidos como os mais pobres entre os vulneráveis, numa conjuntura política e econômica cada vez mais adversa à classe trabalhadora. Dessa forma, o controle institucional é ampliado sobre o trabalho dos profissionais responsáveis pela gestão e execução da política.

Ademais, não podemos desconsiderar a intrínseca relação entre a ampliação do acesso e demandas para permanência na educação superior, principalmente no período em questão. Por isso, outra medida importante que devemos considerar é a criação, no ano de 2010, do Sistema Integrado de Seleção Unificada (SISU), tendo em vista seu objetivo de democratização do acesso à educação superior. Segundo Magalhães e Menezes (2014), tal sistema utiliza o resultado obtido no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) em substituição aos modelos tradicionais de vestibulares, abrindo a possibilidade para os estudantes concorrerem às vagas em universidades federais de todo o país.

⁴ O decreto enfatiza que os estudantes deverão estar regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. Ou seja, não aborda sobre a importância da permanência dos estudantes de instituições federais que cursam graduação na modalidade de ensino à distância.

No governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), em seu primeiro mandato, foi sancionada a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que, dentre outras medidas, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais, tornando-se conhecida pelo senso comum como a Lei de Cotas. Sendo um marco no que se refere ao processo de democratização do acesso ao ensino superior, essa lei trata da reserva de vagas nas instituições de ensino superior para estudantes oriundos de escola pública, com critério de renda, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência.

De acordo com Magalhães e Menezes (2014), a tríade ENEM, SISU e Lei de Cotas desafia a organização do sistema universitário público através da democratização do acesso. Uma vez que, apesar de suas contradições, as ações afirmativas, especialmente a reserva de vagas, permitem que jovens pobres, negros, indígenas e deficientes físicos tenham acesso à educação superior. Ou seja, consideramos a importância dessas ações, ainda que estejam longe de uma universalização efetiva do direito à educação.

Dito isto, torna-se primordial pensarmos como o SISU e a chamada Lei de Cotas trazem novas demandas para o desenvolvimento das ações de assistência estudantil nas universidades federais, tendo em vista que se têm ampliação do acesso para estudantes advindos da classe trabalhadora e oriundos de outros estados. Nessa sequência, Magalhães e Menezes (2014) observam haver um aumento de expectativas por parte destes estudantes em relação ao provimento, via assistência estudantil, de suporte para diversas e justas necessidades como moradia, alimentação, transporte, dentre outras, fundamentais para permanência na universidade e conclusão de um curso de nível superior.

Essas questões estão ligadas a uma conjuntura contraditória na qual os recursos disponibilizados para a assistência estudantil sofrem cortes e o quantitativo de alunos que se encaixam no perfil definido pelo PNAES cresce em relação à capacidade orçamentária das universidades. Tal incongruência exige a necessidade de luta por maior disponibilidade de recursos financeiros e humanos para um atendimento que trate a questão da permanência discente, para além da perspectiva da não evasão.

Em síntese, podemos observar que os avanços referentes ao desenvolvimento das políticas direcionadas ao ensino superior, em especial sobre aquelas responsáveis pela execução das diretrizes propostas pelo PNAES, atendem determinados interesses de movimentos sociais ligados a essa área por uma absorção que, entretanto, não altera a estrutura societária dominante. Isto é, a luta pela ampliação das condições de permanência estudantil na universidade foi inserida num processo de expansão da educação superior que não garante efetivamente sua democratização, por mais que reproduza esse discurso.

Assim sendo, Machado (2017) destaca que a assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior é feita de maneira seletiva, focalizada e condicionada, traço comum às demais políticas sociais sob a égide neoliberal. Tais características direcionam para um modelo de execução do PNAES que, muitas vezes, são materializados a partir de ações de transferência de renda, ou seja, com bolsas depositadas diretamente para os estudantes num processo de monetarização em detrimento do investimento em equipamentos e serviços públicos.

Logo, consideramos que o exposto até aqui sobre as políticas públicas direcionadas à educação superior, em especial, em relação às ações voltadas para permanência discente, nos auxilia na construção da reflexão acerca das demandas, limites e possibilidades postas aos assistentes sociais que atuam diretamente na execução do PNAES. O que indica a necessidade de analisarmos as diferentes concepções sobre assistência estudantil em disputa no interior da categoria profissional, conforme buscaremos a seguir.

Desafios e potencialidades para o Serviço Social no debate sobre a assistência estudantil

Santos e Marafon (2016) apontam que, pela forma ampla de inserção dos assistentes sociais na política de assistência estudantil (execução, concepção, gestão, implementação e avaliação), estes são, muitas vezes, considerados os principais responsáveis pela permanência dos estudantes na universidade. Suposição que, segundo as autoras, necessita ser eliminada, tendo em vista a importância de pensar a permanência de maneira mais ampla, que envolva todos os sujeitos presentes no contexto universitário.

Diante dessa crescente restrição da capacidade de atendimento, o assistente social, por estar inserido na ponta final da prestação dos serviços, vê-se, institucionalmente, cada vez mais compelido a exercer a função de um juiz rigoroso da pobreza, técnica e burocraticamente conduzida, como uma aparente alternativa à cultura do arbítrio e do favor. (Iamamoto, 2015, p. 161).

Iamamoto (2015) considera que o crescimento da demanda por serviços, em virtude do aumento da pauperização da população, se choca com a crônica falta de verbas e recursos das instituições públicas que prestam serviços sociais. Isso gera, como consequência, uma ampliação gradativa da seletividade dos atendimentos, o que, no caso da assistência estudantil, tende a deslocar o caráter universal da Política de Educação para um segundo plano.

Um dos exemplos disso é o estudo socioeconômico, tido como fundamental para seletividade na política de assistência estudantil e competência profissional do assistente social. A realização do estudo socioeconômico tende a contribuir para um direcionamento restrito e exclusivo desse profissional à seleção e inviabiliza uma análise interprofissional. Portanto, Santos e Marafon (2016) defendem que o conhecimento do Serviço Social deve representar um dos elementos para construção do “perfil socioeconômico” do discente, e não um engessamento técnico e burocrático.

A identificação do perfil de ‘aluno com baixa condição socioeconômica’, [...], coloca-se como uma complexa tarefa aos profissionais de Serviço Social na área de educação superior. Como os estudantes se deslocam, em sua maioria, de outras cidades do estado ou país, a visita domiciliar ou a entrevista com familiares não é possível. Os procedimentos ficam restritos ao contato com o estudante e à apresentação de documentação comprobatória das situações referidas, principalmente da renda familiar. (Santos; Marafon, 2016, p. 418).

A centralidade na análise socioeconômica para o acesso à assistência estudantil resulta, conforme Araújo (2015), em uma tensão entre os assistentes sociais e os discentes que buscam essa inserção. Em um cenário onde os recursos são cada vez mais escassos, assistentes sociais são vistos como os juizes que decidem quem precisa ou não.

Nascimento (2018) apresenta uma análise em que descreve o atual processo de implementação da política como um modelo de assistência estudantil consentida, no qual as demandas dos movimentos sociais foram integradas às possibilidades e interesses do Estado, sem que houvesse uma perspectiva de alteração na ordem vigente, pautada pela agenda neoliberal. Em suma, a incorporação das propostas de ampliação das universidades federais do REUNI intensificou o caráter restritivo, burocrático e “bolsificado” da política de assistência estudantil.

Para Nascimento (2018), falar sobre a universalização da política de assistência estudantil implica criar estratégias que rompam com a necessidade de processos seletivos que condicionam a inserção dos estudantes em suas ações (em alguns casos até são exigidas contrapartidas). Segundo a autora, é fundamental que se construam e ampliem equipamentos que façam parte da infraestrutura permanente da universidade, com possibilidade de atendimento para todos os estudantes.

A restrição da prática do Serviço Social na assistência estudantil à burocracia do processo seletivo dos programas desenvolvidos – preenchimento de fichas, conferência de documentos, declarações, entrevistas e avaliações, reduz as iniciativas da profissão em experiências que viabilizem: a formação de grupos de pesquisa e discussão voltados para a elaboração de propostas que objetivem interferir na realidade institucional e que sirvam para fundamentar planos, programas e projetos no setor; o desenvolvimento de atividades que efetivem o sistema de cogestão existente entre a Pró-Reitorias (sic) de Assistência Estudantil e a diretoria das Casas de Estudantes; a participação direta dos estudantes/usuários nas deliberações da assistência estudantil; e sobretudo, o estímulo à organização política dos estudantes/usuários para as questões que dizem respeito à formulação e avaliação dos programas da assistência. (Nascimento; Arcoverde, 2012, p. 178).

Ainda sobre a inserção profissional na assistência estudantil, torna-se mister lembrarmos que a contratação de assistentes sociais para as instituições federais de ensino ocorre via concursos públicos. Contudo, Nascimento e Nicolau (2018) realçam que, mesmo nessa condição, o trabalho de assistentes sociais não está isento dos efeitos da precarização do mundo do trabalho.

À vista disso, Nascimento e Nicolau (2018) expressam uma preocupação significativa ao afirmarem que a ampliação da assistência estudantil como um espaço sócio-ocupacional para assistentes sociais é de extrema relevância; porém, isso não é proporcional ao processo de ampliação de vagas nas instituições federais de ensino superior, o que, evidentemente, resulta em uma maior demanda de trabalho, intensificação do uso da força de trabalho e sobrecarga de atividades.

Tal cenário implica numa equação que relaciona o aumento das demandas (institucionais e de discentes) com o número insuficiente de assistentes sociais e, dessa forma, segundo Nascimento e Nicolau (2018), resulta numa situação desafiadora que obtém como resposta ações cada vez mais imediatas. Em termos práticos, observamos que aos assistentes sociais é exigida a execução, no menor tempo possível, de ações relativas ao processo de seleção e inserção de estudantes nas políticas institucionais de assistência estudantil. Essas ações, se manifestam, em sua maioria, em um número significativo de editais com prazos cada vez menores.

Pois, como afirma Araújo (2015), diante dessa conjuntura de restrição e seletividade, assistentes sociais são pressionados pelos próprios discentes (de maneira individual e coletiva) para que o maior número possível deles seja atendido. Por razões óbvias, as necessidades dos discentes são mensais e, como nos lembra Araújo (2015), não podem ser adequadas ao tempo institucional para realização de todo o processo de seleção para assistência estudantil. Este é mais um dos fatores que geram pressão para o aligeiramento da realização de análises socioeconômicas pelos assistentes sociais.

Nesse caminho, Santos e Marafon (2016) salientam que, para além da sobrecarga citada, as condições de trabalho são insuficientes para os profissionais que atuam na assistência estudantil, gerando adoecimento e afastamento por saúde. Em muitas ocasiões, a falta de atendimento às demandas discentes gera tensão sobre os profissionais que estão na

linha de frente da execução do PNAES, que, por conseguinte, absorvem as insatisfações oriundas de questões que não dependem exclusivamente do seu trabalho cotidiano.

Como exemplos dessas condições expostas para assistentes sociais, Santos e Marafon (2016) apresentam: espaço físico inadequado que garanta tanto a salubridade laboral quanto o sigilo profissional, ausência de respeito à jornada profissional de trinta horas semanais⁵, além da tendência ao processo de tecnificação e burocratização do trabalho que, sem o suporte de recursos informáticos, dispõe da necessidade de inúmeros procedimentos manuais.

Assim sendo, conforme Nascimento e Nicolau (2018), a ação profissional passa a ser impregnada pela lógica produtivista e imediatista, a qual é traduzida diretamente na qualidade dos serviços prestados. O que, para além das condições de trabalho, é resultado também da própria configuração do PNAES, que, como afirmamos até aqui, apresenta uma crescente restrição da capacidade de atendimento, em virtude da ampliação da demanda.

Por consequência, Nascimento e Nicolau (2018) entendem que essa tensão oriunda da ampliação da demanda discente e a diminuição de recursos para atendê-las colocam os assistentes sociais numa delicada condição de definirem quem terá acesso ou não aos programas de assistência estudantil. Para além do impacto que isso representa para a permanência dos discentes nas universidades federais, essa situação vai de encontro do que pressupõe o Projeto Ético-Político Profissional, principalmente no que se refere à busca pela universalização do acesso aos direitos sociais.

Ao mesmo tempo, Nascimento e Nicolau (2018) também apontam que essa mesma ampliação da demanda profissional para assistentes sociais na assistência estudantil, ainda que permeada por contradições e desafios enfrentados no cotidiano de trabalho, justifica a relevância de estudos e reflexões sobre o Serviço Social nessa área; tendo em vista que, para a construção de resistência e de possibilidades de transformação dessa realidade, é necessário profundo conhecimento e problematização sobre as questões apresentadas até agora.

Esse movimento é fundamental, uma vez que, de acordo com Cavaignac e Costa (2017), pensar o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil como uma tarefa simples, restrita à administração de bolsas e auxílios, não corresponde à realidade. Para as autoras, mesmo com limites, o PNAES propicia desenvolver atividades para atender às diferentes necessidades dos discentes, possibilitando um trabalho conjunto com diferentes categorias profissionais, integrado e complexo, pautado em leituras diversas da realidade social e pelo diálogo entre os atores sociais que compõem o quadro das universidades federais.

Desse modo, Araújo (2015) nos auxilia nesse raciocínio ao afirmar que, mesmo que o modelo atual da assistência estudantil não possua esse caráter emancipatório e universalizante, este possibilita que muitos estudantes permaneçam na universidade, contrariando expectativas, ainda que suas condições socioeconômicas pessoais não os possibilitassem. Isso, por si só, já é de grande valia e não pode ser desconsiderado.

Por conseguinte, ao considerarmos essa dinâmica, em que diferentes concepções de assistência estudantil são pensadas a partir das suas contradições e mediações, nos debruçamos sobre a produção teórica do Serviço Social em relação à temática da assistência estudantil. Uma aproximação inicial nos permitiu observar que o debate conceitual sobre assistência estudantil, produzido por assistentes sociais, está em consonância com as

⁵ Garantida pela Lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010, que acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social estipulando-a em trinta horas semanais, com veto a redução salarial para profissionais com contrato de trabalho em vigor na data da sua publicação.

ponderações e reflexões elencadas até o momento e demonstra o fortalecimento do corpo teórico nos últimos anos.

Neste sentido, após consultarmos o banco de dissertações e teses de programas de pós-graduação stricto sensu em Serviço Social junto à CAPES, encontramos, entre os anos de 2010 (ano de implementação do PNAES) e 2019, quarenta e duas (42) dissertações de mestrado e cinco (05) teses de doutorado, disponíveis para consulta, que abordam a temática do Serviço Social no âmbito da assistência estudantil em instituições federais de ensino⁶, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1. Serviço Social e assistência estudantil nas instituições federais de ensino (2010-2019).

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	Modalidade	UF	Dissertações	Teses
Fundação Universidade Federal de Sergipe	ME	SE	2	-
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás)	ME	GO	4	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	ME/DO	SP	1	-
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	ME/DO	RJ	2	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)	ME/DO	RS	3	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	ME/DO	RJ	2	-
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	ME	RN	1	-
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	ME	PB	-	-
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	ME/DO	PR	2	-
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	ME	CE	1	-
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	ME	PR	3	-
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca (Unesp-Fr)	ME/DO	SP	3	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	ME	BA	-	-
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (UFPB-JP)	ME	PB	4	-
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	ME/DO	AL	-	-
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	ME/DO	MG	3	-
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	ME/DO	PE	2	-
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	ME/DO	SC	1	-
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	ME	SP	-	-
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	ME	AM	2	-
Universidade Federal do Pará (UFPA)	ME/DO	PA	2	-

⁶ Foram contabilizadas as produções acadêmicas que abordam a temática em instituições federais de ensino na totalidade (universidades, institutos, dentre outros), tendo em vista que as ações de assistência estudantil nessas instituições são regulamentadas pelo decreto do PNAES.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	ME/DO	RJ	-	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	ME/DO	RN	3	-
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	ME	RS	-	-
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	ME	TO	-	-
Universidade Federal Fluminense (UFF)	ME	RJ	1	-

Para além das produções acadêmicas acima, julgamos também como necessária a consulta aos Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadoras(es) em Serviço Social, por entendermos a importância deste como principal evento acadêmico que reúne assistentes sociais pesquisadores de todo o país. Dessa forma, com base em todos os encontros realizados a partir de 2010, contabilizamos a produção de sessenta e oito (68) artigos que tratam sobre a relação entre Serviço Social e assistência estudantil em instituições federais de ensino⁷.

Tabela 2. Artigos sobre Serviço Social e Assistência Estudantil em Instituições Federais de Ensino nos “Encontro Nacional de Pesquisadoras[es] em Serviço Social”.

Edição do Evento	Ano	N.º de artigos
XII	2010	9
XIII	2012	14
XIV	2014	7
XV	2016	17
XVI	2018	21

Destarte, observamos o avanço e amadurecimento teórico do Serviço Social nas discussões sobre a inserção profissional na Política de Educação, em especial, na assistência estudantil nas IFESs (instituições federais de ensino superior), o que é fundamental para reflexão acerca das questões apresentadas ao longo de toda nossa pesquisa.

No decorrer do nosso processo de pesquisa, percebemos que as produções consultadas consideram o caráter central da assistência estudantil para a garantia do direito à educação, ainda que a partir de diferentes compreensões sobre o tema. Em alguns casos, a assistência estudantil é apresentada como parte de uma engrenagem para promoção da cidadania e como uma ação possível de ser realizada na ordem capitalista. Como abordamos anteriormente, a execução de programas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras, principalmente a partir do PNAES, corresponde a uma funcionalidade dela no contexto de contrarreformas promovidas pelo Estado.

A partir do que examinamos, a maioria da produção teórica que se dispõe a refletir sobre o Serviço Social na assistência estudantil das instituições federais de ensino, aborda as seguintes questões: relatos de experiências profissionais, resgates históricos sobre as ações de assistência estudantil e a execução dos PNAES nas instituições, perfil socioeconômico

⁷ Foram contabilizados os artigos que tratam sobre a temática em instituições federais de ensino na totalidade (universidades, institutos, dentre outros), tendo em vista que as ações de assistência estudantil nessas instituições são regulamentadas pelo decreto do PNAES.

dos discentes atendidos, avaliação das ações desenvolvidas (realizadas por assistentes sociais, gestores e discentes), entre outros.

Com isso, entendemos que, ainda que não haja um número elevado de produções teóricas que tratem especificamente sobre a compreensão de assistentes sociais sobre o que é assistência estudantil, é possível identificar diferentes concepções acerca dela nas obras identificadas.

Diante da multiplicidade de concepções sobre assistência estudantil no âmbito do Serviço Social, não nos interessa hierarquizar e definir quais estão certas ou erradas, ou até mesmo eleger uma única concepção verdadeira. Acreditamos que o esforço de assistentes sociais em avançar na pesquisa sobre esse tema, muitas vezes conciliando a produção teórica com o trabalho cotidiano, é fundamental para o constante amadurecimento teórico-metodológico da profissão.

Numa tentativa de evitarmos uma massiva repetição das questões tratadas ao longo do texto, apresentaremos o que observamos sobre as concepções de assistência estudantil no Serviço Social, que, mesmo com a diversidade de ideias, se posicionam a partir do binômio seletividade x universalidade.

Uma primeira concepção de assistência estudantil observada nas produções analisadas é a que a considera a partir de uma relação próxima com a política de assistência social, como se fosse uma reprodução desta no interior da política de educação. Essa apreensão é justificada para a defesa da assistência estudantil enquanto um direito de cidadania, uma forma de proteção social para garantir condições de acesso e permanência para discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em virtude de uma questão orçamentária insuficiente, sua estruturação é marcada por ações focalizadas e baseadas em critérios de elegibilidade para concessão de bolsas e auxílios pecuniários.

A segunda concepção baseia-se na ideia de que é viável buscar a universalidade na assistência estudantil por meio da defesa do fim dos processos seletivos. Então, planeja atender todos os estudantes através do investimento em estruturas e serviços nas instituições que possam ser usufruídos por todos os discentes, independentemente da condição socioeconômica, como, por exemplo: ampliação de restaurantes universitários, moradias estudantis, bibliotecas, creches, entre outros.

Por fim, observamos uma terceira concepção que, ao mesmo tempo, busca a universalidade e defende o atendimento às demandas objetivo-materiais dos discentes. Quer dizer, ações de assistência estudantil elaboradas e executadas com base na definição de um público prioritário em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de uma ampliação na oferta de serviços, pautada na dimensão político-pedagógica da profissão, abrangendo demandas que vão além dessas questões (saúde mental, racismo, machismo, homofobia, assédio, entre outras).

Assim, julgamos que não é possível demonstrarmos uma definição consensual de assistência estudantil presente entre as produções bibliográficas analisadas, e, encaramos esse limite, especificamente, como algo positivo. Pois, acreditamos haver maiores possibilidades de avanço a partir do debate, travado, obviamente, em consonância com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

As concepções apresentadas não estão postas no cotidiano das universidades brasileiras de maneira engessada. Logo, percebemos existir transversalidade entre elas, e, a partir disso, vislumbramos possibilidades de um avanço teórico-metodológico do Serviço Social sobre essa questão para embasamento da defesa da política pública de educação enquanto um direito e da importância do seu viés emancipatório, em tempos tão adversos.

Ao levarmos essas compreensões em conta, percebemos o quanto o debate sobre assistência estudantil é fundamental para a construção de um alicerce profissional que desenvolva ainda mais as potencialidades das competências e atribuições do Serviço Social nessa área. E, ao tratarmos sobre competências profissionais, nos referimos àquelas que, segundo Yamamoto (2009), conseguem realizar a crítica cotidiana, indo à raiz das questões apresentadas, superando os preceitos conservantistas e tecnocráticos da competência burocrática.

O que aspiramos frisar é que nossas ponderações sobre o debate da assistência estudantil vão ao encontro de uma perspectiva defendida por Yamamoto (2009) que recusa tanto o *messianismo utópico* (que destaca as intenções do assistente social de maneira individual, no que autora chama de visão “heroica” e ingênua do exercício profissional) quanto o *fatalismo* (que naturaliza as questões postas na vida social e traduz uma visão “perversa” do Serviço Social).

Segundo Yamamoto (2015), é preciso realizar esforços para assegurar a universalidade do acesso ou ampliação da abrangência das políticas sociais, via serviços sociais, que resistam à imposição dos cada vez mais rigorosos critérios de seletividade. Assim, a autora, enfatiza a importância de um perfil profissional propositivo, que esteja comprometido com sua atualização permanente e que exerça também a função de pesquisador, para compreender as dinâmicas sócio-históricas inerentes aos processos sociais e, a partir disso, enxergar possibilidades e extrair propostas de trabalho.

Considerações finais

Acreditamos que o debate sobre a assistência estudantil elaborado por meio de pesquisas no âmbito do Serviço Social, ainda que construído a partir de diferentes concepções, reafirma o compromisso com os interesses dos estudantes e apresenta diferentes estratégias e possibilidades para ampliação dos seus direitos e defesa da qualidade da Política de Educação, nesse caso, a superior.

Conforme salientamos, o cenário atual é marcado por princípios neoliberais, onde o Estado, na busca pelo controle do “déficit fiscal”, adota uma lógica clientelista para as políticas sociais, cada vez mais focalizadas e seletivas. Nesse sentido, defender uma assistência estudantil universal passa, impreterivelmente, pela defesa da universidade pública, e não apenas do seu tripé (ensino, pesquisa e extensão), mas também da sua autonomia e do seu caráter público, gratuito, laico e de qualidade.

Ainda assim, mesmo com todas as controvérsias apresentadas no decorrer de nossa pesquisa, a expansão do ensino superior brasileiro ocasionada pelo REUNI e a posterior implementação do PNAES, foram fundamentais para a construção de uma “democratização” da educação e ampliação das condições de acesso e permanência dos estudantes nas universidades federais.

Essa expansão, vinculada à chamada tríade do ensino superior (ENEM, SISU e Lei de Cotas), deu margem ao surgimento de novas demandas e requisições, em virtude da mudança de configuração do perfil dos estudantes e do alargamento da pauperização da população de maneira geral. Diante disto, as universidades passaram a ampliar em seus quadros funcionais o número de assistentes sociais, para atuarem em equipes interdisciplinares e construir respostas para as questões apresentadas.

Dessa forma, uma das principais requisições para o Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional é a atuação na área da assistência estudantil, regulamentada pelo PNAES, para

atender, a partir de suas competências e atribuições, as demandas cruciais para a permanência discente na universidade. Um desafio deveras complexo, ao pensarmos que, ao mesmo tempo, o PNAES tem uma face inclusiva no atendimento às necessidades materiais concretas dos estudantes mais pobres, possui outra excludente, ao estabelecer critérios de condicionalidade e elegibilidade.

O que justifica nosso movimento de apresentarmos e refletirmos sobre o que o Serviço Social produz sobre assistência estudantil, tendo em vista que, consideramos a importância da dimensão investigativa do exercício profissional e da indissociabilidade entre teoria e prática.

[...] a ampliação do mercado de trabalho para o assistente social nas IFES aponta para a relevância de estudos e reflexões sobre o Serviço Social na educação, de modo a problematizar a realidade da inserção e atuação nos espaços dessa política e, partindo desta realidade, estabelecer as mediações com o cotidiano; sendo esta, também, uma competência, demanda aos assistentes sociais [reflexão sobre o] atual contexto da sociedade capitalista, uma vez que o estabelecimento de estratégias no sentido da resistência e na luta contra os desafios postos por essa mesma realidade só é possível pelo seu (re)conhecimento e problematização. (Nascimento; Nicolau, 2018, p. 216).

Destarte, através do nosso processo de investigação, verificamos que o debate sobre assistência estudantil no âmbito do Serviço Social está pautado, principalmente, a partir da discussão entre seletividade x universalidade.

O viés da seletividade é marcado por uma concepção de assistência estudantil atravessada pela “assistencialização” das políticas sociais que institui condicionalidades para acesso baseadas em critérios socioeconômicos, resultando em um processo de “bolsificação”, em que as ações são centralizadas em editais para concessão de bolsas de aporte financeiro. Já a universalidade é atravessada por um entendimento de assistência estudantil que visa superar esse caráter “assistencial” e eliminar os processos seletivos e condicionalidades para o acesso. Isso faz com que sejam desenvolvidas políticas institucionais acessíveis para todos os discentes, além de apontar a necessidade de maior investimento em equipamentos de infraestrutura da universidade (restaurante universitário, moradia estudantil, creche, biblioteca, dentre outros).

De acordo com Dutra e Santos (2017), a instituição do PNAES significou um importante ponto no que se refere à afirmação da assistência estudantil no Brasil, aproximando-a de uma acepção de direito social (ainda que possua a fragilidade jurídica de um decreto). Contudo, mesmo com esse avanço, concordamos com as autoras de que não é possível falarmos sobre uma única assistência estudantil, tendo em vista haver diferenças entre os conceitos propostos que fomentam o debate. Por esse motivo, as autoras realçam três aspectos que estão presentes na construção e divergências dessas concepções de assistência estudantil: a definição de um público-alvo, a abrangência das ações desenvolvidas e a gestão do PNAES nas universidades federais.

[...] disputam-se concepções de uma AE mais restrita ou mais abrangente, que abarque um público-alvo numa perspectiva mais seletiva ou mais universal; que desenvolva ações numa abordagem mais ampla e universalizante ou mais estreita, voltada para o provimento das necessidades básicas de um grupo de estudantes tido como em situação de vulnerabilidade socioeconômica; que admita uma gestão mais centralizada, sob responsabilidade restrita dos pró-reitores da área, ou mais democrática, aberta à participação da comunidade acadêmica de um modo mais geral. (Dutra; Santos, 2017, p. 174).

Para além das divergências apresentadas, o que podemos perceber como um ponto em comum na produção do Serviço Social sobre assistência estudantil é a importância desta na defesa do direito ao acesso e permanência na Política de Educação. O que não é uma tarefa simples e exige muita luta e comprometimento, não só de assistentes sociais, tendo em vista a conjuntura atual marcada por um panorama de retrocesso e mercantilização de direitos sociais.

É importante salientarmos que não visamos atribuir para assistentes sociais que atuam na área, culpa e/ou responsabilização individual pela configuração atual da assistência estudantil, já que, consideramos as condicionalidades inerentes a uma relação de trabalho assalariado que tem na universidade seu espaço sócio-ocupacional. Porém, reafirmamos a importância de uma atuação profissional comprometida com os interesses da população usuária, nesse caso, os estudantes.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo próprio profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (Iamamoto, 2009, p. 12).

Em vista disso, consideramos que a dimensão político-pedagógica do Serviço Social, em consonância com o Projeto Ético-Político profissional e articulada com uma leitura crítica da realidade social, pode acrescentar importantes contribuições para a ampliação de uma construção coletiva e democrática da assistência estudantil e defesa da universidade pública.

Por conseguinte, enfatizamos o avanço teórico-metodológico e o amadurecimento do Serviço Social na área da assistência estudantil nos últimos anos e a potencialidade do debate diante de tantos desafios. Compreendemos que nossa contribuição não esgota a complexidade da temática apresentada, contudo, esperamos que nosso esforço auxilie na construção de subsídios para atuação profissional nessa área e fomenta pesquisas posteriores, necessárias em virtude da nova Lei n.º 14.914, de 03 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Referências

ARAÚJO, Aline Souza. **A intervenção do assistente social na assistência estudantil.** Dissertação (Mestrado– Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2015. 141 fls.

BRASIL. **Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007**, que Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. **Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010**, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010.

BRASIL. **Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993**, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010**, que acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

BRASIL. **Lei n.º 14.723, de 13 de novembro de 2023**, que altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

BRASIL. **Lei n.º 14.914, de 03 de julho de 2024**, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

CAVAIGNAC, Mônica Duarte; COSTA, Renata Maria Paiva da. Serviço social, assistência estudantil e “contrarreforma” do Estado. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, p. 411-435, jul./dez. 2017.

DUTRA, N. G. dos R.; SANTOS, M. de F. de S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. In: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

GIÚDICE, Junia Zacourdel; LORETO, Maria das Dores Saraiva; Azevedo, Denilson Santos. Vulnerabilidade social como critério utilizado na política de assistência estudantil: uma análise conceitual e empírica. In: **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 27-45, jul./dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS, ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1ª ed. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilásio [et al.] (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Gleyce Figueiredo de. Educação pública e combate à pobreza: O programa Nacional de Assistência Estudantil. In: MORAES, Andrea; RODRIGUES, Mavi; CAVALCANTE, Rita (org.). **Panorama da produção discente do PPGSS-UFRRJ** – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2018. (Coleção Carlos Nelson Coutinho; v. 3).

MAGALHÃES, R. P.; MENEZES, S. C. Ação afirmativa na UFRJ: a implantação de uma política e os dilemas da permanência. In: **O Social em Questão**, Ano XVII - nº 32, 2014.

MACHADO, Fernanda M. Financiamento da assistência estudantil nas universidades federais. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.

NASCIMENTO, Clara Martins. O serviço social e a crítica da assistência estudantil consentida: tarefas teóricas. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 365-378, jul./dez. 2018.

NASCIMENTO, Clara Martins; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. In: FONAPRACE: **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.**

NASCIMENTO, Sheine Santos do; NICOLAU, Maria Célia Correia. Transformações sociais e serviço social: a precarização do trabalho na assistência estudantil. *In: Temporalis*, Brasília (DF), ano 18, n. 35, p. 196-219, jan./jun. 2018.

SANTOS, Cláudia Priscila Chupel dos; MARAFON, Nelize Moscon. A política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. *In: Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 408-422, ago./dez. 2016.

SILVAS, J. A.; LIMA, M. C. N. O papel dos programas de assistência estudantil no contexto da expansão de direitos e da democratização das universidades públicas brasileiras. *In: FONAPRACE: Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares* / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

Panorama sobre processo transexualizador no Brasil: Políticas públicas e Serviço Social

Laura Barbosa Martins

Introdução

Este capítulo oferece um breve panorama das políticas públicas destinadas à população de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, doravante apenas denominadas trans, e também o trabalho do Serviço Social com este público.

Com o objetivo de contextualizar a problemática do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), é um programa de saúde, destinado a tratamento hormonal, cirurgias e modificações corporais. O percurso até chegar ao programa de saúde específico a pessoas trans foi longo. As dificuldades enfrentadas incidem em questões relativas a preconceitos e estigmas, historicamente injustiçadas com a normatização social de gênero, orientação sexual e sexualidade (Bento, 2008). Ao longo das últimas décadas o público trans foi alvo de toda sorte de violências, em se tratando de uma sociedade conservadora e neoliberal, essas violências não excluem o ambiente do SUS (Costa, 2015).

A disposição deste escrito foi a de explicar o caminho que o movimento LGBTQIA+ fez nas últimas três décadas até chegar à conquista do programa processo transexualizador no SUS. No entanto, depara-se com a conjuntura social de processo da contrarreforma do Estado que iniciou nos anos de 1990. Que vem desconstruindo o SUS que foi proposto pelo movimento de reforma sanitária (Bravo, 2006). Onde se insere o Serviço Social na luta pelas garantias de acesso à saúde pública e universal.

O artigo propõe explicar em linha do tempo, não cronológica, das políticas públicas direcionadas para população LGBTQIA+ e posteriormente contextualizando com a questão do desmonte do SUS, articulando com o trabalho do Serviço Social.

Políticas Públicas para pessoas trans

Discorreremos sobre políticas públicas especificamente direcionadas a população LGBTQIA+. Ganha destaque neste escrito para as políticas que atendem as pessoas transexuais. Iniciamos aqui fazendo um breve resgate histórico das políticas públicas existentes para este público com o recorte temporal de meados dos anos 1980 até o ano de 2019. Exibindo o quê no decorrer destes anos aconteceu de relevante ao cenário trans brasileiro.

O presente artigo corrobora com o entendimento de que políticas públicas são “ações que buscam assegurar direitos de cidadania, consagrados nas Constituições modernas ou que se afirmam em razão do reconhecimento da sociedade e dos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas e comunidades” (Andrade, 2019, p.303).

O conceito de políticas públicas não se esgota na definição acima. É um vasto campo de conhecimento, este artigo aborda as políticas públicas através da perspectiva da justiça como práxis. “A justiça como práxis se compromete com as duas modalidades de políticas públicas – políticas de reparação e políticas de reconhecimento –” (Ribeiro, 2018. P.131).

Importante entendermos que “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (Souza, 2006,P.24).

Políticas públicas se localizam em um espaço de contradições e limites do Estado capitalista. Ao mesmo tempo é este um ambiente estratégico. As políticas públicas, especialmente as políticas sociais encontram-se no binômio concessão conquista (Pastorini,1997). As políticas públicas e sociais são conquistas da população trans, consequência das lutas do movimento social. Por isto, ao pensarmos na atualidade em manter e expandir o processo transexualizador diante um cenário de descaso com o sistema de saúde pública brasileiro é necessário voltar o olhar para este processo do binômio, como se construiu as políticas.

As políticas públicas buscam garantir dentro dos limites e estratégias de justiça neste sistema social o que por um lado são condições mínimas para os que permanecem excluídos. O que ocorre historicamente com o público LGBTQIA+. E que visa garantir um mínimo de performance satisfatória dos funcionamentos básicos dessas pessoas, são estas as políticas públicas de reparação (Ribeiro,2018). Por outro lado, estas pessoas necessitam também de representação política; vínculos sociais de pertencimento e reconhecimento. São as políticas de reconhecimento (Ribeiro, 2018). As pessoas trans precisam que seus interesses e valores sejam contemplados, o que acaba, inclusive, contribuindo para o orgulho da população LGBTQIA+.

Linha do tempo das políticas públicas voltadas à população trans no Brasil

Começamos explicando o percurso das políticas públicas relativas à temática no âmbito sociojurídico. Seguida da explicação do percurso das políticas relativas à área da saúde para a população LGBTQIA+. Compreendo que as articulações de diferentes campos das políticas são essenciais para compreensão do caminho percorrido pelo movimento social até o processo transexualizador. A opção pela escolha de mostrar uma linha do tempo dividida em dois blocos (denominados: âmbito sociojurídico e políticas da área da saúde) e não uma ordem cronológica dar-se para uma compreensão do contexto em que se encontram as políticas de saúde para pessoas trans e como o Serviço Social se insere.

No primeiro bloco (âmbito sociojurídico), temos a questão inicial que é o nome. Uma das questões mais marcantes, pois o nome funciona como nosso cartão de visitas. Para as pessoas trans há vontade de uma parcela significativa deste público em alterar o prenome civil para que o novo nome combine com sua aparência física, em geral, destoante.

O nome deve existir para identificar a pessoa, e não para expô-la ao burlesco. Aliás, se há estranhamento nos casos de transexualidade, este muito se relaciona á patente desconformidade da aparência física e psíquica do indivíduo com o exarado em sua documentação legal. (Hogmann; Carvalho, 2012, p.429)

É necessário compreender que em uma sociedade na qual o sistema legal e de ordenamento social funciona em uma lógica de binaridade dos gêneros. Uma pessoa ter a aparência associada ao gênero masculino e ao se identificar seu nome esteja associado ao universo do gênero feminino, gera constrangimento, e impasses legais. É necessária uma maneira de alinhar isto para que estes sujeitos não sofram situações vexatórias desnecessárias.

Durante anos foi necessário provocar o sistema judiciário por meio de processos legais para solicitar a requalificação civil, que é a alteração do prenome e também do gênero nos documentos civis. Ou processos que pleiteavam retificação, o que se solicita nesses casos é apenas a mudança do prenome.

Os processos supracitados se arrastavam por longos anos, em diversas instâncias e o sujeito autor da ação encontra-se em uma situação de violação de direitos, como exemplo o de uma vida digna. Visto que a diferença entre nome e aparência o impedia de acessar o mercado de trabalho; sistema de ensino e até mesmo serviços de saúde, dentre outros.

Como argumento jurídico, as defesas dos autores dos processos que possuíam a finalidade de trocar o nome da pessoa trans, usaram durante anos, a lei de registros públicos (Lei 6.015/1973), lançando mão especialmente do que versa nos artigos 55º; 56º; 57º; 58; 109º da referida lei. Com esta lei era possível alegar as situações vexatórias que sofriam as pessoas trans. Ou argumentar sobre prenome de reconhecimento público para conseguir a alteração. Outros casos, ainda utilizavam o recurso de alegar no processo judicial a alteração do nome na maioridade, como versa em artigo da mencionada lei, neste caso, qualquer cidadão pode solicitar mudança do prenome na maioridade. Se comprovada ser um nome que lhe cause transtornos no meio social.

A constituição do Brasil, também foi utilizada como argumento em processo judicial para retificação e requalificação do nome, conforme os artigos 1º § III; art. 3º §§ I e IV; art. 5º ; art. 196º. Estes artigos foram e são utilizados também, em processos judiciais que se impetram almejando acesso a cirurgia de transgenitalização. Nestes artigos é possível apelar ao argumento de dignidade da pessoa humana ou de sociedade livre, justa e solidária sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade. Também ao direito à vida e igualdade perante a lei e ainda o da saúde como direito e dever do Estado.

Ainda sobre a questão do nome, muitas pessoas trans e travestis são chamadas pelo nome civil. Desrespeitando o nome social, ou são chamadas por um pronome de tratamento em desacordo com sua identidade de gênero e, às vezes, preferem fingir não escutar, por vergonha. Quando isto ocorre em espaços de saúde acaba-se negando acesso aos cuidados e a pessoa em questão ficando sem o atendimento necessário ou descontinuando algum tratamento. Por vezes, o Assistente Social é o profissional acionado para atuar em intervenções objetivas nos espaços de saúde nestes casos.

Utiliza-se o recurso do nome social como alternativa para evitar humilhação pública, e por decreto, apenas em 2016 (decreto nº8.727/2016) tornou-se obrigatório em ambientes públicos o uso do nome social, o que Berenice Bento (2008) chamou de gambiarra necessária. Um decreto importantíssimo versando sobre uso do nome social em repartição pública e que se tornou obrigatório. Foi utilizado pelas pessoas transexuais e travestis que ainda não tinham o nome retificado por via judicial, ou que não desejavam requerer, caso mais comum entre as travestis, poderiam ser recepcionadas pelo seu nome social para evitar constrangimentos. Poderiam a partir daí solicitar o nome social, com respaldo normativo, o respeito a sua forma de identificação.

Como alternativa nesta gambiarra, muitos sujeitos utilizavam como documento o cartão SUS, já que o mesmo tem a possibilidade apresentar apenas o campo do nome social na versão impressa que o usuário possui. Passou a ser utilizado pelas pessoas trans como um instrumento para legitimar sua identificação. O Ministério da Saúde fez campanha informativa alertando sobre a possibilidade de os serviços de saúde pública usarem o nome social, respaldado pela portaria ministerial nº 1.820/2009 que dispõe sobre os direitos e

deveres dos usuários da saúde. Assistentes Sociais das unidades de saúde reforçaram e atuaram na divulgação da informação, com caráter educativo.

Art. 4º I - identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas (Ministério da Saúde, 2009, p.2)

No ano de 2018, ocorreu a votação (nº4275-28/02/2018) de uma ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade -, por unanimidade, o Supremo decidiu em favor do direito da autodeterminação. Sendo assim, a pessoa trans para modificação do nome e gênero pode ir diretamente aos cartórios notariais solicitar a alteração, sem necessidade de impetrar uma ação judicial. Esta ADI se transformou em Provimento nº 73 pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, no mesmo ano.

A respeito da requalificação civil diretamente em cartório, há uma lista de documentos que devem ser entregues pela pessoa trans que deseja alterar o nome e gênero conforme o listado no provimento nº73/2018. Contudo, também é necessário pagar uma taxa chamada de averbação, na qual o valor pode variar conforme a região do país. O que de alguma forma acaba se tornando uma barreira para concretização do direito, para aqueles que não conseguem arcar com os custos cartorários, precisando assim, recorrer a um atendimento na defensoria pública. A fim de solicitar isenção dos valores para a materialização do direito ao nome. O Assistente Social é o profissional que orienta a este respeito.

Em 2004, por iniciativa do governo federal. Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva foi o lançamento do programa “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” (Brasil, 2004). Vale lembrar que essa conquista ocorreu depois de ter sido acolhida a fala do movimento LGBTQIA+, em seu papel enquanto sociedade civil. E da pressão da movimentação internacional contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Que aconteceu em 1995 no Foro das Nações Unidas, durante a Conferência Mundial de Beijing, suscitada pela delegação da Suécia.

O “Brasil sem Homofobia” foi formulado com diretrizes que seguem a coordenação deste programa, na época, no encargo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Passaria anos depois a composição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3.

Esse programa constituiu-se de amplas recomendações aos distintos setores do governo, no intuito de assegurar políticas, programas e ações contra a discriminação e que, sobretudo, promovam equidade de acesso a ações qualificadas aos serviços públicos. Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde constituiu, ainda em 2004, o Comitê Técnico de Saúde da População GLTB, com vistas à construção de uma política específica para o SUS. (Brasil, 2013, p.11)

Em Genebra, 2007, ocorreu o lançamento do de um tratado global, conhecido como Princípios de Yogyakarta (2007), no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. E apesar de ser um marco internacional e não nacional, faz-se relevante mencioná-lo visto que é também importante para nosso país, pois o Brasil é um dos países signatários. Uma das diretrizes é eliminar a discriminação e a marginalização da orientação sexual e identidade de

gênero. O que representou um avanço relevante por ser levado em consideração na política LGBT aqui no Brasil. Lembrando que “a formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (Souza, 2006, p.26).

O evento em Genebra desencadeou por aqui a realização da I Conferência Nacional LGBT que foi realizada reunindo ministérios. Após encontros regionais, tendo em média 600 delegados de movimentos sociais LGBTQIA+ e sociedade civil.

Nessa conferência foram debatidos os temas de relevância relacionados a 18 ministérios. O Ministério da Saúde submeteu ao debate os princípios da Política LGBT, na intenção de legitimá-los como expressão das necessidades dos grupos LGBT em relação à saúde. A consulta pública, à qual essa Política foi submetida posteriormente, permitiu ampliar a legitimidade da participação social na sua formulação. Finalmente, ao ser aprovada pelo CNS em novembro de 2009, a Política LGBT, legitima-se como fruto de um amplo processo democrático e participativo. (Brasil, 2013, p.12)

Em 2019 foi o ano da criminalização da homofobia e transfobia, um passo muito importante na teia de garantias a este público. O STF em votação de ADO – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº26 e pelo Mandado de Injunção (MI4733), definiu por maioria que houve omissão do Congresso Nacional em atos discriminatórios a LGBTQIA+ e determinou que enquanto a casa parlamentar não redigir lei específica na matéria fica definido que atos de transfobia e homofobia devem ser tipificados criminalmente na lei nº7.716/1989, conhecida como lei do racismo.

Abaixo trecho da tese dos ministros na sessão em que houve o episódio relatado.

Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe -Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”-. (STF, 2019, p.1)

Apresentamos agora o segundo bloco de políticas públicas. As políticas da área de saúde para a população trans. Podemos iniciar relatando que no Brasil, em fins da década de 1970, no contexto político de um processo de redemocratização, surgiram diversos movimentos sociais em defesa de grupos específicos e de liberdades sexuais e identitárias (Costa, 2015). Inicialmente se destacou neste aspecto os grupos representados por homossexuais em busca de reconhecimento e respeito. Com a expansão do processo democrático e incorporação de minorias políticas e sociais, foi se configurando como movimento Gay, GLS, LGBT ou a sigla mais atual utilizada LGBTQIA+ cujas reflexões e práticas ativistas têm promovido respeitáveis mudanças de valores na sociedade brasileira. Estas mudanças deram visibilidade política para os problemas tanto da vida privada como das relações sociais que envolvem as pessoas LGBTQIA+.

Podemos mencionar como eventos na área da saúde o início na década de 1980, em especial com a epidemia do HIV/AIDS. Foi fortemente relacionado aos gays, inicialmente,

e através de mobilização o Estado brasileiro cedeu nas reivindicações da população homossexual na prevenção da doença, essas demandas ampliaram a discussão e, por consequência, redirecionaram as estratégias da prevenção e do cuidado das pessoas em relação ao HIV/AIDS.

Temos em meados dos anos 1980 o primeiro evento relevante para o público LGBTQIA+. A criação de um programa na saúde pública de âmbito nacional voltado à notificação dos casos e adotando também estratégias para enfrentamento do HIV/Aids. Mesmo sendo no ano de 1986, anterior ao SUS, foi uma ação do Ministério da Saúde junto a movimentos sociais vinculados a grupos de defesa de direitos dos gays. O que evidencia que este público necessitava de políticas de saúde específicas. Naquele momento ainda estava muito vinculado a epidemia de Aids a homossexualidade, mas com o avanços de estudos na área epidemiológica este atrelamento vem ao longe de anos sendo desvinculado (Costa,2015).

Em meados de 1990 o movimento de travestis se institui em coletivos e associações reivindicando atendimento de suas demandas específicas. Na mesma época, a questão da transexualidade foi incluída na agenda deste movimento. De modo geral, a demanda dos movimentos organizados LGBTQIA+ envolve reivindicações nas áreas dos direitos civis, políticos, sociais e humanos, o que exige atuação articulada e coordenada de todas as áreas do Poder Executivo.

Vale lembrar que as políticas específicas para LGBTQIA+ foi e é fruto de intenso ativismo dos movimentos sociais e só foi instituída no início do século XXI, em um governo democrático de esquerda. Representou um passo na mudança de posição no nosso país (Brasil,2010). No entanto, mesmo tendo um papel importante dos governos nas definições desse tipo políticas públicas não se pode negar o aspecto conflituoso e com limites que circulam essas decisões de governos, nem tão pouco as possibilidades de cooperação, por vezes, limitadas. (Souza, 2006, p.25). Mesmo sendo um fulgente avanço em termos de política pública para o público LGBTQIA+.

Pensando na população de pessoas trans, podemos observar que no Brasil antes de política específica ao público LGBTQIA+ na saúde, os cuidados relacionados à transexualidade estavam sendo direcionados por resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM). Especialmente nas práticas cirúrgicas a pessoas trans no Brasil, historicamente, os profissionais médicos não apenas lançaram mão da normativa encontrada na resolução do seu conselho de classe, como também elas acabaram por servir de base nas portarias sobre o processo transexualizador.

A primeira resolução do CFM veio em 1997, resolução nº 1.482/1997, uma resolução simples e em apenas duas páginas todo o texto. A resolução dava conta de garantir aos profissionais médicos que “o artigo 42 do código de ética médica veda os procedimentos proibidos em lei, e não há lei que defina a transformação terapêutica da genitália *in anima nobili* como crime” (CFM, 1997.p1). Garantindo as cirurgias de readequação sexual, ainda em caráter experimental, a segurança para sua realização em hospitais públicos e universitários. Contudo apenas para pessoas maiores de 21 anos, e que fossem acompanhadas por equipe multidisciplinar, que caberia a escolha de quais pessoas deveriam passar pelo procedimento cirúrgico. o Assistente Social já figurava nesta lista da equipe multidisciplinar, importante reforçar isto, desde o primeiro momento a categoria do Serviço Social estava presente, inclusive no ambiente do CFM.

A transexualidade nesta ocasião é tratada como transexualismo, disforia de gênero, uma patologia com indicação terapêutica cirúrgica.

A definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:- desconforto com o sexo anatômico natural;- desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;- permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;- ausência de outros transtornos mentais.(CFM, 1997, p.2)

Em 2002 o CFM lança uma nova resolução, nº1.652/2002. Na qual a principal diferença da resolução anterior é o fato de acrescentar a exigência de um Comitê de ética na unidade em que a cirurgia de transgenitalização fosse realizada.

A terceira portaria veio em 2010, após diversos eventos que debateram a respeito ao longo dos oito anos anteriores. Vem com um avanço importante, pois altera o tópico do *checklist* em que versava “Outros transtornos mentais” para “ausência de algum transtorno”, o que de alguma forma indicava um entendimento, por uma parte da medicina, de que a transexualidade não estava sendo considerada como transtorno mental, mesmo classificada em capítulo de transtorno de saúde mental pela Classificação Internacional de Doenças nº10 (CID X) e determina pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os debates que ocorreram ao longo dos anos sobre a identidade de gênero junto a militância do movimento social a nível global tiveram os rebatimentos necessários e inevitáveis no Brasil. A última resolução veio em 2019. CFM resolução nº 2.265/2019, redigida após a realocação da transexualidade na nova versão da CID, nesta resolução versa o termo incongruência de gênero e permanece os avanços conquistados em resoluções anteriores. Sendo redigido claramente dentro dos novos padrões mundiais para o acompanhamento da transexualidade nos espaços de saúde.

Contudo, faz-se necessário ressaltar que no período de 2019 a 2022 a conjuntura política do nosso país, e termos de políticas públicas voltadas para minorias sofreram diversos ataques por parte de um conservadorismo governamental. Na faceta do ultraneoliberalismo no período bolsonarista¹ (Behring et al, 2020). Ofensivas investidas também sobre a resolução nº2.265/2019 do CFM, na qual houve uma tramitação de proposta da câmara para sustar os efeitos da resolução mencionada. Argumentando que feria o Código Civil brasileiro, sendo esta uma interpretação equivocada da deputada Chris Tonietto, filiada ao Partido Social Liberal (PSL) do estado do Rio de Janeiro, pelo fato da relativa incapacidade para atos da vida civil aos maiores de 16 e menores de 18 anos. A parlamentar entende que o uso de bloqueadores de hormônios em adolescentes seria definitivo, irreversível (Câmara,2020, p.2), demonstrando desconhecimento do debate internacional sobre a temática.

Em 2008, houve uma das conquistas mais importantes para o movimento LGBTQIA+, especificamente para pessoas trans, que foi, após muitas lutas e ativismos, promulgada a portaria nº 457 do Ministério da Saúde (MS) Que versava sobre o processo transexualizador, em que especificava detalhes do programa como as especialidades médicas que deveriam ser ofertadas aos que estão em transição de gêneros; indicava ainda procedimentos que deveriam ser prestados, como as cirurgias de redesignação feminina; o tratamento de hormonioterapia (na época chamava-se desta forma), que é terapia hormonal

¹ Para melhor entendimento deste tema indica-se o artigo: BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F. e SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 103 – 121. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-politicas-sociais-eultraneoliberal>.

necessária para as alterações das características físicas do gênero atribuído no nascimento para o gênero com o qual o sujeito se identifica.

A equipe multidisciplinar apareceu na portaria da mesma forma que estava na resolução do CFM em vigor na época. Lembrando que o Assistente Social é um dos profissionais que compõem essa equipe. Definia a participação das esferas públicas na gestão, indicando o envolvimento desde alta complexidade, das unidades de saúde credenciadas pelo MS para realizar a terapia hormonal e os procedimentos cirúrgicos até a atenção básica. Ao sinalizar referência do nível primário de saúde aos usuários, como consta no artigo 4º da referida portaria:

Determinar que as Secretarias de Estado da Saúde e Secretarias Municipais de Saúde, em Gestão Plena do Sistema, estabeleçam os fluxos assistenciais, os mecanismos de referência e contra-referência dos pacientes e, ainda, adotem as providências necessárias para que haja a articulação assistencial entre os serviços e, considerem na distribuição geográfica das Unidades de Assistência os parâmetros a seguir (Brasil, 2008, n.p.).

Dentre outros itens, a portaria versa também as unidades credenciadas, além de vários anexos. Em 2013 esta legislação foi ampliada pela portaria nº2.803, incluindo as cirurgias de redesignação sexual masculinas, *neocolpovulvoplastia* ou a de *neofaloplastia*. Para esclarecimentos são as denominações da cirurgia da construção do falo ou *neofalo*, na qual o sujeito transita do sexo biológico feminino para o masculino, também foi incluído mamoplastia masculinizante, que é a retirada das mamas em homens transexuais e vivências transmasculinas; e ainda a remoção do útero e ovários. Essa nova portaria incluiu, além desses procedimentos, o atendimento ao público travesti, que não estava coberto, claramente, na portaria anterior.

Um ponto importante que precisa ser ressaltado é que nas duas portarias deixam explícita a necessidade do laudo psiquiátrico com a CID X F64, disforia de gênero. Ainda estava no auge das discussões a despatologização da transexualidade. O atendimento a este público está pautado segundo a OMS, anterior à 2019.

Contudo, questões muito relevantes do ponto de vista da gestão do processo transexualizador que é financiado pelo MS através dos estados e municípios não foram discutidas e normatizadas com detalhes. Acabaram por criar alguns nós institucionais, como, por exemplo, o caso da compra de prótese de silicone para a realização da mamoplastia nas mulheres trans., em que a indefinição e os descaminhos do custeio adiam o processo de colocação da prótese mamária nas usuárias do programa processo transexualizador. Da mesma forma como acontece com os hormônios utilizados pelas pessoas trans inscritas no programa. O Assistente Social acaba atuando em orientação para que esta população acesse estes insumos judicialmente.

O percurso dos medicamentos até chegar às mãos dos usuários ainda é um tanto quanto indefinido e nebuloso, o que, acaba por ser solicitados por vias judiciais, aumentando o sofrimento das pessoas que os pleiteiam e engrossando as demandas do poder judiciário.

Na lei 10.406/2002, especialmente no artigo 13º, encontram-se argumentos no direito de personalidade que são utilizados nos processos judiciais para defender autores que requerem o direito a conseguir a cirurgia de transgenitalização, em planos de saúde, ou no serviço público, após cumprir o mínimo exigido na portaria ministerial e não ter conseguido o acesso cirúrgico. Ou ainda para conseguir acessos aos procedimentos secundários que não há um claro passo a passo orçamentário e dificultam as unidades de saúde executantes do

programa de concretizá-lo. Isto faz com que a judicialização do acesso à saúde por pessoas trans seja expressivo.

É importante também deixar claro que ao falamos em processo transexualizador temos como base o entendimento de ser “o conjunto de alterações corporais e sociais que possibilitam a passagem do gênero atribuído para o gênero identificado; a cirurgia de transgenitalização não é a única etapa deste processo” (Bento, 2008, p.146). Cabendo aos diversos segmentos das políticas públicas sociais como a da saúde, mas também, da educação, previdência social e o amparo da seguridade social como um todo, além, claro, do Poder Judiciário, que deve ofertar uma ampla e complexa rede de atuações, com ações que devem dar suporte ao sujeito demandante dessa assistência.

Em 2003 na 12ª Conferência Nacional de Saúde o tema de saúde voltada ao público LGBT vem sendo pauta dentro do SUS (Brasília, 2013). Mas foi em 2004, com o Comitê Técnico de Saúde Gays, Lésbicas Transgêneros e Bissexuais (GLTB), que as pautas começaram a ganhar de fato contornos visando a construção de uma política voltada a este público dentro do SUS. E iniciou com o programa “Brasil sem homofobia” (Brasília, p.11, 2013) que buscava equidade de acesso nos mais diferentes setores que o referido comitê ganhou espaço.

Houve um evento universitário que uniu Organizações Não governamentais (ONG) e instâncias governamentais na “Primeira Jornada Nacional sobre Transexualidade e Saúde: a assistência pública no Brasil” em 2005. “Sendo considerado um marco na construção do Processo Transexualizador (Costa,2015, p.44) que ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), promovida pelo Instituto de Medicina Social (IMS). Contou com a presença da coordenação de saúde mental do MS. (Jornada nacional de transexualidade, 2005). Ao final teve como produto um artigo que reuniu em forma de reivindicação demandas do público LGBTQIA+ elencando nove recomendações. Assinada por diferentes atores sociais, desde militância de movimento social, passando pelos profissionais de saúde, dentre eles Assistentes Sociais.

Nos anos seguintes 2006 e 2007 as falas LGBTQIA+ não apenas ganham espaço como ativamente foram encontradas na representação LGBTQIA+ no CNS, ganhando contornos efetivos. Como no ano seguinte a realização do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, na qual produziu os Princípios de Yogyakarta e o Brasil é signatário (Princípios de Yogyakarta,2007) como visto anteriormente. No nível nacional no mesmo ano na 13ª Conferência Nacional de Saúde, não por acaso “a orientação sexual e a identidade de gênero são incluídas na análise da determinação social da saúde.” (Brasília, p.11, 2013) e nesta conferência foi produzida uma série de recomendações, dentre elas, a indicação de aprimoramento do Processo Transexualizador.

Já em 2011, o que ocorreu foi a formalização das ações e intenções de ações alçadas até então, com a Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT. Com objetivos específicos, diretrizes e competências bem delineadas no SUS nas suas três esferas.

Em 2017 temos

O Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT tem como objetivo apresentar estratégias para as gestões federal, estadual e municipal, no processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo. (Brasília, 2013, n.p.).

O II Plano Operativo que versa a respeito da implementação das políticas não parece ter significativas mudanças, mas vale ressaltar que considerando o Plano Nacional de Saúde do período de 2016-2019. Ele é bastante relevante ponderando que no último ano deste prazo ocorreu a alteração da CID XI. Que não era nenhuma surpresa aos envolvidos no debate da despatologização, demonstrando que não parece haver uma gradual preparação em possíveis mudanças que estariam por vir para as pessoas trans.

A respeito das resoluções: Conselho Federal de Psicologia (CFP) resolução nº 1, e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) resolução nº 845 ambas de 2018, versam a respeito de como os profissionais das referidas áreas, que fazem parte da equipe multidisciplinar do Processo Transexualizador devem atuar. E também atendem o público trans em demais esferas dos cuidados em saúde. Deixam explícito o posicionamento enquanto categoria profissional para que o acompanhamento e atendimento não tenham um cunho patológico e sim defendendo uma posição da transexualidade enquanto identidade de gênero, reforçando o respeito à diversidade e o valor ético pela pluralidade. A categoria de Assistentes Sociais, na figura do conselho de classe, mostra-se ininterruptamente posicionados na defesa dos interesses das minorias.

Debate com a problemática do desmonte do SUS

Como o processo transexualizador pode ser considerado o carro-chefe de atendimentos de saúde voltados a pessoas transexuais, existem apenas quatro serviços especializados e aptos a realizar cirurgias de transgenitalização pelo SUS. Há fila de espera que leva anos para os usuários conseguirem realizar o procedimento e até mesmo acessar a primeira consulta para acompanhamento com endocrinologista na administração de hormônios. Ausência de disponibilidade pelo SUS de acesso gratuito às medicações, assim como de próteses (Costa, 2015). Sem contar a dificuldade de conseguir inserção no mercado de trabalho que inviabiliza o poder de aquisição no serviço de saúde ou farmacológico privado.

O bojo da confrontação teórica oferecida por este escrito reside na questão das políticas públicas e direito efetivo de acesso universal ao SUS. Há portaria ministerial regulamentando os procedimentos cirúrgicos para a transição de gênero de quem deseja mudanças corporais. No entanto, existe uma capacidade de oferta destes serviços limitada pelo próprio desmonte que sofre o SUS (Bravo,2006) frente à chamada contrarreforma estatal desde o período democrático com início em 1988. Com governos liberais de direita, sobretudo com os governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Apresentando leves e pequenos sinais de recuperação em proporção de parcimoniosos investimentos, tanto financeiros como de pessoal e etc, nos governos de políticos da esquerda democrática como Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. E voltou a declinar nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro (Bravo *et al.*, 2020).

No governo Temer, tem-se a aceleração dos processos de contrarreforma e a continuidade do processo de privatização não clássica na saúde, adensados pelo congelamento de recursos orçamentários para as políticas sociais por vinte anos, cortes orçamentários na política de saúde; a proposição dos chamados planos de saúde acessíveis; propostas de retrocessos na política de saúde mental e de mudanças na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB); articulação efetiva com o setor privado por meio da Coalizão Saúde (Bravo *et al.*, 2020, p.195)

Importante mantermos em mente que os problemas enfrentados no processo transexualizador pelas pessoas trans. A escassez de garantias viabilizadas por políticas públicas mais específicas é em grande parte orquestradas pela falta de estrutura no macro do sistema de saúde pública no país. Extrato das carências e descaso de vários governos com os princípios do SUS, pois privilegiam o capital com a oferta de serviços de saúde no mercado, inclusive com políticas falsamente inclusivas como a proposta de planos de saúde acessíveis (ANSS, 2017). Procurando assim desmobilizar parte da militância sanitária que defende o SUS, fazendo-o às crer em um chamado “SUS possível” no qual é *“pautado por arranjos institucionais, mecanismos gerenciais e responsabilização dos profissionais para a adequação da política de saúde às exigências de um rebaixamento da proposta inicial da reforma sanitária”*. (Bravo et al.,2020, p.195).

O processo transexualizador e serviços voltados ao público trans estão contidos dentro desta proposta de desmobilização, e por isto é tão relevante ressaltarmos as políticas públicas que se articulam para tentar auxiliar este público no acesso às políticas de saúde pública. Precisa-se também apreender a mobilização política e social arrolada nas políticas de saúde trans e despatologização, na qual, o Serviço Social faz parte desta luta. Para tal, faz-se necessário defendermos um processo transexualizador de acesso universal, com ampla rede de serviços por todo território nacional. Com profissionais amplamente capacitados, preparados, com recursos financeiros e de logística vasto, com recepção de todos. Entendendo a saúde enquanto conceito ampliado. Precisamos fixar que é uma luta para manter e para promover de fato um SUS idealizado em 1988 na Reforma Sanitária.

A mobilização social e política das pessoas trans pelos serviços de saúde devem estar intrinsecamente ligadas à mobilização por uma concretização do SUS. É tarefa de toda sociedade pressionar o Estado a desempenhar seu papel social, com equidade, tendo em vista as possibilidades dentro deste sistema social vigente.

Considerações finais

Nos desfechos deste capítulo precisamos lembrar que para alcançarmos o escopo de um processo transexualizador efetivo, necessitamos acolher a defesa de um SUS efetivo, gratuito e universal. Compreender que políticas públicas precisam ser articuladas e facilitadas para o acesso ao seu público-alvo. As pessoas trans precisam de intervenção direta do Estado através de políticas públicas para serem sanados, ou ao menos mitigados as desigualdades que a sociedade gesta a essas pessoas. Como as políticas de reparação podem ofertar. Para tal ainda é necessária muita mobilização da militância e do ativismo trans, que historicamente vem se mostrando bastante ativo. E também da categoria de Assistentes Sociais que precisa se engajar cada vez mais na pauta LGBTQIA +. O Serviço Social que possui uma defesa ética apoiada nos Direitos Humanos, no compromisso de emancipação social, posiciona-se na defesa dos direitos da população trans, contra a opressão e violências que vivenciam.

Através dessas mobilizações políticas e sociais que viabilizaram conquistas como a despatologização da transexualidade a nível global e de algumas políticas públicas como listados neste escrito. Uma vez que há um pleito por uma sociedade na qual exista um sistema político-social mais justo e menos opressivo (Ribeiro, 2018), e enquanto nesta sociedade ainda não existir precisamos criar e fortalecer as políticas públicas de reparação ou reconhecimento, pois são um vínculo que garante a grupo da diversidade uma busca por equidade.

Referências

- ANDRADE, Marcella Coelho POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE OS DESAFIOS E AVANÇOS CSOnline – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 29. 2019, p. 303 à 320.
- ANSS, Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Relatório Descritivo do GT de Planos Acessíveis: relatório de consolidação das informações e contribuições ao Projeto de Plano de Saúde** Acessível. Brasília-DF, 2017. Disponível em: http://www.ans.gov.br/images/stories/noticias/pdf/vers%c3%83o_final_relatorio_descritivo_gt_ans_projeto_plano_de_saude_acessivel_final_.pdf. Acesso em: 07 abr. 2023.
- BENTO, Berenice **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BEHRING, Elaine., BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da Covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & sociedade**. São Paulo, n.140, p.66-83, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/>. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>. Acesso em: 30 out. 2022.
- BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F. e SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 103 – 121. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-politicas-sociais-eultraneol>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** em Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tese na íntegra sobre criminalização da transfobia e homofobia**. 2019 Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf> . Acesso em: 15 jul. 2021.
- BRASIL. LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973. **Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm . Acesso em: 29 out. 2021.
- BRASIL, **LEI Nº 7.716**, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm . Acesso em: 28 jul. 2022.
- BRAVO, Maria Inês de. Souza. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. E.; et al (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez; ABEPSS; OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <https://www.poteresocial.com.br/livro-servico-social-e-saude-para-download/>. Acesso em: 30 out. 2022.
- BRAVO, Maria Inês de. Souza.; PELAEZ, E.J. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. In: **Revista Ser Social**, Brasília, v. 22, n. 46, p. 191-209, janeiro a junho de 2020. Disponível

em:https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630/25147 . Acesso em: 13 jun. 2022.

CAMARA, Cristina. **Mapeamento político da saúde do Brasil: um recurso para ONGs atuando em câncer de mama.** 2010

<https://drive.google.com/file/d/1PsLMsNWgomEvfRCpCeGv1qMwSk0qr50H/view> . Acesso em: 10 jan.2022.

CFM, Conselho Federal de Medicina **Resolução CFM nº1.955 /2010.** Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm"t . Acesso em: 12 jun. 2021.

CFM, Conselho Federal de Medicina **Resolução CFM nº1.652/2002.** Disponível em: HYPERLINK"http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm"m . Acesso em: 12 jun. 2021

CFM, Conselho Federal de Medicina **Resolução CFM nº 2.265, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294> . Acesso em: 12 jun. 2021.

CFM, Conselho Federal de Medicina **Resolução CFM nº 1.482 /97** Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf . Acesso em: 13 jun. 2021.

CFP, Conselho Federal de Psicologia **Resolução nº01/2018** disponível: <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-01-2018/> . Acesso em: 13 jun. 2021.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social **Resolução nº 845, de 26 de fevereiro de 2018** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf> . Acesso em: 13 jun. 2021.

CNJ, Conselho Nacional da Justiça **PROVIMENTO N. 73, DE 28 DE JUNHO DE 2018.** Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/06/29/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil-2/> . Acesso em: 14 jun. 2021.

COSTA, Cristiane Maria Amorim **Análise bioética do processo transexualizador no Brasil à luz da perspectiva dos funcionamentos.** 184 páginas. Tese – UERJ/IMS/PPGBIOS. Rio de Janeiro, 2015.

HOGEMANN, Edna Raquel; CARVALHO, Marcelle Saraiva de Carvalho O biodireito de mudar: transexualismo e o direito ao verdadeiro eu. p. 418-435, 2012. *In:* ASENSI, Felipe Dutra; PINHEIRO, Roseni. **Direito Sanitário.** Elsevier. Rio de Janeiro, 2012.

Ministério da Saúde **Portaria nº1.820** de 13 de agosto de 2009 Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html . Acesso em: 02 ago. 2024.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.

RIBEIRO, CARLOS DIMAS **Justiça como Práxis, Funcionamentos Humanos e Saúde** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

RIBEIRO, Carlos Dimas. Justiça como práxis: para além da igualdade formal. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 66, 2019, p. 25-45.

SOUZA, Celina Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

O Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso no Rio de Janeiro

Roberto Santos da Cunha

Introdução

O processo do envelhecimento humano (Teixeira, 2008), tem se configurado como um fenômeno mundial sem precedentes, ocorrendo no mundo de forma gradual e célere, consolidando importantes impactos políticos, sociais e econômicos, evidenciando, também, os avanços na ciência e tecnologia que contribuem com o aumento da longevidade humana. Em contraponto, o privilégio da longevidade ainda é restrito a algumas parcelas da população, nem todas as pessoas atingem a faixa etária acima dos 60 anos, devido às condições de vida e de acesso aos bens e serviços produzidos pela classe trabalhadora em sociedades fundamentalmente neoliberais.

Segundo demonstra o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2014), na Nigéria, país com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a faixa etária da população com mais de 65 anos não ultrapassa 0,5%, enquanto na Alemanha, essa população idosa contempla 17,5% do contingente populacional do país. O relatório da ONU intitulado *World Population Prospects 2019* (Prospecções da População Mundial 2019), destaca que o Brasil ocupa atualmente a sexta posição no ranking mundial, em um total de 235 países avaliados, constatando uma tendência de envelhecimento da população brasileira de forma mais intensa do que no restante do mundo.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do total de 210,1 milhões de brasileiros, 34 milhões eram idosos, no quarto trimestre de 2019, número que correspondia a 16,2% da população do país (DIEESE, 2020), enquanto em 2010 (IBGE), a ordem era de 18 milhões de idosos, representando 12% da população total.

No Brasil, o fenômeno do envelhecimento tem se constituído frente a um cenário ultraconservador, em um contexto de redução do Estado e de direitos sociais, com o aumento do desemprego, da violência e da desproteção das famílias, tendo como principais mecanismos: a Emenda Constitucional (EC) 95, de 2016, as contrarreformas da Previdência e trabalhistas, dentre outras medidas que estiveram em curso no governo de Jair Bolsonaro, com implicações diretas para a classe trabalhadora.

De acordo com Minayo *et al.* (FIOCRUZ, 2021), estima-se que no Brasil existam cerca de 5,2 milhões de idosos que necessitam de ajuda para as suas atividades da vida diária. Em, pelo menos, 80% dos casos, o cuidado é prestado por algum familiar, em 20% este cuidado é prestado por um (a) cuidador (a) remunerado (a), o que inclui os arranjos em que a prestação de cuidados se dá de forma compartilhada entre pessoas contratadas e familiares. Dessa forma, os autores estimam que exista cerca de 4,2 milhões de familiares que cuidam de idosos dependentes e 1 milhão de cuidadores de idosos contratados e/ou remunerados.

Para a OMS (2015) a saúde pública deve apresentar como resposta à população idosa, políticas estruturadas de forma que permitam que um maior número de pessoas alcance qualidade de vida no processo de envelhecimento. Já em 2006, a Política Nacional de Saúde da População Idosa (PNSPI, 2006) previa serviços especializados em geriatria em nível secundário, destacando o idoso em condição de fragilidade com recomendações de reabilitação, tratamento e cuidados paliativos, intermediadas pelas unidades de saúde e

sustentadas pela intersetorialidade. Enfatiza a Atenção Domiciliar (AD), como uma das intervenções em saúde preferenciais e prioritárias ao idoso em tais condições.

A AD vem crescendo no Brasil, devido ao aumento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) e incapacidades ocasionadas pelo aumento da expectativa de vida do idoso vem exigindo dos serviços o trabalho interdisciplinar, a intersetorialidade, facilitação do acesso e uma escuta especializada como forma de atender às múltiplas necessidades de saúde desse segmento, correspondente à integralidade da atenção. Com isso, assiste-se à necessidade de rever as políticas públicas, particularmente nos serviços de saúde, com maiores investimentos em programas de saúde preventivos e de base domiciliar (Thumé, 2010). Hoje, fala-se menos em internação hospitalar e mais em internação domiciliar, desospitalização, assistência domiciliar, cuidador domiciliar, assim como em programas de saúde da família, centros de acolhimento, reabilitação e convivência. Dessa forma, o presente artigo visa uma aproximação com o debate acerca da assistência à saúde do idoso, especialmente, no que se refere às ações em saúde no domicílio deste grupo populacional, buscando refletir se este modelo tem sido capaz de responder às atuais demandas postas pelo envelhecimento humano.

Serviços de Atenção Domiciliar (SAD)

No Brasil, desde 2011, o Ministério da Saúde (MS) tem fomentado a expansão e consolidação da atenção domiciliar, como modalidade de assistência à saúde humanizadora e estratégica à redução da demanda por leitos hospitalares e cuidados de natureza ambulatorial e após revisões do conjunto de legislações e normativas que orientavam a AD no Brasil, foi instituída a Política Nacional de Atenção Domiciliar (PNAD), pela Portaria nº 2011, que criou o Programa Melhor em Casa (PMC) como subsídio à implantação dos Serviços de Atenção Domiciliar (SAD) pelos municípios (Brasil, 2011).

Os Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), na estrutura como se apresentam, foram estabelecidos pelo PMC, indicando as diretrizes gerais e os requisitos necessários para implantação desses serviços nos municípios, regulamentado pelo Ministério da Saúde em agosto de 2011 e criado em 2012, que apresenta como objetivo o incentivo pela ampliação da AD no SUS. Atualmente, a portaria em vigor é de nº 825/2016 que define a AD no SUS, como uma modalidade de “atenção à saúde integrada às Redes de Atenção à Saúde (RASs), caracterizada por um conjunto de ações de prevenção e tratamento de doenças, reabilitação, palição e promoção à saúde, prestadas em domicílio, garantindo continuidade de cuidado” (BRASIL, 2016b). A AD é organizada em três tipos:

a) AD tipo 01: dirigida para usuários com problemas de saúde controlados/compensados, dificuldade ou impossibilidade física de locomoção até uma unidade de saúde e que necessita de cuidados de menor complexidade. A frequência de visitas é decidida pela avaliação clínica, dentro da capacidade de atendimento das unidades básicas de saúde; **b) AD tipo 2:** indicada para usuários com problemas de saúde e dificuldade ou impossibilidade física de locomoção até uma unidade de saúde. Necessita de maior frequência de cuidados e acompanhamento contínuo; **c) AD tipo 3:** semelhante à AD2, acrescido da necessidade de uso de procedimentos especiais.

O Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso no município do Rio de Janeiro (PADI/RJ)

O Município do Rio de Janeiro, cenário deste estudo, é uma das 20 cidades mais populosas do mundo e com a proporção de idosos, atingindo 14,9%, num total de 940.851 idosos (IPP, 2017; RJ/PMAS, 2018 *apud* Bernardo, 2019). Verificamos que muitos desses idosos com idades mais avançadas, é segmento prioritário para o atendimento especializado e multiprofissional, em face de maior probabilidade de déficits funcionais e cognitivos a partir dos 75 anos, como previsto pela PNSPI (Brasil, 2006f).

Além disso, na cidade existem diferentes bairros, com diferentes estágios de envelhecimento populacional, cujos dados de indicadores socioeconômicos impactam diretamente no processo de envelhecimento entre as classes sociais (ALVES *et al.*, 2016; Bernardo, 2019).

De acordo com o IPP (2017 *apud* Bernardo, 2019, p. 187):

[...] dos vinte bairros com maior número de idosos no município, 12 deles estão na zona sul, seis na zona norte e dois na zona oeste. Se segmentarmos os idosos por idades (entre 60 e 70, e acima de 70 anos), os bairros com maior número de idosos acima de 70 anos são Copacabana e Tijuca. Os idosos mais velhos estão nas áreas mais privilegiadas da cidade, e a expectativa de vida é em média 75 anos. Bairros como Costa Barros, Complexo do Alemão, Santa Cruz, Complexo da Maré, Acari e Cidade de Deus, entre outros, apresentam taxas de expectativa de vida oscilando de 62 a 66 anos de idade. O dado reflete as diferenças sociais territoriais e a associação dos condicionantes sociais à maior longevidade. Não por acaso, os bairros com menor número de idosos são os que têm menor IDS e localizados nas favelas e bairros da Zona Oeste e Norte.

As análises realizadas por Alves *et al.* (2016), corroboram com estes dados sobre o envelhecimento e desigualdade, pois demonstraram que no município do Rio de Janeiro existem bairros com diferentes estágios de envelhecimento populacional, onde os bairros que estão em um estágio mais adiantado de envelhecimento populacional são os que detêm os melhores indicadores socioeconômicos, enquanto os bairros com estágio mais atrasado do envelhecimento são os que, em geral, apresentam piores indicadores socioeconômicos:

[...] os bairros caracterizados por favelas apresentaram menor porcentagem de idosos em relação aos bairros vizinhos, como é o caso de Manguinhos (6,03%) em relação a Bonsucesso (20,02%) e Vidigal (8,91%) e Rocinha (5,62%), vizinhos do Leblon (28,15%), Gávea (22,04%) e São Conrado (21,39%), todos componentes do quarto quartil da distribuição dessa variável. Os valores mais elevados concentraram-se nos bairros que compõem a região administrativa de Copacabana, Botafogo e Lagoa, situados na região litorânea que compõem a “Zona Sul”, com destaque para Flamengo (29,19%), Ipanema (28,28%), Leblon (28,15%) e Leme (25,29%). Os bairros do Méier e da Tijuca se destacaram também, com porcentagem de idosos elevada: 25,58% e 24,13%, respectivamente. (Alves *et al.*, 2016, p. 02).

Esses dados refletem as diferenças territoriais e a associação dos condicionantes sociais à maior longevidade. Não por acaso, os bairros com menor número de idosos são os que têm menor IDS e localizados nas favelas e bairros da Zona Oeste e Norte, reforçam nosso debate de que envelhecer não é para todos e nem da mesma forma na sociedade contemporânea capitalista.

Na análise étnico-racial, esses indicadores também inviabilizam a longevidade e o bem-viver, más condições de habitação, qualidade da alimentação, acesso à saúde (prevenção e tratamento), escolaridade baixa, ocupação precária, informal e mal remunerada. Na estimativa feita por Alves (2021 apud OLIVEIRA, 2021), na cidade do Rio, quase dois terços (62,4%) da população de 60 anos ou mais se declararam brancos; pretos e pardos somam 36,9%. Na média geral, brancos são 51,2%, negros 47,9%. Na faixa de 70 a 79 anos, a distância é escancarada: proporção de 71,7% contra 27,8%, respectivamente; de 80 a 89, 74,5% a 25%. Ou seja, para quatro moradores do Rio com mais de 80 anos, três são brancos, apenas um é negro. Idade, cor da pele, gênero, deficiência, endereço, são variáveis determinantes para brasileiros envelhecerem com ou sem dignidade.

Dentre os serviços ou programas, voltados ao atendimento específico para o idoso ou que tem a população idosa como a maioria de sua demanda, temos aqueles que seguem as orientações da PNSPI (BRASIL, 2006) e os demais documentos de orientação para a área do envelhecimento publicado pelo MS (Brasil, 2014; 2019), que propõem uma rede de atenção pautada numa linha de cuidados, tendo a atenção básica, responsáveis pelo atendimento de pacientes em Nível AD1, como a organizadora e mediadora dos fluxos assistenciais, facilitando e garantindo o acesso do idoso a todos os níveis de atenção. A atenção especializada é dirigida para idosos em situação de fragilidade e maior dependência, através das policlínicas e hospitais da rede. Para as situações de urgência e emergência, têm-se as UPAS, CER e hospitais municipais. Para atendimento domiciliar, tem-se, desde 2010, o Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso (PADI), que atende pacientes em nível AD2 e AD3 (Bernardo, 2019).

Segundo o site da prefeitura (RIO DE JANEIRO, [s.d.]), o PADI enquanto política pública gratuita encontra-se dentro do SUS, na cidade do RJ. O PADI foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), em parceria com a Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (SESQV) e atualmente gerido pela Organização Social IDEAS e destina-se a: “pacientes portadores de incapacidade funcional provisória ou permanente, com dificuldade de acesso à rede assistencial ambulatorial”, regularmente, “pessoas portadoras de doenças crônico-degenerativas, com necessidade de reabilitação ou cuidados paliativos, prioritariamente acima de 60 anos, sem restrição de faixa etária”. As equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD), que realizam as visitas e demais procedimentos necessários aos cuidados no domicílio, e as Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que prestam supervisão e assessoria às equipes de referências. O acesso ao programa ocorre mediante encaminhamentos dos hospitais pólos com vias à desospitalização ou pela atenção básica através do SISREG.

As equipes do PADI, operacionalizada pela Organização Social IDEAS, estão localizadas nos seguintes hospitais: Hospital Francisco da Silva Telles, em Irajá; Hospital Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca; Hospital Miguel Couto, no Leblon, Hospital Pedro II, em Santa Cruz; Hospital Salgado Filho, no Méier, além de equipes de captação e/ou fluxo de desospitalização nos Hospitais Municipais da Piedade, Ronaldo Gazolla, Souza Aguiar, Álvaro Ramos, Rocha Faria, Rocha Maia, Albert Schweitzer, Jesus e Maternidade Leila Diniz. Apesar de fazer parte do Programa, o PADI Paulino Werneck não é operacionalizado pelo IDEIAS, sendo de gestão e operacionalização exclusivamente municipal.

Perfil dos usuários

Este perfil foi construído com base e análise dos relatórios da OS IDEAS e de resumos de trabalho produzidos pelas equipes multiprofissional do PADI/RJ, nas revistas dos Congressos Brasileiro Interdisciplinar de Assistência Domiciliar (CIAD), com isso, podemos afirmar que o perfil dos pacientes atendidos (produzidos pelas equipes) no PADI/RJ, em sua maioria são idosos: “o perfil dos pacientes atendidos no Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso – Pedro II. (...) Resultado: Após análise, observamos que a maioria dos pacientes tinha idade acima de 60 anos, com média de 67 anos; 62,3% eram do sexo feminino.” (Bastos; Costa; Ribeiro, 2017). O que reforça os dados nacionais sobre a AD. Segundo dados do MS em 2016: 67,4% das pessoas atendidas pelo Programa Melhor em Casa eram idosos, tendo 30% dos pacientes com mais de 80 anos. As crianças menores de um ano representavam 10% dos atendimentos domiciliares (Brasil, 2016).

Perfil dos familiares cuidadores

Na AD, percebe-se a importância do cuidador familiar para a qualidade do cuidado domiciliar, bem como o ônus do desempenho desta função, mencionados em estudos relacionados à sobrecarga e estratégias de apoio aos cuidadores familiares. O processo de transição do cuidado dispensado do hospital para o domicílio altera a dinâmica e as relações familiares, sendo que a gestão do cuidado é parcial ou integralmente transferida para a família, ocasionando a sua sobrecarga física e emocional.

Quanto ao perfil dos familiares cuidadores levantados na literatura, os dados da pesquisa corrobora com os achados de outros estudos brasileiros que tratam da saúde dos idosos, em que se destacam o predomínio do sexo feminino, refletindo a maior longevidade das mulheres em relação aos homens, apontam para principalmente as mulheres, casadas com o paciente, ou familiar solteira, idosa, aposentada ou desempregada, muitas vezes, portadora de doenças crônicas (Bernardo, 2019; Rajão; Martins, 2020).

Vimos nos relatos que o cuidado não é realizado naturalmente pela mulher. É imperativo e determinado por aspectos relativos à sobrevivência do núcleo familiar, que impõe às mulheres uma dedicação, senão total, ao menos parcial de suas vidas. O discurso em torno dessa “pseudopredisposição” naturaliza o trabalho feminino nos cuidados, encobrendo despesas sociais não repassadas para o Estado, constituindo em trabalho não pago (Alencar, 2009) e reforça a desqualificação dessa atividade doméstica como trabalho, colaborando também para o desprestígio daqueles que já atuam profissionalmente no ramo (Hirata, 2010; Bernardo, 2019, p. 159).

Destacamos ainda o fato de os cuidadores informais não serem assistidos pelas políticas públicas de saúde e de assistência social, apesar de desenvolverem tarefas de grande relevância para a sociedade.

Dificuldade de encaminhamento para rede socioassistencial e a baixa cobertura da ESF

Dadas as especificidades de um SAD no contexto da RAS, que tem como centro primário de referência a APS, a ausência da ESF no território dificulta o trabalho conjunto

com as equipes multiprofissionais do SAD e, por vezes, os usuários e suas famílias sentem-se “desprotegidos”, por não terem uma Unidade de Saúde de referência próxima a seu domicílio à qual possam recorrer para obter apoio ao cuidado domiciliar. Diante disso, entendemos que estes usuários estão privados da possibilidade de receberem visitas domiciliares (VD) e receberem acompanhamento, concomitantemente, por profissionais da APS.

Este trabalho tem o objetivo de analisar o tempo médio de permanência dos indivíduos atendidos pelas equipes do PADI no período de 2013 a 2015 (...) Observa-se um aumento progressivo do tempo médio de permanência, que variou de uma média geral de 163 dias em 2013, 239 em 2014 e 245 em 2015, com desvio-padrão em torno de 20 dias.(...) O tempo de permanência é superior ao pactuado (120 dias), provavelmente devido à dificuldade de encaminhar essas pessoas para a atenção primária, suposição reforçada pelo fato de as bases responsáveis pelas áreas com maior cobertura de saúde da família apresentarem os menores tempos de permanência. (Ferreira *et al.*, 2017, p. 50).

Rajão e Martins (2020), ao analisarem a AD no âmbito do SUS, identificando as modalidades de cuidado e desigualdades no seu uso, trouxeram, entre outras informações, uma que ajudou a caracterizar o perfil de uso desses serviços. Os autores concluem que:

Referente aos atendimentos domiciliares ambulatoriais, o encaminhamento à AD1, modalidade de cuidado de menor complexidade executada pelas equipes de Atenção Básica, ocorreu em 2,3% dos casos. Foi possível, também, observar que a maior parte dos atendimentos (93,3%) foi executado pelas EMAD, e apenas 6,7% executados pelas EMAP. E, ainda, que 63,3% das residências não eram cobertas por Estratégia Saúde da Família (ESF). Quanto à origem do paciente, 54,5% dos pacientes atendidos foram originados da Atenção Básica (AB), 23,8% egressos de internação hospitalar, e apenas 5,7% de serviços de urgência. (Rajão; Martins, 2020, p. 1872).

Aqui, tanto nos dados nacionais, quanto nos estudos municipais, fica clara a dificuldade de encaminhamento para rede socioassistencial, porém, não dá para identificar se destes 93,3% de usuários de AD2, quantos teriam perfil de permanecer na AD1, já que temos uma baixa cobertura da ESF e quantos tiveram uma alta precoce, contribuindo para a rotatividade de leitos exigidos pela lógica produtivista instalada na saúde.

Resultados: Em 2010, o PADI contava com três bases situadas em três hospitais municipais do Rio de Janeiro, passando para cinco bases em 2015. A média de pacientes atendidos por base variou de 91 em 2010 a 200 em 2016. Desde que foi inaugurado até agosto de 2016, o PADI atendeu a 8.022 pacientes em todo o município do Rio de Janeiro. A busca ativa de pacientes pela captação cresceu de 3.227 em 2010 para 18.026 em 2016, destacando-se o ano de 2013, quando 23.120 pacientes foram avaliados. Até 2016, **o PADI foi responsável pela desospitalização de 5.888 pacientes. A porcentagem de altas recuperadas** cresceu de 1,6% em 2010 para 53,4% em 2016. (...) Os indicadores mostram o aumento da sua efetividade na desospitalização e na recuperação dos pacientes acompanhados. (Coelho *et al.*, 2017, p. 63, grifos nossos).

Os relatórios IDEAS também reconhecem essa lacuna, claro que pelo viés de produtividade, “considerando o aumento gradual do perfil de nível de complexidade do Programa, *“sugere-se a revisão da meta contratual, a fim de melhorar a qualidade da assistência e permitir o aumento da desospitalização de pacientes de maior nível de complexidade.”* (Bernardo, 2019, p. 200), quanto à transição de cuidados de média complexidade para a baixa complexidade sendo

encaminhado por fim para a ESF. “Cabe ressaltar a dificuldade de alta dos pacientes em situação de restrição ao leito ou ao lar que residem em áreas não cobertas pela ESF.” (Ideias, 2020, online).

Assim, concordamos com Bernardo (2019), pois o fato é que o programa disponível no município, não consegue atender à demanda efetiva, elevando as responsabilidades do nível primário que necessita cobrir a população de seu território na atenção domiciliar prevista na ESF. O relatório demonstrativo da Prefeitura ratifica esse dado quando diz que o serviço do PADI “cuja relevância social e capacidade de responder às necessidades da população são comprovadas, é ferramenta fundamental para aumentar a eficiência dos leitos hospitalares, entretanto, tem baixa cobertura populacional.” (Bernardo, 2019, p. 200).

Rajão e Martins (2020) afirmam que no campo da organização e coordenação da AD no contexto brasileiro, não é notória, na prática, que haja a articulação formal e contínua entre os SAD com os demais serviços de saúde. Essa reiterada desarticulação se manifesta ainda na escassez de serviços de saúde intermediários entre a alta hospitalar e a moradia, como sinalizado pela PNSPI (2006), além da redução de leitos para internação ou a sua oferta via iniciativa privada.

A eventual necessidade de internação do idoso requisita um acompanhamento hospitalar diferenciado. O preparo para a alta converte-se em um trabalho árduo na medida em que há barreiras para a estruturação da continuidade do acompanhamento em saúde, evitando, assim, reinternação ou complicações. Veras *et al.* (2013) alertam que essa fragmentação sobrecarrega pontos da rede, sendo geralmente o hospital ou as grandes emergências as principais portas de entrada para o sistema, “*diferente do que é apregoado pela política atual que indica a atenção básica como organizadora do fluxo institucional*”. (Bernardo, 2019, p. 204).

Vale lembrar que em nível nacional, um ponto determinante para as mudanças que vêm sendo promovidas na APS nos últimos anos diz respeito à revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), em 2017, a qual impulsionaram mudanças na configuração da rede de atenção primária assim como para assistência à saúde para o idoso no município do Rio de Janeiro. Ela foi produzida mantendo sua discussão em espaços restritos, sem participação popular efetiva, em um contexto de crise econômica e política pós-impeachment. Um ano antes havia sido promulgada a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como a emenda do “Teto dos gastos”, que congela por 20 anos a destinação de recursos públicos e tem impacto no financiamento de diversas políticas, inclusive do SUS, tendo em vista o contexto mencionado.

Bernardo (2019) destaca que as mudanças na PNAB terão efeitos na atenção básica em saúde, já que causaram impacto sobre seu financiamento, a cobertura populacional, a recomposição das equipes e dos processos de trabalho, deixando a cobertura de ter como parâmetro 100% da população adscrita no território para destinar-se às áreas de maior risco. Tal tendência afeta os serviços prestados, a lógica de integralidade e interprofissionalidade, segmenta o acesso da população e fragmenta a atenção em saúde.

O SUS, constantemente atacado em seus princípios fundamentais, persiste instável e fragmentado. A ESF, gerida por instituições privadas de interesse público, reforça a produtividade e a focalização das ações em saúde para os grupos considerados de risco. O aumento numérico da cobertura populacional pela ESF, ocorrido entre os anos de 2012 e 2016, não representou mudanças qualitativas na assistência prestada, muito menos a capacidade de coordenação do projeto “terapêutico”, como indicado pelos documentos norteadores da área. A tendência no Rio de Janeiro, na gestão do prefeito Marcelo Crivella

foi de focalizar nos segmentos mais vulnerabilizados e interromper a ampliação territorial com o argumento de redução de custos, tendo, a atual gestão municipal, tentado retomar novamente o aumento da cobertura, via OSs. Isso quer dizer que nem todos os idosos, demandantes de cuidados, terão acesso à atenção básica. Confirmando “*a predominância da racionalidade privada ocupando o espaço público com o objetivo de sua mercantilização*”. (Bernardo, 2019, p. 225).

Assim é possível observar como a contrarreforma possibilita ao capital a sua inserção na gestão pública de atenção à saúde, atuando por meio de novos modelos de gestão e introduzindo a racionalidade burguesa na área pública, com metas de produtividade e precarização dos processos de trabalho. Aqui, cabe retomar o debate e as reflexões feitas por Bravo e Matos (2009), pois mesmo com os avanços conquistados com o SUS, no que diz respeito ao acesso a ações e serviços de saúde, e com a expressiva ampliação da atenção básica por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), o modelo de atenção à saúde predominante no Brasil ainda é centrado no hospital, no saber médico, é fragmentado, biologicista e mecanicista. Este modelo, conceituado como hospitalocêntrico, é ineficiente, dado o aumento dos custos com decrescentes resultados gerados pela incorporação acrítica de tecnologias e incapacidade de enfrentar problemas de saúde (Brasil, 2015). Há, portanto, a iminente necessidade de melhorar a qualidade, a eficácia e a integralidade da assistência no cenário de saúde atual. (Antunes *et al.*, 2018).

Critérios de inclusão no PADI

Bernardo (2019) chama a atenção para o fato de que os critérios, embora descritos pelo PADI/RJ, parecem depender de outros indicadores, que não são suficientemente transparentes para a rede, nem para as famílias. Há dois critérios de inserção que merecem nossa atenção: ter um responsável que assume a função de cuidador, familiar ou não (...) e o domicílio precisa ter recursos mínimos de infraestrutura, saneamento básico e ventilação. (RJ/SMS/2016 *apud* Bernardo, 2019).

Em estudos, como o de Bernardo (2019); Nascimento (2016); Rajão e Martins (2020); Neves et al. (2019), que foram realizados o mapeamento da AD, foi possível perceber a existência de grandes diferenças regionais, tanto em relação ao volume de serviços e procedimentos, quanto em relação à variação das modalidades. Os estudos citados apontam para uma diversificação dos bairros de moradia, reafirmando que há concentração de serviços especializados, caracterizando uma marcante desigualdade em determinadas regiões, fazendo com que a população precise se transportar de bairros distantes para o acesso ao atendimento. Como identifica Bernardo:

[...] essa distância entre a unidade de saúde especializada e os bairros gera deslocamentos dos usuários, implicando na acessibilidade da cidade, na qualidade do transporte público e em custos assumidos para o transporte particular. Resulta também em maiores dificuldades na articulação com a rede de atenção básica, geralmente circunscrita ao território mais próximo de moradia. (2019, p. 202).

A despeito das justificativas técnicas para o estabelecimento de tais condições de acesso ao PADI, idosos e famílias são excluídos, por não apresentarem as condições satisfatórias estabelecidas. Isso significa não somente o reforço da **familiarização do cuidado** (Esping Andersen, 2000), como o cerceamento da população mais precarizada ao direito à assistência domiciliar, sem que haja propostas alternativas de acompanhamento.

Em documento mais recente publicado pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2019), no item sobre atenção ao cuidador, não constatamos qualquer nota ou comentário sobre as desigualdades, muito menos críticas às políticas familistas. A ênfase repousa sobre o apoio ao cuidador por meio de orientações sobre os cuidados e apoio psicossocial para minimizar situações de sobrecarga e estresse. Não há reflexão no sentido de ampliar as políticas nem o cuidado como direito. Ao contrário, há o reforço das funções familiares. Esse documento dá continuidade a um outro documento publicado em 2014. Em nossa pesquisa, percebemos que o documento de 2014, embora familista, ponderava sobre os novos arranjos familiares e a necessidade de políticas intersetoriais de apoio às famílias. Esse texto não aparece mais em 2019, o que nos leva a ponderar que “houve retrocesso na abordagem com recrudescimento de uma visão mais conservadora”. (Bernardo, 2019, p. 244).

Discurso do Custo-efetividade da SAD

Em nosso levantamento, identificamos poucos estudos que evidenciam de fato o custo-efetividade da AD, havendo, de um lado, a perspectiva de que a AD proporciona benefícios à rotatividade dos leitos hospitalares existentes, por meio da alta precoce, redução da procura pelas portas de entrada das emergências, redução das reinternações e utilização mais eficiente dos recursos de saúde (Silva *et al.*, 2014).

Na revisão da literatura, conseguimos identificar quanto que a relação ao custo-efetividade da AD, há processo de transferência dos custos do serviço de saúde para as famílias, principalmente relacionados à hotelaria, que inclui alimentação, rouparia e limpeza, tudo somado à disponibilidade de tempo e mão de obra não remunerada do familiar cuidador. Ou seja, o custo mensal total da assistência familiar é elevado, com destaque para o intangível, com alta carga de cuidados e estresse financeiro, sendo que as mulheres expressam uma carga relativamente maior que os homens.

Pensando na lógica do processo de trabalho, a atividade doméstica ou de cuidados requer atuação sobre determinado objeto e aprimoramento de habilidades e conhecimentos específicos. A atividade não remunerada cria valor de uso, todavia não se insere na órbita do mercado, em razão de não haver produção de valores de troca. Participa do circuito de valor ao localizar-se na reprodução da força de trabalho e, por conseguinte, da produtividade, mascarando despesas sociais não absorvidas pelo capital e pelo Estado. A família e a mulher cumprem esse papel, arcando com os custos privados de reprodução, que o trabalho reprodutivo, enquanto trabalho socialmente necessário, inclui o trabalho doméstico feminino não remunerado. Nesse caso, a noção de exploração da mais-valia se amplia para a noção de apropriação. Não há produção direta de valor, mas uma infinidade de serviços sem a devida mensuração como carga de trabalho realizado. “*A apropriação se expressa tanto no tempo despendido quanto no uso do corpo como máquina de trabalho*”. (Bernardo, 2019, p. 134).

Por certo, é impreterível que a análise a respeito do trabalho avance das suas dimensões constitutivas para o aprofundamento das implicações sociais e as determinações históricas do trabalho doméstico e dos cuidados na sociedade capitalista. Posto isso, podemos definir genericamente o trabalho familiar como o conjunto de atividades fora da produção, mas necessárias à reprodução social do trabalho, a saber, alimentação, vestuário, higiene etc. “*O trabalho familiar é atividade localizada no espaço da vida doméstica, desempenhada, em geral, pelas mulheres gratuitamente, englobando tanto as atividades rotineiras de uma casa como, os cuidados diretamente voltados às pessoas*”. (Bernardo, 2019, p. 112).

O estudo de Neves *et al.* (2019), analisou o perfil assistencial de um SAD vinculado a um hospital público de ensino do município do Rio de Janeiro e verificou as associações e correlações entre as variáveis sociodemográficas e de saúde dos usuários assistidos por esse serviço. Os usuários do SAD demandam, em média, 7,46 equipamentos e materiais médico-hospitalares para a continuidade do seu cuidado domiciliar, sendo que 70% dos gastos relativos a esses equipamentos e materiais eram assumidos pelo usuário e sua família; 10% de forma compartilhada entre o SAD, o usuário e sua família; 9% pelo SAD; 5% por meio de doações e 6% pelo SUS. Do total de procedimentos de enfermagem, 52% eram realizados pelo próprio cuidador, 23% pelos profissionais da equipe multiprofissional, 13% realizados de forma compartilhada entre o SAD e o cuidador, 10% realizados de forma conjunta entre o cuidador e o próprio usuário, e 1% pelo serviço privado e o SAD.

Em conformidade com a transferência de custos e gastos para o usuário e sua família, a pesquisa desenvolvida por Pires *et al.* (2013) verificou a falta de equipamentos de saúde para o cuidado domiciliar, como materiais para curativos (58,3%), cama hospitalar (53,5%), colchão casca de ovo (51,2%), andador (44,4%), cadeira de higiene (32,8%), cadeira de rodas (31,7%) e bengala (31,25%). Segundo os achados desta pesquisa, os usuários do SAD demandavam, em média, 6,78 procedimentos de enfermagem, sendo eles: sinais vitais (97,8%); administração de medicamentos (93,5%); troca de fraldas (71,7%); transferências (63%); administração de dieta por via oral (60,9%); banho de aspersão (58,7%); curativo de lesões (47,8%); coleta de exames (47,8%); mudança de decúbito (37%); e banho no leito (28,3%).

Tal achado nos permitiu afirmar que há uma transferência da compra de equipamentos e materiais de saúde para usuários do SAD e sua família, levando a um aumento substancial dos gastos da família com o item saúde, alterando o orçamento familiar e, conseqüentemente, o aumento da sobrecarga. Logo, os custos e os gastos elevados com serviços de AD podem ameaçar a economia da família e o bem-estar do usuário, levando à precarização do cuidado, assim como, potencializando os riscos de adoecimento do cuidador e da família como um todo.

Assim, concordamos com Bernardo (2019) que a AD atende apenas parcialmente às demandas e necessidades de saúde dos usuários e de suas famílias. Para que tais demandas e necessidades de saúde sejam atendidas, torna-se imprescindível o acesso às tecnologias de saúde — leves, leve-duras e duras (Merhy; Feuerwerker, 2009). Há um repasse de custos e gastos, cujos usuários e famílias assumem, - além de custos intangíveis, como o isolamento social -, os custos diretos, como a compra de insumos, medicamentos e dieta, e os custos indiretos, como a contratação de um cuidador. (Silva *et al.*, 2014; Silva *et al.*, 2017; Faller *et al.*, 2012).

Por fim, lembramos que no Brasil vivemos o processo de envelhecimento da classe trabalhadora em um contexto bastante desigual e com reduzida proteção social. Assim, é importante pontuar que o debate sobre assistência em domicílio à saúde do idoso frágil, apresenta muitos desafios a serem enfrentados, envolvendo a rediscussão dos modelos de gestão, o lugar da atenção básica na rede, o sistema de regulação, a intersetorialidade e os programas de atenção domiciliar. Embora a atenção domiciliar do ponto de vista conceitual esteja relacionada às ideias da integralidade e do direito ao acesso à saúde, seu debate também se dá em contexto de aprofundamento de contrarreforma do Estado, logo, passa a ser uma modalidade assistencial defendida pelo viés de redução de custos e repasse de responsabilidades para as famílias.

Considerações finais

AD é atrativa para os gestores em saúde nas decisões político-institucionais por dois motivos principais: o primeiro se dá em uma perspectiva racionalizadora, na qual a AD visa à redução de custos pela substituição ou abreviação da internação hospitalar, enquanto o segundo motivo decorre de uma reorientação do modelo tecnoassistencial, tendo a AD espaço potente na criação de novas formas de cuidar mais humanizada e contextualizada de acordo com as necessidades dos usuários e suas famílias. Não sendo excludentes, pois ambas estariam presentes, expressas nas diretrizes de organização dos programas e nas práticas instituídas pelas equipes (Brasil, 2012). Mas, com base no que apresentamos neste artigo podemos corroborar com a afirmação de Braga et al (2017), que há um descompasso na AD entre a lógica sob a qual se organiza a oferta (visando a racionalização de custos e não a melhor alocação dos recursos disponíveis) e o atendimento das reais demandas e necessidades de saúde da população idosa, prevalecendo a vertente racionalizadora.

Depreende-se então que, enquanto estratégia de contenção de demanda ao SUS (Nascimento, 2016), o PADI/RJ obstaculiza a materialização do Projeto de Reforma Sanitária e gera novas determinações à força de trabalho em saúde. Ou seja, o controle social, a concepção ampliada de saúde e a integralidade de atenção à saúde, vêm sendo questionados por abordagens tecnicistas, pragmáticas, que legitimam a privatização da gestão do SUS e transferem mais responsabilidades à família e à comunidade, sem levar em conta muitos dos aspectos socioculturais e econômicos dos envolvidos nos arranjos familiares e no processo de envelhecimento.

Assim apontamos os seguintes resultados: Existe uma escassez de serviços de saúde intermediários entre a alta hospitalar e a moradia, como sinalizado pela PNSPI. Esquadrinhando o PADI/RJ, considera-se que suas propostas pretendem: contenção de demanda ao Sistema Único de Saúde; maximizar os resultados sem aumentar o financiamento da Política de Saúde; responsabilizar a família e a comunidade como sujeitos do cuidado em saúde e considerar o domicílio um ponto de cuidado da rede de atenção à saúde. Os idosos constituem a maioria da demanda, apresentam dificuldade de encaminhamento para rede socioassistencial e uma baixa cobertura da ESF. Fica clara a questão da lógica produtivista no programa; evidenciou-se a lógica da rotatividade dos leitos, em consonância com alta “forçada”; o programa não consegue atender à demanda efetiva.

Com relação ao custo-efetividade, constatou-se uma transferência de funções e responsabilidades para a família, além de custos e gastos, necessários para o provimento e a manutenção do cuidado domiciliar. Os cuidadores são, principalmente, familiares, igualmente idosos, sendo filhos(as) ou esposos(as), com baixa escolaridade, em condições de aposentados ou do lar e dedicados, quase exclusivamente, ao cuidado do familiar em domicílio. O programa apresenta uma natureza contraditória, pois, embora ele possa fomentar a humanização e a desinstitucionalização do cuidado, ele também pode ser instrumento da contrarreforma na saúde para a contenção de gastos e repasse de responsabilidades do Estado para as famílias, obstaculizando a materialização do Projeto de Reforma Sanitária.

A proposta de humanização do atendimento pela política de saúde não pode ser restrita somente ao aumento da carga de cuidados no domicílio ou auxiliar a retirar o papel do Estado na prevenção, promoção e recuperação da saúde do idoso. A mesma precisa fortalecer a efetividade de um serviço de saúde que contribua para o enfrentamento das

necessidades do envelhecimento, especialmente daquele idoso frágil. É preciso frisar que a atenção domiciliar deve representar um direito capaz de contribuir para a melhoria das condições de saúde do idoso.

Para Feuerwerker e Merhy (2008), a atenção domiciliar tem potencial para tornar-se serviço substituto do cuidado hospitalar, desde que admita seu lugar na rede socioassistencial e incorpore mais tecnologias leves no processo de trabalho. Para Merhy (2002), a atenção domiciliar possibilita acionar novas tecnologias em saúde pautadas na relação humanizada e acolhedora entre equipes de saúde e usuários, “valorizando princípios como a escuta qualificada, compartilhamento de saberes, entendimento dos condicionantes do processo saúde-doença e respeito ao universo cultural dos segmentos populacionais”. (Bernardo, 2019, p. 110).

Assim, é necessário que a opção pelo atendimento domiciliar extrapole o discurso de redução de custos, uma vez que o leito hospitalar, ao ser desocupado pela possibilidade de o paciente ser cuidado no domicílio, não é desativado, sendo imediatamente ocupado por outro paciente, que realmente necessita dessa modalidade de atenção. Portanto, pode-se afirmar que é feita uma otimização dos leitos, ou seja, um adequado gerenciamento dos recursos disponíveis, mas também se busca oferecer um cuidado com qualidade, centrado no paciente e em suas demandas subjetivas (Brasil, 2012).

Portanto, a AD, se realizada pela APS universal, poderá contribuir para gerar assistência mais humanizada e resolutiva, além de a diminuição dos custos hospitalares e das internações desnecessárias. Tornando-se uma ferramenta essencial para o cumprimento de princípios, por exemplo, a ampliação do acesso, o acolhimento, a equidade, a humanização e a integralidade do cuidado (Dias *et al.*, 2015), assim como no alcance de atributos essenciais da APS, tal qual, a longitudinalidade e a continuidade do cuidado. Dessa maneira, potencialmente minimizaria a fragmentação do cuidado, quando é inserida nas linhas de cuidado, fundamentadas nas necessidades da pessoa e das famílias com assistência adequada e o controle dos agravos à saúde.

Considera-se de extrema relevância a revisão da PNAD à luz dos achados desta e de outras pesquisas, assim como a realização de estudos que procurem dar conta de outros aspectos e cenários, que apontam para a sobrecarga gerada pela transferência de custos e de cuidados técnicos para o cuidador familiar de usuários em atendimento domiciliar, sobretudo no âmbito do SUS. Assim, torna-se necessário o investimento governamental na ampliação, aprimoramento e fortalecimento da AD como modelo substitutivo e complementar de cuidado, pelos benefícios já constatados. Dessa forma, será possível às equipes prestar um atendimento integral ao usuário, mas também aos demais participantes do processo de cuidar, em especial aos cuidadores familiares, diminuindo a sobrecarga física, emocional, financeira e social dessas famílias.

Referências

BASTOS, G; COSTA, L A; RIBEIRO, APS. **Revista Brasileira de Atenção Domiciliar**. Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Assistência Domiciliar. 2017, São Paulo. Núcleo de Assistência Domiciliar Interdisciplinar – NADI. Holambra: Ed. Setembro, São Paulo, n. III, 2017, p. 70.

BERNARDO, M. H. J. **Envelhecimento da classe trabalhadora, dependência e cuidados familiares: desafios para a proteção social no município do Rio de Janeiro.** 2019. 300 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BRAGA, P. P. et al. Oferta e demanda na atenção domiciliar em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 903-912, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.** Brasília: MS; 2006.

BRASIL. Portaria n. 2.029, de 24 de agosto de 2011. Revogada pela PRT GM/MS nº 2.527 de 27.10.2011. **Institui a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).**

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 825, de 25 de abril de 2016. **Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas.**

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para o Cuidado das Pessoas Idosas no SUS: Proposta de Modelo de Atenção Integral.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 825, de 25 de abril de 2016. **Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas.** Diário Oficial da União, Brasília (DF) 26 abr. 2016. Seção 1, p.33-38. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações técnicas para a implementação de linha de cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa no sistema único de saúde (SUS).** Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de Atenção Domiciliar, Brasília (DF),** v. 1, 2012.

BRAVO, M. I. S. MATOS, M. C. Reforma sanitária e projeto ético-político do serviço social: elementos para o debate. In: BRASIL. **Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 296p.

CAMARANO, A. A. IPEA. **Nota Técnica.** Cuidados para a População idosa e seus cuidadores: demandas e alternativas. n. 64. Abril de 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9934/1/NT_64_Disoc_Cuidados%20para%20a%20populacao%20idosa%20e%20seus%20cuidadores.pdf . Acesso em: 15 jan. 2021.

COELHO, L. P.; GONÇALVES, V. F.; UCHINO, M. S. Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso: um panorama após seis anos de implantação no Rio de Janeiro. **Rev. Brasileira de Atenção Domiciliar.** Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Assistência Domiciliar. Núcleo de Assistência Domiciliar Interdisciplinar – NADI, São Paulo, v. 1, n. III. Holambra: Editora Setembro, 2017.

DIAS, M. B. et al. A Política Nacional de Atenção Domiciliar no Brasil: potencialidades, desafios e a valorização necessária da atenção primária à saúde. **Journal of Management & Primary Health Care**, Brasil, v. 6, n. 1, p. 1-7, 2015.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona, Ariel, 2000.

DIEESE. Boletim Especial. **Quem são os idosos brasileiros**. n. 01, abr. 2020.

FALLER, J. W. et al. Sobrecarga e mudanças no cotidiano de cuidadores familiares de pacientes com doença crônica. **Ciência. Cuidado e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 181-9. jan./mar. 2012.

FERREIRA, A. R. et al. Análise do tempo de permanência no atendimento do Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso do município do Rio de Janeiro - 2013 a 2015. **Rev. Brasileira de Atenção Domiciliar**. Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Assistência Domiciliar. Núcleo de Assistência Domiciliar Interdisciplinar – NADI, São Paulo, v. 1, n. III, Holambra: Editora Setembro, 2017.

FIOCRUZ. **Nota técnica do comitê de saúde da pessoa idosa-FIOCRUZ**: acesso prioritário à vacinação contra a covid-19 para as pessoas idosas com limitações funcionais e seus cuidadores(as). FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2021.

IBGE. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil**. Brasília: IBGE, 2009. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9336-indicadores-sociodemograficos-e-de-saude-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 07 jun. 2021.

FEUERWERKER, L. C. M., MERHY, E. E. A contribuição da atenção domiciliar para a configuração de redes substitutivas de saúde: desinstitucionalização e transformação das práticas. **Rev. Panamá Salud Pública**, Washington, v. 24, n. 3. p. 180-188, 2008.

NASCIMENTO, M. B. Idosos assistidos no serviço de atenção domiciliar: integralidade das ações em saúde. 2016. 81 p. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – **Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pernambuco**, Recife, 2016.

NEVES, A. C. O.; SEIXAS, C. T.; ANDRADE, A. M.; CASTRO, E. A. B. Atenção domiciliar: perfil assistencial de serviço vinculado a um hospital de ensino. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 214, 2019.

OMS. ONU. Relatório mundial de envelhecimento e saúde. Genebra: **Organização Mundial da Saúde**, 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRASIL. Prospecções da população mundial 2019. **United Nations, Department of Economic and Social Affairs**, Population Division, 2019.

PIRES, M. R. G. et al. Fatores associados à atenção domiciliária: subsídios à gestão do cuidado no âmbito do SUS. **Rev. da Escola de Enfermagem, USP**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 648- 656, jun. 2013.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**: sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. New York, 2014.

RAJÃO, F. L; MARTINS, M. Atenção Domiciliar no Brasil: estudo exploratório sobre a consolidação e uso de serviços no Sistema Único de Saúde. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 1863-1876, 2020.

RIO DE JANEIRO. SMS/RJ. _BRASIL. Diário Oficial do Rio de Janeiro. **Secretaria de Saúde**. Despachos da secretaria. 2019
<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/9019443/4247845/HomologacaoPADI.pdf>.

TEIXEIRA, S. M. **Implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

THUMÉ, E. **Assistência domiciliar a idosos**: desempenho dos serviços de atenção básica. 2010. 212 p. Tese (Doutorado em ciências) – Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2010.

VERAS, R. Veras; CALDAS, C. P.; CORDEIRO, H. A. Modelos de atenção à saúde do idoso: repensando o sentido da prevenção. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, 2013.

SILVA, K. L. et al. Desafios da atenção domiciliar sob a perspectiva da redução de custos/ racionalização de gastos. **Rev. Enferm**, UFPE online, Recife, v. 8, n. 6, p.1561-7, jun. 2014.

SILVA, K. L. et al. Por que é melhor em casa? A percepção de usuários e cuidadores da Atenção Domiciliar. **Cogitare Enferm.**, v. 22, n. 4, p. 1-9, 2017.

As TICs e a reconfiguração do trabalho do/a assistente social: profissional do clique e subordinação à vontade alheia¹

Alejandra Pastorini
Sandra Lúcia Gonçalves

Introdução

O trabalho dos/as assistentes sociais que atuam no âmbito do Estado brasileiro, especialmente nas políticas sociais, têm passado por reconfigurações para atender às demandas e requisições institucionais. Essas mudanças têm incidido sobre suas rotinas e procedimentos, mediante a incorporação de novos instrumentais e tecnologias, dentre outros.

Tal reconfiguração da atividade laboral dos/as trabalhadores/as do Serviço Social indica, ainda, uma tendência à desprofissionalização, à transferência de saberes e à intensificação da alienação, colaborando para limitar a liberdade e a autonomia do/a assistente social. Esse conjunto de fatores denota uma tentativa dos empregadores de transformar o/a assistente social em um profissional do clique, em um apêndice das novas tecnologias.

Todas essas mudanças, todavia, só podem ser pensadas no contexto de transformações societárias que se encontram em curso no mundo desde os anos 1970, momento em que a crise estrutural do sistema² expôs os limites do processo de expansão e valorização do capital. O projeto neoliberal, restaurador do capitalismo em crise, impõe um conjunto de mudanças na organização e no controle do trabalho, nos processos de atendimento dos usuários, e na implementação de políticas e serviços sociais, transformações que, em muitos casos, foram facilitadas pela incorporação de novas tecnologias informacionais e digitais.

No Brasil, o trabalho dos/as assistentes sociais deve ser analisado, portanto, no contexto do avanço da contrarreforma gerencial do Estado, que nas últimas décadas passou a realizar robustos investimentos na incorporação de tecnologias de informação e comunicação (TICs) – sistemas informacionais, aplicativos de cadastramento, enormes bases de dados, plataformas guiadas por algoritmos etc. Esse aparato tecnológico impactou não apenas o trabalho do/a profissional do Serviço Social, mas também o de todos/as servidores/as, funcionários/as contratados/as e demais profissionais que atuam no serviço público e privado.

Para refletir sobre as principais determinações do trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade, recorre-se aos fundamentos da crítica da economia política formulada por Marx. A teoria social possibilita uma aproximação crítica das transformações em curso e de seus impactos no trabalho de assistentes sociais no espaço público e no contexto das contrarreformas, permitindo identificar as determinações essenciais desse processo que impõe intensas mudanças.

¹ Este capítulo teve como insumo fundamental a tese defendida por Sandra Lúcia Gonçalves em 2023, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da Profa. Dra. Alejandra Pastorini.

² Conforme Mészáros (2002), trata-se de uma crise universal e de alcance combinada à condição de crise permanente e rastejante (já que vem se arrastando há um longo período), intensificação e expansão das formas de extração de mais-valor por meio da inserção de novas técnicas e maquinários, a destruição de legislações protetivas do trabalho e o aprofundamento da barbárie social.

Nesse sentido, o texto aborda a relação entre capitalismo e tecnologias, destacando o processo histórico-social dessa interação. Explica ainda como o capital se apropriou do conhecimento criado coletivamente pelos/as trabalhadores/as, integrando-os/às aos interesses do modo de produção capitalista, processo esse que serve tanto para a valorização e acumulação do capital quanto para intensificar a exploração da força de trabalho em períodos de crise.

Os estudos de Marx (1983) e de autores marxistas como Alves (2022) e Antunes (2018) indicam que a subsunção real do trabalho ao capital se manifestou historicamente com a Primeira Revolução Industrial e a introdução das máquinas nas fábricas. Todavia, nos primórdios do capitalismo industrial, o capital ainda não havia subsumido efetivamente a ciência e a tecnologia, algo que só viria a ocorrer no fim do século XIX.

As invenções da época eram produtos do trabalho qualificado, no duplo sentido de que as máquinas inventadas por mecânicos artesãos e utilizadas por operários produziam mais-valor (capital), mas ao mesmo tempo desvalorizavam a força de trabalho do proletariado, na medida em que esse se tornou um mero apêndice delas. A proletarização dos operários-artesãos representou a descartabilidade de suas habilidades físicas e espirituais, uma vez que deixaram de ser partícipes do processo de trabalho.

Relação entre capitalismo, crise e tecnologia

As crises acompanham o desenvolvimento do capitalismo desde a sua emergência, e se reproduzem em um movimento cíclico e permanente. Para enfrentá-las e retomar o crescimento com vista à expansão, o capital incorpora de forma permanente as inovações científicas e técnicas que contribuem para o processo de reestruturação da produção, de intensificação da exploração da mão de obra e de substituição do trabalho vivo por trabalho morto, impondo formas cada vez mais sofisticadas de extração de mais-valia.

Dessa forma, o trabalho vivo, cada vez mais subjugado pelas máquinas – que determinam os movimentos, o tempo de efetivação das tarefas, a organização das atividades, o ritmo do trabalho etc. –, fica subordinado à vontade alheia (Marx, 1983).

Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo (Marx, 1983, p. 43).

A utilização capitalista de máquinas e técnicas – trabalho objetivado – contribui para gerar a perda de controle da produção, da importância da habilidade, da destreza e do saber do produtor. Ao mesmo tempo, aumenta a intensidade da exploração, o ritmo de trabalho e a precarização das condições para a sua realização.

Como dito antes, a reestruturação da produção é um processo constante, tendo em vista que na sociabilidade burguesa existe uma necessidade permanente de revolucionamento da base material da produção, cujos produtos são colocados a serviço da valorização do capital, da dominação e da exploração capitalista.

[...] todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e de exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da

máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma: desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho (Marx, 1996, p. 274-275).

Assim, a utilização capitalista das máquinas, das tecnologias, da ciência, etc. contribui para intensificar a exploração e a subordinação do trabalho ao capital, e expressa como o trabalho morto se impõe ao “homem-que-trabalha” (Alves, 2013, p. 22). Tal circunstância o mutila, o transforma em um apêndice da máquina e aniquila o conteúdo de seu trabalho, alienando-o das suas potências espirituais e do produto final.

Essas marcas inerentes ao sistema do capital se fazem presentes com novos matizes após os anos 1970, quando as tecnologias informacionais e digitais passaram a assumir destaque e importância tanto no processo de produção, organização e controle do trabalho, e de circulação de mercadorias, informações e pessoas quanto na criação de novos nichos de valorização dominados pelas *big techs* (Antunes, 2018; Zuboff, 2018).

Conforme exposto anteriormente, os estudos que versam sobre a tecnologia impõem entendê-la criticamente e questionar constantemente sobre como, para que e com qual intencionalidade se faz uso dela. Inegavelmente, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) são parte integrante do cotidiano, facilitando e otimizando uma vasta gama de atividades diárias. Vive-se em uma cultura tecnológica tão arraigada que imaginar uma vida sem esses recursos é quase impossível.

A incorporação das TICs fez com que se tornassem a principal forma de interação entre as pessoas em inúmeras situações da vida diária, que não se resumem apenas ao uso do telefone celular e computador. A informação e a comunicação vão além, e, dentre outros exemplos, têm-se as transações bancárias, as compras *on-line*, as reservas de passagens aéreas e estadias em hotéis, o acesso aos serviços públicos estatais, as teleconsultas as reuniões de trabalho, as aulas virtuais e os aplicativos (app) de relacionamentos. Todos esses recursos estão à disposição a um simples clique, independentemente do tempo e do espaço nos quais se estiver.

O avanço e a intensificação da criação e do uso das TICs, sobretudo, a partir da pandemia de Covid-19, imprimiram a sensação de estar-se à deriva, sem rumo, agindo quase como se estivesse no “piloto automático”, sem tempo para refletir. Essa condição colocou inúmeros desafios ao uso das tecnologias digitais, dentre os quais, a necessidade de apreender a cada dia “[...] os seus limites, as suas possibilidades, o seu potencial e as suas insuficiências técnicas e éticas” (Velo, 2023, p. 345).

O contexto atual exige uma análise aprofundada das interconexões que permeiam a produção e a reprodução social, especialmente em um cenário marcado por intensas transformações. As estratégias do projeto neoliberal, que têm sido adotadas como resposta à crise estrutural do capital em suas múltiplas dimensões – política, econômica, social, ideológica e ética –, trazem implicações significativas nas diversas esferas da vida social.

Essas transformações macrosociais têm provocado, como dito anteriormente, reconfigurações do Estado e das políticas sociais, em um intenso processo de plataformação dos serviços públicos estatais. Aguçam, ainda, as expressões da questão social e, indiscutivelmente, metamorfoseiam não só a composição, mas a forma de ser e de se organizar da classe trabalhadora. Também interferem nas relações e condições de trabalho, nos vínculos contratuais, nos conteúdos, ou seja, são mudanças que tensionam fortemente

as profissões “[...] suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc.” (Netto, 1996, p. 87).

Desde os anos 1970 evidencia-se uma intensa crise no mundo capitalista, que se expressa na queda das taxas de lucro e nas intensas barreiras que o capital encontra para sua expansão e valorização. Essa realidade exige que os setores dominantes encontrem caminhos que permitam a restauração do capitalismo em crise e oportunizem enfrentar, mesmo que de forma temporária, a queda do crescimento econômico e as barreiras que limitam a sua expansão.

Para tanto, o projeto neoliberal vai ganhando espaço como estratégia restauradora, impondo mudanças tanto na organização da produção e no controle do trabalho (facilitadas pelo processo de reestruturação produtiva que conta com a participação das novas tecnologias digitais e informacionais) quanto nas formas de exploração mais intensivas (tais como o trabalho uberizado ou intermitente, o *home office* etc., que intensificam a exploração e precarizam a atividade laboral, contribuindo para ampliar e/ou encobrir o desemprego crônico).

Também faz parte desse projeto restaurador o processo de contrarreforma do Estado, que se expressa, por um lado, na reorganização da máquina pública, guiada pela lógica da gerência privada, pela colocação em prática de novos mecanismos de gestão e pela ampliação da participação do setor privado – estratégias com fortes impactos negativos nas políticas sociais e nos direitos sociais e trabalhistas –, e por outro lado, na implantação do governo digital, que começou a tomar corpo no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990.

Sobre esses mecanismos de gestão, Alves (2022, p. 28) destaca:

[...] tanto nas organizações privadas, como nas organizações públicas, as novas tecnologias informacionais acopladas à gestão toyotista (o método *just-in-time/kan-ban* e a autonomia); e, por derivação, a lógica do gerencialismo [...] significaram, em última instância, novas formas de precarização das pessoas humanas e a intensificação do trabalho com redução do tempo de vida a tempo de trabalho e o aumento do estresse laboral. A adoção da política de Gestão de Metas de produtividade e de desempenho nas organizações privadas e públicas, foi uma peça fundamental da nova lógica da engrenagem gerencial inspirada na Gestão Toyotista.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), conhecido como Plano Bresser, instituído em 1995 cujo objetivo foi “estabelecer diretrizes para a reforma da administração pública brasileira” (Brasil,1995). É um importante marco de referência desse processo contrarreformista. De acordo com Gonçalves (2023), em um primeiro momento o PDRAE introduziu, no âmbito do Estado, o uso de tecnologias, tais como microcomputadores e redes internas (*intranets*), fundamentais para colocar em funcionamento os sistemas informatizados para operacionalizar e controlar as atividades administrativas. Em um segundo momento, a partir dos anos 2000, como forma de ampliar a modernização da administração pública,

[...] foi implantado o governo eletrônico (e-gov), ou governo digital, que utiliza as TIC para gerenciar o trabalho no serviço público e para instrumentalizar a prestação de serviços estatais, na interação e divulgação de informações diversas para a sociedade. Nessas novas formas de comunicação entre governo e a sociedade, ficam evidenciadas mudanças no atendimento e na prestação de serviços públicos/estatais, assim como a ampliação dos mecanismos de

armazenamento de dados, transformações que foram acontecendo de forma muito rápida entre os anos 2000 e 2022 (Gonçalves, 2023, p. 107-108).

A autora acima referenciada constatou que, conforme os dados de 2019 do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR), houve um crescimento exponencial de órgãos públicos federais e estaduais que contratavam empresas privadas para a provisão de serviços de *e-mail*, *software* de escritório, armazenamento de dados governamentais e de usuários de serviços públicos em nuvens etc. Todavia, essa sistemática, de acordo com Gonçalves (2023), criou diversos problemas, por exemplo, o “compartilhamento” de informações governamentais com empresas privadas, com a conseqüente perda de soberania nacional, a exposição de dados pessoais dos usuários dos serviços públicos, o aumento da participação dos grandes conglomerados de informática no âmbito do Estado, que passaram a ter acesso a uma grande quantidade de dados e informações fundamentais para o treinamento de algoritmos etc.

Dessa forma, e por diferentes caminhos, Gonçalves (2023) afirma que o espaço público (Estado, políticas e serviços sociais) passou a ser gerido por uma lógica empresarial. Sob a justificativa da necessidade de modernizar a gestão e torná-la mais eficaz, eficiente e técnica, o Estado começou a investir pesadamente na incorporação/contratação de tecnologias de informação e comunicação – por exemplo, sistemas informacionais, aplicativos de cadastramento, bases de dados, plataformas guiadas por algoritmos etc. –, o que causou impacto no trabalho de servidores, técnicos contratados e profissionais, e, dentre eles, os/as assistentes sociais.

É importante destacar alguns riscos e problemas que acompanham esse processo de incorporação das TICs no espaço público, para além da sua potencialidade e contribuição para o aperfeiçoamento da gestão dos serviços: auxiliar na realização de diagnósticos socioeconômicos com uma rápida análise de um grande volume de informações; encurtar as distâncias mediante a aceleração das comunicações; reduzir filas e evitar deslocamentos das pessoas, dentre outras. Dessa forma, no Brasil, assim como em outros países dependentes da América Latina, o Estado denota

[...] pouca preocupação na privacidade [de dados pessoais e do Estado], abrindo espaço para a participação em atividades de vigilância e modulações que podem escapar das leis protetivas [...], haja vista a morosidade e ausência de investimentos na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados, sobretudo por órgãos públicos (Faria, 2024, p. 140).

Essa insistência em incorporar a utilização das tecnologias sem o acompanhamento de mecanismos protetivos dos dados e informações de pessoas e estados, tais como leis de proteção, mecanismos de fiscalização públicos, transparência das informações etc., é um indicativo dos interesses que buscam ser atendidos com essa aligeirada incorporação tecnológica no âmbito público.

Assistente social: profissional do clique?

O Serviço Social no Brasil, profissão regulamentada e inserida na divisão social, técnica, étnico-racial e de gênero do trabalho, não está imune às transformações contemporâneas. Assim como outras profissões, tem sofrido os impactos das mudanças introduzidas pelo neoliberalismo nas atividades profissionais, na natureza do trabalho, nas

relações sociais, nos fluxos, nas competências e atribuições, e, de forma mais abrangente, no significado e na direção social que se imprimem ao trabalho profissional.

Afirma-se, portanto, ao reportar aos seus fundamentos, que o Serviço Social é um trabalho especializado que se expressa sob a forma de prestação de serviços, mediado pela política social implementada pelo Estado brasileiro. A política social carrega em seu interior uma contradição fundante: participar do processo de reprodução da força de trabalho, quando atende a alguma das necessidades e demandas da classe trabalhadora, e ao mesmo tempo contribuir para a construção de consensos na apropriação do fundo público, no contexto de disputas das classes fundamentais. Assim, imbuído/a da função que lhe é atribuída pela sociedade capitalista em sua fase monopolista, o/a profissional é requisitado/a nos seus diversos espaços sócio-ocupacionais para intervir

[...] na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (Iamamoto, 1999, p. 69).

Isso demonstra, conforme reflexão de Gonçalves (2023), que o Serviço Social participa, ainda que nem sempre diretamente, dos mecanismos necessários para o processo de valorização do valor, pois incide sobre as condições sociais e materiais daqueles que vivem de seu trabalho. A profissão possui, portanto, uma função política no processo de reprodução da força de trabalho, única mercadoria que tem a capacidade de criar mais valor do que custou.

Com estas reflexões, almeja-se explicitar que os desafios se repõem e se renovam, requerendo a articulação das dimensões constitutivas da profissão, para que os/as assistentes sociais não incorram no equívoco de fazer análises dissociadas dos processos e transformações societárias sobre as competências e atribuições que lhes são privativas. Assim, para não cair nesse equívoco, as requisições colocadas à profissão precisam ser apreendidas nas condições históricas em que se desenvolve o trabalho sob o sistema do capital, que vem sofrendo alterações, principalmente econômicas, político-sociais e tecnológicas (Raichelis, 2020, p. 6). A partir dessas premissas, tecem-se algumas reflexões sobre as implicações da utilização das TICs no trabalho de assistentes sociais no âmbito do Estado brasileiro.

Todavia, antes de adentrar especificamente na relação entre trabalho, Serviço Social e TICs, é relevante recorrer às reflexões de Dantas (2002) que versam sobre o sentido que a comunicação e a informação assumem no capitalismo avançado ao imporem modificações na relação entre trabalho vivo e trabalho morto. O que orienta essas modificações é a redução do tempo do trabalho socialmente necessário.

Na esfera de trabalho com informação, característica do capitalismo avançado, a principal atividade das pessoas é tornar disponível algum dado necessário a alguém. Em grandes ou pequenas organizações; em empresas voltadas para o lucro ou em autarquias públicas; assalariados por alguma corporação ou trabalhando autonomamente; interagindo diretamente, por telefone, por memorandos administrativos ou até apertando botões de máquinas – cada indivíduo inserido na produção capitalista não passa de um elo informacional que

recebe, processa e transmite algum subconjunto de informação necessário às atividades de outros indivíduos, ou de conjunto do subsistema social no qual interage (Dantas, 2002, p. 141-142).

Depreende-se dessas palavras que, com a informação, o trabalho vivo passa a ser submetido aos processos de digitalização e informatização, e que nessa forma morta ocorre a apropriação e o domínio do conhecimento produzido pelo trabalhador. O sistema contém em si todas as rotinas de trabalho antes executadas pelo/a trabalhador/a, e, agora, a atividade é conduzida e realizada por meio de sistemas digitais.

Por isso, a unidade de capital informatiza-se e reduz as relações entre todos os seus trabalhadores, os seus estamentos hierárquicos, os seus departamentos a um processo realizado por meio de sistemas de informação que incluem e articulam redes locais [...], software de controles contábeis, de materiais etc. (Dantas, 2002, p. 144).

Nesse processo, é possível constatar que os/as trabalhadores/as cada vez mais reduzem suas atividades à execução de tarefas como incluir, gerar e validar dados de forma fragmentada e alienada, subordinando o trabalho intelectual a um complexo sistema de informação predefinido. Esse é composto por unidades de processamento e de memória, programas de sistema operacional e processadores de texto, vídeo, dentre outros dispositivos que visam reduzir o tempo de espera, acelerar e simplificar rotinas e fluxo de informações e dados.

A interação pessoal do/a trabalhador/a com o usuário é cada vez mais mediada pela tela do computador ou pelo telefone celular, e com sucessivos e incessantes atos de clicar, com o fito de processar informações preestabelecidas. Trata-se da reprodução da “lógica da capital-informação”.

O trabalho de cada indivíduo é um exercício de busca: coletar, compilar, reunir dados diversos; e um exercício de processamento: relacionar esses dados para obter um dado novo, que será necessário à busca que outro(s) indivíduo(s) realiza(m) ou, no limite, às operações das máquinas. O que distinguirá os indivíduos entre si serão suas competências e capacidades para buscar e processar quantidade maiores ou menores de dados – logo, o maior ou menor grau de complexidade, ou de redundância, de cada atividade (Dantas, 2002, p. 141-142).

O avanço das TICs na contemporaneidade acarretou implicações no exercício profissional de assistentes sociais, tendo em vista que, conforme pesquisa de Gonçalves (2023, p. 6),

[...] o que aparentemente representava uma simplificação das tarefas da assistente social [...] constituiu, na realidade, um instrumento de alienação da profissional. Se até então as tarefas estavam estabelecidas em uma relação direta da assistente social com [...] os usuários, com as TIC essa relação vem, gradativamente, passando a ser executada pelo próprio sistema, ou seja, sem a interação e/ou mediação profissional. Com a subsunção real do trabalho intelectual às TIC, o/a assistente social, assim como outros/as trabalhadores/as, tornou-se suscetível de ser apenas um/a profissional do clique (Gonçalves, 2023, p. 6).

Essa tendência a serem profissionais do clique passou a ser notada quando assistentes sociais e demais trabalhadores/as começaram a ser requisitados/as, principalmente, ou tão somente, para alimentar, conferir e validar informações dos bancos de dados e dos sistemas

informacionais, aplicativos e plataformas. São ocasiões nas quais os/as profissionais ficam o tempo todo clicando para responder às demandas institucionais mediadas pelas TICs.

Em outros termos, começou a ocorrer uma sofisticada subsunção real do/da trabalhador/a à lógica dos sistemas informacionais e digitais, o que redundou em uma progressiva perda de sua autonomia e colocou em risco o sigilo profissional e o controle do/a assistente social sobre as atividades desenvolvidas. Assistiu-se, ainda, a expropriação do conhecimento e do saber profissional, o que levou o/a trabalhador/a à condição de apêndice das novas tecnologias de informação e comunicação, dentre outras implicações, tais como a perda de criticidade e criatividade do trabalho.

Ressalte-se, todavia, que a tecnologia, indiscutivelmente, pode contribuir para o exercício profissional. Conforme Veloso (2012, p. 11), configura-se como mediadora e parte integrante do rol de “[...] instrumentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-instrumentais socialmente construídos que possibilitem alcançar finalidades projetadas e produzir mudanças qualitativas na condução de diversos processos de trabalho”.

No entanto, o autor alerta que, para que isso ocorra, a apropriação das tecnologias deve ser orientada por uma perspectiva crítica, atrelada a um projeto societário fundamentado em princípios e finalidades emancipatórios, capazes de produzir respostas às necessidades e demandas apresentadas pela população e efetivadas pelo acesso à política social e aos serviços sociais, que contam, dentre outros profissionais, com o/a assistente social (Veloso, 2012).

Entretanto, não se pode desconhecer que na sociabilidade burguesa se processa a utilização capitalista das tecnologias. O objetivo, nesse caso, é contribuir substantivamente para intensificar a exploração do trabalho, encurtar o tempo livre, facilitar o acesso das grandes empresas tecnológicas às informações e dados etc.

Considerações finais

Como dito anteriormente, com o advento da pandemia de Covid-19 e a intensificação do uso das TICs, o/a trabalhador/a do Serviço Social parece estar à deriva e/ou sob o comando do “piloto automático”. Esse fato lembra o personagem Michael Newman, do filme intitulado “Click”, que é apresentado com um controle remoto universal, o mais tecnológico de todos, que lhe permitia, a partir de vários cliques, fazer atalhos, avançar ou voltar no tempo e no espaço. Essa possibilidade representava uma facilidade e uma comodidade na vida do personagem.

O fetiche depositado naquela tecnologia fez Michael Newman pensar que teria domínio sobre o tempo de trabalho e de não trabalho, o que lhe permitiria superar as condições precárias de vida impostas pela sociabilidade do capital. Na memória daquele controle remoto, porém, armazenavam-se todas as informações acerca das escolhas pessoais que o personagem fazia a cada clique.

A partir desse armazenamento, o controle remoto passou a editar, capturar e manipular as escolhas pessoais e a controlar a vida de Michael Newman. Quando percebeu que não tinha mais controle sobre sua vida e que suas escolhas estavam subordinadas à vontade alheia, ou seja, àquela tecnologia, logo ele procurou se desvencilhar do aparelho.

A alusão ao filme, cujo gênero é uma mistura de comédia dramática, fantasia, ficção científica, remete ao/a assistente social, entendido/a como profissional do clique. Entretanto, contrariamente à situação do filme, esse/essa profissional está inserido/a cada

vez mais no trabalho virtual de um mundo real, no qual as novas tecnologias não implicam somente na simplificação do trabalho, pois também carregam a função de gerenciá-lo e vigiá-lo, independentemente da distância, usando para isso combinações de tecnologias da informação e das telecomunicações.

Os/as profissionais aqui denominados/as “do clique” veem-se em uma progressiva subordinação de suas atividades aos sistemas informacionais e digitais, uma vez que não lhes é permitido contradizer o sistema informatizado. Não são chamados/as para participar da definição, das escolhas de aplicativos e de outras TICs que envolvem o exercício profissional, nem são convocados/as para avaliar sua utilização, contribuições e possíveis aperfeiçoamentos.

Além disso, as sugestões e apontamentos para a melhoria do sistema e a necessidade de customização não são atendidas com celeridade, impondo a adaptação do/da assistente social à configuração do sistema e aos demais dispositivos de informação e comunicação.

Assim, o desafio é sair da condição de apêndice das novas tecnologias de informação e comunicação que subordinam o conhecimento técnico-científico à lógica dos algoritmos e reverter a tendência de os/as assistentes sociais, assim como outros/as trabalhadores/as, de se tornarem profissionais do clique.

Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. São Paulo: Canal 6/Práxis, 2013.

ALVES, Giovanni. **Gestão de metas e serviço público:** a degradação do trabalho no Brasil neoliberal. São Paulo: Práxis, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão.** O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília. 1995a** Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf/> Acesso em: 13 jun. 2024.

CLICK. Direção: Frank Coraci, Estados Unidos: Columbia Pictures, 2006.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação:** a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

FARIA, Gabriele. A conveniência da tecnociência à burla dos direitos na assistência social. *In: O Social em Questão*, Rio de Janeiro, n. 58, p. 127-154, jan./abr. 2024.

GONÇALVES, Sandra Lúcia. **Tecnologia da Informação e Serviço Social:** Trabalho da Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade.** Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MARX, Karl. “O capital – Crítica da Economia Política”. Primeiro, tomo 2. *In: Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. “O capital em geral”. *In: MARX, Karl. Para a crítica da economia política*. Manuscrito de 1861-1863. Cadernos I a V. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1996.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia. *In: Atribuições Privativas do/a assistente social em questão*. Brasília, v. 2, p. 11-42, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>/ Acesso em: 10 jun. 2023.

VELOSO, Renato. **Tecnologias da informação e da comunicação**: desafios e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2012.

VELOSO, Renato. O uso das novas tecnologias e o trabalho da/o assistente social. *In: ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). Serviço Social, Instrumentalidade e Movimentos Sociais* [livro eletrônico]. Fortaleza: EdUECE, 2023.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In: BRUNO, Fernanda et al. (org.) Tecropolíticas da vigilância*: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUGAR DE NEGRO: Revisitando e refletindo sobre a Renovação do Serviço Social no Brasil e os movimentos sociais negros

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano
Deivi Ferreira da Silva Matos

O fato do regime empresarial-militar ter adotado o mito da democracia racial como um dos seus mecanismos ideológicos de controle, consubstanciado na Lei de Segurança Nacional, mas não apenas, faz com que o relato responsável do período passe necessariamente por essa lente, sob pena de serem reproduzidas as falaciosas memórias incolores que reforçam os lugares de subalternidade e encobrem as agências de negros e negras que determinam seus percursos políticos em primeira pessoa, com sangue, suor e gritos (de ordem e de dor). (Pires, 2018.p. 09)

Introdução

Com o intuito de estabelecer um ensaio que propicie reflexão provocativa sobre as possibilidades do diálogo entre os elementos do processo de renovação do Serviço Social no Brasil e as interfaces com as relações sociorraciais, em especial no que tange a população negra no período demarcado pela ditadura militar e o contexto sociopolítico do Brasil, é que empreendemos o exercício de estruturar e elaborar os pensamentos que aqui descrevemos.

A mobilização e interesse neste tema surgiu da experiência docente de 2 doutorandos do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ, no desempenho das atividades de docência enquanto professores substitutos do Departamento de Fundamentos em Serviço Social na Escola de Serviço Social da mesma Universidade, ambos ministravam a disciplina Serviço Social III, e também como desdobramentos de pesquisas que suscitam as diversas transversalidades entre Serviço Social e ‘Questão racial’. Este ensaio anuncia, breve e resumidamente, a abordagem do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, o amadurecimento profissional e as mudanças significativas da autoimagem do Serviço Social no contexto socio político da ditadura militar e de expansão do capitalismo associado e dependente como se apresenta no país.

Para estabelecer tais reflexões, lançamos mão do apoio no método materialista histórico-dialético, concebendo assim, um estudo preliminar e que de antemão reconhece suas limitações, mas, vislumbra as possibilidades de interpretação e interlocução dos temas centrais que aqui nos debruçamos, a citar: relações sociorraciais com ênfase na população negra e o processo de renovação do Serviço Social no Brasil.

Em um breve levantamento documental e bibliográfico, buscamos tecer algumas considerações reconhecendo o racismo enquanto elemento fundante das relações sociais no Brasil, e portanto, raça e racismo são expressões inequívocas da realidade brasileira. Apostamos, ainda que qualquer análise social, conjuntural e de contextos do Brasil e do capitalismo dependente aqui vigente, devem considerar tais elementos, correndo o risco de na ausência desses construtos, o resultado final desta análise estar comprometido com equívocos e falta de exatidão, já que a prerrogativa perseguida é a de totalidade.

Compreendemos que a produção e reprodução capitalista vigente na ditadura empresarial militar ampliou e agudizou as desigualdades sociorraciais, que ainda permeiam as dinâmicas sociais, afetando a luta de classes, as movimentações das forças sociais pela redemocratização e portanto, as condições de vida da classe trabalhadora como um todo. Tal panorama nos faz reconhecer o Serviço Social nas suas especificidades históricas e fundantes,

que demarcam o inegável amadurecimento e o fortalecimento da categoria, nos referindo assim aos avanços angariados com a aproximação da perspectiva teórico-crítica demarcada de meados da década de 70 e inícios dos anos 80, o que culminou na reconhecida perspectiva denominada como intenção de ruptura.

Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social ‘o reformismo conservador’. (Netto, 2015, p.207).

A metodologia deste estudo será pautada por referências bibliográficas para incutir as possíveis inflexões nesse âmbito, evidenciando a retomada e releitura de determinadas características do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, sob a luz da questão racial elencada pela ótica da emergência dos movimentos sociais negros, e as condições sociais da população negra, bem como as oposições democráticas no cenário de repressão imposto pela ditadura militar brasileira.

Aceitando este desafio, temos por objetivo investir, neste ensaio, tecendo reflexões preliminares sobre o período geopolítico da ditadura empresarial militar, revisitando os chamados Fundamentos do serviço social, em especial o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, destacando as especificidades da perspectiva da intenção de Ruptura. Neste breve e inicial exercício reflexivo que vamos detalhar e descrever neste artigo, serão trabalhadas as possibilidades de transversalidade e retomada no tempo histórico ofertada pelo movimento dialético, considerando os determinantes do contexto econômico, político, social e cultural da ditadura do grande capital e os direcionamentos apontados pelos movimentos sociais negros em tal conjuntura societária.

No primeiro momento desta reflexão, nos debruçamos sobre a descrição do Serviço Social no seu processo de renovação e sua conceituação social e política pelo viés racial. Seguimos destinando o segundo momento para explorar as possíveis aproximações do movimento social negro na sua institucionalização e os exercícios progressistas ocasionados pela Intenção de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo.

A renovação do serviço social e as relações sociorraciais

O debate das relações sociorraciais e as interfaces com o Serviço Social brasileiro tem se mantido como pauta fundamental, para se entender as relações sociais e a dinâmica de intervenção profissional da categoria na particularidade do capitalismo periférico e dependente do país. Tal debate vem sendo discutido pelas entidades da categoria tais como o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO com consideráveis avanços e sem possibilidades de recuo na produção científica e investimentos sobre tal abordagem. Contudo, ainda nos parece profícuo problematizar os campos dos reconhecidos fundamentos históricos, metodológicos e filosóficos do Serviço Social tendo a questão racial como elemento central nas análises e interpretações deste vasto campo composto de períodos, processos, vertentes e códigos de ética que correspondem ao arcabouço dos fundamentos do Serviço Social no Brasil.

A análise das aproximações, ou/e apartamentos entre o Serviço Social e os movimentos sociais negros, ao longo do processo de modernização conservadora da sociedade brasileira, envolve uma teia de relações sociais complexas que contém uma série

de vetores sociais. Netto (2015), ao analisar o processo de formação social brasileira elenca três elementos que são indispensáveis para pensarmos a configuração das relações sociais brasileiras. Como primeiro elemento o autor, aponta que em nosso país a burguesia nacional, não operou as reformas sociais clássicas que a burguesia dos países do centro do capitalismo realizou, tais como a reforma agrária.

No Brasil não houve abolição do grande latifúndio e uma redistribuição de terras, ao contrário, o processo de modernização conservadora, buscou refuncionalizar não só essa expressão do período colonial, mas também outras formas integrativas face à dinâmica social moderna e imposta. Esse primeiro elemento permite ao autor inferir que no Brasil o desenvolvimento do capitalismo não se opera contra o “atraso”, ao contrário o avanço das forças produtivas do capital se opera mediante a sistemática reposição de aspectos “arcaicos”, sobre roupagens modernas, funcionais e integradas ao modo de produção vigente (Netto, 2015, p.33).

Nesse primeiro ponto, cabe destacar que a escolha da manutenção do processo de grande concentração de terras, feito pela classe dominante atingiu diretamente a população negra, que já no período colonial havia sido atingida pela assim chamada Lei de Terras de 1850. Esse dispositivo jurídico, se configurou numa tecnologia de controle racial e social que impediu aos negros de ocuparem parte das terras no final do século XIX, além de ter impactado na gênese do processo de urbanização violenta e precarizada de nosso país.

Como segundo elemento constitutivo da formação social brasileira, Netto (2015), aponta a sistemática exclusão das camadas populares dos processos de decisões políticas e econômicas do país. A classe dominante, por meio de toda uma superestrutura, primou pela construção de uma aparelhagem social que excluísse a grande massa populacional dos processos de socialização política do país, o viés da autocracia burguesa. Os setores da elite brasileira buscavam neutralizar as insurgências e manifestações sociais de cunho popular e democrático.

Nesse sentido, Gonzalez (1982), parte do pressuposto que, desde o período colonial até a contemporaneidade, ocorre de forma estruturada nas relações sociais a separação entre o espaço social ocupado pela classe dominante e pela classe dominada. A pensadora, advoga por meio da teoria do “lugar natural” de Aristóteles, que ocorre uma espécie de lugar natural entre brancos, classe dominante e negros, classe dominada. Assim sendo, o lugar do branco seria o de “moradias amplas, espaçosas, situadas em locais privilegiados da cidade e/ou do campo com disponibilidade de segurança e proteção das forças de segurança pública”.

O lugar natural do negro, seria, portanto, o local da senzala, das favelas, dos cortiços, dos locais de terrenos alagados, dos conjuntos “habitacionais”, espaços onde as moradias são insalubres, onde ocorre a presença da polícia, não para proteger, mas para realizar a “manutenção” da ordem que se dá por meio de uma série de violências e repressões. “... se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário...” (Gonzalez, 1982, p.33).

Por último e não menos importante, Netto (2015), ao tratar da formação social brasileira, reflete o papel singular que o Estado detém em relação à sociedade civil. Para o autor, desde a década de 1930, esse tem atuado como força motora no processamento de desmobilização, por meio de mecanismos repressivos e coercitivos contra os interesses das classes populares. O Estado brasileiro, “historicamente serviu de eficiente instrumento contra a imersão na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos” (Netto, 2015, p. 34).

Almeida (2014), ao examinar o Estado brasileiro, e as relações sociais que este aliado ao capitalismo, desenvolve com a população negra, infere que: embora o regime escravocrata tenha encerrado em 1888, o Estado, não apresentou nenhum projeto de política reparatória, nem estabeleceu direitos para a população negra no regime republicano. Para a teórica, o genocídio tal qual o racismo antinegro, se constituiu como um dos fundamentos do desenvolvimento do capitalismo moderno, que em muitas nuances retoma e recupera aspectos do Período Colonial. Nota-se os reflexos disso por meio de uma memória pulsante que são os efeitos da escravidão que atingem até os dias de hoje a população negra. Esse dado é de fundamental importância para a nossa reflexão, pois assim como Almeida (2014), partimos do princípio de que as expressões da “questão social” estão enraizadas no período colonial e foram reconfiguradas na sociedade de classes moderna.

Esses três aspectos de nossa formação social, manifestam-se diretamente na dinâmica social, econômica e política da sociedade brasileira de maneira que ao se espriar nos fios que tecem a teia das relações sociais da sociabilidade burguesa, esses conforme Netto (2015), saturam e determinam a configuração do espaço nacional.

Consoante a isso, a maneira com que se deu a inserção do país na economia internacional, enquanto periférico e dependente, contribui para que os processos decisivos e societários fossem impostos “pelo alto”.

Essa vinculação do Estado brasileiro, ao capitalismo internacional, passa a ser questionada no final da década de 1950 e início dos anos 1960. Devido a uma série de lutas democráticas da classe trabalhadora nacional e internacional. Essas reivindicações e questionamentos segundo Netto (2015) e Gonzalez (1982), permitem que a luta das massas populacionais, e/ou classes superexploradas, promovam uma mudança do eixo de força na sociedade brasileira.

Em face de um Executivo permeado de protagonistas políticos com elas comprometidos, as forças democráticas vinculadas mormente às classes subalternas mobilizaram-se febrilmente. Acumulando reservas desde o governo constitucional de Vargas, o campo democrático e popular articulava uma importante ação unitária no terreno sindical, politizando-o rapidamente, e colocava em questão — sob a nem sempre inequívoca bandeira das reformas de base — o eixo sobre o qual desliza até então a história da sociedade brasileira: o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão. A emersão de amplas camadas trabalhadoras, urbanas e rurais, no cenário político, galvanizando segmentos pequeno-burgueses (com especial destaque para camadas intelectuais) e sensibilizando parcelas da Igreja católica e das Forças Armadas, era um fato novo na vida do país. Do nosso ponto de vista, esta emersão não colocava em xeque, imediatamente, a ordem capitalista: colocava em questão a modalidade específica que, em termos econômico-sociais e políticos, o desenvolvimento capitalista tomara no país (Netto, 2015, p. 40).

O golpe de 1964, se opunha completamente ao protagonismo político da classe trabalhadora, esse protagonismo se expressa nas manifestações e denúncias das classes populares face ao arbítrio da ordem burguesa. Majoritariamente a classe trabalhadora e popular é negra. Classes essas que buscavam apresentar um outro *modus vivendi*, para além dos liames da sociedade burguesa e a dada expansão do capitalismo e as profundas desigualdades dele decorrente e intrínsecas. Um projeto que questionava a configuração das determinações sociais do capitalismo periférico, associado e dependente, no caso brasileiro.

Nesse processo de implementação do golpe militar, a população negra teve perdas significativas, no campo econômico, social e de articulação e organização política. O golpe

que representou um “milagre” econômico, para a pequena burguesia nacional, para a população negra significou uma verdadeira “maldição”. Pois, se acentuou a pobreza absoluta ou aguda, entendida como a escassez extrema de recursos mínimos para a sobrevivência, bem como as violências estruturais raciais.

Para Gonzalez (1982), a proposta de pacificação da sociedade, proposta pelo governo militar, recortada para a população negra, referia-se historicamente ao silenciamento, castigos físicos e mentais, estado de depleção, torturas, banimentos e desaparecimentos. Para a pensadora, esses fenômenos, que são anteriores ao regime militar, se acentuam ainda mais no contexto do regime militar, pois “pacificação” tornou-se sinônimo de “repressão”.

No que tange ao processo de renovação do Serviço Social no Brasil, entendemos que este se dá no contexto político da ditadura, também apresentado por Netto (2014) como ‘Ditadura empresarial militar’, ou a ditadura do grande capital, que se constitui como um processo complexo e multifacetado, e assim deve ser considerado, incluindo também, as contradições que lhes são inerentes. Raça deve ser considerada nas análises sobre a ditadura do grande capital, por ser um termo de análise sociológica e não biológica. De acordo com a classificação em relação ao quesito raça/cor do IBGE (2017) ‘Negro’ é o somatório da população autodeclarada Preta e Parda.

Este movimento não apenas respondeu às requisições e limitações impostas pela ditadura ao Serviço Social, concomitantemente, cunhou no seio da categoria, formas de resistências que possibilitaram a evolução e amadurecimento profissional, enquanto as bases sociopolíticas e forças sociais pressionavam para o término do regime autoritário e a (re)democratização política. Observa-se uma mudança significativa no cenário do Serviço Social entre meados dos anos 1960 até o final dos anos 1980, período em que se dá o referido processo que é analisado por Netto (2015) em “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”. A complexidade do processo de renovação do Serviço Social é demarcada por uma diversificação teórica-filosófica, método-prática e ética-ideológico-política da profissão.

Buscamos trazer esses breves apontamentos, para apontar os componentes da conjuntura política, econômica e social que se desenhava, não somente para a população negra, mas também para o Serviço Social, nesse período. Nesse contexto sócio-histórico da ditadura do grande capital que nossa categoria profissional passa pelo seu processo de renovação. Ocorre toda uma mudança relacionada a funcionalidade, das demandas práticas, os objetivos e funções profissionais do Serviço Social, o processo de formação dos quadros técnicos da profissão, os referenciais teóricos- metodológicos. Para Netto (2015), esse processo leva a um giro dos ponteiros na profissão, que se inicia na década de 1960, percorre 1970 e se fecha em 1980. Nessa quadra histórica o serviço social, ao buscar sua renovação, passa por momentos de mudança, continuidade e uma intenção de ruptura com o dito Serviço Social Tradicional. Antes de avançarmos em nosso texto dissertativo, é importante apontarmos o que Netto (2015), entende por renovação do serviço social.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. Trata-se como se infere, de um processo global, que envolve a profissão como um todo (Netto, 2015, p.172).

Em suma, o autor mencionado apresenta e descreve três perspectivas enquanto componentes do processo de renovação do Serviço Social. 1) Perspectiva Modernizadora; 2) Reatualização do conservadorismo; e 3) Intenção de Ruptura. Segundo Netto, as duas primeiras perspectivas representam a ‘modernização conservadora’, dada a sua vinculação às determinações do regime político imposto, bem como a sua funcionalidade ao sistema capitalista associado e dependente, quando comparado aos países centrais do capitalismo, e em expansão naquele contexto societário.

A primeira perspectiva intitulada de “Modernizadora”, representou um esforço da categoria profissional da época, em realizar um processo de adequação do Serviço Social dentro do desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista. Essa perspectiva atendia diretamente aos requisitos profissionais da ditadura empresarial militar, pois conforme Netto (2015), muito influenciada pelo estrutural funcionalismo norte-americano, aceitava como dado inquestionável a ordem burguesa. O autor vai além, e analisa que tal perspectiva foi a mais absorvida pelo Serviço Social.

Gonzalez (1982) ao analisar a situação da população negra, nesse período infere que a tríade realizada entre o governo militar, capital internacional e a pequena burguesia nacional, nesse período incidiu agressivamente nas condições de vida da classe trabalhadora da época, onde a população negra, devido ao seu crescimento exponencial, se consolidava como parte da grande maioria. Maioria essa que foi marcada por um empobrecimento abrupto determinado pela política de arrocho salarial.

Os setores que eram apresentados como, pontas de lanças fundamentais para o avanço do progresso do imperialismo no país, tais como a construção civil, além do setor de prestação de serviços, para Gonzalez (1982), representaram verdadeiros túmulos para a população negra. A autora vai além, e parte do pressuposto de que dentro desses setores havia uma maioria de trabalhadores negros, devido ao valor insignificante do custo da força de trabalho negra.

Esses aspectos são de fundamental importância para nossa análise, pois a partir de Gonzalez (1982), depreendemos que a população negra, já nesse período formatava-se como um dos segmentos mais atingidos pelas expressões da “questão social”. Portanto, era alvo de intervenção das ações do Serviço Social. Dentro da perspectiva Modernizadora, os documentos mais relevantes, ou seja, “Araxá e Teresópolis”, em partes de suas formulações, parecem se dirigir diretamente a esse segmento populacional. Nos prolegômenos do documento de “Araxá”, de 1967, no primeiro item, consta que o Serviço social como prática institucionalizada, [...] caracterizou-se pelo desempenho de papéis relacionados com disfunções manifestações (...) do indivíduo sobre formas de desajustamentos sociais e ao mesmo tempo identificadas ao nível das estruturas sociais” (CBCISS, 1986, p. 19).

Com relação às “Considerações sobre a natureza do Serviço Social”, no item 22, o documento aponta que “[...] *Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas*” (CBCISS, 1986, p. 24).

A segunda perspectiva intitulada por Netto (2015), reatualização do conservadorismo correspondeu a um processo de recuperação dos valores mais tradicionais do Serviço Social, tentando readequá-los apresentando-os com uma roupagem teórica- metodológica mais aprimorada, porém revisitando os marcos tecnocráticos e conservadores da profissão. Tal vertente repudiava tanto as prospecções da tradição positivista, como as da tradição marxista. Segundo Netto (2015) essa perspectiva se apoiava em bases e influências fenomenológicas. Essa perspectiva fundava-se no campo da ajuda psicossocial. Tratou-se de uma perspectiva,

que por meio da base de seus referenciais filosóficos, impossibilitou uma análise rigorosa e crítica de análises sociais mais amplas da realidade social brasileira.

A terceira perspectiva: intenção de ruptura, a qual nos debruçamos com maior intensidade para fins das articulações que propomos nesta construção, é datada da segunda metade da década de 1970 até meados de 1980. Ela surge como uma resposta crítica no interior da categoria à autocracia burguesa / ditadura militar. Essa perspectiva diferencia-se claramente das perspectivas que a antecedem, mesmo que em determinados tempos, se entrecruzam, mas não se confundem nas suas diretrizes, pois tem finalidade de romper com a ordem estabelecida autoritariamente.

Os referenciais teórico-metodológicos adotados pela intenção de ruptura promoviam uma crítica fundamental aos princípios da modernização conservadora. O avanço desta perspectiva está intimamente ligado ao fortalecimento das reivindicações sociais pela (re)democratização do país, vinculado intimamente ao ambiente de reivindicações pelas liberdades democráticas.

A vinculação da intenção de ruptura à universidade é um traço importante e destacado por Netto (2015), pois diferentemente das outras correntes renovadoras no Serviço Social brasileiro e latino-americano, a perspectiva da intenção de ruptura no Brasil está vinculada ao meio acadêmico, através da inserção dos cursos de Serviço Social no âmbito universitário, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

Para Yazbek (2009), o processo de ampliação das discussões sobre a formação social do assistente social, e o seu exercício profissional, são impulsionados na década de 1970, por meio da criação e expansão dos cursos de pós-graduação de Serviço Social no país. Através dos cursos de mestrado e doutorado, o Serviço Social vai passar por um processo de adensamento, desenvolvimento e maturação teórica das pesquisas, além de procurar o estabelecimento de uma apropriação e diálogo intelectual com as ciências sociais dentro e fora do país. É nessa empreitada que a profissão conquista respeito no campo interdisciplinar, ganhando visibilidade e interlocução com as ciências humanas e sociais (Yazbek, 2009).

Para Netto (2015), as bases sociopolíticas, manifestações e movimentos sociais dão corpo e intensidade à perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo no âmbito do Serviço Social, estas refletem as forças sociais que tensionam a ordem e a força estrutural vigente e imposta. Esse movimento reflete as lutas sociais das classes exploradas, leia-se classe trabalhadora.

A perspectiva da intenção de ruptura, portanto, está intimamente ligada ao contexto histórico e sociopolítico em que se desenvolve o processo de reivindicações por ampliação da democracia, bem como a erosão do regime militar-empresarial. É nesse contexto que se realiza o exercício de retomar o processo de renovação do Serviço Social, com especial atenção a perspectiva da intenção de ruptura, relendo pelo prisma da questão racial e enfatizando os movimentos sociais negros e a população negra.

Dentre as propostas das vanguardas do processo da intenção de ruptura que estavam presentes no Congresso da Virada, foram designados alguns pontos, que são: o repúdio ao convite realizado aos representantes da ditadura para participação no evento; a crítica a pífia participação dos estudantes no evento; a definição de temas e setorização dos debates; e a ausência da participação da categoria em todo o processo (Abramides, 2017).

O III CBAS, tratou-se de um marco importante, pois reitera e consolida a aproximação do Serviço Social com a luta dos movimentos sociais, mas não somente isso, marca também a vinculação do Serviço Social com a classe trabalhadora. Além do

reconhecimento da categoria profissional, enquanto participante dessa condição, os profissionais se inserem nesta relação capital/trabalho, na condição de trabalhadores assalariados.

Esses aspectos conjunturais nos permitem tecer as seguintes indagações: O Serviço Social dentro do seu processo de renovação profissional se aproximou do debate da questão racial? Quais eram as pautas política, social e econômica que aproximavam o Serviço Social das proposições realizadas pelos movimentos sociais negros? A situação da classe trabalhadora negra, era levada em conta, no processo de intenção de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo.

O Código profissional de 1986 expressa-se como um marcador importante para compreendermos o amadurecimento e posicionamento crítico da categoria frente às relações sociais e a sociabilidade estabelecida, baseada antes de tudo na exploração e nas desigualdades sociais. Esse documento produzido pelas agências representativas da profissão à época trazia no seu bojo os anseios da categoria forjados na perspectiva da intenção de ruptura. O referido código é o primeiro documento que expressa a vinculação e compromisso político de Assistentes Sociais com a classe trabalhadora. Optamos por trazer um trecho do referido Código de ética que expressa essa vinculação e o compromisso ético da categoria profissional com a classe trabalhadora.

Inserido neste movimento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. As conquistas no espaço institucional e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da categoria articulada às demais organizações da classe trabalhadora (CFESS, 2024, p.1).

Esse marcador não é só uma virada de chave para a categoria, é metaforicamente, um derrubar de portas, um desatar das trancas e nós conservadores e ditatoriais. Contudo, há de considerar a ausência do debate racial, pois este componente estrutural, aliado a gênero, é o que dá materialidade, objetividade e concretude na compreensão da totalidade da dinâmica social, e da própria classe trabalhadora brasileira na sua amplitude, em qualquer que seja a época delimitada. Almeida e Sant'Ana no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1989, apontavam essa lacuna relacionada a ausência do debate da incorporação da questão racial dentro das reflexões práticas e teórico-metodológicas da profissão. Nesse sentido, as autoras destacavam à época:

[...]Tem sido nossa preocupação constante, estudar o caráter das Políticas Sociais que dão origem a esses serviços e os interesses que as permeiam, a fim que a nossa intervenção contribua para que a classe trabalhadora veja as suas necessidades atendidas. No entanto, apesar de aparentemente esgotada, esta discussão tem deixado lacunas que na verdade limitam o avanço desse projeto. Queremos dizer com isso, que embora os Assistentes Sociais marxistas tenham um referencial teórico-prático acerca da estrutura econômica capitalista e das formas ideológicas que a sustentam, algumas delas não são priorizadas (Almeida e Sant'Anna, 1989, p.8).

Ambas as pensadoras, refletem no seu trabalho o quão o debate das relações sociais nesse período, após o processo de intenção de ruptura era de fundamental importância para

as intervenções profissionais dos assistentes sociais. Conforme as autoras, o debate sobre o racismo não estava desvinculado da luta de classes dentro do modo de produção capitalista, visto que este tema se constitui como uma das ferramentas pelo qual o capitalismo explora a classe trabalhadora. Para as pensadoras, a discussão do racismo dentro do Serviço Social e o processo com que as pessoas negras eram atingidas pelas diversas expressões da “questão social” era condição *sine qua non*, pois “[...] essa questão, ou seja, o racismo, pois ignorá-la significa entender de forma limitada os problemas que afetam a classe trabalhadora” (Almeida e Sant’ Ana, 1989, p. 10).

Dialogando com Gonzalez (1982) alguns aparelhos ideológicos, tais como a família, escola, igreja entre outros, remetem em muitos aspectos, a ideologia do embranquecimento. Muitos desses valores, tais como famílias eram e são pensados com base no modelo eurocêntrico, que na maioria das vezes desconsidera outras formatações.

Eurico (2020) reflete que ao tratarmos de famílias no Brasil, é imperioso, que levemos em consideração o sequestro dos povos africanos, objetivando entender como o seu modo de ser e o papel social de cada indivíduo foram incorporados e adequados pelas famílias negras na diáspora. Ao incorporar determinados valores ideológicos eurocêtricos sem levar em consideração as particularidades brasileiras, isso pode impactar numa: *“suposta superioridade racial e cultural branca. Vale notar que é justamente por aí, por essa articulação entre o mito da democracia racial e a ideologia, que se deve entender o caráter disfarçado do racismo à brasileira”* (Gonzalez, 1982, p. 54). Cabe ainda frisar que por um longo período da sociedade brasileira (1870-1930), a classe dominante, tinha a população negra e suas respectivas famílias, como elementos degenerados (Schwartz, 2017).

Cabe frisar, que em 1975, a questão racial, passa a ser incorporada e discutida dentro das universidades brasileiras. Gonzalez (1982), cita como o exemplo o “Grupo de Trabalho André Rebouças”, que realizou uma semana de estudos sobre o negro no processo de formação social brasileira, na Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro. O encontro reuniu docentes e pesquisadores sociais dos mais diversos campos acadêmicos, que se debruçaram sobre a questão negra na sociedade brasileira. Gonzalez (1982), ao tratar da importância dessa discussão dentro da academia, traz alguns indicadores sociais da época que fundamentavam a importância do estudo da questão racial dentro do espaço universitário.

O arrocho salarial, imposto como uma das condições para o desenvolvimento do país, resultou na queda do nível de vida da grande massa trabalhadora (basta lembrar que em 1976 cerca de 80% da força de trabalho era constituída por trabalhadores manuais, rurais e urbanos). Se em 1960 a população pobre participava da renda nacional numa faixa de 18%, em 76 essa porcentagem havia caído para 11%. Por outro lado, se em 1960 a participação do negro na força de trabalho não era das mais significativas, em 76 ela atingia a faixa dos 40%. Por aí se vê que esse aumento de participação no mercado de trabalho não significou uma melhoria do nível de vida para o conjunto da população negra (Gonzalez, 1982, p.60).

Cabe frisar que o MNU (Movimento Negro Unificado), em seu primeiro ano de atividades, realizou uma série de denúncias contra o racismo e as inúmeras violências raciais das quais a população negra estava sujeita. A instituição, inclusive junto ao Comitê Brasileiro pela Anistia, nos Congressos do ano de 1978 e 1979, defendia que devido às inúmeras práticas de terror que a população negra sofria no Brasil, esse segmento populacional, também se configurava como prisioneiro político. Tal afirmativa e denúncia era embasada no fato de que homens e mulheres negras, pelo simples fato da cor da sua pele eram sempre

colocados no lugar de indivíduos suspeitos e/ou que ameaçam a ordem. Essa movimentação realizada pelo MNU, atraiu alguns setores da sociedade que se sensibilizaram com a questão social do negro no Brasil.

Concomitante as reivindicações do MNU e dos demais movimentos sociais negros, o Serviço Social, em setembro de 1979, organiza o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), momento em que ocorre a “virada histórica” e a busca da erupção radical com o serviço social tradicional e todo o seu lastro conservador.

O Serviço Social Tradicional está baseado na

[...] prática empiricista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia “consiste na correção - desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável.(Netto, 2015, p. 156)

Movimentos sociais negros e a luta antiditatorial

Diante da repressão imposta pelo contexto do regime político da ditadura militar, qualquer organização coletiva ou outra junção de grupos de trabalhadores era visto como possibilidade de subversão e então tratados na esfera da chamada ‘segurança nacional’. Temos importantes contribuições que registram que com as lutas e movimentos negros não foi diferente.

Abdias Nascimento importante liderança negra do século XX foi perseguido e exilado nesse período de autoritarismo militar marcado pela suspensão extrema e truculenta de processos democráticos, este intelectual, artista e político dedicou sua vida e obra para denunciar a falsa democracia racial brasileira.

O jornal O Globo de dezembro de 1969, anunciou como título de matéria: “*Portela vê imprensa a serviço da discriminação racial para conturbar*”. No texto da reportagem consta:

Publicando telegrama procedente de Brasília, o jornal informa que o General Jaime Portela, em Exposição de Motivos ao Presidente da República, sugerindo a criação da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, datada de 10/02/1969, refere-se a conclusões do Conselho de Segurança Nacional sobre ações subversivas e afirma: “No contexto das atividades desenvolvidas pelos esquerdistas, ressaltamos as seguintes: (item 9) campanha conduzida através da imprensa e da televisão em ligação com órgãos estrangeiros de imprensa e de estudos internacionais sobre discriminação racial, visando a criar novas áreas de atrito e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas” (IPEAFRO, 2006, p.29).

A questão racial que se expressava nas violências raciais, compôs desde sempre a formação social, histórica, política, econômica e cultural do Brasil. Nesse sentido, as resistências e rebeldias negras sempre estiveram presentes demonstrando as controvérsias de políticas de linearidade, falsa igualdade ou silenciamento das tensões sociais. A carta de oficialização do Movimento Negro Unificado (MNU), de 1978 dialogou com o cenário repressivo militar e posicionou-se de forma aliada às forças sociais e aos direcionamentos de proeminência da redemocratização do país. A finalização da carta de princípios trouxe a seguinte ponderação afirmativa: “Nos solidarizamos com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos

políticos, econômicos e sociais.”

Por citar a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978 e a carta aberta direcionada à sociedade brasileira naquele momento, cabe transcrever e trazer para esta construção os pontos que denunciaram diversas violações que afetavam a população negra brasileira em tal cenário brasileiro:

- 1- discriminação racial;
- 2- marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro;
- 3- péssimas condições de vida;
- 4- desemprego;
- 5- subemprego;
- 6- discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho;
- 7- condições sub-humanas de vida dos presídios;
- 8- permanente repressão, perseguição e violência policial;
- 9- exploração sexual, econômica social da mulher negra;
- 10- abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria;
- 11- colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura;
- 12- mito da democracia racial. (MNU, 1978)

Além do caráter de denúncia, os pontos apresentados pelo Movimento Negro Unificado documentaram os marcos e expressões da violência racial contra a população negra sistematizados na última quadra da ditadura militar, expondo as falácias do chamado “milagre econômico” que o regime militar anunciava proporcionar ao Brasil e todos os brasileiros, e sinalizando ainda as urgências raciais que mereciam atenção das manifestações e forças sociais que se mobilizavam para a (re)democratização do país.

É importante destacar que os povos africanos e posteriormente afrodescendentes escravizados nas Américas imprimiram de forma peculiar características, símbolos e movimentos de resistência. O associativismo e coletividade das lutas negras se deram antes de tudo em prol da existência e sobrevivência negra diante das determinações racistas e raciais. Consideramos o movimento social negro como movimento social contra hegemônico, contando com vasto histórico de formas de resistências negras desde a colonização, como as organizações dos quilombos, por exemplo. O Movimento Negro Unificado é um dos movimentos sociais negros contemporâneos, e que protagoniza as lutas sociais antirracistas. Os movimentos sociais negros são, na sua complexidade e diversidade, a mola propulsora do antirracismo no Brasil.

No processo de hegemonia sociorracial brasileira, os movimentos sociais negros avançaram nas lutas sociais no combate ao racismo, sobretudo, na tarefa de desmistificar que o Brasil não é celeiro, nem exemplo de harmonia racial, e de denunciar as variadas formas de preconceito, discriminação e desigualdade racial vivenciada pela população negra, exigindo e pautando toda sorte de ações antirracistas e de reparações do Estado brasileiro.

Ainda sobre o movimento social negro brasileiro, consideramos que ele está baseado na construção coletiva e política em torno da identidade negra, Hanchard (2001), afirma que no final da década de 1970 “Pela primeira vez a defesa de uma posição quanto à raça e à classe não foi marginalizada pela intelectualidade afro-brasileira, e passou a suplantar o modelo assimilacionista” (Hanchard, 2001, p.148).

Hanchard ainda nos apresenta mais um registro da fundação do MNU, revelando as palavras de ordem que foram entoadas para aproximadamente 2 mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em julho de 1978, ato que ficou documentado como a

formalização pública do chamado Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial – MNUCDR, posterior MNU:

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Uma campanha contra a discriminação racial... O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado como instrumento de luta da comunidade negra... Convidamos os setores democráticos da sociedade que nos apoiam a criarem as condições necessárias para uma verdadeira democracia racial. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro. Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferência e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado contra o racismo. (Hanchard, 2001, p.149).

Na investida para a apreensão da correlação existente entre questão racial e contexto da ditadura militar, temos Antônio Mauricio Freitas Brito (2023), que no escrito científico: “Em defesa da família”: ditadura, anticomunismo e racialização na escrita repressiva (1968-1985)”, nos apresenta em linhas gerais a racialização enquanto possibilidade interpretativa da politização moral e da tradição anticomunista conservadora.

Brito realiza pesquisas nos documentos da chamada ‘escrita repressiva’, onde o anticomunismo era tido como determinante de visão de mundo e um *ethos* particular para a manipulação política e cultural, e defesa de um estilo de vida internalizado cultural e ideologicamente para a expansão e desenvolvimento do capital, sobretudo estrangeiro, como proposta dita inovadora e de modernização do país, lembramos dos aspectos de internacionalização do capitalismo periférico e dependente brasileiro.

O autor, nesse material, explora as dimensões de raça e dos papéis de gênero, bem como da diversidade de orientação sexual nas abordagens repressivas e anticomunistas. Com a finalidade de revelar a finalidade autoritária, controladora e violenta desse regime apresentado como defensor da família tradicional, dos valores cristãos, da ordem do progresso e pelo bem de todos, Brito utiliza de particular processo metodológico, e destaca:

[...]a percepção da racialização exige uma postura metodológica no trato dos arquivos, das fontes e dos discursos para apurar os “olhos de ver” a questão racial. Do contrário, certamente será mobilizado o argumento da especulação sem evidência, e a hipótese será facilmente descartada. A investigação exige pensar as diversas formas de violência desenvolvidas pela ditadura, inclusive a interdição de discursos sobre o racismo à época (Brito, 2023, p.18).

No trato da questão racial e referente ao racismo a Lei de Segurança Nacional de 1967 criminalizava qualquer incitação pública “ao ódio ou à discriminação racial”, e ainda a Lei de imprensa coibia propagandas com conotação de “preconceitos de raça”. Tais Leis promulgadas na ditadura militar buscavam amenizar e controlar o potencial de contestação e mobilização política das lutas sociais negras, equivocada é a interpretação que as mesmas estavam destinadas à proteção da população negra contra os preconceitos e discriminações de cunho racial.

Demonstrando como a violência racial apresentava-se no contexto ditatorial, Brito descreve:

[...] uma realidade social onde negros e negras eram maioria nas favelas, subúrbios, e demais regiões periféricas, as prisões arbitrárias, invasões a domicílio, expropriação de lugares de moradia (remoções), torturas físicas e psicológicas, além do convívio com a ameaça latente dos grupos de extermínio (Brito, 2023, p.19).

Essas facetas da violência racial não findaram, e é correto afirmar que não foram instauradas na ditadura militar, tais recursos da barbárie racial são intrínsecos à formação social brasileira desde sempre, mas também é correto demarcar que neste período houve o acirramento do racismo e das suas expressões aviltantes.

Outro exemplo relevante diz respeito ao “arrastão” ocorrido no Rio de Janeiro em 1982 – rotina “que mais representa a herança escravista do racismo institucional da Polícia Militar”: uma “escolta” de “um grupo de homens negros amarrados por uma corda pelo pescoço, depois de blitz realizada nos Morros da Coroa/Cachoeirinha (Brito, 2023, p.19).

Reiterando sobre as manifestações negras com prerrogativas democráticas e a luta antiditadura, Lélia Gonzalez (1984) retoma a não explicitação direta sobre raça e racismo nos argumentos dos governos militares, elaborando reflexões sobre o silêncio ou silenciamento sobre a categoria raça, ela afirma: “ele[s] pouco teria[m] a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos (...). Exatamente porque lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objetos. Até mesmo como objeto de saber.” (Gonzales, 1984, p. 232).

De acordo com a autora, o mito da democracia racial impregnava o imaginário social e coletivo à época, não por acaso, mas de fato como estratégia de controle e de imposição do racismo contra a população negra, nos contornos simbólicos e concretos da ditadura militar.

[...] a ditadura visou produzir silêncio sobre o tema racial e negar o racismo, nossa hipótese é que se trata de uma presença ausente, não nomeada... não devemos renunciar à categoria raça ao investigar os discursos sobre ‘crise da família’ nos acervos repressivos. É necessária a escrita da ausência (Gonzalez, 1984, p.21).

Os movimentos sociais trazem no seu bojo o acúmulo de experiências, as vivências do passado e do presente para vislumbrarmos e construirmos o futuro. Há uma dimensão educativa e coletiva dos movimentos sociais, um processo pedagógico alimentado por práticas revolucionárias, práticas que aglutinadas formam uma força que antagoniza, denuncia as contradições e desestabiliza as opressões sociais determinadas pelas imposições conjunturais de racismo e genocídio antinegro. Assim consideramos e compreendemos a importância dos feitos dos movimentos sociais negros no cenário demarcado pela ditadura empresarial militar no Brasil.

O olhar racializado para as violências perpetradas nesse período traz a possibilidade de memorializar a atuação do regime sobre outras territorialidades negras como as escolas de sambas e locais de religiosidade dematrizes africanas, colocando em negrito os desdobramentos da privação de direitos cuja continuidade pode ser percebida na redemocratização (e nos seus limites). Permite ainda que se conheça atores políticos combativos e historicamente ignorados. Produz a racialização do não branco e do branco, tomado como padrão para identificação do que é luta por democracia e resistência. Oferece mais elementos para a compreensão das condições estruturais que viabilizam o florescimento e consolidação de regimes autoritários. Reposiciona o que se entende por violência e os contornos possíveis da liberdade (Pires, 2018, p.23).

Considerações finais

Com o amadurecimento e a leitura social crítica que conquistamos com todo o processo de renovação do Serviço Social, em especial com a perspectiva da intenção de ruptura, compreendemos que as lutas sociais estão inseridas no cenário social e apontam as contradições e desigualdades inerentes à sociedade, as movimentações sociais sobressaem ao discurso, atravessam barreiras indicando e reivindicando práticas e ações de enfrentamento à sociabilidade vigente.

Após a ‘virada’ demarcada pelo congresso ocorrido em 1979, o Serviço Social assume compromisso com a classe trabalhadora, e também o papel de intervir na realidade social, de forma crítica e reconhecendo os determinantes estruturais que forjam as desigualdades sociais. É nesse sentido que reconhecemos a importância e o significado desse marco para a categoria, período que precisa ser revisitado e assegurado como conquista.

As possibilidades de aproximação entre a perspectiva da teoria social crítica, inaugurada a partir da intenção de ruptura, e os movimentos sociais negros no contexto da ditadura militar não negam a relevância do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, sobretudo sinalizam e fomentam interpretações necessárias para a superação da opressão, dominação e exploração de classe, que é desde sempre perpetrada pela raça através do imperativo do racismo. A intenção dessa aproximação não é esgotar o debate, mas demonstrar um esforço que é necessário para entender o movimento do real e as relações que aproximam o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a questão racial pautada pelos movimentos negros.

[...] mudanças foram indicadas como perspectivas renovadoras ou de intenção de ruptura com o pressuposto do conservadorismo do Serviço Social brasileiro... dois eixos passam a compor as balizas teórico-metodológicas e ético-políticas... a ideologia da revolução social e as políticas sociais com aspirações de mudanças da sociedade... A partir desses referentes, no Serviço Social, questiona-se o sistema econômico capitalista e a ideologia (neo)liberal, porém pouco se critica o ‘substrato colonial’ dessa teoria... A produção da literatura sobre as ‘questões raciais’ após o congresso da virada, teve ritmo lento, sem muito afinamento na área (Díaz, 2021, p.258).

O Serviço Social brasileiro, enquanto categoria profissional e intelectual tem compromissos éticos e políticos indissociáveis dos valores apregoados pelos direitos humanos, o cenário de violência racial delatado pelos movimentos sociais negros na quadra temporal determinada como ditadura militar brasileira merece atenção. Perde-se o fio condutor de compreender o papel das lutas e movimentos sociais negros e do antirracismo no processo de (re)democratização do país, e ainda mais, de compreender a luta negra na sua integralidade e enquanto força motora para a construção de outra forma de sociabilidade.

Há possibilidades interpretativas sobre a relação, ou mesmo diálogo, entre as forças sociais e as bases sociopolíticas que reivindicaram o espaço para a (re)democratização do país e os movimentos sociais negro. A releitura e retomada que indicamos nestas contribuições iniciais, demonstram que essa aproximação tem considerável importância para o Serviço Social conhecer e reconhecer sua história, inclusive nas lacunas contidas nesse processo. É a lógica do saber da filosofia africana Sankofa: hoje no presente, olhar para trás, reconhecendo a história para assim construir e reconstruir o futuro.

A luta de classes não pode prescindir das lutas contra as opressões, que lhes dão vida e materialidade nas dinâmicas sociais, como opressão de raça e gênero conforme reflete

(Almeida, 2014). Nesse sentido, o comprometimento com a liberdade e emancipação humana deve, sobretudo, tratar o racismo na perspectiva de totalidade social, considerando a convocatória ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social, seja nos seus processos históricos e fundantes, seja na construção dos paradigmas atuais e futuros da categoria.

Referências

ABRAMIDES, M.B. 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso Brasileiro da Virada 1979”. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017.

ALMEIDA, M. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**: Rio de Janeiro, 2014.

ALMEIDA, M. S.; e SANT'ANNA, F. C. R. **Tese 8 - "A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora"**. VI CBAS. Jornal do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Natal - RN de 10 a 14 de abril de 1989.

BRITO, A. M. F. Em defesa da família: da ditadura, anticomunismo e racialização na escrita repressiva (1968-1985). São Paulo: **Revista de História**, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/206429> . Acesso em: 30 out 2022.

Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais - CBCISS. **Teorização do serviço social / Centro Brasileiro de Cooperação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL (aprovado em 09 de maio de 1986)**. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf. Acesso em: 20 de jul. 2024.

DIAZ, L.R.E. **Os reverses da ausência: as “questões raciais” na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013)**. São Paulo: Editora Appris, 2021.

EURICO, M. C. O Cotidiano das Famílias Negras: por uma perspectiva antirracista de análise de suas demandas e potencialidades. **REVISTA EMANCIA - O COTIDIANO EM DEBATE**, v.4, p.18-32,2019.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. São Paulo: **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

GONZALEZ, L e HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

HANCHARD, M.G. **Orfeu negro e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 - 1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Distrito Federal, 2017.

IPEAFRO (Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros). **Abdias Nascimento 90 anos – Vida e obra**. Rio de Janeiro, 2006.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PIRES, T. R. O. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/33900> . Acesso em: 31 de Julho de 2024.

SCHWARCZ, L. K. M. **O Espetáculo das Raças Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

YAZBEK, M.C. **Os Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Subsídios para a incorporação interseccional na formação em Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez

Thamires Costa Meirelles dos Santos
Patrícia Silveira de Farias

Introdução

“Existe uma história do povo negro sem o Brasil. Mas não existe uma história do Brasil sem o povo negro.”

(Januário Garcia)¹

A população negra brasileira foi historicamente submetida aos processos de invisibilidade, apagamento histórico e racismo sistêmico. Mediante a denúncia aos mecanismos de opressão colonial (reatualizados na dinâmica do capitalismo dependente do país e endossados pelo Estado moderno), a elaboração de estratégias de enfrentamento e o combate à desigualdade racial se configuraram como um compromisso político assumido pelos Movimentos Negros pós-abolição, ganhando sua tônica e conformando-se de forma particular a partir do pano de fundo conjuntural-histórico vivenciado por cada geração até o período atual.

Além do engajamento desses sujeitos no interior das organizações populares, espaços culturais de massa, movimentos sociais e político-partidários ao longo do século passado, as contribuições teóricas dos intelectuais no momento de revisão crítica da historiografia sobre as questões de “raça” e “racismo” no cenário nacional (1951-1952) foram fundamentais para possibilitar o surgimento de outros (as) pensadores negros (as) na cena intelectual e política e para construir uma contra narrativa em termos de “História Oficial”. Como observou Luiza Bairros (1999), os porta-vozes do Movimento Negro contemporâneo desenvolveram “contribuições intelectuais inestimáveis para a consolidação do nosso pensamento e atuação política”.

Apesar dessa observação verídica, o pensamento social-político no Brasil ganhou legitimidade a partir da invisibilidade negra e indígena, seja tratando-os como objetos de estudos ou desconsiderando-os como sujeitos históricos, possuidores de intelectualidades, potencialidades e contribuições significativas para pensar a situação social, política, econômica e cultural do país de forma abrangente e múltipla. Quando se trata da presença das mulheres negras nesse campo, a invisibilidade racial se imbrica à desigualdade de gênero, tornando os processos de reconhecimento social, político e intelectual duplamente violentos e excludentes, o que resulta em um protagonismo histórico hegemonicamente masculino, branco e cis-heteronormativo.

Para Collins (2016) o pensamento das mulheres negras inseridas no contexto acadêmico se desenvolve às margens tendo em vista que a relevância e o prestígio científico

¹ O fotógrafo e ativista Januário Garcia foi um dos importantes impulsionadores da reinterpretação da História Oficial brasileira a partir da imagem. Sua participação ativa e fundamental no Movimento Negro consolidou seu compromisso com as lutas negras pelo direito à História, além disso, Januário Garcia era amigo pessoal e companheiro de militância de Lélia Gonzalez. O fotógrafo que interligou o registro de imagens a uma crítica ao Brasil contemporâneo documentando a história recente do país, faleceu em 2021, vítima da Covid-19.

estão associados às produções de pessoas brancas, o que confere ao primeiro grupo o status de “*outsider within*” ou, em outros termos, “estrangeiras intelectuais”. Apesar disso, ao identificarem sua própria condição como intelectuais inseridas em estruturas de poder racializadas e generificadas também puderam criar estratégias coletivas de denúncia, fortalecimento e contraposição, fazendo uso criativo desse processo de marginalização para produzir um pensamento crítico capaz de refletir um ponto de vista específico em relação à sociedade e a si mesmas.

Além de se debruçarem sobre os estudos “clássicos” que norteiam a produção de conhecimento, especialmente no universo das ciências sociais e humanas, as pensadoras negras mantiveram e mantêm uma postura crítica em relação aos mesmos, propondo uma lupa analítica imprescindível para a redefinição teórico-metodológica em torno da realidade vivenciada pela comunidade negra. Em contraste ao que normalmente se é atribuído aos estudos étnico-raciais e de gênero (os quais são associados e/ou reduzidos às questões “identitárias”), os ativismos e a intelectualidade conferem às mulheres negras uma experiência que “faz com que a biografia pessoal e cultural dessas mulheres também se torne fonte significativa de conhecimento” (Collins, 2016, p. 123).

Dentre o escopo de produções das intelectuais negras em uma perspectiva norte-americana e sul global, observa-se um esforço teórico crítico importante a favor da releitura do pensamento clássico e hegemônico em relação à “História Oficial”, a formação sócio-histórica dos países colonizados e, especificamente, da situação das mulheres nesses contextos. É consensual na tradição feminista e negra que os estudos clássicos não dão conta de interpretar as experiências negras e indígenas na diáspora, sobretudo relacioná-las a relação de exploração estabelecida a partir do trinômio: capitalismo, racismo e sexismo.

Nesse sentido, se por um lado o feminismo negro norte americano obteve maior protagonismo histórico em razão da posição em que se situam os países da América do Norte em relação aos países da América do Sul (em que se pese a desigualdade produzida na relação capitalismo e imperialismo). Por outro, é possível observar que o feminismo negro brasileiro do século XX também inaugurou discussões fundamentais para o avançar das nossas perspectivas sobre gênero, raça e classe na realidade nacional, tendo como legado político-intelectual a antecipação do que veio a ser cunhado por Kimberly Crenshaw (2002) como “interseccionalidade”.

Contudo, como resultado do que o sociólogo peruano, Aníbal Quijano (2005), identificou como “colonialidade do poder e do saber”, a América Latina tornou-se vítima do apagamento dos saberes tradicionais e das produções científicas da população negra e indígena. Em acréscimo a isso, o Brasil revela ao longo da construção de sua identidade nacional a incorporação econômica, cultural, política e acadêmica do que foi nomeado pelos intelectuais das relações étnico-raciais como “mito da democracia racial” (Damatta, 1987), favorecendo o duplo e histórico processo de marginalização conferido ao pensamento e ao legado político-intelectual das mulheres negras.

No caso de Lélia Gonzalez (1935-1994) - primeira mulher negra a sair do país para divulgar a real situação da mulher negra brasileira, sendo parte de um “esforço coletivo de legitimação intelectual protagonizado pelo Movimento Negro e feminista no processo de redemocratização do Brasil” (Ratts; Rios, 2010, p. 13) - nota-se um certo “esquecimento” de sua trajetória e produções científicas no campo das ciências sociais e humanas, os quais têm sido reivindicados, na atualidade, por “diversos movimentos antirracistas e feministas” (Rios; Lima; 2020, p. 15). A autora e também ativista, protagonizou uma história de compromisso com a emancipação humana pela via do enfrentamento às diferentes formas de opressão,

através das práxis política no “chão das lutas sociais” e da produção de conhecimento no âmbito acadêmico.

Sua emergência na cena intelectual nos anos que antecederam a redemocratização do Brasil, concatenou-se a história de resistência do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Movimento de Mulheres Negras no período da Ditadura Civil Militar (Carneiro, 2014). Assim como, sua trajetória docente e política esteve diretamente interligada ao contexto de retomada dos movimentos sociais e populares durante o processo de abertura das vias democráticas, articulando-se a uma rede de intelectuais e ativistas negros (as), tais como: Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Januário Garcia, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Benedita da Silva, Nilma Lino Gomes, entre outros (as).

Suas principais obras, “*Racismo e Sexismo na cultura brasileira*” (1984), “*A categoria político-cultural da Amefricanidade*” (1988) e “*Por um feminismo afro-latino americano*” (1988)², aglutinam reflexões centrais no conjunto de suas elaborações. Nelas, as categorias “racismo”, “sexismo” e “amefricanidade” foram utilizadas para interpelar a “História Oficial”, correspondendo a uma tentativa de reinterpretar a identidade nacional e sua formação sócio-histórica. De maneira geral, tais categorias atravessam diferentes análises elaboradas pela autora, as quais envolvem as dimensões da dominação capitalista, patriarcal e racial na particularidade das relações sociais à brasileira, sendo desveladas através da lente “interseccional”.

Atualmente, na esteira dessa discussão, o Serviço Social brasileiro - profissão inscrita na trama das relações entre as classes - têm assumido esforços em adensar o letramento racial na formação profissional a partir da contribuição dos (as) intelectuais negros (as) notadamente apagados do escopo teórico-metodológico construído no interior da profissão. Nota-se que nos últimos 10 anos houve uma mudança significativa nos quadros docentes, discentes e no perfil étnico-racial dos (as) assistentes sociais, reverberando também no âmbito da produção de conhecimento (Rocha, 2014). O rompimento com um determinado perfil profissional e o alinhamento teórico-metodológico dessa profissão a um projeto societário alternativo à ordem social vigente (capitalista, racista, patriarcal, LGBTQAPN+fóbica), implicaram também na revisão de antigos padrões utilizados para decifrar a realidade.

Tais modificações, assim como o próprio Projeto Ético Político (PEP), se situam em um terreno de tensões e disputas. Por esse motivo, a Dissertação de Mestrado intitulada: “*A trajetória e o pensamento de uma intelectual e militante negra: Aportes para o aprofundamento do debate ético-racial no Serviço Social*” (Santos, 2022), trouxe visibilidade para contribuições pouco apreendidas na formação profissional, apresentando ferramentas analíticas que auxiliam no decifrar da formação social brasileira e da realidade atual. Soma-se também ao esforço antirracista de parte desta categoria profissional em superar os silenciamentos ante aos enlaces das opressões de gênero, raça e classe, oportunizando as obras e a trajetória de Lélia Gonzalez para qualificar discussões emergentes no universo acadêmico, como é o caso da “interseccionalidade”.

Para realização da pesquisa, o método de pesquisa qualitativa foi introduzido a partir do “método biográfico” (Elias, 1999), cujo o objetivo visa interligar indivíduo e sociedade, trajetórias individuais e coletivas, contribuindo para revelar como os sujeitos “universalizam através de suas vidas e de suas ações a época histórica em que vivem” (Goldenberg, 2004, p. 43). A revisão de literatura/pesquisa bibliográfica (Echer, 2001) se estabeleceu como um recurso primordial para: desenvolver o método biográfico; interligar as principais obras de

² Os anos mencionados (1984; 1988; 1988) datam a versão original dessas obras.

Lélia Gonzalez à esfera do pensamento político-social brasileiro, e encadear as contribuições da autora ao percurso de apreensão do debate étnico-racial na formação em Serviço Social.

A pesquisa valeu-se também de fontes como: depoimentos, entrevistas e produções autorais de Gonzalez, e também Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e biografias da autora. Além disso, foram utilizadas literaturas de referência no universo das ciências sociais em interface com as relações étnico-raciais, bem como, documentos, artigos científicos e produções teórico-críticas referenciadas no campo do Serviço Social brasileiro.

Os resultados que serão apresentados a seguir partem das elaborações desenvolvidas na pesquisa de Dissertação de Mestrado mencionada³ e desdobram-se em contribuições qualitativas à formação em Serviço Social, uma vez que fomentam a incorporação de novas referências ao escopo teórico-metodológico da profissão, incluindo a ótica interseccional como elemento transversal às diferentes temáticas em torno da apreensão da totalidade social no contexto brasileiro. Além disso, a maturação do debate étnico racial no interior do Serviço Social a partir do legado intelectual de Lélia Gonzalez conflui com as inquietações postas pelo tempo presente - as quais buscam superar as lacunas desse debate, propondo também uma redefinição antirracista das perspectivas presentes na formação e na prática profissional.

Assim, na primeira sessão deste artigo será apresentado o “campo de possibilidades” (Velho, 1994) que influenciou na transição do anonimato de Lélia de Almeida à Lélia Gonzalez, com nome, sobrenome e renome. Tal qual a perspectiva do “tornar-se negro” (Santos, 1983) evidenciou-se que Lélia constituiu-se enquanto intelectual, ativista negra, expoente do Movimento Negro contemporâneo e do feminismo negro brasileiro a partir da processualidade de sua trajetória tendo como pano de fundo um contexto sócio-histórico específico.

Na segunda sessão, será aprofundada a análise de que este mesmo contexto exigiu a organização de respostas coletivas da juventude negra brasileira – da qual Gonzalez fez parte – paralelamente, os acontecimentos relativos à sua própria vida privada forneceram as possibilidades para que a mesma emergisse na cena política e intelectual entre 1975 à 1985. Através de suas interações com diferentes movimentos sociais no Brasil e na América Latina, articulações intensas com outros(as) intelectuais, participação ativa em diversos setores, Lélia Gonzalez caracterizou-se como “intelectual orgânica” obtendo desses diálogos transfronteiriços os recursos para a construção de um pensamento crítico, criativo e interseccional.

Portanto, este artigo objetiva inaugurar diálogos entre a formação em Serviço Social e o pensamento dessa autora, tendo como especificidade a perspectiva interseccional presente em suas elaborações. Busca-se ampliar a discussão étnico-racial no interior da profissão a partir da interface entre gênero, classe e sexualidade na trama das relações sociais brasileiras, possibilitando através disso a qualificação teórica e crítica das temáticas emergentes e em disputa no campo acadêmico, como é o caso da “interseccionalidade”.

Lélia Gonzalez com nome, sobrenome e renome: A trajetória em questão

A reconstrução de trajetórias é um aspecto pelo qual as ciências sociais e humanas se debruçam ao longo da história, objetivando, por vezes, conectar a experiência individual de um sujeito com determinadas experiências coletivas, especialmente as vivenciadas em sociedade e em períodos sócio-históricos específicos. No contexto em que se aplica a

³ Ver mais em: (Santos, 2022a).

pesquisa de Dissertação em questão, foi observada a importância em demarcar as experiências singulares da vida de Lélia de Almeida (1935-1994), sem desconectá-las de um pano de fundo coletivo e histórico fundamental para que essa figura pudesse se tornar “Lélia Gonzalez” (sobrenome acrescido posteriormente), na condição de expoente do Movimento Negro brasileiro e do Movimento de Mulheres Negras.

Além disso, a escolha ético-política em defendê-la enquanto intérprete do Brasil em uma perspectiva alternativa ao que se constituiu pelos ditos “cânones acadêmicos” como “História Oficial”, exigiu o esforço investigativo em relacionar sua emergência na cena acadêmica-intelectual ao contexto de efervescência do movimento reivindicatório negro e feminista da década de 1970. Nesse sentido, não seria possível reconstruir a trajetória pessoal, política, militante e intelectual de Lélia de Almeida Gonzalez, sem recuperar o histórico dos movimentos sociais mencionados acima e as respostas coletivas que precisaram ser construídas por diferentes atores na direção de um enfrentamento ao contexto anti-negro.

Mulher negra, nascida em 01 de fevereiro de 1935, na cidade de Belo Horizonte (MG), Lélia de Almeida, foi a penúltima filha de Acácio Joaquim de Almeida e de Urcinda de Almeida. Em sua infância nota-se uma criação que a possibilitou ser cuidada também por seus irmãos mais velhos, sendo inclusive tratada como “filha” por alguns deles. Oriunda de família trabalhadora, sua mãe - mulher analfabeta e de origem indígena - era empregada doméstica e, seu pai - homem negro -, desempenhava a função de ferroviário (ambos com vivências marcadas pelo recente fim do período colonial). Aos 7 anos de idade, sua família migra para o Rio de Janeiro e então se abrem outras rotas possíveis de serem trilhadas por uma mulher negra.

Sua trajetória individual, apesar de impactada por um contexto geral no qual toda sua família estava atravessada, foi intermediada pelo “campo de possibilidades” ao qual esteve exposta no curso de sua vida. A ideia de “campo de possibilidades” empregada nesta pesquisa, foi apresentada pelo antropólogo Gilberto Velho (1994, p. 40) como um aspecto imprescindível para análise de trajetórias e biografias enquanto expressões de um contexto sócio-histórico, “sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades”.

Sua trajetória fura o cerco ao qual historicamente mulheres negras, oriundas de famílias populares, se destinavam em meados da década de 1930. Apesar dos anos de migração de seus pais – antes e depois de seu nascimento – representarem um projeto coletivo de mobilização social e garantia da subsistência familiar, essa mesma experiência possibilitou outros rumos, percepções e projetos para a jornada da pequena Lélia. Aqui, recupero a ideia de “projeto” apresentada por Schutz (1971 apud Velho, 1994, p. 40), uma vez que seu significado se associa à “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, na qual o “campo de possibilidades” que se apresenta para cada indivíduo interfere como uma “dimensão sociocultural” – espaço para a formulação e implementação desses *projetos*” (grifos do autor).

Para compreender as determinações coletivas e individuais na história de vida de Lélia, baseio-me também nas pontuações de Norberth Elias (1999) cujo pressuposto central do método biográfico aprofundado por ele objetivou relacionar indivíduo e sociedade. Segundo o autor (idem p. 13), “para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que ele deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações”.

Entretanto, tais anseios primordiais ou *projetos* – como definido por Velho (1994), não se desenvolvem, quiçá se realizam de maneira isolada. Eles também não se definem antes das experiências concretas, haja vista que “desde os primeiros anos de vida, os desejos vão

evoluindo, através do convívio com outras pessoas; e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida” (ibidem).

Nestes termos, uma trajetória individual se apresenta como um microprocesso dentro das estruturas sociais. Razão pela qual o quadro social e o contexto no qual Lélia de Almeida estava inserida foram inteiramente influentes em sua construção como intelectual e figura pública, ainda que se definindo de forma particular, mediante as suas escolhas individuais. Na visão de Norbert Elias (1999, p. 18), para relacionar os aspectos de ordem macrossocial a uma determinada trajetória individual “é preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo”, fato que não configura tal estudo como “narrativa histórica”, mas como a “elaboração de um modelo teórico verificável de confirmação que uma pessoa formava, em sua interdependência com outras figuras sociais de sua época” (ibidem).

É importante ressaltar que o desenvolvimento do método biográfico nesta pesquisa partiu fundamentalmente da relação estabelecida por Lélia Gonzalez com o contexto macrossocial no qual esteve inserida, justamente porque, como apontado pelos biógrafos Alex Ratts e Flávia Rios (2010, p. 15), a trajetória de Lélia, até os 40 anos, “ainda não indicava claramente a militante, feminista, figura pública nacional e internacional que ela se tornaria”.

Além disso, tal aprofundamento evita o risco em desassociar a intelectual da mulher negra, considerados também os atravessamentos concretos que se expressam a partir dessa condição – os quais foram definidos também por sua singularidade, desejos, projetos e contradições. Assim, torna-se possível escapar também de reproduzir os equívocos de algumas análises que se pretendem biográficas, porém, “costumam retratar certas personalidades como pessoas desde muito cedo predestinadas a ser o que se tornaram” (ibidem).

Deste modo, a construção da trajetória de Lélia Gonzalez inscreveu-se em um contexto multifacetado que possibilitou a sustentação de um projeto de vida, a partir do campo de possibilidades que lhe foi apresentado ao longo dos anos. Sua ida para o Rio de Janeiro, ainda na infância, abriu janelas para que seus desejos fossem tomando forma, à medida em que ela foi se constituindo como uma mulher negra, intelectual e ativista.

Na observação de Alex Ratts e Flávia Rios (2010, p. 23), “o deslocamento social e espacial parece ser uma dimensão muito importante na trajetória de intelectuais negros oriundos das classes populares”, como notado na experiência de vida da pequena Lélia. Cabe destacar também que naquele período seus familiares jovens e adultos “viviam longe de qualquer círculo de associativismo e ativismo sindical, feminista ou negro” (ibidem) – elemento fundamental na indicação de que o desenvolvimento de sua consciência racial e aproximação com o campo progressista se deram de forma inteiramente processual.

A adolescência de Lélia de Almeida foi marcada pela dedicação intensa aos estudos, sustentada pelo desejo em não se tornar empregada doméstica (ocupação que definiu a trajetória de muitas mulheres negras entre as décadas de 1950 a 1960). Com isso, concluiu o “ginásio” em 1954, no Colégio Pedro II - tradicional Instituição de Ensino Público Federal da cidade do Rio de Janeiro, onde pôde se interessar pelo campo da filosofia e da geografia (disciplinas que futuramente compuseram as áreas de sua formação no Ensino Superior).

Em seus anos de formação, Lélia se deparou com barreiras e contradições estritamente relacionadas a sua condição racial, de gênero e classe, e também considerou que a única saída encontrada para superar esses entraves, foi tornando-se a primeira aluna da sala. “É aquela história... “ela é pretinha, mas é inteligente” (Gonzalez, 2018a, p. 289). Nesse período, o processo de internalização do branqueamento tornou-se ainda mais latente. Ao se

deslocar cada vez mais do “lugar natural” destinado às mulheres negras, ela também precisou fazer concessões a alguns paradigmas de sua época buscando “se enquadrar” ao que era permitido à uma intelectual negra em formação.

Seu crescimento intelectual ganhava proporções inimagináveis para mulheres negras de sua mesma origem, principalmente porque nesta época ela passou a investir na sua formação acadêmica. Cabe frisar que durante os anos de 1940 e 1950, os brancos representavam 63,5% da população total no Brasil e detinham 97% dos diplomas universitários (Hasenbalg, 2005, apud Ratts; Rios, 2010, p. 41). No destaque dado por Ratts e Rios (ibidem), “a sociedade da época não estimulava as mulheres a cursar o ensino superior. Fazia o mesmo com as pessoas negras, mais ainda com as mulheres negras”.

Lélia de Almeida graduou-se em História e Geografia, em 1962, pela antiga Universidade do Estado de Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desde então começou a atuar como professora em universidades como a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Gama Filho (UGF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em colégios da cidade, além de atuar como tradutora. Em 1964, casou-se com seu primeiro companheiro, o espanhol Luiz Carlos Gonzalez – do qual adotou o sobrenome “Gonzalez”.

A substituição definitiva do sobrenome Almeida (após o falecimento de seu companheiro, em 1972), abriu também os caminhos para que Lélia Gonzalez se tornasse uma figura pública com nome, sobrenome e renome. Aos 37 anos ela iniciava seu processo de insurgência na cena política e acadêmica, de modo que aquela menina tímida, “a pretinha legal, a lady”, saía de cena para dar espaço à intelectual e ativista que marcaria significativamente os rumos dos Movimentos Negros e do Feminismo Negro contemporâneo (Ratts; Rios, 2010).

Uma intelectual negra em movimento: A construção de um pensamento crítico e interseccional

Na passagem da década de 1960 à 1970, a trama da vida de Lélia Gonzalez se modifica, acompanhando também as transformações do cenário brasileiro. Na vida pública e privada, marcos importantes foram definidos nos anos seguintes dando início a um período intenso de imersão político-intelectual. Sua trajetória a partir das alianças, do contexto sociopolítico e das movimentações transfronteiriças estabelecidas à época foi definida de forma singular, reverberando significativamente na construção e maturação de seu legado intelectual.

Em razão do apagamento da memória dos intelectuais negros, sobretudo das mulheres, poucas vezes se é mencionado na formação em Serviço Social, sobre o papel das mulheres negras no contexto da luta política e da produção acadêmica no período de maior efervescência dos movimentos sociais e populares no Brasil (1975-1988). Tal inquietação fez com que a pesquisa de Dissertação na qual se baseia este artigo (Santos, 2022a) buscasse responder as lacunas desse silenciamento, situando Lélia Gonzalez como sujeita fundamental no processo de redefinição dos rumos da produção de conhecimento crítico no país, sendo ela parte de um esforço coletivo de contrapor a “narrativa oficial” sobre a população negra, além de incluir um direcionamento político a tais formulações.

À medida em que a ebulição dos movimentos sociais influenciava suas análises e ativismo político, da mesma maneira, suas contribuições passaram a influenciar os rumos

futuros dos mesmos. É indispensável tomar nota que o contexto social, econômico e político que se desenvolveu no período ditatorial, bem como as respostas coletivas organizadas ante ao racismo e à repressão, constituíram e maturaram a trajetória de uma militante histórica para a consolidação do MNU – Movimento Negro Unificado (1978).

Neste período, iniciou a prática de debates de filosofia e política em sua casa, juntamente com outros estudantes e militantes. De acordo com Raquel Barreto (2005, p. 5) “as reuniões, por mais inocentes que parecessem ser, representavam certo perigo” ao ordenamento ditatorial. Foi nessa ocasião, mais precisamente em 1972, que seu nome apareceu pela primeira vez no Departamento de Ordem Política Social (DOPS)⁴, em razão de uma averiguação sobre seu suposto envolvimento no “recrutamento de adeptos à doutrina marxista” (idem, p. 25).

Reatualizadas as dinâmicas coloniais no desenvolvimento do capitalismo dependente e no modo de operar das Instituições brasileiras, a realidade da população negra durante a Ditadura Militar combinava a desigualdade econômica com a repressão policial. Contudo, mesmo diante da violência e da censura, “foram os estudantes quem deram o alerta geral em termos de movimentos e conquistas populares”, favorecendo a ampliação do “dever democrático” para outros grupos e setores da sociedade civil (Gonzalez, 2018b, p. 147).

Deste modo, o enfrentamento ao autoritarismo e ao racismo passou a caracterizar os processos de luta e resistência dos intelectuais, militantes, estudantes, artistas, trabalhadores e entidades negras que resistiram ao longo do período ditatorial. Apesar do processo de desmobilização sofrida pelos intelectuais negros⁵ e da heterogeneidade expressa no interior desses grupos, eles não abriram mão de apontar para aquilo que os diferenciava de todos os outros (em termos individuais e de movimento), sua especificidade: o significativo negro.

É desse chão de efervescência política que saltam as experiências coletivas na trajetória de Lélia Gonzalez, sendo igualmente fundamentais para a elaboração de um pensamento crítico e interseccional sobre a realidade brasileira. O movimento contestador do qual pertencia contava com outras importantes lideranças negras como: Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Abdias do Nascimento, Thereza Santos, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, Benedita da Silva, entre outros (as). Não à toa, seu legado intelectual expressa as discussões emergentes entre as figuras mencionadas assim como a construção do próprio projeto político do Movimento Negro Unificado (MNU).

Os anseios dessa militância negra (concentrada principalmente nos eixos: Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador), direcionavam-se à denúncia da violência racial, pela reivindicação do protagonismo político e pela representatividade negra nos espaços de decisão e no campo acadêmico. Lélia Gonzalez (2018b, p. 126) também destacou que no ano de 1976, “as discussões se dariam em torno de uma questão fundamental: a criação de um movimento negro de caráter nacional”. À vista disso, com estreitamento dos laços entre os militantes das entidades cariocas e paulistas, o empenho pela construção coletiva de uma luta comum consolidou as bases para o marco histórico da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978.

O artigo intitulado “*Lembrando Lélia Gonzalez?*”, escrito pela intelectual Luiza Bairros

⁴ O DOPS foi um órgão histórico de repressão aos movimentos sociais e populares durante a Ditadura Militar no Brasil, tendo como principal alvo os militantes de partidos de esquerda, em sua maioria estudantes. A ordem de combate à “ameaça comunista” dada pelo Estado, era o direcionamento central dos atos de repressão.

⁵ Na visão de Lélia Gonzalez, o autoexílio de Abdias do Nascimento (1968-1981) - “uma das figuras mais representativas, senão a mais, de todo um trabalho desenvolvido na fase anterior” - confirma o processo de desmobilização sofrido por importantes lideranças negras brasileiras, assim como a situação de “semiclandestinidadade” vivenciada diante do isolamento de outros movimentos sociais politicamente identificados como “clandestinos”.

(1999), recuperou a participação fundamental de Gonzalez no MNU. Para essa autora, quando a maioria dos militantes ainda não tinham uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, “Lélia era quem servia de porta-voz” (idem, p. 19) contra o sexismo que ameaçava subordinar sua participação e de suas companheiras negras no interior do Movimento Negro Unificado. Reivindicava, além disso, o enfrentamento ao racismo que de modo similar as impediam de se inserirem plenamente no movimento de mulheres, junto das companheiras brancas.

Bairros (1999) destacou também que parte da singularidade de Lélia Gonzalez para o conjunto dos movimentos sociais dos quais se incluía deveu-se à sua participação primeira no MNU, justamente por essa ser uma entidade de caráter nacional que a colocou em contato direto com mulheres e homens negros de vários estados do país e, por isso, “servia de moldura perfeita para uma retórica mais radical” (ibidem). Com isso, ressaltou que os períodos entre 1974 à 1988 se configuraram como os anos mais intensos na trajetória de Lélia, sendo diretamente marcados por sua atuação no movimento que ajudava a criar (MNU)⁶.

Nos movimentos feministas, Lélia Gonzalez esteve engajada como o NZINGA-Coletivo de Mulheres Negras (RJ), atuou no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (sendo uma das primeiras conselheiras) e participou do “Taller de Mujeres de las Americas” e no “Mujeres por un Desarrollo Alternativo/MUDAR” (duas organizações de mulheres do terceiro mundo), assim como esteve também nas Conferências Internacionais da Mulher, no México (1975) e em Nairóbi (1985). Tais articulações influenciaram a forma como Lélia Gonzalez se comunicava com os movimentos sociais e com os territórios nos quais promoveu também uma prática política e intelectual fundamentalmente articulada à realidade dessas mulheres.

Em função dessas experiências, Lélia Gonzalez constituiu-se enquanto “intelectual orgânica” – característica que se atribui em razão da multiplicidade de lugares ocupados por ela e das interlocuções interdisciplinares entre os saberes populares e acadêmicos, através dos quais pôde traçar um diagnóstico crítico em relação à realidade brasileira e latino-americana sendo também propositiva diante disso. Ademais, fazer menção à Lélia como “intelectual orgânica” define-se enquanto uma escolha política de reparação, buscando contrapor o discurso oficial que legitima um(a) “intelectual” considerando apenas os atributos de suas formações acadêmicas, privilegiando, em sua maioria, homens brancos.

Posto isto, defendê-la nesta posição parte do reconhecimento de que sua construção intelectual também perpassou por caminhos não convencionais, como por exemplo: sua origem e trajetória, sua participação direta no “chão das lutas sociais”, interlocuções com intelectuais renomados e sujeitos(as) anônimos(as), assim como, as interações com os movimentos culturais e populares (terreiros de candomblé, escolas de samba, centros de cultura negra, “bailes blacks”, entre outros). Tais movimentações cristalizam-se no legado intelectual da autora a partir, principalmente, de uma tentativa epistêmica de aproximação entre o universo acadêmico e a prática cotidiana.

No que tange às epistemologias, Lélia Gonzalez somou-se ao esforço coletivo de reinterpretação da identidade nacional e do capitalismo dependente brasileiro, a partir dos aspectos constitutivos de sua formação sócio-histórica. Ela incluiu em suas perspectivas uma

⁶ Em especial, do que ela mais gostava de se orgulhar era de ter catalisado os anseios de uma parcela da juventude negra de Salvador, a partir de um ciclo de palestras realizado em 1978, no qual vários militantes que já discutiam a questão do racismo construíram o Grupo Nagô, núcleo a partir do qual surgiu o MNU-Bahia.

análise crítica não-eurocentrada que contemplou a população negra e indígena e, especialmente, as mulheres⁷.

É importante sublinhar que o campo das ciências sociais e humanas expressava disputas de narrativas em relação à questão étnico-racial na “História Oficial” do Brasil. Os intelectuais antecessores e os contemporâneos de Lélia Gonzalez desempenharam um papel fundamental na redefinição da tônica sobre a população negra brasileira, em especial, seus companheiros de luta, Abdias do Nascimento e o sociólogo argentino, Carlos Hasenbalg⁸. Este último, com quem Gonzalez publicou seu primeiro livro, “*Lugar de Negro*”, em 1982.

Não por acaso, a autora estabeleceu uma parceria com Carlos Hasenbalg pois “ambos faziam parte de uma intelectualidade que buscava outras perspectivas de análise para os estudos sobre o negro na sociedade brasileira” (Carneiro, 2014, p. 63). A emergência dessas produções situava-se em um momento de revisão crítica da historiografia sobre o tema, possibilitando que ela acompanhasse de primeira mão a “produção pioneira dos estudos sobre desigualdades raciais utilizando dados estatísticos” (Rios; Lima, 2020, p. 20). Por este motivo, as inquietações sobre a situação econômica da população negra ganharam maior relevância nos textos de Lélia, atentando-se, principalmente, para um diagnóstico crítico em relação às mulheres negras.

Seu duplo pertencimento no Movimento Negro Unificado (MNU) e no Movimento de Mulheres, trouxe para as suas análises a articulação imprescindível das categorias gênero, raça e classe. No artigo “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*”, original de 1984, Lélia Gonzalez posicionou-se radicalmente contra a ideologia da “democracia racial”, retificando que “como todo mito o da “democracia racial” oculta algo para além daquilo que mostra” (Gonzalez, 2018c, p. 196). Assim, se contrapôs o “discurso oficial” elaborado pelos ditos “cânones acadêmicos” acerca da formação social do Brasil, desvelando as contradições do “mito” a partir da realidade econômica, social e cultural do país.

Além de analisar a condição e o lugar do negro na sociedade brasileira, Lélia a fez a partir de uma perspectiva que incluiu o gênero. O racismo e o sexismo foram aspectos centrais em suas discussões, compreendidos enquanto fenômenos enraizados pela herança colonial e pela violência patriarcal na estrutura das relações sociais à brasileira – o que por sua vez situou as mulheres negras em um contexto de tripla subordinação (racismo, capitalismo e patriarcado).

Nos aspectos político-culturais, a autora atentou para as diferentes formas de rejeição e interação da mulher negra na sociabilidade nacional, qualificando-os como um processo atravessado por violências simbólicas, as quais o discurso dominante e a “História Oficial” insistiram em reafirmar. A relação entre “mucama” e “mãe-preta”, são exemplos abordados por ela para descrever a maneira como a assimilação cultural em torno do que é “ser mulher negra”, transita entre “objeto de exportação cultural” (a partir da lógica colonial objetificante) e “sustentáculo das famílias brancas” (em razão da relação estabelecida entre as mulheres escravizadas e os senhores da Casa Grande).

⁷ O conceito de “amefricanidade” evidencia tal esforço (Gonzalez, 2020). A partir desta elaboração conceitual a autora tornou visível em sua contra-narrativa à “História Oficial”, a construção diaspórica de uma identidade “ameficana” – forjada a partir do encontro e do contexto de luta por libertação e resistências protagonizada por descendentes de etnias africanas, indígenas e pelas mulheres.

⁸ Lélia Gonzalez contou sobre o contexto que antecedeu e procedeu a criação do MNU, ressaltando a importância de estudiosos como Carlos Hasenbalg para sustentar as ações do Movimento Negro e contribuir para o avanço dos estudos das relações raciais no país. A chegada deste sociólogo ao Brasil e o desenvolvimento de suas pesquisas sobre raça, tornou possível seu convívio direto com os ativistas e intelectuais negros cariocas, ajudando significativamente na consolidação do Movimento Negro contemporâneo (Gonzalez, 2018b).

Em termos econômicos, Lélia Gonzalez se debruçou sobre as particularidades do capitalismo dependente brasileiro incluindo o racismo e o sexismo como componentes fundantes de seu desenvolvimento e reprodução. A intelectual constatou a “divisão sexual e racial do trabalho” como um modo característico pelo qual a engrenagem do capitalismo à brasileira orquestra as desigualdades entre as classes sociais, mantendo em seu interior uma espécie de estratificação racializada e generificada.

Nesta relação, as mulheres negras vivenciam a condição do “não lugar” sendo vitimadas pelo intercruzo das opressões de gênero, raça e classe, às quais se expressam através da superexploração da força de trabalho feminina e negra e da negação da cidadania. Em diálogos com as contribuições de Heleieth Saffioti, a autora auferiu o quanto a existência do “estereótipo da doméstica” relegou à mulher negra um “lugar comum” no interior da classe trabalhadora, em especial, no desempenho de atividades nas quais não são vistas (Saffioti, 1976 apud Gonzalez, 2018c).

Lélia Gonzalez problematizou a apropriação do estereótipo da “doméstica” no imaginário social brasileiro em relação às mulheres negras, no entanto, enfatizou também que tal apreensão corresponde ao lugar majoritariamente ocupado por essas mesmas mulheres nos postos de trabalho com pior remuneração e menores garantias sociais. Em sua análise, ao contrário da “exaltação” colonial que ocorre na figura da “mucama” (à exemplo do carnaval), a mulher negra considerada “doméstica” é vista como “o burro de carga que carrega a sua família e dos outros nas costas, daí ela ser o oposto da exaltação; porque está no cotidiano” (idem, p. 198- 199).

Sobre elas recai um peso ainda maior causado pelo imbricamento do racismo, do sexismo e do capitalismo, justamente porque se tratam de mulheres anônimas, em sua maioria, moradoras de favela ou das “baixadas da vida”, como Gonzalez popularmente falava. São mulheres negras com baixa escolaridade que trabalham na base da prestação de serviços, tornam-se as principais responsáveis pela chefia domiciliar e experienciam a violência do Estado contra seus territórios, companheiros, irmãos e filhos. Estes são objetos da perseguição policial sistemática e do desamparo público em termos de segurança, moradia, saúde, emprego, educação, cultura e lazer.

Com essas reflexões, Lélia Gonzalez pôde situar o gênero e raça no cerne das relações sociais e econômicas no Brasil, afirmando que a divisão sexual e racial do trabalho se mantém inteiramente útil para a exploração capitalista e para a dominação racista e patriarcal. Cabe destacar que a autora estava atenta aos dados produzidos à época, como o caso dos Censos do IBGE, podendo interligar os aspectos teórico-críticos de suas produções acadêmicas à realidade da classe trabalhadora brasileira. Tal percepção difere as obras de Gonzalez de outros intelectuais do campo progressista, justamente pela “centralidade do racismo e das relações de gênero, analisadas por ela de maneira integrada na conformação desse capitalismo”, como destaca Araújo (2020)⁹.

Nesta mesma direção, sua análise precursora no Brasil se encontra com o pensamento da marxista e intelectual negra estadunidense, Ângela Davis, o qual deu origem ao livro “*Mulheres, raça e classe*” (2016) – referência da maior importância na tradição do pensamento feminista negro. Davis (2016, p. 17) ao analisar as formas como o capital se apropria da lógica colonial para manter seus modos particulares de exploração em relação às mulheres negras, evidencia que “o ponto de partida de qualquer exploração da vida de mulheres negras na

⁹ Ver mais em <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/> Acesso em julho de 2024.

escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras”. Na perspectiva da autora, a condição de trabalho escravo ao qual às mulheres negras foram submetidas durante o período colonial deve ser o pressuposto central para qualquer análise que busque investigar os efeitos da exploração na reprodução da vida dessas mulheres na contemporaneidade, justamente porque elas “tinham todos os outros aspectos de suas vidas ofuscados pelo trabalho compulsório” (ibidem).

Sendo assim, a abordagem apresentada por Lélia Gonzalez, em 1984, cuja articulação de gênero, raça e classe apareceu com centralidade, antecipou a “perspectiva interseccional” consolidada pelo feminismo negro contemporâneo, fazendo com que as reflexões sobre as mulheres negras passassem a ter maior densidade e representatividade no Sul Global e, por consequência, deslocando “o debate exclusivamente marcado pela produção desenvolvida pelas feministas negras estadunidenses” (Rios; Lima; 2020, p. 16). No campo das ciências sociais no Brasil, a intelectual apresentou uma contra-narrativa que perpassava pela desnaturalização das contradições internas presentes na “História Oficial”, buscando investigar como situavam-se as questões raciais e de gênero nesse discurso. Por esse motivo, suas contribuições também possuem um caráter interpretativo em relação ao passado e à realidade nacional.

Apesar da atualidade do debate “interseccional” na cena acadêmica e de uma associação “quase automática” ao pioneirismo das intelectuais e feminista norte-americanas na tematização da relação entre gênero, raça e classe, a visibilidade dada ao pensamento de Lélia Gonzalez permite com que nos encontremos com a realocação das nossas perspectivas teórico-críticas voltadas para a realidade brasileira, valorizando a produção de mulheres negras notadamente apagadas no âmbito da formação acadêmica. Na análise de Lélia vemos uma compreensão interseccional que não se limita aos estudos feministas, mas a partir do ponto de vista elaborado pelas intelectuais negras visa agregar recursos para investigar a realidade brasileira e apresentar ferramentas para transformá-la considerando suas particularidades históricas.

Como foi possível observar, suas obras versam sobre a formação sócio-histórica do Brasil, o capitalismo dependente, a constituição da identidade nacional, o modo como operam as Instituições Sociais, a relação do Estado com classes sociais e os arranjos políticos e culturais tecidos em determinados períodos da história do país, sem perder de vista a interface entre capitalismo, racismo e patriarcado. Lélia Gonzalez foi uma das primeiras mulheres negras brasileiras a contribuir com o campo progressista através de uma lupa de análise marxista, crítica e interseccional (Ratts; Rios, 2010)

Embora Crenshaw (2002) tenha categorizado a “interseccionalidade” como tal, havia uma preocupação com as questões de gênero, raça e classe no pensamento de outras intelectuais negras (tanto no contexto norte-americano quanto brasileiro) anterior a definição do termo, inclusive, tal problemática constituiu a própria tradição do feminismo negro em suas demandas, lutas e resistências políticas. Gonzalez nos dá pistas que as intelectuais negras nas esferas acadêmicas contemporâneas reclamam acerca de suas condições específicas trazendo consigo as “marcas da libertação de todos e todas” (Gonzalez, 2020).

Considerações finais

O documento “*Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social*” (2018), organizado pela comitativa nacional da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa

em Serviço Social), durante a gestão “Quem é de luta resiste” (2017-2018), constitui-se como uma referência de extrema importância no interior da categoria profissional nos últimos anos. Nele consta a defesa pela obrigatoriedade de conteúdos sobre a questão étnico-racial no currículo acadêmico, assim como o incentivo às novas pesquisas e tendências do debate que visem superar a lacuna existente em torno da referida questão no âmbito da graduação e da pós-graduação.

Além disso, aponta também para a necessidade de incorporação da vasta contribuição dos pensadores negros(as), como também a devida visibilidade de suas trajetórias – em sua maioria inexistentes nas referências bibliográficas das disciplinas. Passados alguns anos de sua publicação é possível observar que novas produções veem sendo elaboradas na direção da apreensão do debate étnico-racial e suas interfaces, abrindo possibilidade para a qualificação profissional em uma perspectiva crítica e antirracista.

Apesar do notório avanço, o Serviço Social brasileiro ainda enfrenta alguns desafios no caminho da efetiva incorporação da questão. O próprio documento sinaliza que tais discussões ainda se encontram em disputa no campo acadêmico, ou aparecem de forma secundarizada em relação debates ditos “centrais”, o que por sua vez passa a exigir a ampliação dos aportes teórico-metodológicos que subsidiem o letramento racial de maneira transversal aos diferentes eixos da formação profissional (ABEPSS, 2018).

Outro entrave observado relaciona-se com a utilização predominante das contribuições de intelectuais negros do gênero masculino ou referências negras norte-americanas, respectivamente, nas temáticas: “formação social brasileira” e “interseccionalidade”. Diante disso, este artigo demonstrou que a trajetória de Lélia Gonzalez, bem como, a elaboração de seu pensamento crítico e interseccional convergem em aportes qualitativos à formação em Serviço Social.

As reflexões apresentadas neste artigo evidenciam que as categorias-chave presentes no pensamento da autora, tais como: “racismo”, “sexismo” e a “divisão sexual e racial do trabalho”, constituem o pioneirismo feminista, negro e brasileiro no que compreendemos atualmente como “interseccionalidade”, apresentando uma lupa de análise investigativa e interventiva na direção da transformação social. Tal abordagem agrega recursos teórico-práticos alternativos aos de caráter eurocêntrico, considerando os aspectos estruturais presentes na formação do capitalismo dependente brasileiro e auxiliando na investigação crítica em torno da dimensão da totalidade social.

Portanto, visou-se oportunizar a trajetória e o pensamento de uma intelectual e militante negra indispensável à formação em Serviço Social. Com isso, compreende-se que a incorporação das categorias-chave presentes no pensamento de Lélia Gonzalez abarca um terreno fértil para novos diálogos entre os eixos orientadores das Diretrizes Curriculares (1996), com perspectivas que promovem o alargamento das nossas análises e intervenções em uma direção antirracista (Santos, 2022b). O artigo em questão não possui a pretensão de esgotar a temática ou o próprio pensamento da autora, ao contrário disso, se propõe a contribuir para emergência de novas inquietações no campo.

Referências

ABEPSS. **Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória: ABEPSS, dez. 2018.

ARAÚJO, Barbara. Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. **Jacobin Brasil**, [S. l.], p. 1, 13 set. 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>. Acesso em: jul. 2024.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Afro-Ásia**, n. 23, 1999.

BARRETO, Raquel. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça**: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. 2005. 128 p. Dissertação de Mestrado (História social da cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/Rio, Rio de Janeiro, 2005.

CARNEIRO, Sueli, CEVA, Anthonio; CORREA, Paulo; SCHUMAHER **Lélia Gonzalez**: o feminismo negro no palco da história. Schuma (ed.). Brasília: ABravídeo, 2014.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. I, jan/abril, 2016.

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 1 semestre, 2002.

DAMATTA, Roberto. Digressão: A fábula das Três Raças ou o Problema do Racismo à brasileira. In: DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro, 1987.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

ECHER, Isabel. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 22, jul. pp. 5-20, 2001.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Zahar, 1999.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**. Editora Record, 2004.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 127-138, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Entrevista para O Pasquim. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. pp. 283-294, 2018a.

GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. **Estudos Feministas**, p. 383-386, 1994. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16220/14767> Acesso em: jul. 2024.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. p. 142-179, 2018b.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana, pp. 190-214, 2018c.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, v. 233, 2005.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo negro, 2010. ISBN 978-85-87478-42-9.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Introdução. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. pp. 9-21, 2020.

ROCHA, Roseli. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios**. 211f., 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: UFRJ, 2014.

SANTOS, Neusa. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SANTOS, Thamires. **A trajetória e o pensamento de uma intelectual e militante negra: aportes para o aprofundamento do debate étnico-racial no Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez**. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022a.

SANTOS, Thamires. Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 25, n. 2, pp. 232- 241, maio-ago, 2022b.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Zahar, 1994.

Sobre os/as autores/as

Rita de Cássia Cavalcante Lima – Assistente social, Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e líder do Projeto de Pesquisa Transversões - Saúde Mental e Drogas, Abordagens Psicossociais e Trabalho, certificado pelo CNPq.

Bruna Maria de Sousa do Nascimento – Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, é Especialista em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente pelo Hospital Federal Antônio Pedro vinculado à Universidade Federal Fluminense - UFF e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

Ellen Soares – CEO da Humaniza-PREV. Assessora de Previdência Social. Mestre em Serviço Social e Especialista em Acessibilidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Opera os Direitos Sociais para assistir os segurados/as do INSS e seus dependentes na concessão do melhor benefício (aposentadoria, pensões, BPC-LOAS)

Verônica Paulino da Cruz – Doutora em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2007). Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Janete Luzia Leite – Professora Titular da Escola de Serviço Social/UFRJ – Departamento de Fundamentos do Serviço Social. Doutora em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ. Especialista em Educação na Área da Saúde NUTES/UFRJ. Especialista em HIV/Aids e Populações Confinadas CNRS/ORS-PACA (França). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ e Colaboradora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF. Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade de Granada (Espanha) e na Universidade de Aveiro (Portugal). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social – NUPEQUESS.

Adriano Teodoro – Major Assistente Social da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - lotado na Diretoria de Assistência Social. Doutor em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ. Membro suplente na representação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro no Comitê de Pessoas Desaparecidas do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social – NUPEQUESS.

Mariana Flores – Assistente Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) desde 2010 e entre janeiro de 2014 e fevereiro de 2016 foi Pró-Reitora de Gestão de Pessoas. Possui graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2009- graduação; 2013 - mestrado e 2021 - doutorado) e fez entre 2023 e 2024 estágio pós-doutoral em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sua tese alcançou o Prêmio Capes de Tese da Área de Serviço Social, Edição 2022. Entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019 atuou como coordenadora

e professora do Curso de Especialização em Políticas Sociais e Intersetorialidade do Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ

Sara Granemann – Doutora em Serviço Social no PPGSS da UFRJ. Docente Permanente do PPGSS-ESS/UFRJ. Ensina na Graduação e participou de vários projetos de Extensão, nas três décadas de trabalho na UFRJ. É pesquisadora-bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Estuda políticas sociais, Estado e Capitais alocados na chamada “previdência privada” à luz da Tradição Marxista. Criou, coordenou e participa do GEMPS - Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Políticas Sociais. Fez Estágio Pós-doutoral na Universidade Nova de Lisboa/Portugal (2014) Participou do Programa Capes-PrInt como Visitante Sênior na Università degli Studi di Torino/Itália. (2022).

Luiz Carlos de Souza Junior – Assistente Social. Graduação e Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente Social lotado na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (PROAE/UFJF).

Fátima Grave Ortiz – Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou pós-doutoramento no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora associada da Escola de Serviço Social (Departamento de Fundamentos do Serviço Social) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ. Co-coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC).

Laura Barbosa Martins – Assistente Social, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Atuou como Assistente Social residente em saúde no Hospital Universitário Pedro Ernesto, vinculado a Universidade Estadual do Rio de Janeiro -(HUPE/UERJ) no setor de urologia e programa Processo Transsexualizador. É especialista em Políticas Públicas e Cultura de Direitos pelo Núcleo de Políticas Públicas e Cultura de Direitos (NEPP-DH/UFRJ). É mestre em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGBIOS/UERJ). Atualmente é doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Roberto Santos da Cunha- Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Serviço Social e Saúde pela UERJ. Especialista em Geriatria e Gerontologia pela UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Tem experiência na área da Saúde, com ênfase na área do Envelhecimento Humano. Assistente Social do Hospital Clementino Fraga Filho HUCFF/UFRJ.

Alejandra Pastorini - Assistente Social graduada na Universidad de la República (UdelaR-Uruguaí), mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação da UFRJ. Professora nos cursos de graduação e pós-graduação na Escola de Serviço Social da UFRJ (ESS-UFRJ). Coordenadora dos projetos de pesquisa "Crise do capital, América Latina e Política Social"

e "As TICs e as estratégias de poder no Rio de Janeiro", integra a "Rede de Estudos sobre Estado e Políticas Sociais na América Latina" (REPSAL). Contato: alejandrapastorini@gmail.com

Sandra Gonçalves - Assistente Social no Instituto Federal de Goiás e possui graduação e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), além de doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela também tem especializações em Administração e Planejamento de Projetos Sociais pela Universidade Veiga de Almeida (UVA) e em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino pelo Instituto Federal de Goiás (IFG). Sandra é membro da Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional do Conselho Regional de Serviço Social de Goiás. Para contato, envie um e-mail para: sandra.goncalves@ifg.edu.br

Deivi Mattos - Professor substituto do Departamento de Fundamentos do Serviço Social na Escola de Serviço Social da UFRJ, Doutorando em Serviço Social, Vice Coordenador da Rede de Estudo, Pesquisa e Ensino sobre Serviço Social e Educação, Pesquisador do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade - LEPPTraS/ESS/UFRJ.

Dayana de Souza - Professora substituta do Departamento de Fundamentos do Serviço Social na Escola de Serviço Social da UFRJ; Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS; Especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade IFF/ Fiocruz; Assistente Social graduada pela Escola de Serviço Social da UFF- Niterói; Experiência e atuação profissional em Favelas e Espaços Populares.

Thamires Costa Meirelles dos Santos- Mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF/Rio das Ostras). Atualmente, é residente pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da UFRJ (IPUB) e integra o Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos (UFRJ).

Patrícia Silveira de Farias- Professora titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Jornalismo (PUC Rio); mestrado em Teorias da Comunicação e da Cultura (ECO/UFRJ) e doutorado em Antropologia (IFCS/UFRJ). Tem pós-doutorado pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC-LETRAS/UFRJ) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo sido pesquisadora visitante no King's College London (Reino Unido), e na Universidade de Dundee (Reino Unido). Atualmente, coordena o Grupo de Pesquisa CNPq Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM); é membro permanente do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)/UFRJ.

